

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

GESSÉ DE SOUZA SILVA

**RECONSTRUINDO O COTIDIANO: RUPTURA E
NORMALIZAÇÃO NA TRAJETÓRIA DE
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL**

Salvador

2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

GESSÉ DE SOUZA SILVA

**RECONSTRUINDO O COTIDIANO: RUPTURA E NORMALIZAÇÃO
NA TRAJETÓRIA DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL**

**Salvador
2007**

GESSÉ DE SOUZA SILVA

**RECONSTRUINDO O COTIDIANO: RUPTURA E NORMALIZAÇÃO
NA TRAJETÓRIA DE VITIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor.

Área de concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Alves

**Salvador
2007**

Ficha catalográfica elaborada por Cátina Maria S.de Cerqueira CRB 5/1440

S586 Silva, Gessé de Souza.

Reconstruindo o cotidiano: ruptura e normalização na trajetória de vítimas de violência sexual / Gessé de Souza Silva. -- 2007.
231f.; 30 cm.

Tese de Doutorado (Departamento de Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2007.

Orientação de: Prof^o.Dr. Paulo César Alves.

1. Violência sexual, 2. Estupro. 3. Trauma 4. Aspectos psicológicos. I. Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. II. Alves, Paulo César, orient. III. Título.

CDD: 364.374

Às três mulheres que tornaram possível a minha trajetória pessoal e acadêmica:

Terezinha França, minha amada mãe.

Jorgina Silva, querida irmã.

Lisa Tio, amor inestimável.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho tem uma dívida impossível de ser paga com muitas pessoas e instituições. A todos eles gostaria de agradecer do fundo do coração.

Em primeiro lugar a meu orientador e amigo Prof. Dr. Paulo César Alves, cujas indicações bibliográficas, insights e infinita paciência enriqueceram grandemente minhas análises. A ele devo muito e lamento não poder estar à altura de todas as suas indicações e observações.

Às mulheres vítimas de violência sexual que reuniram forças para compartilhar comigo suas trágicas histórias e seus inspiradores movimentos de superação. Sem elas seria impossível realizar este trabalho.

Ao VIVER – Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência – representado pela Assessora Especial Débora Cohim, amiga e colaboradora, com quem discuti muitas idéias-chave deste trabalho e que pacientemente autorizou a minha presença, às vezes incômoda, na instituição e viabilizou a realização das entrevistas, além de me dar acesso a material fundamental para a pesquisa. Aos técnicos do VIVER, em especial: Tânia Porto, Tereza Costa, Ângela Romano, Hiran Couto Júnior, Francione Pires e Patrícia Cruz pelas informações e gentilezas incontáveis.

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia permitiu que eu usufrísse um ambiente rico de interlocução.

Meus colegas bem humorados e dedicados da turma de 2002 propiciaram momentos inesquecíveis e estão entre as razões para as saudades que sentirei destes tempos de aluno. Destaco com especial carinho Luciana Duccini (Pessoinha), com quem discuti muitas questões em várias disciplinas, seu trabalho incansável como pesquisadora continua a me inspirar. Laura Recoder me estimulou e dividiu angústias inumeráveis, seu senso de humor foi um alívio em muitas ocasiões.

Ao ECSAS – UFBA – Núcleo de Estudos em Ciências Sociais, Ambiente e Saúde – devo além do que posso citar. Acompanhar as calorosas discussões das “Sextas-feiras” deste admirável grupo há nove anos me permitiu ter acesso à Fenomenologia, pensamento que descortinou inúmeras possibilidades de análise em sociologia e psicologia. As discussões das “Sextas” são o horizonte e a ambiência de todo este trabalho. No ECSAS tive oportunidade de discutir e receber sugestões para muitas das idéias desenvolvidas ao longo da minha pesquisa. Prof^a Iara Maria Souza, minha querida amiga, contribuiu em muitos níveis: com incentivo, paciência para ouvir minhas infundáveis queixas, indicações de leituras vitais ao meu trabalho e precisas ponderações sobre o amor e o Zazen. Prof^a Miriam Rabelo, instigou e provocou muitas redefinições em minhas idéias sobre a violência e a noção de experiência, além de sugerir leituras fundamentais. Prof^a Maria Gabriela Hita e suas análises sobre o feminino me estimularam a pensar por vias insuspeitas, seus comentários foram importantíssimos.

À Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia e ao Serviço Médico da Polícia Civil onde atuo como psicólogo e Gestor Governamental por flexibilizarem os meus horários de trabalho de forma generosa e confiante. Sem esse apoio seria impossível realizar esta pesquisa. Dr. Marcelo Zollinger, incentivou meu envolvimento com os estudos. Ivana Balthazar, esteve sempre disposta a ajudar e a compatibilizar minhas licenças com as atividades do doutorado. Dr^a Durvalina Daltro me estimulou a continuar e, com muita simpatia deixou-me à vontade para organizar minhas funções.

Aos seguintes amigos devo ajudas salvadoras e contribuições valiosas, nos momentos em que tudo parecia estar dando errado: Joel Almeida (com as sempre urgentes revisões de português), Aziz Guilherme (com a sobre-humana paciência para resolver os infundáveis defeitos do meu computador), Sueli Silva (com soluções tecnológicas e de design), Jaira Rebouças Tio (tentando me ensinar as correções e normas técnicas), Marcos Tio (emprestando sua impressora nas inúmeras vezes em que a minha quebrou), Samuel de Souza Silva (com dicas inspiradoras sobre literatura e poesia), João Sátiro (com apoio fraterno, psicológico e incentivos sem fim).

Só de uma Crucificação se fala -
Não se recorda
A Matemática de quantas houve -
Nem a História -

Um Calvário - encenado para Estranhos -
Tantos aqui
Quantas são as Pessoas - ou Penínsulas -
Getsêmanis -

É só - dentro do Ser - uma Província -
Judéia -
Para uma Romaria - uma Cruzada -
Tão perto -

Nosso Pai teve - é fato -
Testemunhas
Porém -
Há novas Crucificações mais próximas
Também -

Emily Dickinson

RESUMO

Esta pesquisa visou dois objetivos. O primeiro deles foi descrever compreensivamente a experiência da agressão sexual envolvendo mulheres adultas fora do espaço doméstico. O segundo, decorrente do anterior, foi analisar os processos de paralisação e/ou recomposição existencial que podem se constituir. A consecução destes objetivos exigiu a discussão em maior relevo das seguintes temáticas: a temporalidade, o corpo, a culpabilidade e o trauma. As análises são guiadas pela fenomenologia. Em especial, realizou-se uma revisão do conceito de trauma, veiculado em quatro interpretações: a psicanalítica, a psiquiátrica, a auto-terapêutica, difundida nos livros de auto-ajuda, e a do senso comum. Buscou-se apontar os limites de tais perspectivas na compreensão dos chamados “efeitos” da agressão sexual. A descrição detalhada da experiência de 14 (quatorze) mulheres violentadas na cidade de São Salvador – Bahia – e entrevistadas ao longo de três anos (2004-2006), permitiu questionar as concepções usuais do trauma. Pois estas se caracterizam: 1. pela pouca relevância dada à pesquisa dos contextos de interação social após a violência como elementos essenciais da construção de sentidos para a experiência; 2. por apresentarem uma concepção de causalidade linear, ora focada no poder traumático da violência em si mesma, ora destacando as fragilidades psicológicas dos indivíduos afetados. Ao longo da apresentação dos resultados, é definida a noção de *construção social do trauma*, para se referir às diversas dinâmicas sociais que dificultam ou obstaculizam a retomada do cotidiano após as agressões. Em tais processos, enfatiza-se o lugar da dimensão macrossocial ligada a questões como: a estigmatização, a radicalização do mundo da interioridade; o discurso social culpabilizante e o conseqüente bloqueio do partilhar narrativo de experiências aflitivas. Através da história de vida de três mulheres, tenta-se descrever a complexa dinâmica da normalização que envolve: o engajamento corporal em novos projetos, a construção de sentidos a partir da situação biográfica e a criatividade nas reformulações do cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Estupro, Violência sexual, Trauma, Corpo, Temporalidade, Construção Social do Trauma, Normalização, Fenomenologia.

ABSTRACT

This research aimed two goals: first, comprehensively describe the sexual aggression experience involving adult women out of domestic space, and second, resulting from the former, analyze the existential paralysis and/or recomposing processes that may happen in such cases. The accomplishment of both objectives required a discussion that gave emphasis to the subjects as follows: the temporality, the body, the feelings of guilty, and the trauma. The analyses were guided by the phenomenology. Primarily, a review of the trauma concept, broached in four interpretations, was carried out: the psychoanalytical, the psychiatric, the self-therapeutic (mainstream in self-help books), and the common sense. One tried to indicate the limits of such perspectives in an attempt to understand the so-called “sexual aggression effects”. The detailed description of fourteen cases of raped women living in Salvador, Bahia, Brazil, result of interviews carried out for three years (2004-2006), allowed the questioning of the usual concepts of trauma. Such concepts characterize themselves by 1) give little importance to the research of contexts of social interaction after the violence as essential elements to the “making” of senses for the experience and 2) present a linear causality concept sometimes focused on the traumatic power of the violence itself, sometimes emphasizing the psychological weakness of the affected individual. Through the presentation of the results the idea of *social construction of the trauma* was defined in order to refer to the various social complex dynamics that impair or create obstacles to starting over their routine after the aggression. Under such circumstances, one should think of the macro-social dimension as having a relevant connection with subjects like stigmatization, inner world radicalization, guilty social speech and the consequent blockage of the afflictive experiences narrative sharing. Through three raped women’s stories one tries to describe the complex dynamics of normalization that involves “the bodily” engagement in new existential projects, the “building” of meaningfulness from the biographical situation and the creativity on reformulating the day-by-day.

KEY-WORDS: Rape, Sexual Violence, Trauma, Body, Temporality, Trauma Social Construction, Normalization, Phenomenology.

RÉSUMÉ

Cette recherche a essayé d'atteindre deux objectifs. Le premier a été de décrire compréhensivement l'expérience de l'agression sexuelle des femmes adultes hors de l'espace domestique. Le second, résultat de l'antérieur, a été d'analyser les processus de paralisation et/ou de recomposition existentielle qui peuvent en arriver. Pour atteindre ces objectifs on a mis en évidence les thématiques suivantes : la temporalité, le corps, la culpabilité et le trauma. Les analyses sont guidées par la phénoménologie. En espécial, on a fait une révision du concept de trauma, comment il est traité dans quatre interprétations : dans la psychanalyse, dans la psychiatrie, dans la « auto-thérapie », qui est divulguée dans les livres de auto-aide, et dans le sens comum. On a essayé d'indiquer les limites de telles perspectives pour comprendre ce qu'on appelle « effects » de l'agression sexuelle. La description minutieuse de l'expérience de 14 (quatorze) femmes violées à la ville de São Salvador – Bahia/Brésil – et interviewées pendant trois ans (2004-2006), a permis de questionner les conceptions usuelles sur le trauma. Elles sont formées par: 1. peu d'attention donnée à la recherche des contextes d'interaction sociale après la violence comme des éléments essentiels pour la construction de sens sur l'expérience ; 2. présenter une conception de causalité linéaire, soit en focalisant sur le pouvoir de la violence par elle même, soit en mettant en évidence les fragilités psychologiques des individus. Durant la présentation des résultats, est définie la notion de *construction sociale du trauma* par rapport aux plusieurs processus sociaux que font des obstacles pour la supération et la reprise de la vie quotidienne après les agressions. En tels processus on remarque le lieu de la dimension macro-sociale liée aux questions comme : le renforcement de la subjectivité, le discours social de culpabilité sur les victimes et leur conséquent blocage du partage narratif des expériences affligeantes. À travers l'histoire de vie des trois femmes violées, on essaie de décrire la complexe dynamique de la normalisation qui entoure : l'engagement corporel en nouveaux projets, la construction de sens à partir de la situation biographique et la criativité pour reformuler le quotidien.

MOTS CLÉS : Viol, Violence Sexuelle, Corps, Temporalité, Construction Social du Trauma, Normalisation, Phénoménologie.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	01
A violência sexual como questão de pesquisa sociológica	
CAPÍTULO I – A VIOLÊNCIA SEXUAL: CONTORNOS DE UM PROBLEMA POUCO CONHECIDO.....	06
Os números, o país e a cidade	
CAPÍTULO II – A CONTEMPORANEIDADE E A PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA: UM DIÁLOGO COM ZYGMUNT BAUMAN.....	20
A fundação da Modernidade	
Modernidade: o mal-estar fluido	
Por uma sociologia da moralidade	
CAPÍTULO III – O TRAUMA E A COMPREENSÃO DE EXPERIÊNCIAS AFLITIVAS.....	36
A versão psicanalítica do trauma	
Outros olhares sobre o trauma	
O transtorno de estresse pós-traumático: a neurose de guerra revisitada	
CAPÍTULO IV – A VIOLÊNCIA SEXUAL: A EXPERIÊNCIA E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	62
O momento da violência: resistência e compreensão	
As emoções e a recalcitrância da culpa	
A reação de outros ao relato da violência	
CAPÍTULO V – NOS MEANDROS DA LEI E DAS INSTITUIÇÕES	97
Querelas, querelas, querelas ...	
A delegacia de polícia: espaço onde a dor se desdobra	
VIVER: serviço de atenção a pessoas em situação de violência – entre a inovação e a instabilidade	
CAPÍTULO VI - O CORPO E A EXPERIÊNCIA DA AGRESSÃO	122
Memória e esquecimento do corpo	
Um gênio para a ambigüidade	
O corpo: fundamento dos encontros sociais e a Modernidade Reflexiva	
Conhecimento pelo corpo	
Um lugar para o corpo: entre a ruptura e a normalização	
Segredos cuidadosamente guardados - os percursos de Tamar e Ruth	
O corpo que se retrai dos envoltórios	
CAPÍTULO VII – QUANDO A DOR NÃO PARALISA.....	153
Crônica do encontro não desejado – a história de Mabel Lazaroto	
A mobilização do corpo nos caminhos da normalização – a história de Mordecai	
Um relato singular	
Que tempo para a superação?	

CAPÍTULO VIII – SOBREVIVER À VIOLÊNCIA: OS (DES)CAMINHOS DA NORMALIZAÇÃO.....	177
Dimensões Problemáticas	
Lidando com os ecos da experiência: restos problemáticos	
As reformulações do cotidiano	
A religiosidade e os novos significados da violência	
Outros caminhos, outros sentidos	
EPÍLOGO	206
REFERÊNCIAS.....	211
APÊNDICE	221
Apêndice A – considerações metodológicas	
Apêndice B – caracterização geral das entrevistadas e resumo dos casos	

INTRODUÇÃO

A VIOLÊNCIA SEXUAL COMO QUESTÃO DE PESQUISA SOCIOLOGICA

A violência tornou-se um fenômeno onipresente no mundo urbano contemporâneo assumindo formas variadas e complexas (Besteman, 2002; Costa, 1997; Waiselfisz, 1998). A ampla difusão da violência na vida social tem despertado inquietações de diversas ordens: científicas, preventivas, políticas e de segurança pública. Dentre as suas manifestações, despertam um interesse mais urgente as agressões que resultam em lesões corporais e em sérios danos à saúde, os homicídios e a criminalidade organizada. No que concerne à realidade brasileira, o Estado parece ter fracassado em amenizar a incidência da violência, bem como prover o adequado amparo e mediação institucional aos grupos por ela afetados (Pereira et al, 2000; Pandolfi & Carvalho, 1999; Noronha, 1997; Chalhoub, 1995; Zaluar, 1994; Sodré, 1992, Espinheira, 2006). Nesse aspecto, enfrentar a violência é uma questão fundamental, principalmente para determinados grupos sociais, tais como os moradores das áreas periféricas (Bauman, 1997). Nessas áreas, a violência é um fenômeno cotidiano e que requer o desenvolvimento de estratégias para “garantir” um delicado convívio com os constantes riscos de agressão, provenientes de conflitos interpessoais, da marginalidade e das ações ilegais do sistema policial e tentar manter certa estabilidade para o exercício das atividades de subsistência.

Contudo, formas de violência como o estupro e os abusos sexuais de crianças e adolescentes não têm a sua ocorrência restrita a nenhum grupo social e aumentam as instabilidades e o “risco” do cotidiano, principalmente nas grandes cidades. Mas, ainda assim, os crimes sexuais não têm obtido a mesma repercussão social, o mesmo grau de publicização. Não têm entrado no debate público, na cena política, como outros crimes que constantemente são alçados à dimensão do espetáculo pela mídia brasileira. Muitos fatores contribuem para essa permanência da violência sexual nas sombras e no silêncio, como um dilema cuja resolução recai sobre os indivíduos e familiares quase que solitariamente: ser uma agressão que interconecta vergonha, preconceito e intimidade, acionando a ambivalência, além de colocar sob ameaça imagens sociais muito caras como a da família como lugar de amor e a

sexualidade como fonte de prazer. Fatores como estes fazem eco e se amplificam quando são apropriados por um sistema jurídico-policial ineficiente e em vias de se esfacelar.

Apesar do lugar de destaque que a violência e o seu enfrentamento no ambiente urbano ocupam na nossa sociedade, no Brasil, onde em 2005, cerca de 25.027 pessoas, a maioria mulheres, denunciaram ter sofrido alguma forma de violência sexual, ainda são escassos os estudos voltados para a compreensão das experiências e dilemas sociais vividos por aqueles que são vítimas. Raras também são as pesquisas que analisam a experiência do sofrimento humano aí vivenciado. Grande parte da pesquisa brasileira surgida nas últimas décadas prende-se a questões relacionadas às causas, determinações ou efeitos sócio-culturais desse fenômeno em termos mais gerais. Por outro lado, a quase totalidade da literatura tem-se centrado na violência doméstica contra crianças e adolescentes, (Azevedo & Guerra, 1993; Braun, 2002; Britto, 2005; Ferrari e Vecina, 2002; Machado, 2003; Martins, 2002; Mees, 2001; Passetti, 1999; Roure, 1996; Sadigurski, 1999 e Westphal, 2002), sobretudo com uma ênfase na militância política para a garantia dos direitos desse grupo. Com relação às agressões contra a mulher, predominam os estudos sobre a violência doméstica (Bretonnière-Fraysse et al, 2001; Grosssi & Werba, 2001 e Hértier et al, 2000 e Morrison & Bihel, 2000), tendo no homem conhecido ou companheiro o principal autor destas agressões o que leva as análises a uma discussão de gênero marcadamente feminista. Nestes trabalhos as violências sofridas pelas mulheres são vistas como resultado de condições históricas e sociais de formação do masculino e feminino que delimitam os lugares e ideais para os sexos nos mais variados âmbitos sociais: família, trabalho, sexualidade e espaço público. Segundo tais análises, cada campo social instaura uma violência peculiar: no espaço privado contra as mulheres, no espaço público contra os homens, tendo a lógica patriarcal desempenhado um papel crucial na articulação e instauração da violência contra a mulher na medida em que tal sistema a colocou numa posição objetificável de propriedade masculina (Saffioti, 2004 e Schraiber et al, 2006).

Nos incipientes trabalhos que começam a ser desenvolvidos mais recentemente sobre o estupro verifica-se que ao lado das análises das questões de gênero não são analisadas as vivências concretas destas mulheres (Lopes et al, 2004; Schraiber et al, 2005; Sudário et al, 2005; Vargas,1999 e Züwick,2001). São quase inexistentes pesquisas analisando a vivência, a experiência de homens e mulheres adultos afetados pelos crimes sexuais nos espaços urbanos

mais amplos e de vizinhança. Este quadro se deve também à dificuldade de ter acesso a estes indivíduos (Sudário et al, 2005) que apenas são conhecidos se denunciarem nos órgãos jurídico-policiais ou via as raras instituições especializadas em seu atendimento. Mas, independente das razões, ao silêncio das vítimas soma-se o silêncio científico.

Propomos neste estudo contribuir para lançar alguma luz sobre esta “violência das sombras”, a partir de diversas narrativas de mulheres afetadas, que pouco a pouco elucidarão algumas das mais importantes dimensões sociais implicadas na experiência de ser sexualmente agredido. Destacamos, sobretudo, os processos de recomposição ou paralisação existencial que se seguem aos estupros, o que nos levará a uma releitura do conceito tradicional de trauma que freqüentemente é associado a essa temática, inclusive pelo senso comum e também a uma análise da articulação do corpo e/ou da temporalidade nesta experiência.

O trabalho está organizado em 8 capítulos, no primeiro, intitulado: “*A violência sexual: contornos de um problema pouco conhecido*”, apresentamos um delineamento e caracterização das manifestações da violência sexual no Brasil e, em especial, em Salvador. Discutimos algumas estatísticas nacionais e locais que, mesmo precárias, nos permitem visualizar a magnitude deste grave problema e estabelecer algumas características gerais de vítimas e agressores. No capítulo seguinte, discutimos alguns pressupostos macrossociais da produção da violência à luz das configurações da Pós-Modernidade. Toma-se como base a descrição das análises realizadas pelo sociólogo Zigmunt Bauman, durante a qual tentaremos estabelecer conexões com outros autores que ao tematizarem a contemporaneidade também indicam os seus processos peculiares de engendramento da violência. O capítulo se encerra com uma breve comparação entre as temáticas debatidas e a sua pertinência na compreensão de alguns aspectos da violência na realidade brasileira. Esta discussão será o ponto de passagem para a análise do conceito de trauma no capítulo seguinte.

Amplamente arraigado no senso comum, tema constante dos livros de auto-ajuda e com uma antiga tradição em ramos do conhecimento como a psicanálise, a psiquiatria e a psicologia, a noção de trauma é freqüentemente associada aos resultados da agressão sexual. Trauma, neste sentido adquire um significado psicopatológico e se refere à paralisação existencial ligada a sintomas como: despersonalização, memória recorrente da situação dolorosa, insônia, alterações duradouras da personalidade e da sexualidade e incapacidade de esquecer. Tentamos apontar, no capítulo terceiro, algumas fragilidades do uso do conceito de

trauma na medida em que freqüentemente oscila entre uma perspectiva objetivista e uma subjetivista, ou então numa terceira via que combina as duas anteriores. Destas perspectivas estão praticamente ausentes uma consideração pelos processos sociais, pelas interações que dão novos sentidos à agressão sofrida e são parte essencial seja de uma paralisação, seja de uma superação. É o que nos leva a falar de uma “*construção social do trauma*” que, sem desconsiderar o que há de problemático na **própria experiência** da violação sexual, chama a atenção para a conexão inextrincável desta com a sua apropriação social e é a partir daí que novos sentidos vão se plasmando.

Para demonstrar este argumento central, o capítulo quarto, o mais denso deste trabalho – “*A violência sexual: a experiência e seus desdobramentos*” – analisa as diversas dimensões da experiência da agressão sexual: o momento da agressão propriamente dita, as interações com o agressor, as emoções que emergem e paralisam e os momentos subseqüentes quando entrarão em cena Outros olhares que envolvem atores como: os maridos, a comunidade, o próprio agressor entre outros. Esses Outros olhares, na maioria das situações analisadas, envolvem a produção de estigmas e a culpabilização da vítima. Desdobrando esta discussão o capítulo cinco – “*Nos meandros da lei*” – realiza uma verificação das bases legais vigentes no Brasil que devem orientar a prática dos operadores do direito frente à vítima de violência sexual e aos acusados. As muitas querelas que ali têm lugar, e que se refletem na prática policial e na delegacia, estão entre os fatores que impedem um atendimento adequado dos anseios das mulheres agredidas pelo sistema jurídico-policial. O capítulo se encerra com a apresentação do Projeto VIVER, instituição do Governo do Estado da Bahia, lócus da pesquisa. Ao detalhar a experiência da violência sexual e seus desdobramentos à medida em que é ressignificada pelas interações com outros atores e instituições, se explicita a dimensão corporal, analisada no capítulo seis através da história de vida de duas mulheres: Tamar e Ruth. Sob a orientação das reflexões fenomenológicas, tenta-se iluminar alguns aspectos dos processos corporais envolvidos no sofrimento e na sua superação.

O capítulo sete trata da história de três mulheres agredidas. Tenta-se, em mais detalhe, descrever os elementos envolvidos nos processos de superação da violência, ou seja, “*Quando a dor não paralisa*”. Importantes temáticas nascem dessa discussão, sobretudo o lugar do corpo e da situação biográfica na construção de sentidos e a temporalidade. Para descrever em maiores minúcias o processo de recomposição existencial após as agressões, o capítulo oito, analisa alguns dos recursos acionados individualmente pelas mulheres agredidas.

Discute também algumas características do processo de recuperação: os novos envolvimento nos quais as mulheres se engajam, o lugar peculiar da religiosidade, das reformulações do cotidiano, do diálogo com seres inanimados e animais de estimação e da criatividade.

Ao longo dos diversos capítulos voltaremos à discussão e questionamento de importantes pressupostos presentes no conceito usual de trauma e nas idéias acerca da experiência da agressão sexual. Na conclusão, busca-se retomar as várias análises desenvolvidas e estabelecer algumas pontuações sobre o trauma e a experiência da violência sexual. Em termos metodológicos (ver Apêndice A), desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa centrada em quatorze entrevistas com mulheres sexualmente agredidas (ver Apêndice B) e atendidas pelo VIVER – Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência – um órgão da Secretaria da Segurança Pública do Governo do Estado da Bahia. Este Serviço atua em regime de plantão de 24 horas com profissionais das áreas de medicina, psicologia, enfermagem, serviço social e direito; e oferece profilaxia de DSTs e Aids, bem como contracepção de emergência. As entrevistas das mulheres foram complementadas por observação participante no VIVER e entrevistas com alguns profissionais que lidam diretamente com a violência sexual: dois psicoterapeutas, um advogado e um delegado de polícia. A pesquisa foi desenvolvida no período de 2004 a 2006.

Passemos, então, à análise da experiência da violência sexual, seus desdobramentos e os processos de recomposição que aí têm lugar. Como caminho preparatório, apresentaremos os contornos característicos da expressão da violência sexual. Visualizaremos alguns dados relevantes em nível nacional e local.

CAPÍTULO I

A VIOLÊNCIA SEXUAL: CONTORNOS DE UM PROBLEMA POUCO CONHECIDO

OS NÚMEROS, O PAÍS E A CIDADE

A cidade de São Salvador conhecida por tantos como o lugar da festa, da alegria e da solidariedade harmônica, exemplo de um “barroquismo pós-moderno” (Maffesoli, 1996), vem sofrendo a cada dia um aumento da violência e da insegurança dela decorrente. Os dados sobre o número de homicídios no Estado, um indicador significativo da qualidade de vida de qualquer comunidade, bem como de seu potencial de violência, não são nem um pouco favoráveis para a Bahia. Em uma pesquisa recente (2006) realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP – e pelo Instituto de Pesquisas Geográficas e Estatísticas – IBGE – a Bahia aparece no grupo de estados brasileiros com as mais altas taxas de crimes violentos letais intencionais¹ por 100.000 habitantes, entre 20 e 30. Na Bahia, em dois anos, 2004 e 2005 ocorreram 5769 homicídios dolosos, ou seja, intencionais, sendo que deste total 1696 em Salvador, o que coloca a Capital acima da média de homicídio do Estado com 31,6 e 32,8 homicídios por 100.000 habitantes em 2004 e 2005, respectivamente. No que se refere ao sentimento de segurança na cidade, segundo Noronha et col, (1997) 88% da população adulta se sente insegura nas ruas. Refinando esta análise, é importante ressaltar que a Bahia aparece como a sexta economia do país e o 27º Estado em desenvolvimento humano, reafirmando uma constatação já bastante óbvia de que o desenvolvimento econômico não tem se revertido em desenvolvimento e segurança sociais.

Diferente de outras formas de agressão, no Brasil, a violência sexual dificilmente é trazida para o debate e conhecimento público pelas pessoas afetadas, um quadro bem diverso do apontado por pesquisadores (Vigarello, 1998 e Sagan, 1996) como existente em muitos

¹ Os dados destes crimes são compostos pela agregação do número de homicídios dolosos, de lesões corporais seguidas de morte e de roubos seguidos de morte.

países europeus e nos Estados Unidos, onde o tema da agressão sexual já alçou dimensões espetaculares com suas cifras e seus efeitos sendo amplamente debatidos e, suas vítimas, presença usual na mídia, em autobiografias e nos livros de auto-ajuda. Os dados disponíveis no Brasil sobre a ocorrência de estupros e atentados violentos ao pudor – categoria que envolve práticas como sexo anal e oral impostos por violência física e ameaças – se baseiam apenas nos casos denunciados à polícia, embora se saiba que os casos não denunciados são em número relevante e formam a assim chamada *cifra oculta*. Com relação aos estupros os dados nacionais mais recentes também divulgados pela SENASP/IBGE²(2006) mostram que em 2004 um total de 6.229 mulheres registraram ter sofrido um estupro e em 2005 este número chegou a 7.550 mulheres; com relação ao atentado violento ao pudor, crime que também engloba um percentual de vítimas do sexo masculino, em 2004, 5.529 pessoas o denunciaram nas delegacias do país e em 2005 este número passou para 7.172 vítimas denunciadas, a sua maioria, 73,5%, envolvendo vítimas entre zero e 17 anos de idade. Se somarmos os totais das duas modalidades de violência que têm muito em comum, diferenciando-se mais em termos jurídicos que em termos reais teremos uma cifra assombrosa de 14.722 pessoas afetadas pela violência sexual em 2005 em todo o país. Se acrescentarmos a estas informações os números verificados nos Estados³ (São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) que não foram englobados pela pesquisa SENASP/IBGE (2006), obtidos em suas respectivas Secretarias de Segurança Pública para o ano de 2005 (DATASEG, 2006, Miranda et al, 2007 e SSP São Paulo, 2006), tem-se um total nacional aproximado de vítimas de estupro e atentado violento ao pudor em 2005 de 25.027 pessoas. Em sua quase totalidade, mulheres.

Na Bahia o estupro foi denunciado por 1.173 mulheres em 2004 e em 2005 este número passou para 1.233, estabelecendo uma taxa de 17,64 estupros por 100.000 mulheres. Já o atentado violento ao pudor foi registrado por 825 pessoas em 2004 e em 2005 por 979, estabelecendo uma taxa de 7,09 atentados por 100.000 habitantes. Se, mais uma vez somarmos

² Estes dados coletados pela SENASP/IBGE constituem um dos mais abrangentes levantamentos realizados no Brasil sobre os crimes contra os costumes onde se enquadram o estupro e o atentado violento ao pudor. Ainda assim, não traduzem a plena realidade do país, uma vez que devido a problemas institucionais os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que estão entre os mais populosos do país, não forneceram os dados para os anos de 2004 e 2005. Pesquisa com relação ao ano de 2006 ainda está em processamento devendo ser divulgada em 2008. Assim, para contemplar tais dados buscamos informações nas Secretarias de Segurança Pública dos três Estados ausentes do levantamento SENASP/IBGE.

³ Destaca-se que no caso de São Paulo, não foi possível obter dados sobre atentados violentos ao pudor do ano de 2005. Quanto a Santa Catarina e Sergipe não foi possível obter dados.

os valores totais de 2005, teremos a cifra igualmente perturbadora de 2.212 pessoas, em sua quase totalidade mulheres, que sofreram agressões sexuais em Salvador.

Os dados nacionais e locais coincidem com relação ao sexo e à faixa etária das vítimas. No caso do *estupro*, do qual legalmente apenas as mulheres podem ser vítimas, quanto às suas idades, a pesquisa apresentou os seguintes resultados: na faixa que vai de zero a 17 anos, estão 58,3% dos casos. Ampliando-se um pouco esta faixa para incluir as idades entre zero e 24 anos verificamos que 80% dos casos de estupro aí se concentram, sendo mais raro uma mulher sofrer violência sexual à medida que sua idade ultrapassa os 24 anos de idade. O mesmo se verifica com o *atentado violento ao pudor* com 86,6% das vítimas na faixa etária de zero a 24 anos. Quanto ao sexo das vítimas, 70,6% são mulheres e 29,4%, homens. No que diz respeito aos agressores, no caso de estupro, legalmente apenas homens podem ser praticantes deste crime, e 59,4% dos autores têm idades entre 12 e 29 anos, havendo uma outra concentração significativa na faixa etária que vai dos 35 aos 64 anos, 24,7%. Estes números, nacionais e locais, ainda que limitados em sua capacidade de explicitar a real incidência da violência sexual são suficientes para a constatação da gravidade do problema, sobretudo por atingir predominantemente crianças e adolescentes entre zero e quatorze anos de idade, período de desenvolvimento reconhecidamente vulnerável, podendo as repercussões da violência comprometer um amadurecimento psicológico e cognitivo saudável. Trata-se, portanto, de um problema de saúde pública que tem incidência semelhante à de doenças como o câncer cujo combate tem sido alvo de grande atenção das agências de saúde pública. Para sermos mais precisos, o câncer de colo de útero, cuja taxa estimada para 2006 na Bahia foi de 13,86 por 100.000 habitantes (Brasil, 2006) é inferior à taxa de estupros de 17,64 por 100.000 mulheres em 2005. Indicador sugestivo da relevância da criação de políticas públicas de saúde para este público, ainda mais quando se considera que a violência sexual é uma via para contágio de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo a AIDS⁴, assim como de gravidez indesejada.

Do mesmo modo, não existem dados de representatividade nacional e local sobre: a relação da vítima com o agressor, classe social das vítimas, local onde ocorrem as agressões, número de agressores envolvidos nas ocorrências e a repetição do crime com uma mesma vítima. Informações cruciais para a compreensão do problema. Contudo, informações esparsas

⁴ Importante reconhecimento dessa realidade, deu-se em 2001 com a implantação pelo Governo Federal, do Programa Sentinela. Este programa articula Estados e Municípios na criação de centros de referência para o apoio de vítimas de violência sexual com atendimento jurídico, psicológico e social.

coletados por grupos de pesquisa e alguns organismos em estados brasileiros (Lopes et al, 2004; Schraiber et al, 2005; Sudário et al, 2005; Vargas,1999 e Züwick, 2001) nos dão os seguintes elementos: a) usualmente os agressores são conhecidos e pertencem ao círculo da intimidade ou dos “conhecidos”; b) as pessoas mais atingidas e/ou vulneráveis estão situadas nos estratos sociais mais pobres, apesar de haver registros de vítimas pertencentes às várias classes sociais e c) existe uma *cifra oculta* que se refere aos casos não denunciados, pois as pesquisas se baseiam apenas nos casos registrados nas delegacias de polícia, hospitais e serviços de saúde. Podemos também tentar algumas inferências complementando este panorama geral com os dados coletados no VIVER, Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência, instituição da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia⁵. No período de 2001 a 2006 foram atendidas no VIVER 4.149 mulheres que sofreram estupros e atentados violentos ao pudor e outros 388 homens em sua maioria crianças e adolescentes que sofreram atentados violentos ao pudor em Salvador e Região Metropolitana, conforme a Tabela I:

Tabela I – Casos Atendidos Pelo VIVER entre 2001 e 2006

Faixa etária	Feminino	Masculino
Até 14 anos	2326	354
De 15 a 18 anos	678	21
De 19 em diante	1145	13
TOTAL	4149	388

Fonte: Levantamento realizado no VIVER – 2001-2006

A Tabela II demonstra a relação de proximidade ou de vizinhança de pessoas agredidas com os agressores:

⁵ Apresentamos uma descrição detalhada do VIVER mais à frente. Aqui é preciso destacar que este Serviço oferece atendimento médico, jurídico, psicológico e psiquiátrico a vítimas de violência sexual.

Tabela II - **Relação de Proximidade da Vítima com o Agressor**

Agressor	Quant. de casos	Percentuais
Conhecido	3177	70%
Desconhecido	1244	27%
Sem Informação	116	3%

Fonte: Levantamento realizado no VIVER – 2001-2006

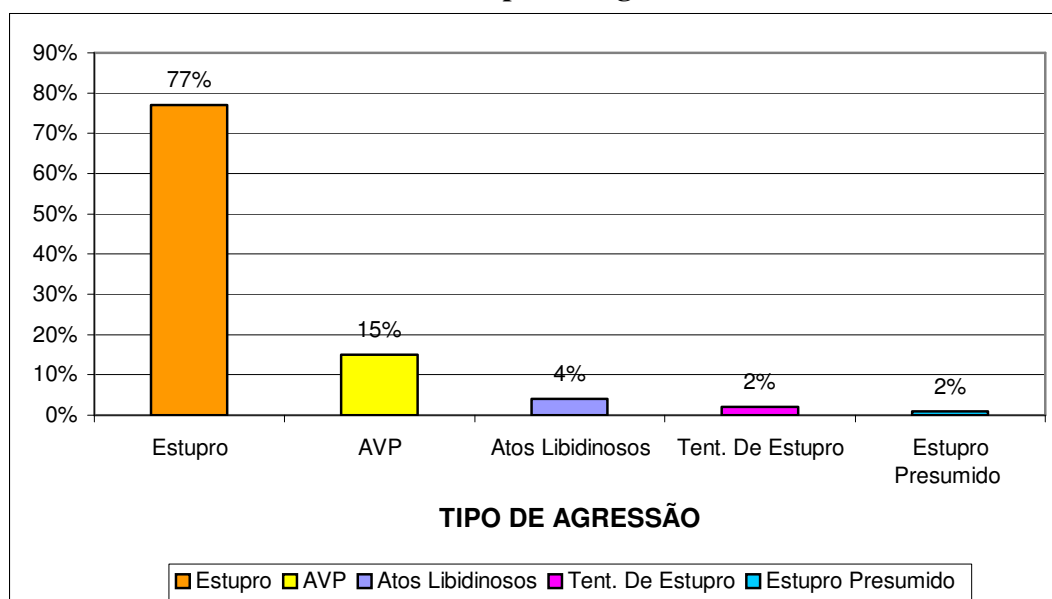
Pode-se verificar que 70 % dos agressores pertencem ao ciclo de relações das pessoas agredidas. Entre os agressores conhecidos ou próximos à vítima aparecem vizinhos e parentes conforme Tabela III:

Tabela III – **Classificação dos Agressores Conhecidos pela Vítima**

Agressor	Quant. de Casos	Percentuais
Parentes	1137	36%
Vizinhos	774	24%
Outros	1266	40%

Fonte: Levantamento realizado no VIVER – 2001-2006

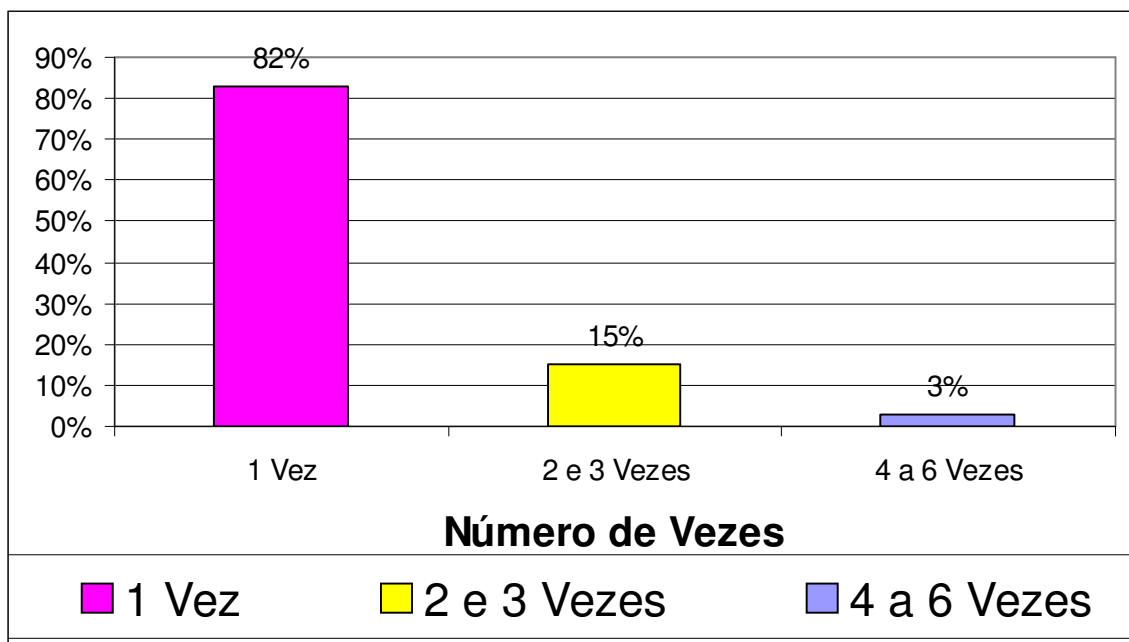
Quanto ao tipo de violência praticada, dentre os casos atendidos pelo VIVER, a quase totalidade denunciada à polícia, o Gráfico I apresenta dados relevantes para delinear aspectos do fenômeno como se manifesta em Salvador e Região Metropolitana:

GRÁFICO I⁶ – Tipos de Agressão Sexual

Fonte: Pesquisa de Campo/VIVER: 2001-2006

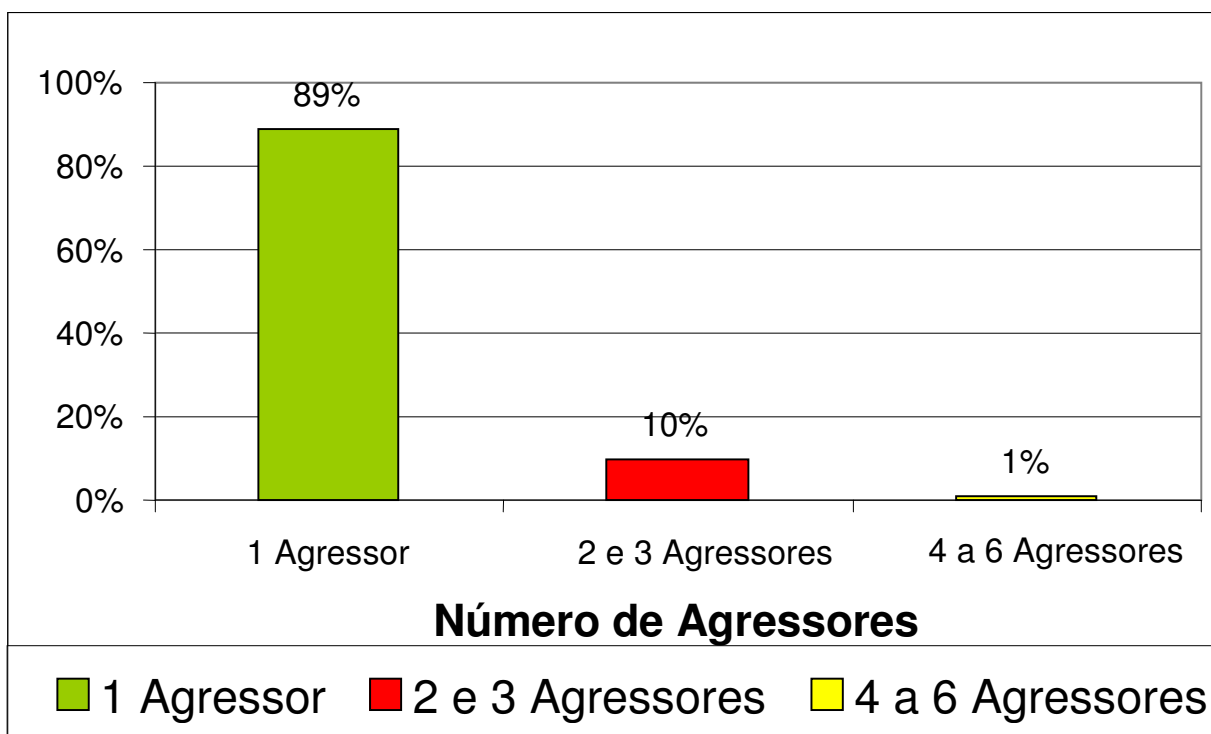
Esses dados demonstram a predominância da modalidade *estupro* entre os casos atendidos, que, de acordo com a legislação atual, se refere à penetração vaginal pelo pênis mediante uso da força ou grave ameaça. Quanto ao número de vezes que essas agressões ocorreram com uma mesma vítima, pode-se verificar o Gráfico II:

⁶ **AVP – Atentado violento ao pudor:** envolve agressões como sexo oral e anal praticados mediante violência ou grave ameaça. Segundo a legislação vigente, constitui crime. **Atos Libidinosos:** práticas como carícias, toques, beijo e semelhantes sem consentimento da vítima ou envolvendo jovem de até 14 anos, também constitui crime, aparece em separado no Gráfico I, mas legalmente podem ser tipificados como Atentado Violento ao Pudor. **Tentativa de Estupro:** estupro não consumado. **Estupro presumido:** relação sexual com jovem de até 14 anos de idade, independente de consentimento deste ou de ausência de violência ou grave ameaça. Segundo legislação vigente, constitui crime. **Tentativa de Estupro:** estupro não consumado.

GRÁFICO II – Número de Vezes que uma Mesma Vítima Foi Agredida Sexualmente

Fonte: Pesquisa de Campo/VIVER 2001-2006

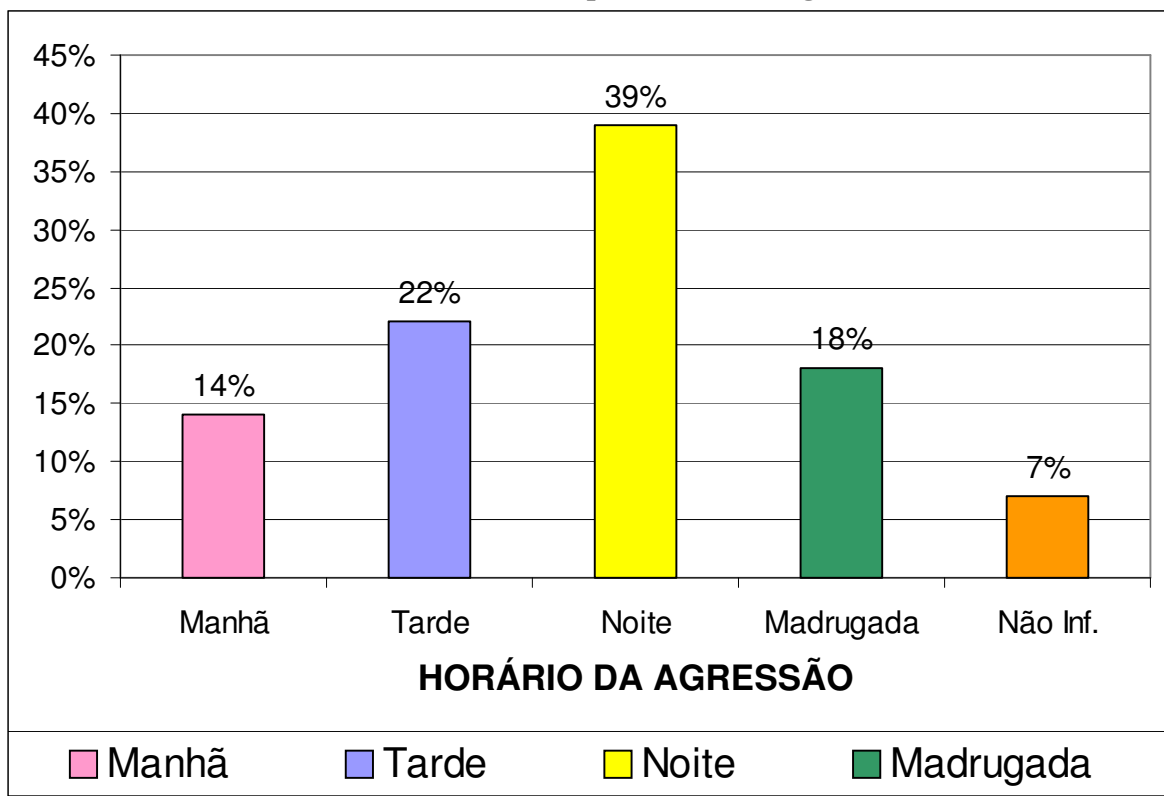
O que se destaca nos dados do Gráfico II é que, dos casos atendidos no VIVER, um percentual importante sofreu a agressão mais de uma vez, 18%. Esse dado não deve ser desconsiderado na avaliação da gravidade dessa violência e suas repercussões. Outro elemento importante diz respeito ao número de agressores envolvidos no mesmo crime sexual. Esta informação aparece no Gráfico III:

GRÁFICO III – Número de Agressores que Praticaram a Violência

Fonte: Pesquisa de Campo/VIVER 2001-2006

Como se verifica, dentre os casos atendidos, a violação sexual envolveu até seis agressores simultaneamente. Com os percentuais deste tipo de crime, envolvendo mais de um agressor, chegando a 11%. Esse dado é crucial para começarmos a compreender uma das muitas razões da inadequação da exigência, tão comum na prática jurídico-policia, de uma reação da mulher agredida. Exigência que precisa ser atendida, seja como critério para confirmar a ocorrência do crime, seja para atestar a veracidade dos relatos das mulheres e/ou sua inocência. Do mesmo modo, as ações de saúde a serem propostas para este público precisam levar em conta este aspecto.

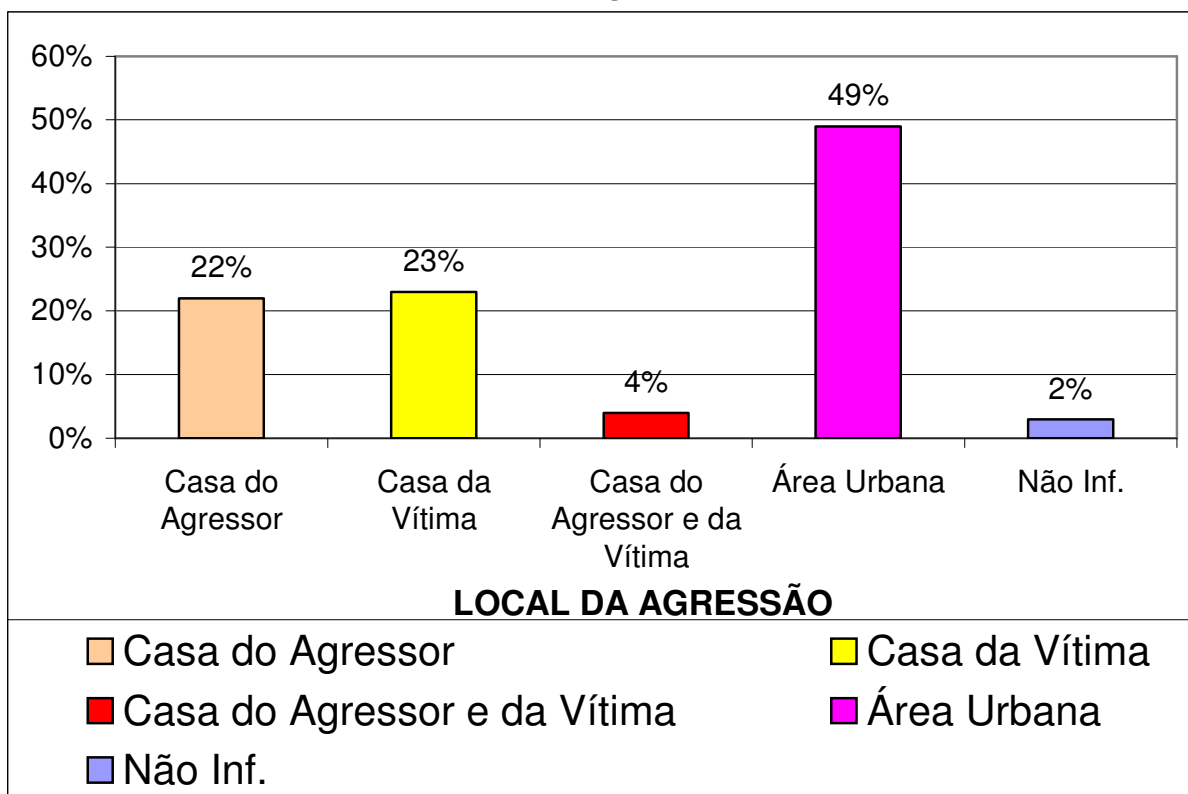
No que se diz respeito aos horários nos quais as agressões ocorrem, o Gráfico IV apresenta elementos importantes para estabelecer outros traços do perfil desse crime em Salvador:

GRÁFICO IV – Horários em que Ocorreu a Agressão Sexual

Fonte: Pesquisa de Campo/VIVER 2001-2006

É possível concluir do Gráfico IV que há uma concentração significativa da ocorrência dos crimes sexuais nos horários de “escuridão” ou “penumbra” com 57% deles ocorrendo à noite e durante a madrugada. Este parece ser mais um dos elementos que dificulta o reconhecimento do agressor e que dificulta a possibilidade de defesa das mulheres.

No que se refere aos locais onde ocorrem as violências, vejamos o Gráfico V:

GRÁFICO V – Locais onde a Agressão Sexual Foi Praticada

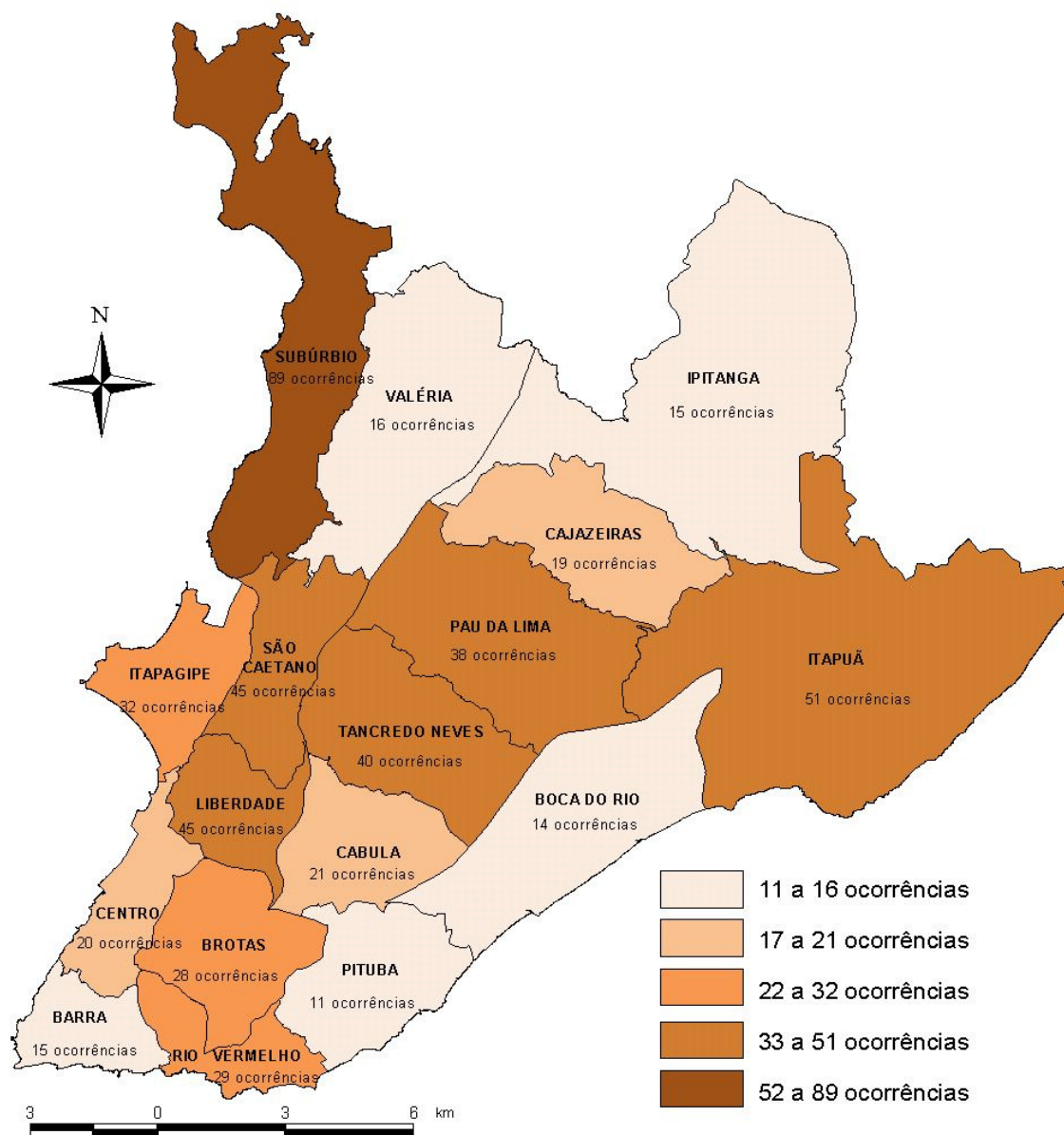
Fonte: Pesquisa de Campo/VIVER: 2001-2006.

Os espaços fora do lar aparecem com destaque no Gráfico V, em 49% dos casos de violência sexual. Área urbana aqui se refere a espaços não-domésticos como: ruas, matagais, casas abandonadas etc. É importante mencionar também o total de 45% de casos ocorridos na casa da própria vítima e na casa do agressor. Estas ocorrências, permitem por em questão a “padronização” do crime sexual como um crime da rua, o que é amplamente aceito pelos agentes de segurança pública.

Com relação à distribuição espacial e social dos casos atendidos no VIVER temos um levantamento de 2002 realizado por Britto (2005) entre os casos de crianças e adolescentes. Vejamos o mapa⁷ construído pela autora:

⁷ Mapa que não nos permite caracterizar “regiões mais violentas da cidade” uma vez que os números absolutos não autorizam esta inferência. Para estabelecer tal relação seria necessária a expressão dos dados do mapa em taxas por 100.000 habitantes. Trata-se, portanto, no mapa a seguir, de apenas demonstrar a concentração de violência sexual registrada nos bairros mais desamparados economicamente.

MAPA I – Distribuição Espacial dos Casos de Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes em Salvador por Regiões Administrativas no Ano de 2002

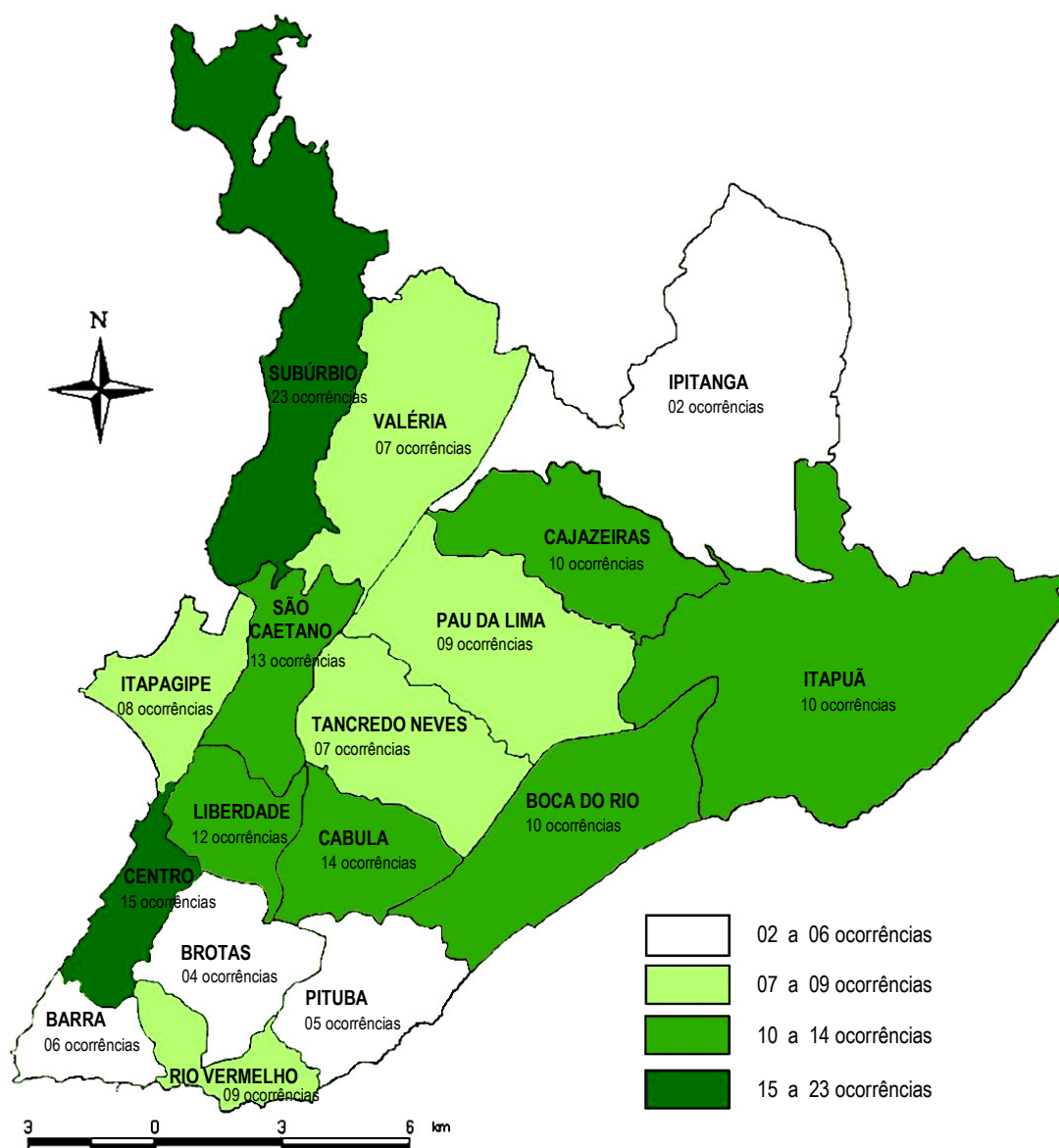


Como fica evidente, as ocorrências de violência notificadas são provenientes e concentram-se nas Regiões Administrativas mais carentes de Salvador a exemplo do Subúrbio, composto pelos bairros de: Coutos, Periperi, Paripe e Plataforma, e que aparece como a mais pobre da cidade em algumas pesquisas (Cruz, 2000). Mapa semelhante elaborado pelo autor

tomando por base o ano de 2005 e incluindo apenas os casos de mulheres adultas agredidas sexualmente na cidade de Salvador, corroborou os dados encontrados por Brito (2005).

Vejamos este Mapa II:

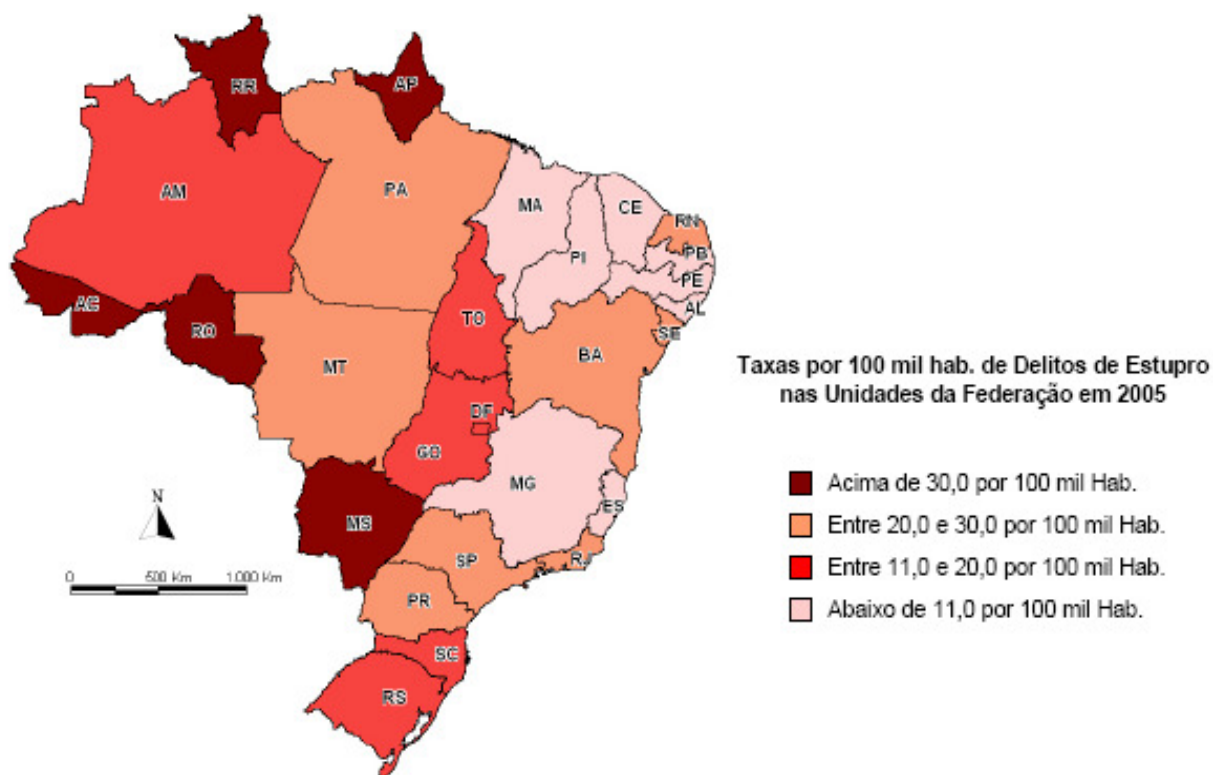
Mapa II – Distribuição Espacial dos Casos de Violência Sexual Contra Mulheres em Salvador por Regiões Administrativas no Ano de 2005



Fonte: Pesquisa de Campo/VIVER 2004-2006.

As áreas de onde provêm a maioria das denúncias de violência sexual, como se vê nos Mapas I e II têm em comum a pobreza e amplos segmentos que são definidos pelos geógrafos como de *habitações subnormais*, em invasões e favelas, com altos índices de chefes de família sem rendimentos. A mesma realidade parece se repetir em nível nacional quando visualizamos as taxas de estupro por 100.000 mulheres distribuídas pelas regiões do Brasil como mostra o Mapa III elaborado por SENASP/IBGE (2006):

MAPA III – Taxas de Estupros por 100.000 Habitantes nas Unidades da Federação em 2005



Fonte: SENASP/IBGE, 2006

As taxas nacionais de estupro parecem, assim, seguir a mesma tendência verificada localmente. Os Estados com as mais altas taxas de estupro estão entre os mais pobres do País: Acre, Roraima, Rondônia e Amapá. Não se trata aqui de revitalizar um vínculo causal já tornado obsoleto pelas Ciências Sociais (Espinheira, 1999, Wacquant, 2001, Zaluar, 2004 e

1985 e Zaluar et al 1994) entre espaço e violência ou entre pobreza e violência⁸. Mas é possível interpretar estes dados apresentados nos Mapas I, II e III como indicadores muito sugestivos de que as populações mais pobres estão entre as mais expostas às diversas modalidades de violência, inclusive à sexual. Ademais, os mapas foram construídos com os dados de pessoas que resolveram denunciar a agressão sofrida e sabe-se que, por exemplo, na população de Salvador o grupo que expressa maior confiança na polícia está precisamente entre as populações pobres, sendo amplo o seu descrédito nas camadas médias e altas que podem acionar mecanismos não ligados às redes do Estado para o enfrentamento e mesmo ‘ocultação’ da violência (Noronha, 1997). Por conseguinte, ressaltar que, em uma proporção notável, as pessoas que sofrem agressões sexuais estão também expostas a um nível de carência econômica e social às vezes extremas nos remete à reflexão sobre a amplificação dos ecos da violência. Lidar com as agressões sofridas tanto se somará às já árduas necessidades de sobrevivência e trabalho diárias, como também terá implicações diretas nas dificuldades para superar a violência pelas vias institucionais disponíveis: delegacia, Justiça, o VIVER, pois todos eles exigem o dispêndio de recursos financeiros em transportes semanais e alimentação fora de casa. Em nossas observações na sala de espera do VIVER, o tema da impossibilidade de continuar a frequência aos próprios atendimentos ou ao dos filhos era recorrente e motivo de angústia frente à suspensão iminente e não desejada do tratamento. Por outro lado, as pessoas levam consigo o seu contexto e suas carências e a partir deles elaboram suas expectativas com relação ao atendimento institucional. Dessa forma, espera-se do VIVER, por mais que este se apresente como um serviço especializado de saúde, que seja também um veículo mediador ou que diretamente atenda as demandas de ordem social: emprego, moradia, alimentação, transporte etc. Demandas que, frustradas, podem levar ao abandono do Serviço.

Tais dimensões serão ressaltadas em diversos momentos desse trabalho, visando complexificar a compreensão da violência, seus “efeitos” e sua superação. Ainda com o objetivo de ampliar a compreensão de tais questões, discutiremos a seguir alguns dos elementos formadores da Modernidade, através de um diálogo com o sociólogo Zygmunt Bauman.

⁸ A inconsistência do argumento centrado em uma causalidade linear entre pobreza e violência sexual se revela também quando consideramos que estão entre alguns dos Estados mais pobres do Brasil as menores taxas de estupro (abaixo de 0,11 por 100.000 habitantes) como o Piauí e Alagoas. Assim parece indubitável a necessidade de estudos que levem em conta dimensões mais complexas envolvidas na produção da violência e na vitimização.

CAPÍTULO II

A CONTEMPORANEIDADE E A PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA: UM DIÁLOGO COM ZIGMUNT BAUMAN

“Os atos eram monstruosos, mas o agente – ao menos aquele que estava agora em julgamento – era bastante comum, banal, e não demoníaco ou monstruoso. Nele não se encontrava sinal de firmes convicções ideológicas ou de motivações especificamente más, e a única característica notória que se podia perceber tanto em seu comportamento anterior quanto durante o próprio julgamento e o sumário de culpa que o antecedeu era algo de inteiramente negativo: não era estupidez, mas *irreflexão*.” Hannah Arendt em *A vida do espírito*.

“O homem moderno acredita, experimentalmente, às vezes num valor, às vezes em outro, para logo abandoná-los. A lista de valores superados e abandonados é sempre muito vasta, constantemente observa-se com maior clareza o vazio e a pobreza dos valores. O movimento é incontrolável ... Essa história que eu lhes conto é a história dos dois próximos séculos” Nietzsche em *Humano demasiado humano*.

Como a análise da experiência da agressão sexual pode facilmente resvalar em um psicologismo simplório, ou em uma causalidade linear, partiremos de uma compreensão macrossocial da violência tentando apontar, à luz da obra de Zigmunt Bauman, alguns fatores sociais que, sem se tratarem de causas, compõem a *configuração* (Elias, 1994) freqüentemente esquecida, em que a violência sexual tem lugar. Tentaremos desenvolver um olhar mais amplo sobre o fenômeno da violência. A contemporaneidade será analisada no que esta pode estar fomentando a violência em geral e a sexual em particular, bem como em que medida favorece ou bloqueia as possibilidades de recomposição em situações de violência. Voltaremos, ao longo deste trabalho, a muitos pontos desenvolvidos neste capítulo, por exemplo, quando discutirmos a “construção social do trauma”, a culpabilidade, o individualismo e a radicalização da subjetividade. Tais considerações poderão também nos fornecer bases complementares para o entendimento do fenômeno da violência sexual atualmente marcado exclusivamente por uma leitura de gênero. O interesse especial pela obra do sociólogo polonês se deve ao rico debate que ele estabelece com diversos autores que também analisam o perfil

da Modernidade e aos quais faremos referência ao longo de nossa análise. Assim, as idéias baumanianas funcionarão aqui como uma síntese de muitos debates atuais.

A FUNDAÇÃO DA MODERNIDADE

O mito fundador da Modernidade, e que esta tenta afirmar insistentemente, é que seu surgimento consistiu na superação da “barbárie pré-social” se desdobrando em civilização dignificada. Comentando este mito etiológico, Bauman (1998A) afirma que ele se arraigou profundamente na consciência ocidental e mais que isso, encontrou sua legitimidade na própria sociologia em diversas de suas correntes teóricas. Um exemplo representativo se encontraria na grande “fama” que a obra *O Processo Civilizador* de Nobeit Elias (1990) vem conquistando com o seu pressuposto básico de que a sociedade ocidental tem passado por um crescente processo de contenção e auto-disciplinamento que resulta no controle das pulsões, entre elas, da agressividade. Mesmo no pensamento sociológico clássico, segundo Bauman, encontramos ecos da legitimação do mito fundador da Modernidade: em Marx na sua “profecia” de que a sociedade viria a ter o pleno controle da espécie humana quando esta se liberasse dos paroquialismos locais e em Weber no seu entendimento da racionalização como um caminho rumo à obtenção de mais com menos esforço. Se seguidas em todas as suas implicações, estas concepções “miticamente” informadas nos levam a pensar a violência como oposição, exclusão ou mesmo um fracasso pontual da Modernidade e jamais um produto de sua própria lógica estruturante.

Mas, independente de qualquer decisão sobre este impasse, as evidências concretas demonstram que a agressão/violência está longe de ter sido superada pelos ideais civilizatórios da Modernidade e que a sua contenção, sobretudo na dimensão urbana, cada vez mais uma necessidade premente. Necessidade que está entre as urgências das instituições governamentais e não-governamentais por haver a violência se tornado onipresente no mundo urbano contemporâneo e ter suas repercussões alçadas ao espetáculo público através das abordagens midiáticas. Aí a violência é freqüentemente tratada como um corpo estranho que se abate sobre a vida de cidadãos honestos, na maioria das vezes praticada por seres anormais e desumanos, ou melhor, que nem podem ser considerados, estritamente falando, “humanos”. O apelo aos mitos biologizantes para explicar a violência tem uma forte ressonância em um senso comum apavorado e incapaz de compreender as novas formas da violência com os seus

antigos padrões cognitivos e que tem na opinião especializada a chancela da verdade. Além do conforto psicológico as reiteradas afirmações da violência como o produto de seres biologicamente deformados é eficaz na *produção social da indiferença moral* (Bauman, 1998A e B) para com a eliminação cada vez mais sistemática e institucionalizada dos ditos agentes da agressão.

Ao lado desta percepção, a associação direta entre violência e pobreza determina uma ação das agências de segurança pública crescentemente temerária e opressiva dos pobres – “classes perigosas”. Essa tendência, como demonstrado no minucioso estudo do sociólogo francês Loïc Wacquant, sugestivamente intitulado *As Prisões da Miséria* (2001), parece se difundir, a partir da “tolerância zero” americana, para a Europa e América Latina. Tal visão reconfigura também as políticas estatais para o enfrentamento da violência em diversos países destes continentes que passam a enxergar nos chamados “bairros sensíveis” e nos seus “miseráveis” o alvo maior de suas preocupações. Emerge dessa maneira um novo senso comum penal que visa “criminalizar a miséria” e que estimula uma corrida desenfreada pela ampliação dos parques penitenciários.

No que concerne especificamente à realidade brasileira, desde 1989 a morte violenta aparece como a principal causa de mortalidade, com o índice de homicídio atingindo as taxas de 40 para cada 100.000 habitantes em estados como o Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que o índice nacional já supera a taxa de 20 para 100.000 habitantes. No Brasil, apontam os estudos, ocorrem 11% dos homicídios praticados no mundo. E em 2005 cerca de 25.027 (DATASEG, 2006, Miranda et al, 2007, SSP São Paulo, 2006 e SENASP/IBGE, 2006) pessoas foram afetadas pela violência sexual em todo o país, segundo dados parciais. Não é sem razão que o estupro apareça como o segundo maior temor em muitas comunidades no Brasil, estando logo depois do temor do homicídio (Espinheira,1999). Enfrentar a violência se torna, então, uma questão fundamental, principalmente para determinados grupos sociais, como os moradores das áreas pauperizadas incapazes de consumir os sofisticados produtos de tecnologia de segurança privada e de contar efetivamente com os já escassos amparos legais (Bauman,1998B).

Esses são traços gerais da complexa rede social estabelecida pela violência urbana na contemporaneidade e que nos leva a uma série de indagações na busca de uma compreensão da essência desse fenômeno em sua dimensão macroestrutural: 1) Pensando no mito fundador da Modernidade e a relevância do “processo civilizador” que aí culmina, seria a violência,

apesar de toda a sua difusão, apenas um resquício de barbárie em vias de ser extirpado de uma sociedade no mais pacificada e civilizada? 2) Nos novos processos sociais instaurados pela Modernidade, a violência é uma contradição pontual ou mantém íntimas relações com a sua lógica interna e suas novas modalidades de constituição de relações interpessoais? 3) Que dizer da teoria social vigente, tem se mostrado capacitada para compreender o que há de peculiar às manifestações de violência na Modernidade? Tentaremos apontar aqui alguns *possíveis caminhos de respostas* a estas questões a partir das discussões de certas temáticas esboçadas nas obras do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Este pensador há muito se dedica a caracterizar a Modernidade e compreender as suas formas particulares de organização da vida social e da subjetividade. Será a partir daí que iniciaremos nossa análise da produção da violência numa sociedade de consumidores, ao mesmo tempo buscaremos relacioná-la às modalidades de violência que são o foco da investigação proposta: os estupros e abusos sexuais.

MODERNIDADE: O MAL-ESTAR FLUIDO

A Modernidade se configura como horizonte hermenêutico e que, assim, orienta a compreensão dos atores sociais sobre o seu mundo, sobre si e os outros. Uma das marcas definidoras da sua essência pode ser captada pela metáfora do *líquido* (Bauman, 2001). Os líquidos se caracterizam pela dificuldade de manutenção de suas formas, eles fluem, escorregam, esvaem-se, respingam, transbordam, vazam, inundam, enfim, não são facilmente contidos. Os líquidos são metáforas adequadas para a descrição da Modernidade, em sua nova fase. Aliás, afirma Bauman desde o seu início a Modernidade deu lugar a um processo de “liquefação” cujo exemplo precioso se encontra na proposta do *Manifesto Comunista* de que os sólidos e estagnados modos de sociabilidade vigentes se diluíssem, desmanchassem no ar. Esta convocação ilustra, ao mesmo tempo, que os modernos pretendiam não um dissolver que se esgotasse em si mesmo, mas antes que possibilitasse a formação de sólidos verdadeiramente duradouros – tais sólidos ainda não se consolidaram. Quais foram as primeiras vítimas do cadinho da Modernidade? A resposta de Bauman é:

“Os primeiros sólidos a derreter e os primeiros sagrados a profanar foram as lealdades tradicionais, os direitos costumeiros e as obrigações que atavam pés e

mãos, impediam os movimentos e restringiam as iniciativas. Para poder construir seriamente uma nova ordem era necessário primeiro livrar-se do entulho com que a velha ordem sobrecarregava os construtores.”(Bauman, 2001 p.10)

A liquefação das “amarras” tradicionais que se acreditou impediam a liberdade dos agentes para suas ações abriu o caminho para o domínio da racionalidade instrumental e da economia sobre a totalidade da vida humana. Então, curiosamente, a reprodução da ordem instaurada passou a não mais encontrar obstáculos e a assumir uma rigidez dificilmente encontrada na história do ocidente, rigidez não decorrente de uma imposição ou de processos ditatoriais, mas devido à nova liberdade dos agentes humanos, à nova leveza dos mercados e dos sistemas flexibilizados que se tornaram incontroláveis. É este novo quadro que explica a ausência de projetos de transformação revolucionária. A idéia de substituir a ordem existente por uma ordem melhor que animou a aurora da Modernidade não está mais na agenda atual, pois há um enorme abismo, que segundo Bauman tende a se alargar, entre as ações individuais e os sistemas sociais. Pessoas capazes de articular seus desejos de mudança pessoal com um projeto de mudança da ordem social são uma raridade em extinção.

O processo de derretimento e liquefação avançou decididamente sobre os chamados padrões, códigos e regras tradicionais que orientavam, no mundo pré-moderno, as ações dos indivíduos além de guiá-los em suas escolhas e posicionamentos sociais, deixando um vácuo moral e ético não preenchido pela sociedade, que para Bauman, seguindo Castoriadis, é uma sociedade “incapaz de pensar a si mesma”⁹.

O amor tradicional e milenar pela solidez e durabilidade é substituído pelo cultivo do transitório e do descartável, mas agora os ricos e poderosos não são mais os que se apegam aos sólidos, são os que amam o fugaz, a verdadeira fonte do lucro da modernidade líquida. No outro extremo, os despossuídos lutam desesperadamente para que suas frágeis e mesquinhas posses durem o maior tempo possível. Com estes elementos em relevo é possível perceber o

⁹ Neste ponto o pensamento baumaniano se aproxima de teóricos da modernidade como Giddens (1989 e 2002), De Bord (1997) e Hannah Arendt (1987 e 1994) que também identificam o excruciante paradoxo vivido pelos indivíduos na Modernidade que têm um campo cada vez maior de escolhas e pesadas responsabilidades sobre os seus ombros com relação ao seu sucesso e fracasso, mas ao mesmo tempo estão desprovidos de conteúdos éticos norteadores de sua capacidade de julgar. Giddens nos fala da segregação da experiência que modernamente exclui do campo de reflexão dos sujeitos temas éticos cruciais como a morte e a criminalidade; De Bord aponta para o espetáculo como dimensão alienante por excelência no mundo moderno; e Arendt nos fala de um mundo da superfluidade em que são vedadas aos sujeitos as bases para uma avaliação crítica do mundo em que vivem.

grau em que a condição humana é modificada ao se *liquefazer* e um aspecto extremamente ilustrativo disso é a nova relação dos indivíduos com a territorialidade. Se o estabelecimento de fronteiras e a demarcação de territórios constavam entre as principais preocupações dos legisladores que viam nos nômades uma ameaça a ser contida, na fase tardia da modernidade assistimos à vingança dos nômades, agora elite internacional e extraterritorial, que domina os assentados e, mais que isso, se esforça por eliminar as barreiras e obstáculos das localidades ao seu livre tráfego.

Ao contemplar este quadro geral de profundas transformações que revolvem e desenraizam a humanidade do homem em sua essência simbólica e espaço-temporal, Bauman acaba por imaginar a sua distopia de um *Admirável Mundo Novo Liquefeito*:

“No futuro anunciado pelos telefones celulares, as tomadas serão provavelmente declaradas obsoletas e de mau gosto, e passarão a ser fornecidas em quantidades cada vez menores e com qualidade cada vez mais duvidosa....A longo prazo as tomadas serão banidas e suplantadas por baterias descartáveis compradas individualmente nas lojas e em oferta em cada quiosque de aeroporto e posto de gasolina ao longo das estradas. Essa parece ser a distopia feita sob medida para a modernidade líquida – e capaz de substituir os terrores dos pesadelos de Orwell e Huxley.”(Bauman, 2001 p.22)

Neste ponto nos aproximamos de uma concepção que perpassa as principais obras de Bauman e que assume destaque em suas análises da Modernidade: a passagem da sociedade de *produtores* para uma sociedade de *consumidores*. Em um passado recente, as distopias que melhor representavam os horrores que o futuro da Modernidade poderia trazer estavam condensadas, apesar das dessemelhanças entre elas, em duas obras: no *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley (2001) e no *1984* de Orwell (2003), o núcleo comum dessas narrativas é o pressentimento de um mundo estritamente controlado em que uma elite, ou corpo de comando, reduziria a liberdade individual a nada e se distanciaria cada vez mais dos controlados já suficientemente dobrados e acostumados a obedecer. Mas a distopia baumaniana aponta para uma direção inusitada: a ausência de um comando ou poder centralizado e a plena leveza de uma sociedade do descarte que desfruta o transitório e, conforme o trecho citado, se organiza através do consumo.

Certamente a autoridade não desapareceu, mas se fragmentou em uma pluralidade concorrente entre si que fomenta um ambiente de incerteza. Os mundos concebidos pelos

discursos de Huxley e Orwell soam hoje vazios uma vez que experienciamos uma realidade mais próxima de um jogo em que os participantes escondem cartas e esperam as oportunidades para blefar do que de um ambiente como uma corte onde se sabe a quem recorrer. Com o desaparecimento das “Supremas Repartições” que estabeleciam as regularidades e demarcavam as fronteiras do possível e do impossível, o mundo explode em uma gama infinita de possibilidades, mas agora compete aos indivíduos, sem chancelas autorizadoras ou legitimadoras, descobrir seus fins, fazer suas escolhas. O “único” impasse que se pode antever desta realidade extremamente “divertida” é a impossibilidade de estabelecer se as escolhas são acertadas ou equivocadas, a infelicidade e o mal-estar dos indivíduos estão no excesso de escolhas possíveis e na concomitante ausência de referenciais guias ou de reflexões éticas (Giddens, 1989 e 2002). A previsão weberiana do mundo por vir na esteira do capitalismo nascente, ainda tomando por base um destino humano já sabido e com escolhas possíveis estabelecidas, foi o surgimento de uma sociedade que, dominada pela “racionalidade instrumental”, estaria obcecada pelo estabelecimento de *meios* para atingir fins bem determinados, mas à luz de uma realidade líquida marcada pelo excesso de possibilidades o dilema deixa de ser os meios e passam a ser que *fins*, que objetivos escolher e priorizar. Eis a ansiedade e a angústia dos sujeitos pós-modernos, colocados como os “únicos” responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso, pela sua redenção ou condenação.

Esta característica da Modernidade levou autores como Birman (1997) a defini-la como a “sociedade da boa performance” cuja marca predominante seria o imperativo do bom funcionamento que se concretiza na disposição dos indivíduos em pagar qualquer preço para ser/parecer sempre em perfeita ordem. Alguns efeitos derivariam daí como o consumo de drogas que viabilizam a “superação” de vários obstáculos à permanência da boa forma: tristeza, fadiga, timidez, perdas etc; outro efeito seria a redução da “tolerância social” para com os que não se enquadram no imperativo da boa performance, os que sofrem reveses, e o retraimento de espaços sociais para o acolhimento do fracasso e da dor, fatos cada vez mais interpretados como um problema individual de inabilidade. Esta argumentação não seria estranha ao pensamento baumaniano e nos leva a pensar no retraimento de instâncias sociais para o acolhimento de experiências como a agressão sexual, o que reforça o silêncio, o sentimento de culpa e que se fará presente entre os elementos do que chamo de “construção social do trauma”.

Mas o que pode orientar os indivíduos na atual jornada da incerteza ou, para usar uma metáfora do próprio Bauman, para orientá-los nesta “viagem aérea sem tripulação”? Uma nova autoridade surge para ocupar o lugar deixado vazio pelas “Supremas Repartições”, os *conselheiros* que se especializaram em orientar o que cada um pode fazer por si mesmo sem muito espaço para a reflexão sobre articulações grupais ou de conjuntos sociais (Bauman, 2000). A tônica dos livros de auto-ajuda, que a cada novo lançamento superam os recordes precedentes em milhões de exemplares, é *cuidar de si* como um caminho para a saúde biopsicológica que se opõe à doença da *co-dependência* que acomete aqueles que se dedicam a cuidar dos problemas dos outros. (Essa ênfase no cuidado de si como prioritário é um dos muitos caminhos pelos quais a Modernidade mina o senso ético dos sujeitos e os lança para um campo de competições, rivalidades selvagens e indiferença moral que irá repercutir nas diversas violências a que assistimos atualmente.)

Anteriormente, dissemos que o mundo pós-moderno, segundo descrito por Bauman, se organiza pelo consumo, mas agora, a partir da análise do consumo de receitas para uma vida sem problemas, é possível captar uma dimensão mais radical do consumismo atual: o “ir às compras” é o código em que se inscreve nosso posicionamento existencial contemporâneo. Assim, vamos às compras não apenas quando estamos em lojas, shoppings e departamentos de serviços, qualquer atividade com a qual nos envolvamos “é feita nos padrões de ir às compras”:

“Vamos às compras pelas habilidades necessárias a nosso sustento e pelos meios de convencer nossos possíveis empregadores de que as temos; pelo tipo de imagem que gostaríamos de vestir e por modos de fazer com que os outros acreditem que somos o que vestimos; por maneiras de fazer os novos amigos que queremos e de nos desfazer dos que não mais queremos; pelos modos de atrair atenção e de nos escondermos do escrutínio; pelos meios de extrair mais satisfação do amor e pelos meios de evitar nossa dependência do parceiro amado ou amante; pelos modos de obter amor do amado e o modo menos custoso de acabar com uma união quando o amor desapareceu e a relação deixou de agradar, pelo melhor meio de poupar dinheiro para um futuro incerto e o modo mais conveniente de gastar dinheiro antes de ganhá-lo; pelos recursos para fazer mais rápido o que temos de fazer e por coisas para fazer a fim de encher o tempo assim disponível ...”.(Bauman, 2001 p.87,88)

A lista é de fato interminável e Bauman descarta a possibilidade de que a opção “não ir às compras” esteja disponível. Como se vê a partir do trecho citado, o “ir às compras” é parte da essência do modo de ser pós-moderno e abarca mesmo aquela dimensão mais singularizadora

dos sujeitos: a construção da *identidade*. Mesmo aí, onde em períodos pré-modernos ou da modernidade sólida se supunha o reino da natureza e do destino, se vivencia a lógica ou padrão do “ir às compras”: escolhemos, comparamos, recusamos, tocamos, testamos a qualidade e colocamos no carrinho as identidades desejadas.

Mas que relação pode ser estabelecida entre uma realidade social vivenciada como uma grande festa de compras e o fenômeno tão estranho, bárbaro e feio da violência, sobretudo em seu aspecto que mais nos interessa neste trabalho – a violência urbana, os crimes sexuais? À primeira vista, a violência que se expressa em uma sociedade de indivíduos capazes de conceber a resolução de seus principais dilemas em termos de escolha de consumidor, pareceria um corpo estranho e alheio a esta sociedade, mas isso só à primeira vista, pois já deve ter se evidenciado ao longo da descrição baumaniana da Modernidade Líquida que se a lógica, o padrão do consumo e a política “vamos às compras” estão finamente enraizados na consciência individual e no funcionamento da coletividade os recursos para efetivar essa lógica e usufruir os seus “prazeres” não seguem uma norma igualitária, bem ao contrário.

Assim, os prazeres anunciados pela nova ordem se convertem em profunda insatisfação para os sem recursos e num sonho agridoce, sempre renovado, de pelo menos uma vez poder experimentar o “êxtase da escolha”. Tal insatisfação é, por outro lado, aumentada a cada vez que outros parecem ter sempre mais e novas escolhas ao alcance do que eu. Este estado de coisas certamente alimenta o ingresso de muitos jovens/adultos no crime organizado. Como muitos trabalhos antropológicos vêm demonstrando (Paes-Machado, 1996 e Zaluar, 1985), as aspirações dos envolvidos com a criminalidade urbana diferem muito pouco dos ideais de consumo da sociedade em geral, inclusive do consumo em sua dimensão formadora de identidades e de reconhecimento social o que contraria a noção romântica, por muito tempo alimentada pelas ciências sociais, do marginal social, uma espécie de revolucionário inconformado com a ordem vigente e comprometido com alguma dimensão da distribuição de renda e a construção de uma sociedade igualitária (Pereira, 2000) Vai embutida nas aspirações do consumo a busca do prazer, cada vez mais imediato e desconectado de projetos e de espera, e não estaria aqui uma importante conexão com os crimes sexuais, não é este o crime, dentre todos os outros, o que mais se conecta com o prazer imediato de quem agride? Esta análise nos aproxima de outro pensador da Modernidade que também viu no

consumo e no hedonismo seus traços relevantes, trata-se de Hannah Arendt que em sua obra *A condição humana* (1987) analisa a destituição do *Homo Faber* com a vitória do *Animal Laborans* que é orientado pelo consumo e que:

“...Quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e insaciáveis são os seus apetites. O fato de que estes apetites se tornam mais refinados, de modo que o consumo já não se restringe às necessidades da vida, não altera o caráter desta sociedade; acarreta o grave perigo de que chegará o momento em que nenhum objeto do mundo estará a salvo do consumo e da aniquilação através do consumo...um dos óbvios sinais do perigo de que talvez estejamos a ponto de realizar o ideal do *animal laborans* é a medida em que toda a nossa economia já se tornou uma economia de desperdício, na qual todas as coisas devem ser devoradas e abandonadas”(Arendt,1987 pp.146,147)

Entre todas as coisas a “serem devoradas e abandonadas”, não se incluiria o corpo do outro? Não se estenderia essa lógica ao consumo dos corpos como se pode verificar nas diversas modalidades de violência sexual: o tráfico de mulheres, o turismo sexual, a exploração sexual infanto-juvenil, os estupros e abusos sexuais de várias ordens em que a objetificação do corpo do outro o torna consumível, passível de deleite e descarte? Arendt (1994 e 2002) complementa suas análises ao afirmar que a violência nasceria da desestruturação do poder entendido como capacidade de agir em comum de forma a se estruturarem trocas simbólicas e ações transformadoras do mundo, e o mal se instaura onde o vazio de reflexão sobre a vida e seus dilemas mais prementes tem lugar. Estas ponderações são complementares à concepção baumaniana da Modernidade como momento em que se desestruturam vínculos sociais e em que se estabelecem graves obstáculos à reflexão social, com isso teríamos fortes elementos para a estruturação do comportamento violento e desumano. Voltemos ao ponto onde paramos nas análises de Bauman:

Se para a elite detentora dos recursos é dada a possibilidade de autodefesa dos efeitos negativos do consumo, ou pelo menos a sua amenização, como por exemplo se proteger contra a exaustão do potencial gerador de prazeres das mercadorias e da fragilidade das modalidades flexíveis de construção de vínculos afetivos, para os pobres e destituídos tais efeitos são desastrosos, gerando “sofrimento, agonia e um volume crescente de vidas partidas, sem amor e sem perspectivas.” (Bauman, 2001). A “bela” face da Modernidade Líquida vai se revelando monstruosa à medida que escorre pelos canais mais desérticos. Dito de uma outra maneira, a

tarifa é a mesma para todos, mas a sua realização se dá em condições extremamente desiguais o que induz a uma competição acirrada e agressiva entre os indivíduos e grupos que tem por conseqüência a desestruturação dos vínculos de cooperação e solidariedade.

As considerações de Zygmunt Bauman apontam ainda para uma outra maneira de pensarmos a relação entre Modernidade e violência urbana de modo a não reduzi-la a um problema de pobres ou das chamadas “classes perigosas” ao apontar para o vazio ético gerado pelos diversos mecanismos de liquefação do que foram consideradas ‘antigas amarras impeditivas’ da livre escolha dos agentes, o que necessariamente significou a desintegração da rede social e das diversas agências articuladoras da ação coletiva. Temos aqui um encontro entre elementos de alto poder de geração de violência: uma dificuldade crescente de pensar a dimensão do outro enquanto aquele com o qual eu compartilho algo, ou nos termos de Lévinas (1999), um obscurecimento da responsabilidade pelo outro que funda o comportamento ético; a redução sem precedentes da capacidade dos atores interferirem no curso dos eventos do mundo social e o acirramento da competição. Estes fatores de ordem ética e de capacidade de ação estão na base das mais variadas manifestações de violência e que não podem ter suas origens vinculadas a classes ou grupos sociais específicos. Trata-se da *Ética do estar com outros*.

POR UMA SOCIOLOGIA DA MORALIDADE

Mas onde encontra Bauman a referência para a compreensão das bases da ética fundada na modalidade existencial do “estar com outros”? Não evidentemente no pensamento sociológico que reduz, insiste o autor, a dimensão do outro aos conceitos de contexto de ação, ambiente, situação etc, sem conseguir refletir sobre o que a presença primária do outro, o *estar com o outro originário*, representa para o ator social. Bauman buscará uma referência para traçar o esboço de uma nova teoria social da moralidade no pensamento do filósofo Emmanuel Lévinas que sintetizou seu pensamento com a célebre frase de Dostoievski: “Somos todos responsáveis por todos, por todos os homens perante todos, e eu mais que os outros.”

O pensamento levinasiano se propõe a elucidar a questão da origem da obrigação moral, do dever ético para com o outro, rejeitando as respostas que a tradição filosófica ocidental apresenta, pois lhe pareciam extremamente insatisfatórias na medida em que terminam por negar ao Outro a condição de enraizamento originário na constituição da

subjetividade, reduzindo-o a um produto da interpretação e definição do eu. Para Lévinas, a obrigação moral se funda no nível concreto da relação pessoa-a-pessoa, desse modo, a ética não está originariamente nas leis do cosmo, na razão humana ou em uma pretensa busca universal por prazer, mas na proximidade com o outro, no fato pré-originário de que eu respondo ao outro antes mesmo que eu saiba que assim procedo. Em outros termos, o ser humano é em sua essência “outro-dirigido” e por isso se torna verdadeiramente humano, por se posicionar em substituição com o outro à medida que reconhece a si mesmo no lugar do outro.

Para ilustrar esta estrutura em substituição que é constitutiva da subjetividade Lévinas nos dá um exemplo prosaico, mas revelador. Ao ver passar pela rua alguém arrastando um cano, podemos reclamar e nos incomodar por diversos fatores como o ruído provocado, o horário etc e há bastante espaço para a total indiferença. Mas ao ver uma pessoa ser arrastada como um cano pela rua, somos obrigados a responder, a substituição já tomou o nosso ser, o comando ético se lançou. E o desejo de ajudar emerge porque já substituímos a nós mesmos pelo outro. Evidencia-se, desse modo, que a responsabilidade é um atributo da existência humana irremovível e originário, ou como Lévinas preferia chamar, pré-originário. O exemplo demonstra também que minha responsabilidade pelo outro é incondicional, não depende de conhecimentos prévios do objeto, nem de uma intenção interessada ou de uma espera de reciprocidade na medida em que a responsabilidade é a estrutura primária da intersubjetividade. Assim, apoiando-se no pensamento de Lévinas, Bauman afirma que “a moralidade não é um produto da sociedade, a moralidade é algo que a sociedade manipula – explora, redireciona, espreme.”

Mas como compreender o comportamento imoral, o comportamento que abdica da responsabilidade, a violência? Responsabilidade é proximidade que é substituição, tem-se aqui uma unidade, assim, a neutralização do impulso moral requer a transformação da proximidade em distância que pode assumir a forma da separação física ou espiritual do outro. A responsabilidade pode ser silenciada com as diversas formas de desgastar a proximidade, foi o que se assistiu em todo o processo de elaboração e execução do Holocausto. Mas não é também o que se assiste cotidianamente nas multifacetadas manifestações da violência urbana? Não é o que também pode ser constatado quando a pobreza é criminalizada como a fonte da violência em si mesma, ou quando os pobres são responsabilizados pelo seu próprio

fracasso; quando o sistema penal rejeita e promove mais rejeição e distanciamento da sociedade pelos autores de crimes ou ainda quando o imperativo do consumo coloca os sujeitos no plano da competição e de rivalidades sem fim? A violência urbana em toda a sua complexidade não é sempre precedida por processos sutis ou explícitos de distanciamento do outro, de construção social da indiferença moral?

A moderna sociedade ocidental conta com poderosos aliados para a criação da distância e a supressão da responsabilidade moral: a tecnologia e as técnicas de racionalização. Estas duas forças unidas criaram a mentalidade tecnocrática e burocrática sem as quais crimes de Estado como o Holocausto não seriam possíveis. Tecnologia e burocracia dispõem sempre do potencial de moldar os indivíduos à indiferença moral diante de ações não diretamente relacionadas à esfera de experiência da própria pessoa, em outros termos, de possibilitar a efetividade da ação humana à distância de suas conseqüências para os outros. Assim se amplia a distância entre os seres humanos e com ela se fragilizam as inibições morais fundadas na proximidade. A vida, a saúde e a paz de milhões de outros podem ser decididas com um girar e apertar de botões ou com assinaturas e carimbos de especialistas dispostos a racionalizar da melhor maneira possível suas tarefas. Desse horizonte são excluídas as possibilidades de um dilema moral ou de uma implicação com as conseqüências das ações. Bauman não vê acenar para a Pós-Modernidade uma sociedade mais “humanizada” e sem violência, mas ao contrário reconhece que “as chances são todas favoráveis à supressão societária da moralidade”.

Podemos agora recensar os principais elementos caracterizadores da Modernidade para em seguida explicitarmos o nosso argumento principal: 1. “separação” crescente entre as ações individuais e os sistemas sociais e a desarticulação de ações coordenadas coletivamente, com o conseqüente acirramento do individualismo; 2. desestruturação dos padrões e códigos tradicionais que orientavam e restringiam as experiências ao longo de uma vida, dentre elas a experiência do prazer; 3. advento de uma sociedade de consumidores com o cultivo do transitório e do descartável; 4. formação de um discurso social culpabilizante na medida em responsabiliza os indivíduos pelo seu fracasso no ambiente social e 5. desenvolvimento de processos de indiferença moral que abrem as portas para o comportamento desumano.

Alguns possíveis equívocos precisam ser corrigidos aqui, o primeiro deles seria interpretarmos tais elementos como os *únicos* definidores da Modernidade, outro seria pensarmos em uma relação causal direta entre eles e a violência, em especial a violência

sexual, ao invés disso nosso argumento tenta demonstrar como esses traços formam uma “configuração”, uma “atmosfera favorável” à eclosão da violência sexual e mesmo à sua tolerância pelas diversas instâncias sociais que deveriam combatê-la. Tampouco nosso argumento pretende ser excluyente de outras análises, mas sim possibilitar refinar o nosso arcabouço conceitual para a compreensão desta problemática. Do mesmo modo essa mesma “ambiência” da Modernidade perpassa a experiência das pessoas que tentam lidar, superar a experiência da agressão sexual, mesmo em um nível íntimo, emocional e subjetivo como veremos, fato já sugerido por autores como Vigarello (1998), mas não discutido em suas principais implicações. Por outro lado, pensar a violência sexual à luz do horizonte da Modernidade nos permite compreender modalidades dessa agressão que não se ajustam bem às clássicas análises de gênero, como as violações sexuais de homens, cujos dados são sugestivos de estarem tomando uma maior visibilidade. Nosso argumento se assenta na frutífera indicação de Castoriadis (1980) de pensarmos os pólos subjetivo e social como distintos, irreduzíveis um ao outro, mas inseparáveis. Assim as análises aqui esboçadas serão reapropriadas em diversos momentos de nossas análises e continuarão como um certo pano de fundo ao longo deste trabalho.

Diversas pesquisas no Brasil corroboram a conexão da violência com os principais traços da Modernidade apontados por Bauman e outros teóricos da contemporaneidade. Por exemplo em sua análise da criminalidade no Rio de Janeiro, Zaluar constata o seguinte:

“A demanda que garante os altos lucros do empreendimento é decorrência de mudanças no estilo de vida e nas concepções do trabalho, do sofrimento e do futuro. Depois da II Guerra Mundial, o hedonismo colocou o prazer e o lazer à frente das preocupações humanas. O jogo, as drogas e a diversão tornaram-se o objetivo mais importante na vida para muitos setores da população, especialmente os mais jovens.” (Zaluar, 2004 p.73).

Em outro momento a autora assevera:

“As novas idéias acerca dos compromissos de cada um com os demais no espaço público ainda não se disseminaram nas práticas sociais. Por isso o jogo, as drogas e a diversão tornam-se o objetivo mais importante na vida para muitos segmentos da população, especialmente os mais jovens, o que torna lucrativo o investimento nos negócios que exploram o seu consumo...” (Zaluar, 2004 p.155).

Sobre a motivação para as ações criminosas a autora destaca um de seus fatores relevantes:

“Outro aspecto notável é a compulsão a repetir o ato criminoso por causa do consumo orgiástico e que os jovens bandidos expressam na frase muitas vezes repetida: “o que se ganha fácil, sai fácil””.(Zaluar, 2004 p.196).

Em sua rica análise da estruturação da criminalidade brasileira e em especial a que se verifica no Rio de Janeiro, Zaluar demonstra uma combinação de fatores macrossociais como a lógica hedonista formando o cenário maior das ações individuais, o imperativo do consumo¹⁰ como marcador identitário, o esgarçamento das redes de solidariedade, das regras de convivência e a desestruturação dos padrões que tradicionalmente orientavam a vida das populações, bem como o desaparecimento de modelos identificatórios como: ‘o bom jogador de futebol’, ‘o bom sambista’, ‘o bom pai de família’, ‘o trabalhador habilidoso’ e ‘o malandro esperto’, resultando no que a autora chama de “anomia social difusa”. Lugar central de tal anomia se verifica no acirramento do individualismo, com a concepção do indivíduo atomizado, desconectado dos seus vínculos sociais, que deixado à própria sorte para enfrentar os dilemas sociais com os quais se defronta.

Também Espinheira (2006) ao analisar a violência em Salvador identificou diversos elementos semelhantes aos apontados por Zaluar e que reforçam a relação que propomos entre certos elementos da Modernidade e a produção da violência em especial as agressões sexuais e, que, ao mesmo tempo, enquadram/limitam as formas e possibilidades de normalização da experiência de ser sexualmente agredido, fazendo parte do que chamarei de “construção social do trauma”. Assim Espinheira após reconhecer a violência como “fato social de múltiplas dimensões, socialmente condicionada e determinada pela prevalência de variáveis que a tornam economicamente viável, incluindo neste cálculo, a economia emocional ou libidinal”(p.41) identifica também que os valores tradicionais perderam a sua vigência, sendo suplantados em muitos contextos pelos valores do consumo, como se verifica neste trecho em que o autor se referencia em outro estudo realizado em Salvador:

“São as roupas de marca, os signos de pertença à atualidade a vontade de participar do mundo do consumo, como anota Santos (2005): P.L.S. é fascinado por roupas de marca: bermudas, sandálias, calças e camisas. Estas peças só valem se tiverem, como

¹⁰ A análise de Zaluar sobre o papel da lógica do consumo associada à busca desenfreada por prazer na motivação para a prática criminosa se aprofunda quando ela demonstra como a criminalidade não atraiu as primeiras gerações de imigrantes a ocupar os morros do Rio De Janeiro justamente por estarem vinculados a padrões tradicionais ligadas à vida no campo, frente aos quais, não adquiriria relevância os ideais de consumo.

identificador de importância, etiquetas de marcas famosas, como Mitchell, Costa Brava, Hang Loose, Puma dentre outras; o que os faz viver ostentando um poder - pelo uso dessas marcas - que o aproxima dos que detêm dinheiro, dos jovens de classes média e alta, e lhe confere certo pertencimento a uma outra realidade social, mais distante de sua realidade.” (Espinheira, 2006 p.56).

Após esses comentários, Espinheira analisa como antigos valores como o do trabalho e dos projetos a longo prazo perdem a sua significância para jovens cada vez mais guiados pelo prazer imediato e ele conclui que: “A violência não está separada das condições culturais da sociedade de consumo, na forma mais contundente do significado de “compro, logo existo”. (p.57). Sem reduzir a violência a causas únicas, autores como Espinheira e Zaluar corroboram em suas investigações de campo o diagnóstico de Bauman¹¹, ainda que ele mesmo não tenha se dedicado a estabelecer em muitos níveis empíricos a correlação entre Modernidade e violência. O que sugiro aqui é uma ampliação, seguindo as indicações desses autores, da compreensão da ocorrência da violência sexual, sobretudo a que se processa nos espaços urbanos, a partir de um quadro mais amplo das transformações sociais trazidas pela Modernidade, além disso, se a experiência humana se dá por uma referência a um horizonte (Gadamer,1997) compreender os processos de recomposição após a vitimização sexual nos remeterá também ao horizonte da Modernidade.

Elementos como esses nos permitirão realizar uma análise crítica de um dos temas mais comumente associados à questão da violência sexual: *o trauma*.

¹¹ É importante destacar mais uma vez que, apesar de Bauman ser tomado como a principal referência na análise da Modernidade que estamos apresentando, suas conclusões têm pontos em comum com o pensamento de diversos analistas situados em diferentes enfoques conceituais, a exemplo de Giddens (1989 e 2002) Arendt (1987), Sennet (2004), Birman (1996, 1997 e 2005), Lasch (1991) e (Campbell, 2001).

CAPÍTULO III

O TRAUMA E A COMPREENSÃO DE EXPERIÊNCIAS AFLITIVAS

Estes sonhos {que reencenam a situação traumática} buscam recuperar o domínio sobre a excitação mediante o desenvolvimento de angústia, cuja omissão causou a neurose traumática. *Sigmund Freud em Além do Princípio do Prazer.*

Embora poucas pessoas realmente esqueçam um trauma tão sério, se você conseguir lidar com os sentimentos e os medos relacionados ao ataque, as recordações irão perdendo a força e embaçando a dor. Pode lhe ajudar escrever todas as coisas que têm lhe magoado em um papel, depois rasgar tudo e jogar no lixo. *Caren Adams e Jennifer Fay em O Fim do Pesadelo: recuperando-se da violência sexual.*

Ao longo deste capítulo discutiremos um dos conceitos mais comumente associados à violência sexual: o trauma psicológico. Em seu significado mais aceito, o trauma se refere a uma interrupção do fluxo da vida, uma fixação em certas experiências aflitivas, uma paralisação decorrente de acontecimentos que, em si mesmos ou devido às vulnerabilidades psicológicas, teriam o poder para produzir tais conseqüências. Esta versão do trauma, com algumas modificações e acréscimos, tem sido legitimada socialmente em diversos níveis. Pelo senso comum, quando se refere a “pessoas traumatizadas” como aquelas que atravessaram vivências dolorosas e não retornaram; pela psicanálise ao conceituar o trauma a partir do pólo subjetivo, destacando a fragilidade dos recursos individuais para lidar com experiências que trariam um excesso de energia ao “aparelho psíquico”; é legitimada também pelos amplamente difundidos livros de auto-ajuda que situam a tarefa de superação nas habilidades, vontade e determinação das pessoas que viveram situações traumáticas; e, finalmente, pela psiquiatria ao estabelecer o Transtorno de Estresse Pós-Traumático como o adoecimento resultante da exposição a “eventos estressores”.

A análise de tais versões sobre o trauma ligado à violência sexual nos permitirá indicar como os discursos nelas veiculados participam na formação de alguns dos desdobramentos da própria agressão sexual, sendo parte do que chamo de “construção social do trauma”. Tais discursos terminam por participar da construção do trauma pelas seguintes vias: ao fomentarem a culpabilização das vítimas, a geração de expectativas e tipificações restritivas do que é uma mulher agredida, a formação de dúvidas sobre a veracidade de seus relatos e o reforço do isolamento pela ênfase em saídas individuais para a crise. Estas concepções têm em comum uma visão do trauma ora como resultante do potencial disruptivo de certos eventos, ora como decorrente da incapacidade psicológica de lidar, elaborar ou processar situações dolorosas, havendo um lugar vazio na literatura especializada no estudo do trauma no que se refere às dimensões sociais e interacionais na construção dos significados da experiência. Decorrente disso, pouca atenção tem sido dada à trajetória de vida das pessoas que vivenciaram a violência sexual e como nesta trajetória ocorrem ressignificações dessa experiência que podem tanto favorecer quanto limitar o amplo movimento existencial de recomposição que a ela se segue. Após discutirmos tais versões do trauma, analisaremos as narrativas de mulheres sexualmente agredidas nos capítulos seguintes e tentaremos demonstrar a necessidade de ampliação do conceito de trauma numa perspectiva sociológica.

O sentido etimológico da palavra trauma remete a algo que se quebra, se rompe, se perfura. Em sua origem grega, “trauma” significa *ferida*. O Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa no verbete *trauma* nos remete para o verbete *traumatismo* e nos dá a seguinte definição: (1) *Lesão de extensão, intensidade e grau variáveis que pode ser produzida por agentes diversos (físicos, químicos etc) de forma acidental.* (2) *Agressão emocional capaz de desencadear perturbação psíquica e em decorrência, somática.* Como se pode apreender das definições acima, o *sentido 1* impregna o *sentido 2* que veicula também a idéia de uma reação segundo uma lógica de causa e efeito linear: um agente que se abate sobre alguém que por sua vez sofre um determinado impacto. A noção de trauma como ficou amplamente difundida e incorporada no senso comum contemporaneamente comporta semelhanças com a sua definição semântica e acrescenta-lhe a idéia de irreversibilidade. Assim, quando há referência a pessoas “traumatizadas”, implicitamente está-se falando de pessoas que tiveram suas vidas alteradas definitivamente por certas experiências, marcadas sem volta pelo passado - uma “quebra” que jamais será recomposta.

Da mesma forma, como demonstrado por Goleman (1992), mesmo entre pesquisadores, no caso, os especialistas no Transtorno do Estresse Pós-Traumático, também é possível encontrar idéias semelhantes em várias de suas afirmações científicas que insistem em afirmar que o trauma produz alterações permanentes no organismo humano, criando “feridas que jamais cicatrizam” e especificamente o estupro, neste contexto, é nomeado de “câncer da alma”, ou de “homicídio do sujeito”. O “trauma” tem ocupado um amplo espaço entre as questões debatidas na atualidade. Sinal sugestivo disso pode ser visto na difusão dos livros de auto-ajuda dedicados ao tema, nos quais predomina o enfoque da superação através do acionamento de recursos do próprio sujeito que é orientado nos diversos passos rumo à cura. Caminho que envolve desde exercícios cognitivos até corporais. Neste sentido, alguns dos títulos são bastante ilustrativos: “*Vença o sofrimento*”; “*Você é insubstituível*”; “*Minhas emoções crescem comigo*”; “*Como educar suas emoções*”; “*Eu controlo as emoções: gestão das emoções*”; “*Não leve a vida tão a sério*”. Mais recentemente, um conjunto de livros de auto-ajuda de origem americana dedicados ao estupro tem sido traduzido no Brasil com títulos tais como: “*Eu nem imaginava que era estupro*”; “*Sorte: um caso de estupro*”; “*O estupro e o assédio sexual: como não ser a próxima vítima*” e “*O fim do pesadelo: recuperando-se da violência sexual*”. Estas obras, que juntamente com a psicanálise e o discurso psiquiátrico participam na formação do senso comum, difundem concepções psicologizantes dos dilemas ligados à violência sexual e indiretamente parecem ajudar a compor os processos de culpabilização das mulheres agredidas, como tentaremos demonstrar adiante.

O senso comum, os livros de auto-ajuda e os teóricos do Transtorno do Estresse Pós-Traumático concordam, assim, com uma interpretação do trauma constituída em uma relação de causa e efeito linear: determinados eventos, que podem até ser listados *a priori*, têm impactos traumáticos específicos, também passíveis de categorização. Por exemplo, o DSM IV(2002), manual de psiquiatria para a classificação e estatística de doenças mentais, descreve os “eventos traumáticos vivenciados diretamente” como incluindo: “combate militar, agressão pessoal violenta (ataque sexual, ataque físico, assalto à mão armada, roubo), seqüestro, ser tomado como refém, ataque terrorista, tortura, encarceramento como prisioneiro de guerra ou em campo de concentração, desastres naturais ou causados pelo homem, graves acidentes automobilísticos ou receber o diagnóstico de uma doença que traz risco de vida”. O mesmo manual conclui que o risco de desenvolvimento do trauma pode se agravar “com o aumento da intensidade e proximidade do estressor”. Veremos como, na essência, diversos estudos

também preservam esse entendimento básico que pretendemos questionar e ampliar a partir da análise da trajetória de mulheres sexualmente agredidas.

A concepção de trauma tem uma de suas mais antigas referências científicas em Hermann Oppenheim (1858-1919), neurologista alemão famoso por assumir a liderança no estudo de doenças nervosas e elaborar pesquisas que permaneceram durante muito tempo uma referência entre os estudos da área. Em 1889, Oppenheim definiu a *neurose traumática* como uma afecção orgânica resultante de um trauma real que ocasiona uma alteração física dos centros nervosos, com a produção de mudanças moleculares sutis, com repercussão psicológica em sintomas como: depressão, hipocondria, angústia, delírio, entre outros. Um desdobramento dessa categoria maior surge com a Primeira Guerra Mundial através do amplo debate sobre a *neurose de guerra*. Esta patologia seria o efeito dos traumas vivenciados pelos combatentes e se caracterizaria por sintomas como: memória recorrente das dolorosas cenas da guerra, pânico, desarticulação psicomotora, entre outros, que terminavam por incapacitar os soldados para as atividades militares e que por isso eram freqüentemente acusados de simulação. Mas é somente em 1941 que Abram Kardiner estabelece a categoria “neuroses traumáticas de guerra” no contexto da Segunda Guerra Mundial. Contudo, coube à psicanálise retirar o conceito de trauma de sua dimensão puramente orgânica e aplicá-lo aos fenômenos psicológicos ligados à origem das neuroses.

A VERSÃO PSICANALÍTICA DO TRAUMA

A sobrevivência, o vigor e a difusão da concepção de trauma devem muito à psicanálise que a transpôs do campo da organicidade e dos comprometimentos físicos para o plano psíquico, dando ao trauma um estatuto plenamente psicológico. Assim, um dos momentos inaugurais da psicanálise consistiu na demonstração de que os sintomas histéricos seriam o resultado de experiências que se tornaram traumáticas porque lhes foi negada a descarga ou reação emocional adequada. Tal supressão de uma reação normal se daria por duas razões principais: 1. reagir à situação em que o acontecimento traumático teve lugar geraria muita dor, como por exemplo reagir ao insulto de alguém merecedor de respeito ou que é amado; ou 2. o momento traumático se deu quando o sujeito se encontrava em estados mentais que o impediram de reagir: estados crepusculares ou de devaneio, definidos como “estados hipnóides”. Com o congelamento da reação no momento traumático, a recordação do mesmo se tornaria uma espécie de “corpo estranho” no psiquismo, gerando uma série de

sintomas fora do controle do sujeito que poderia ter a sua consciência dividida, vindo a esquecer a conexão entre o evento traumático e seus sintomas.

A eficácia do tratamento para a sintomatologia da histeria que ficou conhecido como “método catártico” atestava a veracidade dessa teoria psicanalítica embrionária. O método consistia em hipnotizar a paciente e interrogá-la sobre a origem de seu sintoma. Buscava-se com isso chegar ao trauma psíquico ou à série de traumas que provocaram a neurose. Com o campo psíquico ampliado pela hipnose, a paciente podia recordar os eventos dolorosos que criaram os seus sintomas e com isto deles se libertar. Freud resume assim o que garantia a eficácia de sua terapia catártica:

“Ela anula o poder das idéias originalmente não ab-reagidas, ao permitir-lhes, através da linguagem, uma saída para os seus afetos estrangulados. Traz a estas idéias uma correção associativa, reintroduzindo-as na consciência normal (numa hipnose suave), ou eliminando-as mediante sugestão médica”. (Freud, 1981a p.49).

A terapia catártica possibilitava assim uma ab-reação, uma espécie de “descarga” do afeto que havia sido bloqueado no evento traumático. Ao recordar e verbalizar o evento traumático este se tornava inofensivo. O poder curativo da fala era justificado por ser a linguagem um substituto para o ato adequado que ficou em suspenso. Mas, permanecia inexplicado o fato evidente de que as pacientes histéricas apresentavam uma divisão da consciência, que podia ser verificada no esquecimento da conexão entre seus sintomas e os eventos traumáticos vivenciados. Dito de outro modo, havia uma restrição da consciência com uma série de experiências permanecendo fora dela. A primeira tentativa de resposta veio com um artigo de 1894, intitulado “*As neuropsicoses de defesa*” no qual Freud (1981b) argumenta não ser possível aceitar a explicação muito difundida em sua época de que a divisão da consciência verificada na histeria seria o efeito de uma debilidade congênita que impediria os histéricos de realizarem sínteses psíquicas. Contrapondo-se a esta explicação, Freud argumenta que pessoas normais podiam tornar-se histéricas a partir do momento em que se defendiam de experiências dolorosas, podendo estas ser simplesmente de caráter sentimental ou ideacional. Assim alguém poderia ser normal até que:

“Apareceu uma experiência, idéia ou sentimento que provocou um afeto tão doloroso que a pessoa decidiu esquecê-lo, porque não confiava em sua própria capacidade de remover a incompatibilidade entre as idéias intoleráveis e seu ego”. (Freud, 1981b p.170).

Seriam desnecessários muitos comentários sobre todas as transformações que estas idéias sofreram no interior da Psicanálise, vindo a ser redefinidas, ampliadas e em alguns aspectos abandonadas. Para o que interessa no nosso argumento, é importante destacar que as idéias centrais destas teorizações psicanalíticas ainda estão vivas e presentes em muitas discussões atuais sobre o trauma: a) a divisão ou dissociação da consciência decorrente da defesa psicológica contra vivências dolorosas, b) o trauma como resultado da “não-reação” no momento da experiência dolorosa, c) o processo de cura buscado na catarse das emoções bloqueadas, d) a ausência de referências ao lugar das relações sociais quer como campo em que se vivenciam as experiências dolorosas quer como mediação na sua superação, e) o processo de recomposição ou superação da vivência traumática é interpretado como uma tarefa que depende dos recursos individuais ou então que é sobre o indivíduo que as ações terapêuticas devem incidir. Com algumas modificações e diferenças de acento, essas são linhas gerais da compreensão do trauma que se mantém em praticamente toda a literatura dedicada ao tema. Mas retomemos a compreensão psicanalítica, pois em sua trajetória se elabora uma noção mais complexa das vivências traumáticas, algumas das quais consideramos relevantes sugestões a serem desenvolvidas.

As idéias elaboradas a partir da obra *Neuropsicoses de Defesa* (1981b), com o reconhecimento cada vez maior do papel das representações sexuais no traumatismo psíquico, levam Freud a buscar um evento traumático que estaria na origem das neuroses. Tal evento seria encontrado e formulado com clareza em dois trabalhos de 1896: o artigo intitulado *Novas Observações sobre as Neuropsicoses de Defesa* (1981c) e na conferência *Etiologia da Histeria* (1981g). Estes trabalhos estabelecem que o evento causador das neuroses seria um abuso sexual ocorrido na infância, em geral, praticado por um adulto próximo da criança, na maioria das vezes, o próprio pai. A base para esta afirmação, Freud teria encontrado no relato que um número significativo de suas pacientes histéricas lhe faziam sobre a infância. Essa explicação causal das neuroses como efeito do trauma do abuso sexual ficou conhecida como “Teoria da Sedução”. Assim, se estabelecia, baseando-se na análise de treze casos de histeria, que os traumas causadores das neuroses teriam ocorrido na primeira infância e envolveriam uma real estimulação dos órgãos genitais em ações que se aproximavam de uma relação sexual. Dessa forma, se fechava o círculo explicativo das neuroses, uma vez que já era amplamente aceito que os seus graves sintomas decorriam de uma defesa contra uma idéia intolerável e que a

sexualidade desempenhava aí um importante papel. Agora se apresentava a uma comunidade médica atônita a experiência traumática – o abuso sexual na infância:

“Para causar uma histeria é preciso que a experiência que vai se tornar traumática, através da liberação da repressão do afeto doloroso, pertença aos traumas sexuais da infância e seu conteúdo deve consistir numa irritação real dos órgãos genitais. A determinação específica da histeria é a passividade sexual nos períodos pré sexuais”. (Freud, 1981c p.286).

Na histeria teríamos um abuso sexual em que o sujeito foi passivo enquanto que na neurose obsessiva o sujeito teria participado ativamente em abusar de outra criança, após ter sofrido um abuso passivo. Devido à imaturidade psicosexual da criança os abusos ocorridos não eram traumáticos imediatamente, mas apenas ao serem lembrados na puberdade quando adquiriam um sentido plenamente sexual. O processo terapêutico envolvia levar o neurótico a vencer as resistências e revelar os segredos de sua vida até atingir a recordação do trauma de sedução.

A “Teoria da Sedução” foi rechaçada pela comunidade médica da época, sendo acusada de ser um “conto de fadas” e pouco a pouco o próprio Freud se viu obrigado a abandoná-la, apresentando como razão mais evidente o fato de que a ampla difusão das neuroses exigiria a conclusão, se mantida a sua teoria, de que virtualmente todos os pais eram abusadores. Além disso, havia casos de neurose, como a do próprio Freud, em que não se poderia estabelecer o elo causal com uma agressão erótica na infância. Mas como entender então tantos relatos de memórias de abusos sexuais na infância? Certamente as histéricas não estavam mentindo quando se diziam vítimas de uma sedução. Freud formula então a sua noção de “fantasia” e “realidade psíquica”, fenômenos que têm um funcionamento diverso e mesmo independente da realidade material. Assim, a cena da sedução relatada por tantas mulheres era na verdade uma fantasia. Tratava-se de fantasias assim explicadas por Freud:

“Se os histéricos referem seus sintomas a traumas inventados por eles, é preciso tomar em consideração este fato novo ... e conceder à realidade psíquica um lugar ao lado da realidade prática. Não tardamos, pois, em descobrir que tais fantasias se destinavam a encobrir a atividade auto-erótica dos primeiros anos infantis ... Por trás delas apareceu, então, a vida sexual infantil em toda a sua amplitude”.(Freud, 1981d p.1350).

Temos aí a passagem de uma cena de sedução real e traumática para a noção de uma fantasia que seria uma “criação” subjetiva para responder ao enigma do surgimento da própria

sexualidade. A “fantasia de sedução” seria uma das fantasias originárias, *Urphantasien*, comuns aos seres humanos, especialmente às mulheres. O abandono da Teoria da Sedução tornou-se um capítulo polêmico no interior da própria Psicanálise e entre os teóricos do feminismo (Roudinesco & Plon, 1998 e Mees, 2001). Entre os psicanalistas há divisões entre três grupos: os que aceitam a substituição do trauma real pela fantasia, chegando mesmo a negar a existência de seduções reais; os que negam a fantasia e continuam a remeter as psicopatologias a uma causalidade traumática real; e, finalmente, um grupo que aceita a existência da fantasia e do trauma real. Quanto ao movimento feminista, este passou a acusar Freud de não ter tido coragem suficiente para continuar a revelar a violência sofrida por mulheres e crianças na sociedade burguesa da época, prestando um desserviço à causa da mulher. Outros trabalhos feministas têm insistido na existência das agressões sexuais reais e descartado completamente a existência das fantasias.

Sem adentrar nesta querela, podemos destacar que o abandono da “Teoria da Sedução Real” pela ‘Teoria da Fantasia de Sedução’ deixou como resquício no senso comum psicanalítico a idéia, raramente assumida de forma explícita, de que nos casos de agressão sexual, como nos estupros, as mulheres estariam realizando uma fantasia originária. Portanto, seu sofrimento seria menor, senão verdadeiramente um prazer, ou ainda, que o analista sempre pode descobrir como a agressão sexual foi “inconscientemente” provocada para realizar uma fantasia¹². Uma psicanalista entrevistada, membro da equipe do VIVER, assim se expressou sobre a compreensão da violência sexual que pode se formar a partir das teorias psicanalíticas da fantasia e como esta é fortemente marcada por uma culpabilização da vítima. Entendimento muito difundido no ambiente psicanalítico:

¹² Talvez seja desnecessário lembrar que após abandonar a “teoria da sedução” o próprio Freud jamais negou a existência dos abusos sexuais reais e seu poder traumatizante. Tampouco afirmou que o fato de existir a fantasia originária (*urphantasien*) da sedução como parte da histeria, tornasse a sua concretização no estupro, por exemplo, prazeroso. Na verdade, em uma ocasião pelo menos, nas *Conferências Introdutórias de Psicanálise*, Freud (1981f) afirmou: “Fantasias de ter sido seduzido são particularmente importantes porque freqüentemente não são fantasias, mas memórias reais... seduções reais são bastante comuns”. O que discutimos aqui é como a leitura psicanalítica da fantasia pode ser tomada, ainda que sem a legitimidade conferida por uma leitura rigorosa dos textos freudianos, como uma via de responsabilização da mulher na provocação das agressões ou, a amenização de sua gravidade com a insinuação de que se pode obter prazer nelas. Esta interpretação, que não é assumida explicitamente nos textos, está presente de maneira difusa na comunidade psicanalítica. O destaque dado aqui a essa comunidade se deve a ela ser a mais representativa das comunidades de terapeutas localmente, com seus membros atuando em diversas instituições do Estado entre elas as que dão atenção a pessoas em situação de violência e participarem assim na formação da visão social do estupro.

“Eu acho que essa coisa do estupro é vista com muito preconceito pelos próprios profissionais que trabalham na área, eu já vi assim até mesmo psicanalistas em discussão de casos clínicos e em supervisão, falar assim da fantasia, né ... o estupro é uma das fantasias primordiais, entre aspas, né e eu acho que se confunde um pouco isso...porque a fantasia tem uma função de fantasia, uma função protetora, entendeu? Por isso que as pessoas vão ao cinema e assistem um filme de suspense onde o cara persegue uma mulher com uma faca na mão e vão a outro filme desses e vão a outro...por que elas vão? Por que elas gostam daquilo, né? Porque elas estão sentadas na cadeira! Muito diferente seria se quando elas saíssem dali topassem com um sujeito com a faca na mão dentro do seu carro, então eu acho que essa questão da fantasia é complicada mesmo para profissionais da área, porque imaginam que há prazer na realização da fantasia. Tem psicanalistas que radicalizam mesmo dizendo que não há acaso, né, que há uma provocação da mulher e vêem no estupro a realização de um desejo. Dentro da área há o preconceito. (Psicanalista, 12 anos de prática clínica)”

Com isso, a Psicanálise, que seria o espaço da cura pela palavra, corre o risco de se fechar à real escuta das mulheres agredidas, terminando por partilhar uma concepção social, amplamente difundida nas instituições do Estado, na família e na comunidade que direta ou indiretamente responsabilizam a pessoa agredida pelo que foi um sofrimento acidental, fora de seu controle. Este posicionamento, como teremos oportunidade de aprofundar, se refletirá nos próprios sentimentos de culpa das vítimas. Daí a psicanálise, *malgré elle*, ou melhor, a maneira como o discurso psicanalítico é difundido, partilhar indiretamente na consolidação do trauma, enquanto fixação ou estagnação existencial ao bloquear as vias de compartilhamento social. A difusão e apropriação do discurso psicanalítico chegam também, por vias tortuosas, ao universo jurídico. Assim, Branco (apud Pimentel, 1998), em sua obra *“O advogado diante dos crimes sexuais”*, alerta aos advogados quanto à simulação de agressão sexual que pode haver por parte de mulheres histéricas, afirmando que dessa simulação podem mesmo surgir falsas “provas médico-legais” e que nestes casos deve-se levar em conta os “antecedentes e a personalidade dos personagens envolvidos”. Neste caso, a possibilidade de simulação criada pelas fantasias histéricas deve levar os advogados a por em dúvida mesmo as provas materiais fornecidas pela perícia.

Também no discurso psicanalítico explícito podemos encontrar ambigüidades que deixam em aberto a possibilidade de se configurar e se generalizar a idéia da ‘vítima sedutora’. A este respeito, a análise de Mees (2001) de um caso de agressão sexual doméstica praticada contra a jovem R. dos oito aos treze anos de idade é bastante ilustrativa:

“Retomando os pontos relativos ao trauma e à fantasia, no caso de R. alguns aspectos principais se ressaltam. No que tange à fantasia de sedução, **percebeu-se R. tentando agradar seu pai** (destaque nosso) por intermédio das tarefas domésticas. Busca com isso seduzi-lo, em um registro incestuoso (tal qual a fantasia supõe), na medida em que realizar bem as lidas domésticas comporta uma substituição da mãe”. (Mees, 2001 p.13).

A evidência da sedução do pai por R. é encontrada pela autora no empenho da jovem na “realização das tarefas domésticas” quando a mãe se ausenta do lar para fugir das severas agressões do pai. Nada mais, nem mesmo uma fala de R. é citada para corroborar a argumentação. Por vias como estas, ainda que não seja este o objetivo nem a conclusão a que chega a autora em questão, se abre o campo para a responsabilização da vítima pelas agressões sofridas e se insinua também, a possibilidade de ver na situação de violência sexual alguma fruição. Essas possibilidades não são tão esdrúxulas ou estranhas ao universo da psicanálise quando temos em conta afirmações como a da célebre psicanalista francesa Françoise Dolto (Entrevista à Choisir, 1979) que chegou a declarar que os casos de abusos sexuais domésticos só ocorriam devido aos comportamentos de sedução e aprovação da criança ou adolescente, dependendo destas a suspensão dos mesmos.

Na discussão do fato de R. não apresentar sintomas típicos do trauma apesar da longa duração dos abusos, a autora conclui que isto se deveu ao sucesso da **defesa psíquica** de R. que pôde separar duas imagens do pai: “o pai sóbrio” – o bom pai – e o “pai bêbado” – o pai agressor sexual. Nenhuma referência aos fatores sociais mais amplos presentes na história de R.: o fato do pai ter sido preso, de ela ter conseguido um namorado de quem estava grávida e com quem ia se casar... entre outros elementos que poderiam representar vias de “tratamento” social das agressões. Voltemos à teoria psicanalítica:

Vale ressaltar que o abandono da Teoria da Sedução não significou o abandono da teorização psicanalítica sobre o trauma. Ao contrário, ela passa a ganhar contornos mais complexos. Preserva-se a concepção da *formação do trauma em dois tempos*: uma experiência dolorosa quando vivenciada pode não ter nenhum significado traumático vindo a adquiri-lo em um momento posterior (*nachtraglichkeit*) que ressignifica o primeiro de forma traumática. Um exemplo disso seria encontrado nas situações em que uma criança é ameaçada de ter seu pênis arrancado como punição para o seu mau comportamento. No primeiro momento estas ameaças passam despercebidas pela criança que só terá uma vivência traumática delas quando posteriormente verificar a ausência do pênis na mulher, só aí as ameaças de castração

ganharão um sentido traumático. Essa intuição psicanalítica do trauma em dois tempos é extremamente rica, apesar de nem sempre ser explorada em todas as suas implicações, pois leva à conclusão inevitável de que não existem experiências traumáticas *em si*, sendo o trauma dependente das vivências posteriores do sujeito, no sentido de como estas irão significar suas vivências pregressas. Esta perspectiva freudiana parece se confirmar em diversos trabalhos sobre o trauma, pois ainda que estes estabeleçam a existência de situações traumáticas *em si*, reconhecem que os sintomas do trauma podem levar muito tempo após o acontecimento para se formar. Mas a compreensão do *trauma em dois tempos* pode ser enriquecida por um olhar sociológico, o que nos levaria a analisar o papel da apropriação social de certas vivências aflitivas como um dos determinantes da construção do traumático, fato não levado em consideração pela Psicanálise, e que retiraria o trauma de sua leitura subjetivista dominante, além de lhe conferir uma dimensão mais processual, *construcionista* e, por isso também, desvinculada de uma causalidade linear.

Exemplo da utilização restritiva da intuição do *trauma em dois tempos* pela própria psicanálise na compreensão da violência sexual pode ser verificado na argumentação de Mees (2000):

“Na constituição de um sujeito há, portanto, um trauma fundante a partir do qual o sujeito é introduzido no mundo de linguagem, ou, para dizer de outro jeito, há a introdução do desejo da mãe, que pede algo (de satisfação) ao bebê, mas que ele não entende o quê. No momento posterior a este, ressignificará este primeiro, de sorte que esta introdução no mundo seja vivida inconscientemente como violenta e da ordem do sexual, na medida em que o desejo da mãe implica um desejo pelo falo. Sendo assim, o sentido inconsciente conferido a esse descompasso entre o mundo de linguagem e o despreparo do bebê será o de um ataque sexual. Quer dizer, de um abuso sexual, o qual é expresso pelas fantasias de sedução. (...) A questão é então saber que conseqüências existem quando o abuso sexual faz parte da realidade material, entretanto, sem polarizá-las, na medida em que a material tem relevância naquilo que impõe ao psiquismo. Ou seja, alguma ocorrência é traumática ou não na dependência do modo que toca esse trauma fundante referido a pouco.” (Mees, 2001 p.11).

Observa-se como a ressignificação *a posteriori* de uma experiência não é vista como indeterminada, mas já em uma direção predefinida. Desse modo as demandas da mãe ao bebê adquirirão sempre o estatuto traumático de um ataque sexual. Ademais, a possibilidade de consolidação do trauma é desconectada dos laços sociais em que é elaborada a experiência da agressão sexual. Configura-se, a partir daí, um argumento circular em que o traumático se dá

por causa de um trauma prévio, no caso, o trauma do ingresso do sujeito no mundo da linguagem. Tal sujeito se caracteriza como desamparado frente à onipotência imaginária do *outro materno*. Assim, as situações traumáticas seriam as que revivessem esse trauma originário. Perde-se toda a riqueza da intuição freudiana de um trauma que depende da temporalidade das experiências futuras para assim se configurar.

Antes de concluirmos a nossa análise sobre a versão psicanalítica do trauma, é preciso ainda destacar alguns pontos relevantes tanto por serem comuns a diversas interpretações do trauma como por descreverem as emoções usualmente vivenciadas em situações dolorosas.

Desde as primeiras teorizações psicanalíticas em que uma concepção de trauma se esboça, pode-se verificar subjacente a ela a idéia de que no trauma o sujeito depara-se com uma “carga de excitação” que ultrapassa a capacidade de elaboração do aparelho psíquico. Essa interpretação que vai se consolidando e ganhando maior complexidade ao longo da obra freudiana já se encontra em seus primeiros trabalhos quando o trauma, compreendido como primordialmente sexual, era visto como resultante da recordação, na puberdade, da agressão sexual ocorrida na infância. Esta recordação desencadearia um fluxo de estímulos que excederia a possibilidade defensiva do eu e, por isso, se repetiria de forma insistente. Essa dimensão do traumático será posteriormente definida (Freud, 1981e) como ligada à “compulsão à repetição” que ganha relevância na obra *Além do Princípio do Prazer* de 1920. Nela Freud analisa formas de lidar com experiências dolorosas, tomando como exemplo situações vividas por seu próprio neto e por soldados sofrendo de neurose de guerra. Com relação ao seu pequeno neto, Freud observa que quando a mãe deste saía tinha início um jogo em que um carretel amarrado com um barbante era jogado por cima da grade do berço seguido da exclamação *Fort* (saiu) e logo depois o carretel era puxado novamente para sua proximidade com a exclamação *Da* (voltou). Assim, a experiência dolorosa vivida com a ausência da mãe era representada no jogo do carretel que repetia a ausência e instituía o seu retorno desejado. Em relação à neurose de guerra, o que chamava a atenção era como os sujeitos recordavam incessantemente os episódios dolorosos, inclusive em sonhos; aqui, como no jogo infantil, repetia-se a experiência de sofrimento como via de superá-la. Mas se a repetição era uma via de superação da dor, uma busca de simbolização reparadora, ela poderia levar a exaustão, à morte psíquica. Deste modo, Freud reelabora uma concepção do trauma como ligado à intensidade dos eventos traumáticos e a ausência de descargas apropriadas tanto

motoras como verbais, bem como ao desamparo dos sujeitos para o seu enfrentamento. O evento traumático causaria um rompimento da “barreira de estímulos” que protege o ego das estimulações do ambiente deixando-o, portanto, exposto a um excesso paralisador.

Interpretações posteriores dessas considerações freudianas deduzem estar implícito nelas a idéia de que no trauma o sujeito estaria preso em uma experiência para a qual não dispõe de um *significante* para elaborá-la (Lacan, 1999). Devido a essa ausência, a recordação se repete como que em busca de uma simbolização. Por isso a fala seria uma via privilegiada para a elaboração e dissolução da dor ao produzir novos significantes e novos sentidos. Por conseguinte, o traumático seria o que não pode se inscrever no psiquismo e que rebate no sujeito como inassimilável, representando uma ameaça de desestruturação de sua organização psíquica (Pommier, 1989). Deste modo, uma metáfora muito utilizada na literatura psicanalítica é a do trauma como um “quisto”, um “corpo estranho” que não pode ser metabolizado pelo organismo (Porto, 2005). A repetição seria a tentativa de incorporar este “corpo estranho”, e a angústia, outro tema discutido pela psicanálise em conexão com o trauma, seria uma espécie de sinal, um aviso para o “eu” não sucumbir em uma situação frente à qual se vê sem recursos. A experiência prototípica das vivências posteriores de angústia seria a do desamparo do bebê com relação às pressões das necessidades, frente às quais não dispõe de recursos para responder. Assim, Freud estabelece a noção de um *desamparo constitutivo do ser humano* (Birman, 1996) que, em decorrência disto, é um ser “traumatizável”. Um ser que tem de se haver com situações e demandas do mundo pulsional e da realidade para as quais não existem respostas predeterminadas ou um Outro assegurador e que por isso tende a ter rompida, para falar em termos freudianos, ‘a barreira psíquica protetora de estímulos’.

Essas considerações nos dão um vislumbre das principais idéias psicanalíticas sobre o trauma. Apesar de não comporem uma teorização sistemática (Lejarraga, 1996), pois em sua maioria consistem em idéias esparsas ao longo da obra freudiana, ainda exercem grande influência sobre diversas concepções sobre o trauma. Dentre as conclusões freudianas ainda em cena, podemos destacar do conjunto da análise que apresentamos aqui, as seguintes: 1. o trauma como o evento que destrói as barreiras psíquicas, inundando o psiquismo com um excesso de energia; 2. a fala como via privilegiada para a superação; 3. a catarse¹³ como meio

¹³ A catarse, ou mais propriamente o método catártico foi abandonado ao longo das teorizações psicanalíticas, pertencendo, para alguns autores à sua pré-história. Contudo, a noção do poder curativo da ab-reação irradiou da psicanálise e deu vida a muitas práticas terapêuticas contemporâneas a exemplo da terapia corporal bioenergética de Wilhelm Reich. Terapia que ainda valoriza a descarga dos afetos bloqueados pelo trauma para sua superação.

de desbloquear a energia psíquica; 4. o entendimento do trauma a partir do sujeito e suas experiências infantis e, como decorrência disso 5. os recursos defensivos e os sentidos individuais para a experiência como determinantes de uma traumatização. Outras intuições que poderiam oferecer ricas sugestões para uma compreensão menos subjetivista, patologizante e não-linear da causalidade do trauma não têm sido aprofundadas na literatura de inspiração psicanalítica. Por exemplo: 1. os sintomas decorrentes do trauma, como os sonhos de angústia e as memórias invasivas como a expressão de um esforço de superação e 2. o traumático como se produzindo em dois tempos, sendo o resultado de uma significação posterior de certas experiências. Ao longo de nossas análises tentaremos explorar algumas dessas vias abertas pela psicanálise, complementando-as com o olhar da sociologia e da fenomenologia. Passaremos agora a detalhar novas versões do trauma que, herdeiras de muitas concepções psicanalíticas, se caracterizam por se voltar à orientação de pessoas que vivenciaram situações traumáticas, entre elas as mulheres sexualmente agredidas. Estas novas visões se difundem nos livros de auto-ajuda que freqüentemente aparecem entre os livros mais vendidos.

OUTROS OLHARES SOBRE O TRAUMA

Uma das bases do clássico estudo de Nobeit Elias, *O Processo Civilizador* (1995), são os livros de conselhos e de etiqueta que remontavam ao século XIII, a partir dos quais o autor reconstrói todo um conjunto de valores e a configuração de um processo histórico. Em suas pesquisas sobre a Modernidade Reflexiva, Giddens (2002) também nos ensinou a ver na análise dos livros que circulam em uma época, no caso os de auto-ajuda, uma forma de explicitar diversas dimensões de relações sociais nascentes como o lugar destacado dos especialistas, dos processos de reflexividade na intimidade e a dinâmica de “desencaixe” das relações sociais. No que diz respeito ao trauma, a sua atualidade pode ser verificada no surgimento de uma série de “novas leituras”, caracterizadas por uma ênfase na terapia do trauma relacionado a eventos como guerras, seqüestros, assaltos, acidentes urbanos e naturais e estupros. Essas abordagens não necessariamente se assentam em pesquisas científicas, como as que se vê em andamento sobre o atualíssimo Transtorno do Estresse Pós-Traumático – TEPT. Mas analisá-las, tomando a sugestão de Giddens e Elias, é importante na medida em que nos ajudam a demonstrar a ausência de uma compreensão social do trauma e a explicitar uma das poderosas vias de formação da percepção dos indivíduos sobre suas experiências.

Através dessa literatura podemos compreender diversas concepções sobre a causação do trauma que o desvinculam do social e deixam transparecer uma visão ora biologizante, ora pressupondo um sujeito atomizado. A importância dessa literatura é nos revelar também uma fonte importante na formação do senso comum e, portanto, do olhar social para os estupro no mundo urbano contemporâneo. Como tentarei demonstrar, se um dos elementos na produção social do trauma ou da traumatização é o bloqueio de sua mediação social, de seu compartilhar com outros, a ênfase da literatura terapêutica numa subjetivação intensa para a produção da cura pode muito bem ser vista como parte importante da construção social do próprio trauma, na medida em que abre as possibilidades de fortalecimento do sentimento de culpa.

Tomarei como protótipo das idéias dominantes na literatura terapêutica a obra de Levine & Fredrick (1999) *O Despertar do Tigre: Curando o Trauma* e, quando apropriado, farei referências a outras obras no que elas têm a complementar às interpretações aí apresentadas.

Uma das premissas de que parte a obra é de que o choque traumático ocorre quando experienciamos acontecimentos potencialmente ameaçadores à vida e que superam nossa capacidade para responder de modo eficaz. Ao mesmo tempo, a chave para a cura do trauma deve ser buscada em nossa fisiologia. Nesse sentido, o mundo animal teria muito a nos ensinar sobre o trauma, pois aí há uma adaptação fisiológica ao enfrentamento do perigo que foi perdida pelos seres humanos civilizados, e os autores tomam como exemplo a reação de impalas ao ataque do chita. Momentos antes de ser capturado, o impala cai no chão e se paralisa completamente, como se estivesse morto num estado que os fisiologistas chamam de “congelamento” e que teria duas funções básicas: a primeira seria uma estratégia de sobrevivência, pois levaria o predador a dar a presa por morta e relaxar na sua vigilância o que possibilitaria uma fuga de última hora. Por outro lado, o “congelamento” representa um estado alterado de consciência no qual o animal não sente dor, dessa forma se o resultado final for ser devorado esta será uma morte sem sofrimento. Caso consiga não ser devorado, o “congelamento” se desfaz e, com movimentos de sacudir o corpo e saltar, o impala se libera da energia congelada. Essa seria uma forma de reação a situações extremas própria dos mamíferos, inclusive do ser humano que teria preservado em seu cérebro e sistema nervoso a memória de ter sido uma presa fácil, mas sem as mesmas habilidades de seus primórdios. Esta inaptidão levaria o cérebro humano frequentemente a duvidar de nossa habilidade para tomar

ações de modo a preservar a nossa vida e isso nos torna extremamente vulneráveis aos efeitos do trauma.

Essa descrição do processo de “congelamento” dá aos autores a chave para compreender os sintomas traumáticos que seriam fruto não do acontecimento desencadeador em si mesmo, mas do resíduo congelado de energia que não foi descarregado. Um ser humano ameaçado precisaria, à luz da análise dos autores, descarregar toda a energia mobilizada para lidar com a situação ameaçadora, caso contrário será vítima do trauma. A maioria de nós falharia exatamente aí com tentativas malsucedidas de descarga dessa energia. Um exemplo disso seriam as vítimas de estupro que segundo os autores podem passar meses e anos falando de suas experiências, revivendo-as, expressando raiva, medo e tristeza, mas sem passar pelas respostas de imobilidade primitivas e liberar a energia residual do “congelamento”. Como resultado, permanecem presas no “labirinto traumático” e continuam “incapazes de se envolver novamente com a vida, pois estão virtualmente aprisionadas por seu medo”. A partir daí se traça a via terapêutica do trauma: seria preciso evocar nossos recursos fisiológicos profundos e utilizá-los conscientemente. Os autores advertem: “Até que entendamos que os sintomas traumáticos são fisiológicos e psicológicos, seremos infelizes em nossas tentativas de curá-los”, por isso pensam que devemos ter os “animais como professores”.

Por este caminho os autores insistem em negar as afirmações difundidas em larga escala de que o trauma não pode ser curado. Segundo eles, mais do que curados os traumas podem representar verdadeiros momentos de aprendizagem. As pessoas que saem deles podem crescer pessoalmente e aprender a lidar com novas situações de ameaças que venham a enfrentar. Mas, mesmo reconhecendo o papel da comunidade e das relações afetivas nos processos de cura, o que segundo os autores há muito já é reconhecido por vertentes tradicionais, a exemplo do xamanismo, que tratam os problemas do trauma como uma questão comunitária, é verdadeiramente no plano individual que as forças terapêuticas devem ser buscadas. Aí se encontrariam as bases instintivas para lidar com situações traumáticas. O problema do homem moderno seria ter se desligado dessas raízes que formam “planos de ação inatos” para situações de perigo, e por isso é mais facilmente traumatizável. Mas esse potencial não se perdeu e os autores dão uma demonstração disso nessa história:

“Uma mulher contou-me a seguinte história que se constitui um exemplo mais complexo: ela está voltando para casa no escuro quando vê dois homens que vêm em sua direção, do outro lado da rua. Algo na aparência deles não parece certo e a mulher fica imediatamente alerta. Quando chegam mais perto, os dois homens se separam, um deles cruza a rua na direção dela, e o outro anda em círculos atrás dela. O que antes era suspeita, foi confirmado agora – ela está em perigo. Seu coração se acelera, ela se sente subitamente mais alerta e sua mente busca freneticamente uma resposta. Ela deveria gritar? Deveria correr? Para onde deve correr? O que deve gritar? As possibilidades passam freneticamente por sua mente. Ela tem opções demais para escolher, e não tem tempo suficiente para considerá-las. Dramaticamente o instinto assume. Sem decidir conscientemente o que fazer, ela de repente se vê andando com passos rápidos e firmes na direção do homem que está atravessando a rua. Visivelmente surpreendido pela audácia dela, o homem muda de direção. O outro que estava atrás dela, desaparece nas sombras quando o homem na frente dele perde a sua posição estratégica. Eles estão confusos. Ela está segura. Graças a sua habilidade de confiar em seu fluxo instintivo, essa mulher não foi traumatizada.”(Levine & Fredrick, 1999 p. 56).

A questão, então, seria encontrar formas de por estes planos de ação instintivos em funcionamento, apoiando-se na capacidade de curar a si mesmo que cada um de nós possui e que deve ser orientada para descongelar as respostas incompletas que sobrecarregam o nosso sistema nervoso.

Com estas afirmações os autores do “*Despertar do Tigre*” em nada divergem da ampla literatura direta ou indiretamente dedicada ao trauma, pois corroboram a mesma premissa básica: é no indivíduo que se encontra a compreensão do trauma e é dele que depende as possibilidades de superação. Se há basicamente uma mobilização do corpo nos oito exercícios que são ensinados para a superação do trauma, trata-se de um corpo que deve ser mobilizado reflexivamente e de forma solitária no banheiro ou no quarto. Nenhum dos exercícios terapêuticos preconiza a participação do outro ou um direcionamento para as relações sociais ou vínculos afetivos das pessoas¹⁴. Os exercícios da nova linha terapêutica que

¹⁴ Para ilustrar o teor dos oito exercícios terapêuticos, transcrevo aqui o exercício que é apresentado em primeiro lugar: “Por aproximadamente dez minutos de cada dia, tome uma chuveirada suave e pulsante, da seguinte maneira: exponha todo o seu corpo à água, numa temperatura fria ou morna. Ponha toda a sua consciência na região de seu corpo onde a estimulação rítmica estiver focalizada. Deixe que sua consciência se dirija para cada parte de seu corpo conforme você se move. Ponha as costas de suas mãos sobre a água; depois as palmas e os pulsos; depois os dois lados do seu rosto, ombros, antebraços etc. Assegure-se de incluir cada parte de seu corpo: cabeça, testa, pescoço, peito, costas, pernas, pélvis, quadris, coxas, tornozelos e pés. Preste atenção à sensação em cada área, mesmo que esta esteja, adormecida, dolorida ou ausente. Enquanto você estiver fazendo isso diga: “Esta é minha cabeça, o meu pescoço etc. Eu lhe dou boas-vindas”. Outro despertar semelhante é provocado ao dar pancadinhas suaves e rápidas nas diversas partes de seu corpo. Novamente, se for feito com regularidade por algum tempo, isso irá ajudar a restabelecer o senso de um corpo com sensação na pele.” (Levine & Fredrick, 1999 p. 65).

assim surge – e que se chama “Somatic Experiencing” – visam desbloquear a energia represada no congelamento do trauma com o acesso aos nossos recursos instintivos.

Como conclusão, é importante destacar que os livros de auto-ajuda radicalizam a dimensão subjetiva do trauma, reforçando a responsabilidade individual pela superação. Tal radicalização, como sugerido por autores como Giddens (2002) e Vigarello (1998), parecem ajudar a compor uma “ambiência social de culpabilização” das pessoas que vivenciam o infortúnio, principalmente por colocar sobre tais sujeitos a responsabilidade pela sua auto-superação. Mas nossa análise estaria incompleta sem uma discussão de outra versão do trauma, desta vez uma que apresenta um cunho mais “científico”: a que diz respeito ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático. Veremos que apesar da mudança de ênfase e do apoio em pesquisas, esta versão se guia pelos mesmos pressupostos básicos das concepções apresentadas até aqui.

O TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO: A NEUROSE DE GUERRA REVISITADA

Encontra-se na categoria nosográfica *Transtorno de Estresse Pós-Traumático* – *TEPT* – surgida nos anos 80 na medicina, mais especificamente na psiquiatria, uma apropriação mais “científica” do trauma. O TEPT constitui-se dos principais sintomas que eram tradicionalmente agrupados na categoria *neurose de guerra*: memória recorrente das dolorosas cenas aflitivas vivenciadas, ou seja, memórias intrusivas, pânico associado a sintomas de evitação e insensibilidade, bem como sintomas de hiperestimulação que se manifestam por hipervigilância. Para que se possa estabelecer o diagnóstico de TEPT é preciso que tais sintomas durem pelo menos um mês. Atualmente o transtorno já aparece como o quinto diagnóstico mais freqüente em psiquiatria ao lado da depressão e do pânico. Esta alta incidência lhe valeu o nome de “a neurose de guerra em tempos de paz”. O Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais – DSM IV (2002) – descreve o TEPT¹⁵ como o “desenvolvimento de sintomas característicos após a exposição a um extremo estressor traumático”. Esta exposição se refere à “experiência pessoal direta de um evento real ou ameaçador que envolve morte, sério ferimento ou outra ameaça à própria integridade física”.

¹⁵ Uma categoria, ou melhor, uma subcategoria do Transtorno de Estresse Pós-Traumático é a Reação Aguda ao Estresse que apresenta sintomatologia semelhante à daquele quadro, mas que se desfaz em no máximo quatro semanas segundo o DSM - IV e a CID-10.

Mas além da experiência direta com situações que ameacem a vida, o “estressor traumático” pode se dar por testemunhar “um evento que envolve morte, ferimentos ou ameaça à integridade física de outra pessoa”. A exposição ao estressor traumático pode ainda ocorrer por uma via mais indireta com o “conhecimento sobre morte violenta ou inesperada, ferimento sério ou ameaça de morte experimentados por um membro da família ou outra pessoa em estreita associação com o indivíduo”. Quanto aos sintomas em resposta à exposição ao “estressor traumático”, estes podem envolver um “intenso medo, impotência ou horror (em crianças, a resposta pode envolver comportamento desorganizado ou agitado)”, “revivência persistente do evento traumático, esquiva persistente de estímulos associados com o trauma, embotamento da responsividade geral e sintomas persistentes de excitação aumentada”. O mesmo manual orienta que o diagnóstico de Transtorno de Estresse Pós-Traumático só deve ser estabelecido se a perturbação causar “sofrimento ou prejuízo clinicamente significativo no desempenho social, ocupacional ou outras dimensões significativas da vida do indivíduo”.

O manual apresenta também descrições mais detalhadas do transtorno no que diz respeito aos seus sintomas. Assim, com relação à revivência (*flashbacks*) do evento traumático, sabe-se que pode se dar de diversas maneiras, por exemplo, a pessoa pode ter recordações recorrentes e intrusivas ou sonhos aflitivos recorrentes, durante os quais o evento é reencenado. Em alguns casos mais raros, a pessoa experimenta os chamados estados dissociativos que duram de alguns segundos a dias. Nestes momentos os componentes do evento são revividos e a pessoa comporta-se como se o estivesse vivenciando naquele exato momento. Usualmente ocorre também intenso “sofrimento psicológico” ou “reatividade fisiológica” quando a pessoa é exposta a eventos que a fazem recordar ou simbolizam um aspecto do evento traumático como, por exemplo, “aniversários do evento traumático, tempo frio ou guardas uniformizados no caso de sobreviventes de campos de extermínio em climas frios; tempo quente e úmido para veteranos de combate do Pacífico Sul; ingresso em qualquer elevador para uma mulher que foi estuprada em um elevador”. Não existe um padrão estabelecido no que se refere à evolução do transtorno, podendo desaparecer em algumas semanas ou meses, mas pode apresentar uma “evolução crônica” com um duração de vários anos ou toda a vida resultando em uma “alteração duradoura da personalidade”.

Um dos pontos sensíveis da categoria de Transtorno do Estresse Pós-Traumático e alvo de muitos debates diz respeito ao “evento estressor”. Diferente de todos os transtornos mentais, o TEPT é o único em que o diagnóstico não se baseia na evolução do quadro clínico e

na sintomatologia como centrais, mas no evento externo causador do trauma. Assim, é também o único transtorno psicológico para o qual se apresenta um fator causal. Por conseguinte, ampla discussão tem se consolidado atualmente com estudos que demonstram que o evento traumático em si é o causador do transtorno e determinante de sua gravidade. Em situações como as de seqüestro, por exemplo, verificou-se que 100% das pessoas desenvolveram o transtorno, o que é apresentado como um indício de que a experiência resulta traumática em todos os casos, independente de fatores, tais como nível de desenvolvimento, antecedentes pessoais ou fatores familiares. O caso sempre retomado como exemplo típico desta situação é o seqüestro do ônibus escolar em 1976 na cidade de Chowchilla, na Califórnia, onde se verificou o transtorno em todas as crianças e adolescentes envolvidos.

Por outro lado, outros trabalhos apresentam o fator individual, envolvendo aspectos constitucionais e de comorbidade, a exemplo da depressão, como determinantes do transtorno. Deste modo, para que um “evento estressor” resulte em um trauma, entre as características idiossincráticas predisponentes, são indicados o comprometimento da memória e da capacidade de aprendizado. Este argumento afirma também que certas experiências poderiam ultrapassar o limiar de tolerância de uma pessoa. Forte argumento apresentado por esta corrente é o fato de um grande número de pessoas que vivenciam situações traumáticas como guerras, seqüestros, estupros e acidentes naturais não apresentarem o Transtorno Traumático. Frente a este posicionamento os oponentes argumentam que os sintomas não foram encontrados devido a metodologias e definições ou ao momento em que a pesquisa se realizou, uma vez que os sintomas podem aparecer em até três anos e meio após a ocorrência da situação traumática.

Assim, predominam estas duas interpretações básicas: ou o fator causal sendo o próprio “evento estressor” cuja intensidade determinará a gravidade dos sintomas; ou o impacto do “evento estressor” é interpretado como decorrente das “vulnerabilidades” pessoais. É nestes dois pólos que se situa a maioria dos debates ora em curso. Os defensores do pólo impactos do “evento estressor” propõem mesmo uma classificação de situações em termos de seu potencial traumático que assim foi organizado por Ballone (2002):

Estímulos estressantes e porcentagem de Transtorno por Estresse Pós-Traumático			
AUTOR	ANO	ACONTECIMENTO	%
Terr	1981	Seqüestro	100
Pynoos	1987	Ataque de franco-atirador	93
McLeer	1988	Abuso sexual	48
Reinherz	1993	Agressão física	25
Shaw	1996	Furacão	70
Najarian	1996	Terremoto	32
Savin	1996	Guerra	71
March	1997	Incêndio	12
Korol	1999	Desastre nuclear	88
Sack	1999	Guerra	50
McCloskey	2000	Violência doméstica	24

Fonte: Ballone, 2002.

Esta concepção é semelhante à responsável pela elaboração do Sistema de Avaliação de pessoas vítimas de violência e outras situações de risco. Tal Sistema é considerado capaz de determinar a gravidade do trauma, e ficou conhecido nos Estados Unidos como *Perpetrator-innocence-connectdness* – PIC. Este teste consiste numa série de perguntas cujas respostas são pontuadas de 1-5 para o fator *innocence*, que se refere a como a pessoa percebe o grau de inocência da vítima; também de 1-5 para o fator *perpetrator* que diz respeito a se a situação traumática foi realizada por ações humanas que poderiam ter sido evitadas ou por acidentes naturais. Os resultados desses dois fatores são multiplicados e em seguida é dividido pelo fator de 1-5 pontos de *connectdness* que se refere ao quanto a pessoa se identifica com a vítima. Quanto maior o escore, maior a gravidade do trauma vivenciado, o que direcionará as modalidades de tratamento mais apropriadas. A definição de eventos estressores *a priori* permite esse nível de objetivismo.

Independente da predominância dessa corrente, a compreensão que ela veicula parece ser hegemônica uma vez que a CID – 10 (1993), Classificação Internacional de Doenças, referência para o estabelecimento de diagnósticos na prática médica, após considerar o papel dos fatores idiossincráticos, conclui que a ocorrência do transtorno é: “Sempre conseqüência direta de um estresse agudo importante ou de um traumatismo persistente. O acontecimento estressante ou as circunstâncias penosas persistentes constituem o fator causal primário e essencial na ausência do qual o transtorno não teria ocorrido”. Aqui se veicula uma

noção de causalidade com uma tonalidade linear marcante. À luz desta corrente, os estúpro aparecem entre os eventos que seriam unanimemente traumáticos.

Já a corrente que discute o lugar das diferenças individuais para o estabelecimento do transtorno se referem à capacidade individual para enfrentar estresse catastrófico. Da mesma forma que a dor, argumenta-se, a experiência traumática é filtrada através de processos cognitivos e emocionais antes de ser avaliada como ameaça externa.

Numa tentativa de complexificar os modelos explicativos existentes, Foa (1995) propôs um modelo que agrupa a dimensão do “evento estressor” em si e das características individuais. A autora propõe, quanto aos fatores pessoais de predisposição, as variáveis sócio-demográficas – sexo, idade, etnia, nível sócio-econômico, estado civil – e fatores de ajuste pré-mórbido – depressão, ansiedade, estresse, experiências traumáticas anteriores entre outros, de ordem psiquiátrica. Estes seriam “fatores pessoais” que influenciariam os esquemas mentais prévios de uma pessoa acerca de sua segurança. Quanto ao acontecimento em si, este poderia romper os esquemas mentais do indivíduo sobre si mesmo e do mundo gerando desorganização e uma incapacidade de processar emoções fortes. Por fim, o terceiro fator diria respeito ao processamento psicodinâmico pós-traumático que inclui as reações emocionais imediatas de medo, ‘paranóia’ e culpa, esses sentimentos poderiam não ser elaborados adequadamente devido aos dois fatores anteriores.

Assim pode-se elaborar um perfil geral, com pontos em comum, das teorias que tentam explicar o Transtorno do Estresse Pós-Traumático: 1. Uma visão causal linear; 2. Uma perspectiva subjetivista. 3. Mesmo a teoria que tenta articular de forma mais dinâmica os processos de causação do transtorno, ao postular uma combinação de fatores individuais e de intensidade do evento, não aprofunda o lugar das interações sociais. E conclui por enfatizar a dimensão individual, é este aspecto que termina por ser considerado como o elemento definidor do trauma tanto no “processamento” durante a experiência traumática quanto no “processamento” após o traumatismo. 4. Uma opção por patologizar um vivência dolorosa. 5. Tendência a estabelecer um padrão de respostas para as situações traumáticas, o chamado “padrão humano pós-traumático”. 6. Ausência quase completa da dimensão social no entendimento e nas questões de pesquisa sobre a configuração e produção do trauma.

A configuração desses pressupostos só é possível pela desconsideração em investigar como a experiência é posteriormente inserida nas redes sociais dos indivíduos; pela ausência de referência aos valores e instituições que definem os lugares das pessoas

“traumatizadas” e pela pouca investigação sobre o papel dos apoios sociais para a recomposição após uma experiência aflitiva. A desconsideração pelo aspecto relacional e processual da produção social do trauma, que remeteria à análise de como as vivências são partilhadas pelos grupos e apropriadas pelas instituições, pode ser limitante tanto na compreensão dos processos “traumáticos” quanto na terapêutica. Assim, sem entrar na questão da validade das teorias do Transtorno de Estresse Pós-Traumático, pode-se verificar como estas terminam por obscurecer diversas dimensões da experiência humana em situações de sofrimento extenuante.

É esta dimensão social que nos permite também questionar a própria transformação do trauma em uma categoria médico-psiquiátrica. Existem vários sinais de como aí intervieram uma série de elementos sociais, culturais e políticos (Summerfield, 2001). Por exemplo, sabe-se do papel que desempenhou a pressão dos ex-combatentes do Vietnã e do movimento anti-guerra para a inclusão da categoria do Transtorno do Estresse Pós-Traumático no DSM III (Ballone, 2002 e Summerfield, 2001) e daí em sua luta por reconhecimento dos efeitos da guerra em suas vidas. O diagnóstico do transtorno teria assim sido um elemento crucial para a superação dos estigmas que eram impostos aos ex-combatentes como “assassinos de bebês” ou “psicopatas” por uma opinião pública chocada com as ações bélicas contra camponeses. Com a legitimação de um novo diagnóstico, os ex-combatentes obtiveram um importante apoio em sua insistência pelo reconhecimento do seu lugar de vítimas da guerra.

Assim, o aval do poder médico em termos de um transtorno que resulta de certas experiências tem assegurado a vários grupos um reforço à sua causa. E a formação de uma comunidade de “traumatizados” representa uma via de mobilização político-ideológica, bem como de normalização de certas experiências aflitivas, questão que, por exemplo, Vigarello (1998) identificou na apropriação social do estupro na sociedade francesa contemporaneamente. Do mesmo modo, a apropriação popular da idéia de trauma pode ser apontada como um dos fatores no aprendizado social do “comportamento traumatizado” fenômeno que não é estranho às análises do pensamento antropológico sobre a doença. Esta tendência se reforça pelo crescimento sem precedentes do número de centros especializados em Estresse Pós-Traumático e de pessoas que recebem este diagnóstico, sobretudo em países como os Estados Unidos. Os trabalhos científicos sobre o tema também aumentam e só em 1999 chegaram a 16.000 publicações naquele país.

O Transtorno de Estresse Pós-Traumático tem-se tornado o diagnóstico mais difundido e cujas características estão entre as mais conhecidas pelas pessoas no Ocidente. Assiste-se à passagem de um diagnóstico que se restringia a experiências diretas com situações de gravidade catastrófica, como guerras e acidentes naturais, para incluir uma série de experiências relativamente comuns como dificuldades de trabalho, parto normal, agressão verbal etc. Atualmente tem-se falado em uma verdadeira epidemia do trauma e seus transtornos (Neto e Vieira, 2005 e Rudge, 2006) com o surgimento no Brasil de uma série de publicações e manuais além de Congressos sobre o tema, alguns, fundados no pressuposto de que uma sociedade tão exposta à violência como a brasileira é necessariamente uma sociedade que traumatiza as pessoas. A possibilidade de um aval médico para o transtorno coloca o Brasil entre os países nos quais começam a surgir uma série de questões judiciais em torno de indenizações e pensões para pessoas que sofrem do transtorno após agressões. Por exemplo, profissionais como bancários que sofrem violência no local de trabalho ou no caminho para ele (Neto, 2005).

Fatos como estes têm levado alguns pesquisadores a se referirem a uma “indústria do trauma”, indústria na qual se articulam médicos, peritos, advogados e queixosos e que é responsável pela movimentação de grandes volumes em indenizações e pensões. Summerfield (2001) aponta que na Inglaterra as compensações por TEPT chegam a superar as que são pagas por amputação de membros. Podemos falar assim de uma dimensão insuspeita da criação social do trauma que é a própria montagem de um certo estilo traumatizado e que começa a fazer parte das expectativas sociais em relação a pessoas que vivem certas experiências, sendo o estupro uma delas¹⁶.

É neste contexto de debates sobre o trauma que diversas síndromes, cuja classificação remontam à década de 60 e que seriam decorrentes de situações traumáticas como a “*síndrome do incesto*”, “*síndrome do abuso sexual da criança*” e a “*síndrome do estupro*” (rape syndrome) (Schestatsky et al, 2003), são redefinidas à luz do novo conceito de Estresse Pós-Traumático. Estas redefinições têm em comum o estabelecimento de certos

¹⁶ Apesar deste não ser o foco da investigação e análise que aqui propomos, estas considerações são muito relevantes para não se tomar como auto-evidente um diagnóstico que é construído socialmente. Neste sentido Ballone (2002) reuniu uma série de evidências que apontam para a fragilidade da categoria de Transtorno de Estresse Pós-Traumático, entre elas os resultados de estudos longitudinais que demonstram que a maioria dos casos se resolve espontaneamente em torno de quatro meses. Ademais, o favorecimento econômico de terapeutas, centros de saúde, fundos públicos sugerem que a cultura do trauma pode se tornar um rendoso negócio. Demonstra, assim, a “utilidade social” de uma categoria psiquiátrica que pode inclusive gerar distorções como: o desprezo pelas complexas situações de quem vivencia experiências aflitivas e sua medicalização precipitada.

padrões de sintomas e uma causalidade unidimensional ou cuja complexidade usualmente não vai além do aspecto individual. Exemplo disso pode ser visto em recente conceituação da causalidade do Transtorno de Estresse Pós-Traumático realizada por Neto (2005):

“Por experiência traumática entende-se a resultante da interação entre um evento factual da realidade externa, na qual ocorre algum tipo de risco à vida do indivíduo, com uma vivência interna da realidade psíquica, quando o indivíduo é incapaz de assimilar essa experiência e elaborá-la de forma normal” (p.18).

Desta maneira a possibilidade de uma fixação traumática na experiência de risco à vida está circunscrita à capacidade subjetiva para elaborá-la de “forma normal”. Dentre as situações reconhecidamente traumáticas “para qualquer pessoa”, o estupro aparece frequentemente na literatura sobre o TEPT e muitas pesquisas têm surgido recentemente, estabelecendo esta conexão. O TEPT gerou um novo entendimento do que antes era conhecido como *síndrome do trauma do estupro* e que agora tem seus sintomas definidos em termos deste transtorno.

Mas a noção de *síndrome do trauma do estupro* foi desenvolvida nos trabalhos pioneiros e ricos de Burgess e Holmstrom (1974, 1976 e 1979) que analisaram a temática do estupro de forma muito mais rica e complexa, inclusive levando em consideração dimensões sociais hoje ausentes nos debates sobre o “trauma”. Para estas autoras, *a síndrome do trauma do estupro* apresentaria fases de desenvolvimento: uma *fase aguda* e uma *fase de reorganização*. Na primeira fase teríamos a manifestação de uma completa desorganização da vida decorrente da ameaça de morte que as mulheres vivenciaram e ainda reações somáticas como: ferimentos, tensão muscular, irritabilidade gastrointestinal e distúrbios geniturinários. Entre as reações emocionais da *fase aguda* são mencionados: o medo, raiva, desejo de vingança, sentimento de culpa e de humilhação. A *fase de reorganização* envolveria um movimento de enfrentamento dos efeitos do estupro e uma busca por segurança. Além disso, o clássico estudo de Burgess e Holmstrom (1974) estabeleceu a existência de dois estilos de enfrentamento da violência sexual: o *estilo expresso*, caracterizado pela exibição aberta das emoções vivenciadas, e o *estilo controlado* quando as vítimas realizam uma contenção emocional que envolve manter a aparência de calma e incolumidade após a violência.

Apesar da relevância do estudo pioneiro de Burgess e Holmstrom (1974), ele não aprofundou o esclarecimento das interações sociais que estão envolvidas nos processos que se seguem às agressões, e do papel de dimensões como a história de vida nos significados a serem elaborados pelas mulheres. Assim, quando as autoras analisam os processos de

enfrentamento (*cope*) do estupro (Burgess e Holmstrom, 1974, 1976 e 1979), o foco da discussão se concentra nas estratégias individuais ou psicológicas desenvolvidas sem uma consideração por suas implicações sociais e interativas. Esta postura é condizente com a interpretação das pesquisadoras de que:

“Ser estuprada gera uma grande quantidade de ansiedade na vítima e esta ansiedade é a base da grave reação traumática chamada síndrome do trauma do estupro. O núcleo da ansiedade é o impacto da ameaça de vida ou da altamente estressante experiência sobre o indivíduo”. (Burgess e Holmstrom, 1979 p.1278).

Como é possível depreender desta citação as autoras não conectam o potencial traumático da experiência da agressão sexual aos contextos de interação das mulheres, mas apenas ao risco de morte vivenciado. É tal assunção que permite o estabelecimento de “fases” mais ou menos previsíveis do “trauma de estupro”. Na mesma direção seguem as suas conclusões sobre as respostas desadaptadas (*maladaptive responses*) que algumas mulheres agredidas desenvolvem e que seriam um “fracasso em lidar com o estresse do estupro” p.1281. Apesar do reconhecimento e indicação do papel que fatores como o estilo do ataque, relações da vítima com o agressor, a quantidade de violência e os atos praticados, as respostas institucionais às vítimas, as respostas das redes sociais e a vitimização subsequente, estes temas são abordados com um enfoque predominantemente individual ou psicológico, ficando sem um maior aprofundamento a elucidação do lugar do corpo na experiência da agressão e da recomposição que a segue. Do mesmo modo, não se elucidam as definições e redefinições que a experiência sofre à medida que é reelaborada nas relações sociais das vítimas. Ademais, o importante reconhecimento da complexidade dos processos de recuperação pelas autoras não se traduz em um esforço para descrever os seus principais traços existenciais.

Tais questões serão retomadas nos próximos capítulos. Tentaremos explorar a possibilidade de ampliar e redefinir o conceito de “trauma” e a compreensão dos processos de vivência e recomposição da experiência da violência sexual. Tal percurso se fará através de uma análise fenomenológica do conceito de ruptura e das narrativas de mulheres que vivenciaram a violência sexual. Mas, é preciso descrever os traços gerais da experiência da agressão sexual, segundo a vivência das vítimas, para, então, analisarmos a pertinência do conceito de trauma e darmos relevo a temáticas pouco consideradas nas análises dessa violência, a exemplo da corporeidade.

CAPITULO IV

VIOLÊNCIA SEXUAL: A EXPERIÊNCIA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Não reagi. Eu pensava, se eu reagir ele vai me deixar cheia de marca, se ele não me matar, vai me deixar cheia de marca, cicatrizes. Se eu sobreviver cheia de cicatriz também, não dá. Foi uma escolha que eu fiz, entendeu? *Léia, vendedora ambulante de 23 anos que foi levada de Salvador e violentada em Lauro de Freitas.*

Na hora que ele veio beijar minha boca eu beijei e botei a língua aqui no dente dele, porque quando você toca a língua no céu da boca nesse ponto entre o dente, você liga a pessoa com o divino. Eu pensei em ligar ele com o divino pra ele não me matar, pra que ajudasse ali, sabe? *Raquel, professora e personal trainer de 45 anos, referindo-se ao seu comportamento com o agressor durante seu estupro em um matagal no Centro Administrativo da Bahia.*

Tomo consciência do caráter deficiente de meu acervo de conhecimento unicamente se uma experiência nova não se adequa ao que até agora fora considerado como o esquema de referência pressuposto como válido. *Alfred Schutz em As estruturas do mundo da vida.*

Os relatos de estupro analisados nos revelam que são muitos os ardis mobilizados pelo autor de crime sexual para se aproximar de sua provável vítima, atraí-la a um local propício ao crime ou para dominá-la de assalto e consumir a violência. Os contatos entre agressor e vítima nos momentos que precedem a violência assumem diferentes modalidades conforme o agressor seja um “conhecido” ou um “desconhecido”. Posteriormente, tais momentos são constantemente retomados pelas mulheres agredidas e adquirem diversos significados: às vezes, a partir deles se constrói um auxílio na superação do sentimento de culpa, pois evidenciam que nada poderia ser feito para evitar o crime. Outras vezes, a recordação dos acontecimentos que precederam o crime adquire um significado que intensifica a auto-

acusação, pois foi quando as mulheres afirmam ter vivenciado sentimentos, “premonições”, intuições difusas de alerta para a violência que estavam na iminência de sofrer, e que não foram atendidos. Ou então, tais acontecimentos são retomados como uma razão a mais para a vergonha, pois agora, vistos do presente, o seu caráter preparatório para a violência parece excessiva e dolorosamente óbvio.

O Quadro I sintetiza os componentes das ações ou estratégias do agressor desconhecido para realizar a violência, conforme apareceram nos relatos das entrevistadas. O quadro apresenta também o número de entrevistadas que tiveram que lidar com a referida situação.

QUADRO I
Ações do Agressor Desconhecido para Realizar a Violência
(14 Relatos)

AÇÃO	AÇÕES ESPECÍFICAS
Dominar a vítima de “assalto” em espaços urbanos ¹⁷ (04)	1. Intimidação Corporal: Arma de Fogo/Arma Branca/Força Física. Agressões Físicas Várias: socos, empurrões, início de estrangulamento. 2. Mediação: Utilizar amigo/conhecido da vítima para atraí-la a local propício ao crime
Invasão de domicílio – usualmente à noite (05)	1. Intimidação Verbal: Ameaças de assassinato Ameaças de ataque a familiar

Fonte: Pesquisa de Campo 2004-2006.

¹⁷ Uma das entrevistadas, Dalila de 33anos, foi violentada por três estranhos e um amigo do bairro. Seu caso aparece nos quadros I e II.

As ações do agressor que pertence à rede de amigos, vizinhos e conhecidos da vítima em geral, são apresentadas a seguir no Quadro II. Nele pode-se verificar que entram em cena os estereótipos culturais ligados ao que se espera que possa “tocar” uma mulher afetivamente – o que representa uma via para que o agressor possa escamotear os seus reais objetivos: um pedido de ajuda ou a promessa de amor.

QUADRO II
Estratégias de Agressor Conhecido para Realizar a Violência
(14 Relatos)

AGRESSOR CONHECIDO	
ESTRATÉGIAS / NÚMERO DE CASOS	TIPOS
<p>1. Demonstrar / Fazer Parecer estar em situação de risco para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ter acesso à residência da mulher • Conduzir a mulher a espaço propício ao crime <p>(02)</p> <p>2. Demonstrar Interesse em Relacionamento Verdadeiro para¹⁸:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ter acesso à residência da mulher • Conduzir a mulher a espaço propício ao crime • Conduzir a mulher à residência do agressor <p>(04)</p>	<p>Verbais¹⁹:</p> <p>1.1. Despertar compaixão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatar situação de perigo iminente na qual se envolverá caso não seja ajudado • Chorar <p>2.1 Atitudes corporais de convencimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tocar a mulher carinhosamente • Chorar <p>Verbais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Declarar-se apaixonado • Elogios a características corporais e de personalidade – descrevendo-as como excepcionais.

Fonte: Pesquisa de Campo 2004-2006.

As lembranças do envolvimento inadvertido ou “ingênuo” com o agressor, são fonte de significativa tortura mental e desorientação quanto à estabilidade e validade das prescrições

¹⁸ Esta estratégia pode durar meses e ser reelaborada em função dos posicionamentos da vítima.

¹⁹ As falas do “agressor conhecido” antes da violência sexual foram descritas por algumas entrevistadas como se caracterizando por não terem intervalos na sua seqüência. Esta característica é interpretada posteriormente pelas vítimas como visando impedi-las de se dar conta de aspectos esdrúxulos da situação ou refletirem melhor sobre uma decisão.

sociais, uma vez que se sofreu infortúnio justamente ao se praticar o bem, ao tentar ajudar alguém em perigo ou mesmo ao se dar crédito à palavra das pessoas, atribuindo-lhes boas intenções. Com isso, fica seriamente em risco um dos pressupostos mais importantes para a manutenção dos vínculos sociais: a pré-concepção que leva a tomar os sentimentos, emoções e valores de outros como semelhantes aos do próprio sujeito (Schutz, 2001 e 1971).

Mas os momentos em que a violência sexual ocorre são também de grande perturbação. A sensação de ser envolvida em uma aceleração temporal e em um torvelinho de sentimentos, pensamentos, sensações corporais e imagens mentais evanescentes relacionadas à trajetória de vida, freqüentemente compõem esta situação. Contudo, a vivência da agressão não é caótica e dela não estão ausentes um movimento de compreensão e uma série de “estratégias” que visam ora evitar o estupro, ora as lesões corporais, ora a própria morte. Estas “estratégias” se redefinem a depender de como afetam as reações do agressor. Em todo o desenrolar da cena, e mesmo nos instantes que a antecedem quando se constata que o apoderamento é inevitável, um conjunto de ações de resistência é acionado, ou melhor, testado ou tentado. Por isso, a noção de “estratégia de enfrentamento” (Burgess & Holmstrom, 1976) precisa ser refinada, pois toda a ampla gama de sensações corporais, imagens, pensamentos, sentimentos e ações que emergem no momento da agressão não se estruturam racionalmente e não parecem visar apenas um enfrentamento do agressor, mas também representam uma busca de sentido, de uma interpretação dessa experiência. A análise dessas estratégias nos revela que a vivência da agressão não é puramente subjetiva uma vez que envolve uma remissão a todo um quadro de relações intersubjetivas, culturais e sociais das vítimas. É a partir desse horizonte de significados que as mulheres dialogam com o agressor e é a ele que recorrem para enfrentar a situação de violência. Em outras palavras, o momento da violação sexual faz ecoar e nele presentifica, a totalidade da existência dos indivíduos. Nele se condensam e se esboçam a essência da estrutura de compreensão que também se desenvolverá nos desdobramentos existenciais subseqüentes de recomposição.

Essas observações nos levam a pensar o momento da agressão também como intersubjetivo, não parecendo ser condizentes com esta experiência ou capazes de a descrever adequadamente as expressões tão freqüentemente associadas ao estupro: “assassinato da alma”, “homicídio do sujeito” ou “redução da mulher ao lugar de objeto”. Espero demonstrar melhor essas dimensões pela análise das narrativas das mulheres agredidas seguindo as seguintes categorias: 1. *O momento da agressão*; 2. *Reação dos outros ao relato da violência*

e 3. *Efeitos da agressão*. Este percurso será também a oportunidade para, em diferentes momentos, voltarmos à análise do conceito de trauma e de sua “construção social”.

O MOMENTO DA VIOLÊNCIA: RESISTÊNCIA E COMPREENSÃO

O diálogo e a tentativa de negociação para obter um certo controle dos rumos da situação estão presentes em toda a seqüência do crime se redefinindo em função das reações do agressor: se este agride fisicamente, ameaça ou permanece indiferente e insiste em seu intento. Sem visar estabelecer uma seqüência válida para todas as situações de violência sexual, a análise das narrativas nos permite verificar que os diálogos com o agressor inicialmente tentam evitar o estupro, em seguida, quando este se revela inevitável, o objetivo pode se redefinir para o impedimento de agressões físicas graves que lesionem ou comprometam a vida. Se tais agressões ocorrem, todas as forças e apelos da mulher são para permanecer viva ou atravessar o melhor possível este momento. O quadro abaixo sintetiza alguns dos elementos mais importantes envolvidos nas atitudes e posicionamentos que caracterizam a interação da mulher com o agressor no momento da violência.

QUADRO III

Atitudes e Posicionamentos da Mulher no Momento da Violência 14 Relatos

Atitudes de Dissuasão	Casos
1. Verbal 1.1 Falar ininterruptamente 1.2 Tentar envolver agressor em um diálogo 1.2 Declarar seus próprios atributos negativos ou de risco 1.3 Ameaçar 1.4 Gritar 1.5 Orar em voz alta	10
2. Física 2.1 Agredir o agressor 2.2 Tentar escapar/correr	09
3. Diálogo Interior 3.1 Pensamentos evanescentes sobre a causalidade da violência	07

Fonte: Pesquisa de Campo 2004-2006.

Assim, é muito comum que as mulheres tentem dissuadir o violador afirmando estar grávida, doente de AIDS ou menstruada ou ainda apontando o seu lugar social desvalorizado ou então digno de respeito: “mãe de família”, “mulher em vias de se casar”, “virgem” ou “pobre e sem beleza”. Falas assim tentam tocar a sensibilidade do agressor, apelar para sua “humanidade” e sua possível sensibilidade a valores sociais em comum. O próprio *falar em demasia* é apontado como uma maneira de tentar levar a agressão ao fracasso, pelo envolvimento do agressor em um diálogo que pode assumir as mais variadas tonalidades, com a mulher encarnando diferentes papéis: a de uma amiga compassiva, a de alguém que tem coisas em comum com o criminoso, a de uma mãe repreendedora, de uma mulher ameaçadora e perigosa ou a de uma pessoa totalmente frágil e merecedora de piedade.

Deste diálogo dramático, não estão ausentes modalidades diversificadas de blefe em afirmações como: a iminência da chegada do marido policial em casa, o domínio de artes marciais, a presença de um vizinho policial na casa ao lado etc. A urgência, o risco de morte, a compressão temporal, a total surpresa da agressão implicam em que as falas dirigidas ao agressor surjam sem uma pré-elaboração, por isso sua seqüência e conteúdo variam, oscilam e se redefinem constantemente: indo de promessas de colaboração a falas de amizade, de ameaças a gritos por ajuda, podendo mesmo ocorrer o reconhecimento frente ao agressor de que se mentiu, para ganhar a sua confiança na veracidade do que será dito (um novo blefe) em seguida. As seqüências das falas e seu conteúdo dependerão do conjunto de conhecimentos e experiências prévias da vítima, de seu horizonte cultural, das reações do agressor e evidentemente da própria circunstância do crime. Nos casos em que a vítima é dominada por mais de um agressor e com arma de fogo, as possibilidades de diálogo e falas são muito reduzidas, pois nestes casos é muito comum que a mulher seja amarrada, vendada e amordaçada, impossibilitando suas tentativas verbais de dissuasão. Situação como esta foi assim narrada:

“Fomos conversando, por que ele {um dos agressores} conhece meu ex-namorado. Aí fomos conversando: “Ah! Você ainda está com fulano, não sei o quê”, essas conversas: “Porque eu to a fim de você, você não quer namorar comigo, não?”. Eu disse: “Rapaz, eu não quero, não, porque eu já terminei com seu colega e não quero pegar ninguém por enquanto, estou querendo ficar sozinha”. Aí ele: “Não, por que eu estou gostando de você, não sei o quê, vamos comigo aqui”. “Não, não vou, não”. Pegou na minha mão e, “Umbora, umbora”, me levando mesmo. Quando chegou no local tinha esses caras, esses três caras. Aí começaram a me usar, de tudo quanto é forma, jeito, que eu não gosto nem de, só de lembrar... Eu queria gritar,

eles amarraram a minha boca, amarraram meus olhos, um lugar todo escuro, não deu nem pra gritar. Porque eu só queria gritar, mas nem gritar eles deixaram, na hora da violência. É horrível, eu pedi até, eu pedindo por Deus que não, que Deus até me matasse, até isso eu pedi. É horrível, é horrível mesmo”.(Dalila, 33 anos, separada, desempregada).

Com muita frequência, a plausibilidade das ameaças do agressor é demonstrada por golpes físicos como socos, empurrões, início de estrangulamento ou pela manutenção da arma de fogo ou arma branca encostada no corpo da mulher durante todo o crime. As agressões físicas, que muitas vezes são de extrema gravidade, podem ser um elemento definidor dos rumos a serem tomados pelas falas dirigidas ao agressor. Frequentemente elas levam a mulher a se calar e desistir do enfrentamento. Assim, o grave risco da própria morte ou a de outros nas proximidades da cena, a concreta impossibilidade de fuga como quando o agressor invade a casa e ameaça ferir filhos e familiares, pode levar à “decisão” de não se realizar nenhuma oposição explícita ao agressor. Estes são também os casos em que as mulheres são preservadas de graves ferimentos:

“Eu tava dormindo. Minha tia disse que era pouco mais das três e meia, porque eu fui dormir mais de meia noite, aí, quando eu dei por mim ele já estava dentro de casa. Aí eu acordei assim, ele apagou a luz na mesma hora, eu tava sozinha e aí eu perguntei: “Quem é?”, aí ele mandou eu calar a boca senão ele ia me matar, entendeu? Tava correndo de um policial, aí eu disse que não sabia de nada, aí ele mandou eu ficar calada, aí ele disse que tinha saído da penitenciária, que ele tava abafado, que queria fazer sexo, que não sei quê. Só que eu fiquei assim em estado de choque, né. Aí eu fiquei sem conseguir respirar, e eu fiquei mesmo estarecida, assim, sem fala, porque o tempo todo ele dizia que ia me matar, e que tinha outra pessoa lá fora, e que se eu gritasse ou fizesse qualquer movimento ele me mataria. Ele me beijava o tempo todo, ele ficava me ameaçando que ia me matar, mas me beijava, me perguntava se estava me maltratando”.(Ada, 40 anos, separada, acompanhante de idosos e vendedora autônoma).

“O que ele fez, me fez ficar com muito medo. Então assim: “Olha, tem gente lá fora! Já matei um, posso matar outro”, então... Aí eu pensei: “Se ele matou um, pode me matar”. Já que minha filha não estava no momento, então ele pode me matar aqui e ninguém viu mesmo, ele pode me matar e não tá nem aí. Essa pessoa que entrou na minha casa não teve um sexo selvagem comigo. Eu fiquei realmente... eu tô com medo. Mas não foi um sexo totalmente selvagem que ele fez, de meter alguma coisa assim, foi isso, ele teve uma relação normal comigo, ele não chegou a me machucar, me bater...”(Noemi, 30 anos, separada, empregada doméstica).

“Não tinha como eu gritar, ele tava com uma arma apontada pra mim, ele tava com uma arma apontada pra minha irmã e a outra menina que estava com a gente. Por eu ser a mais velha, de ela estar ali, porque ela tem treze anos, a menina que tava com a gente tem catorze, eu tinha vinte e um anos, então eu me sentia o quê? Protegendo elas, responsável por elas, que a gente tava ali, que eu tava ali com elas, eu era a responsável, então eu me senti, sabe, poxa, inútil de não poder ter protegido mais elas. Eu tentei proteger o máximo que eu pude, porque quando a gente tava lá eu pedi pra que eles não fizesse nada com elas, porque elas eram jovem, não tinham experiência de ter uma relação sexual, então eu pedi: “Não faça nada com elas, se tiver que fazer alguma coisa, faça comigo”. Porque pra uma pessoa que já sabe, que já teve sua experiência, é uma coisa, uma pessoa que nunca teve é outra totalmente diferente. Então, eu acho que eles, eu acho que Deus tocou no coração deles que eles não fizeram mais coisas porque eu pedi”. (Maria, 29 anos, separada, desempregada).

O Quadro IV apresenta um sumário das principais atitudes e posicionamentos adotados pelas mulheres para atravessar a agressão quando esta se demonstra inevitável.

QUADRO IV

Atitudes e Posicionamentos para Atravessar a Agressão Inevitável 14 Relatos

Atitudes	Casos
1.Verbal 1.1 Tranqüilizar o agressor/afirmar cooperação	11
2.Corporal 2.1 Paralisar-se/desconectar-se do corpo	09
3.Diálogo Interior 3.1 Imaginar relação sexual normal com pessoa amada 3.2 Falar com Deus 3.3 Focalizar pensamentos para “não estar presente” 3.4 Prestar atenção a detalhes para reconhecimento posterior do agressor	10

Fonte: Pesquisa de Campo 2004-2006.

A violação, a invasão do corpo na agressão sexual representa um grave risco de colapso da “segurança ontológica” e coloca as vítimas diante da possibilidade concreta de

morte iminente. Essa possibilidade é reforçada pelas dores que podem ser graves e lancinantes e pelas ameaças proferidas sem cessar pelo agressor que usualmente se vale de arma de fogo, arma branca ou de sua força física. Contudo, a ausência de uma oposição explícita não significa uma entrega sem resistência e esta pode assumir a forma de um *diálogo interior* no qual a vítima elabora como se sair o melhor possível: com vida, sem lesões graves, durante e após a agressão inescapável. Imaginar que se está tendo uma relação sexual com o namorado, marido ou alguém amado aparece entre as formas de reduzir o sofrimento:

“Como não havia mesmo jeito de sair dali eu procurei pensar que ele era meu namorado, comecei a pensar que ali era meu namorado”. (Débora, 19 anos, solteira, estudante).

Aos pensamentos também se recorre para tentar “não estar presente”, sair do corpo e da cena do crime, mantendo-os, com esforço, fixados em boas recordações ou em pessoas queridas. A repetição mental incessante de uma frase é também uma via para se “ausentar” do estupro. Com frequência a frase mental que se repete como que em um *mantra* expressa o desejo de que a violência termine rápido.

Freqüentemente este *diálogo interior* se dirige a Deus e pode assumir a forma de oração, que se, por alguma razão, é proferida em voz alta, usualmente desperta a fúria violenta do agressor. As mulheres que assim procederam relatam as sérias agressões que sofreram como conseqüência. Ademais a presença de Deus é invocada de muitas formas e comporta vários pedidos: sair viva do crime, não ser machucada a ponto de ficar com cicatrizes, que a cena termine o mais rápido possível, que seu corpo, caso seja assassinada, possa ser localizado para não gerar sofrimento excessivo entre familiares e mesmo que Deus providencie a sua morte para que ela não seja testemunha de sofrimentos em demasia:

“Eu pensei em Deus, eu ainda pensei. Eu até falei de Deus no momento, que ele até falou que eu não falasse no nome de Deus, que ele ia me matar de qualquer jeito. Falou, falou: “Vou lhe matar de qualquer jeito, não adianta você falar o nome de Deus, não”. Aí foi que ele falou: “Aí, onde é que Deus está agora, que está deixando isso tudo acontecer?”(Léia, 23 anos, solteira, vendedora autônoma e empregada doméstica).

Ada: *“Eu pensava em Deus, eu pedia muito a ele que me deixasse viva, eu só pedia pela minha vida, e que ele {o agressor} acabasse logo, pra eu ir embora dali. É muito angustiante, é um atentado, pra sua cabeça é horrível, é uma situação...”*
ENTREVISTADOR: *Você falava com Deus em voz alta?*

Ada: “Não. A minha voz não saía, eu não conseguia falar, que eu fiquei como se estivesse em estado de choque. Eu só fechava os olhos e pedia pra que ele me ajudasse, né, não deixasse acontecer nada de grave com a gente”.

ENTREVISTADOR: No seu pensamento, você com Deus?

Ada: É.

(Ada, 40 anos, separada, acompanhante de idosos e vendedora autônoma).

É neste *diálogo interior*, que simultaneamente é um *diálogo com o Outro*, onde se dão os primeiros esboços de elaboração de um sentido para a cena absurda que se está vivenciando. Em pensamentos, entrecortados pelos desdobramentos mais imediatos da agressão, em imagens mentais evanescentes, surgem tentativas incipientes de compreensão da experiência. Posteriormente, muitos destes elementos serão retomados no complexo movimento de recomposição que tem lugar após as agressões.

A este respeito, o caso de Raquel é bastante ilustrativo. Ela foi capturada enquanto voltava de uma passeata de professores no Centro Administrativo da Bahia e levada para um matagal das proximidades, onde foi estuprada após uma dolorosa resistência que lhe custou muitas lesões. Enquanto era violentada veio-lhe à mente uma cena produzida em uma sessão de regressão a “vidas passadas” realizada poucos dias antes. Nesta cena via-se como uma grande ave aprisionada e brutalmente assassinada em um remoto passado medieval. A captura pelo estuprador a fez evocar essa cena de uma “outra vida” em que foi uma ave acorrentada, aprisionada e morta. Posteriormente, essa conexão entre “vida passada” e causalidade da violência atual formaram a base de sua compreensão do estupro como um processo de purificação que visava o seu despertar para as dimensões problemáticas da sua existência. Dimensões que não vinham sendo bem conduzidas por ela, como, por exemplo, ter ficado transtornada com o término de seu namoro, o que a teria feito não perceber a aproximação do agressor e a seguir, sem pensar, tomar um atalho pelo matagal onde foi violentada.

Num outro caso, Dalila foi levada até um barracão por um amigo de infância onde foi violentada por ele e outros três homens armados. Imobilizada, amordaçada e vendada pensou que seu conturbado ex-marido, com quem rompera contra a vontade deste e contra quem estava envolvida em uma querela judicial por pensão e guarda dos filhos, seria a pessoa mais provável para envolvê-la nesta armadilha. Esta compreensão de ter sofrido a revanche de um marido enciumado exacerbou seu senso de necessidade de justiça, com a punição rápida dos agressores como condição essencial à sua recuperação.

Nestes dois casos exemplares, podemos verificar como uma série de aspectos do contexto de uma vida, mesmo no que ela tem de problemático, indeciso e enevoado é evocado, ainda no momento da agressão, como forma de explicá-la e superá-la. Mas o *diálogo interior* não tem apenas o caráter de consolo, pois remete às redes de relações das mulheres, podendo representar um novo elemento problemático da situação, uma nova fonte de angústia. É o que ocorre quando os pensamentos se voltam para imaginar como familiares e filhos ficarão caso o estupro resulte em morte, caso venham a ser assassinadas pelo agressor em lugares ermos e seus corpos não sejam encontrados. Ou então quando os pensamentos visualizam as conseqüências de a polícia jamais desvendar o autor do homicídio que sucedeu a um estupro ocorrido dentro de casa sem deixar pistas.

Ao mesmo tempo em que durante a agressão se esboçam as primeiras linhas de uma compreensão e superação possíveis, é aí também que nascem diversos aspectos perturbadores que remanesçam nos desdobramentos sociais subseqüentes e que se buscará dolorosamente equacionar. Alguns deles se tornam verdadeiros “becos sem saída”, labirintos, paradoxos sem solução adquirindo novos significados à medida que são recebidos por outros e apropriados institucionalmente. É o que se verifica na dúvida atormentadora quanto a se a estratégia adotada foi a melhor, se o crime não poderia ter sido evitado caso outras fossem as atitudes e, nos casos em que não foi possível ver o agressor, a suspeita constante e angustiada com relação aos homens do círculo de conhecidos, amigos e vizinhos.

AS EMOÇÕES E A RECALCITRÂNCIA DA CULPA

Finda a agressão, constatado o fracasso de todas as medidas que visavam detê-la, eclodem, se redefinem muitas emoções aflitivas como a vergonha, o nojo e o medo. Sair do contexto do crime é o desejo mais imediato e ansioso e como o próprio corpo é parte fundamental da “cena do crime”, banhar-se longamente é uma medida muito comum. Permanecer durante horas debaixo do chuveiro, voltar ao banho várias vezes durante o dia da agressão e nos seguintes, ensaboar-se muitas vezes estão entre as ações realizadas para remover do corpo todas as marcas possíveis, todos os odores; para retirar do próprio corpo a presença aderente do corpo do agressor. Jogar no lixo as roupas com que se estava vestida também compõe estas ações de deixar de lado, sair da cena do crime. Ainda que estas ações apaguem muitas provas da ocorrência do crime, sendo claramente desaconselhadas pelas orientações policiais e pelos muitos manuais dedicados à orientação das mulheres, pois

dificultam a comprovação do crime nos exames periciais, as mulheres descrevem este momento como o de um primeiro alívio depois de enorme desespero, uma retomada do próprio corpo que por alguns momentos “pertenceu” a um estranho. Banhar-se responde a uma necessidade urgente rumo ao esquecimento.

As mulheres, em sua quase totalidade, descreveram suas vivências como *fora de qualquer padrão prévio* ainda que suas trajetórias pessoais sejam marcadas por muitos dissabores com os homens, havendo muitas experiências anteriores de agressões físicas de maridos e companheiros, além de inúmeras frustrações de projetos de vida feliz a dois. Apesar disso, nada em suas vidas foi comparável a ser violentada. Este fator é decisivo para o sentimento de não haver palavras aptas a descrever sua agonia, palavras capazes de permitir a outros compreender o que foi vivenciado. Este indizível da experiência constitui um dos impedimentos do relato do crime a outros.

Aliás, neste “crime sem testemunhas”, a decisão de relatá-lo a outros recai sobre a vítima. Essa decisão é vivida como um grande peso. Neste momento, entram em jogo emoções como a vergonha e o sentimento de culpa, sobretudo nas situações em que o estupro não aconteceu segundo os moldes estereotipados e tipificados socialmente que definem o que pode ser considerado de fato violência sexual: ser praticada por um reconhecido criminoso, estranho ao círculo de relações da mulher agredida, ocorrer em lugares desertos da cidade e resultar em muitas e visíveis lesões. Para as mulheres cujas experiências não se enquadram neste padrão: as que foram agredidas em casa, por um conhecido ou em circunstâncias que as levaram a não resistir e por isso as lesões foram inexistentes, resta-lhes um relato “pouco verossímil”. Ampliam-se dessa forma as angústias e incertezas quanto à credibilidade que seu relato despertará nos amigos, familiares e na instituição policial. Nestes casos, a decisão de relatar a outros suas experiências é precedida por uma longa hesitação que pode resultar em desistência. Contudo, mesmo para aquelas que sofreram um “típico” crime sexual, os sentimentos de vergonha e o desejo de esquecer constituem-se graves obstáculos ao compartilhamento com outros. Também ligado ao desejo de esquecer, após a agressão sexual usualmente surge uma intensa necessidade de isolamento que se choca contra quaisquer intenções de tornar público suas dolorosas vivências. O quadro V apresenta algumas das emoções vivenciadas a partir da agressão e os comportamentos a elas associados pelas entrevistadas:

QUADRO V

Emoções e Comportamentos Associados à Agressão Sexual

Emoção (Número de Entrevistadas que a vivenciaram)	Configuração	Comportamento Associado
1. Culpa (14)	1.1 Não haver evitado a agressão 1.2 Haver descumprido advertência 1.3 Haver facilitado a agressão	1.A. Idéias suicidas 1.B. Isolamento 1.C. Tentativa de suicídio
2. Medo (14)	2.1 De sofrer nova agressão 2.2 De deparar-se com o agressor no cotidiano 2.3 De ficar só no dia-a-dia 2.4 De engravidar/ Contrair doença 2.5 De vingança do agressor	2.A. Vigilância Exacerbada 2.B. Isolamento 2.C. Insônia 2.D. Repetir Exames Médicos Compulsivamente 2.D.1 Automedicar-se
3. Desconfiança (10)	3.1 Com relação aos homens 3.2 Com a veracidade das relações sociais 3.2.1 Suspeita de que mundo social seja uma farsa	3.A Desistir de relacionamentos 3.B Isolamento 3.C Ataques de pânico
4. Nojo / Repugnância com relação ao corpo (12)	4.1 Percepção do corpo como contaminado 4.2 Recordação da agressão ativada pelo toque em certas partes do corpo 4.3 Impressão de haver “perdido” o corpo	4.A. Banhar-se/Lavar-se compulsivamente 4.B Recusa de tocar-se ou ser tocada/olhar-se no espelho 4.C Idéias suicidas 4.D Isolamento
5. Vergonha (14)	5.1 Impressão de estar “despida” frente aos outros	5.A Isolamento

Fonte: Pesquisa de Campo/VIVER 2004-2006

As emoções, sinais expressivos dos posicionamentos existenciais e marcadores da tonalidade dos envolvimento sociais, não podem ser compreendidas apenas à luz dos processos psicológicos que indubitavelmente as envolvem ou da tão discutida “incapacidade dos indivíduos” para lidar com eventos disruptivos. As emoções são uma via privilegiada para explicitarmos a conexão ontológica dos sujeitos com o seu mundo, com suas redes sociais. A este respeito, na complexa dinâmica em que se desenvolve a experiência da agressão sexual, é relevante destacar a emoção mais amplamente presente nos casos estudados: *o sentimento de culpa*:

ENTREVISTADOR: Por que você não queria ver ninguém?

*Dalila: Sei lá, eu me senti suja, me senti que eu estava fazendo uma coisa errada, “Oh! Meu Deus, será que eu fiz alguma coisa errada? Foi por causa de mim que aconteceu isso?” É isso que vem na mente da gente.
(Dalila, 33 anos, separada, desempregada).*

Eu tinha que fazer isso pra saber, não deixar ele me usar. Ou será que se eu tivesse feito isso ele me matava? Como ele disse que tinha acabado de matar uma pessoa, que matava qualquer um. Assim como matou um, mata eu também. Tinha outra pessoa lá fora... ele fez um medo, e eu fiquei com medo realmente. . E até hoje quando eu começo a pensar eu digo: “Eu acho que eu agi errado, eu devia ter agido de outra forma, eu tinha que ver quem era a pessoa, eu tinha que gritar, eu tinha que fazer alguma coisa”. Sempre me culpo de ter acontecido aquilo, sabe... Eu podia evitar aquilo... não sei se podia evitar... (Noemi, 30 anos, separada, empregada doméstica).

A culpa sentida após as agressões constitui uma das emoções mais duradouras dessa experiência, em alguns casos, como veremos, a culpa perdura mesmo transcorridos longos anos. Encontrar um pensamento que expie a culpa é extremamente difícil, pois para cada auto-justificação encontrada emerge um outro pensamento em contrário, o que propulsiona uma ruminação mental sem fim. O sentimento de culpa afeta as mulheres independente da reação esboçada no momento da agressão: as que reagiram culpam-se, pois pensam que poderiam ter atuado de forma mais eficaz, ou se torturam em tentar responder se o melhor não teria sido simplesmente poupar-se das agressões com um “consentimento” mais imediato. Já as que não conseguiram esboçar oposição, culpam-se por terem ficado inertes. Ademais a auto-acusação pode se intensificar nas situações em que as mulheres descrevem ter sentido, nos instantes que precederam a agressão, “um aviso”, “um alerta”, uma espécie de sentimento indefinido de que

estavam prestes a vivenciar uma situação de perigo: algo estranho na voz usual do conhecido do bairro, uma movimentação atípica em algum trecho da rua, um barulho incomum na cozinha de casa. A lembrança de não haver atendido ao apelo desta espécie de “sexto sentido” e com isso escapado do agressor, constitui um doloroso acréscimo à culpa.

Resistente mesmo aos processos psicoterápicos mais sistemáticos, a culpa é uma das bases da paralisação existencial que ocorre na vida de um número significativo de mulheres agredidas, além disso, é descrito como um tormento da mente que não cessa. Daí ser tão freqüente a associação entre a libertação da culpa e estar verdadeiramente curada. Em nosso cotidiano, usualmente nos sentimos culpados por eventos moralmente reprováveis nos quais tivemos uma participação direta, com nossas ações, ou indireta, com nossos desejos. Contrariando este modo geral, as agressões sexuais são experienciadas de maneira culposa. As mulheres agredidas culpam-se por eventos acidentais e cuja ocorrência situa-se completamente fora das suas possibilidades de interferência e contra os quais, como vimos, se resistiu em diversos níveis dentro do que foi lógica e situacionalmente possível.

A inclusão do sentimento de culpa como parte do elenco de sintomas do *Transtorno de Estresse Pós-Traumático* ou da *Síndrome do Trauma do Estupro*, termina por tornar desnecessário um olhar mais atento para o que este sentimento nos diz sobre a vivência concreta dos indivíduos e seus vínculos com a sociedade e a cultura de que fazem parte²⁰. Desse modo, é preciso ter em conta que se sentir culpado por um evento contingente significa tomá-lo, vivê-lo, numa perspectiva moral e, mais além, numa perspectiva individual ou personalizada. O que só pode acontecer em uma cultura que modelou os seus membros a conceber um nexos entre infortúnio e comportamento imoral, ou entre ações pessoais inadequadas e insucesso:

ENTREVISTADOR: E como é que essa culpa aparece?

Maria: Mais quando eu lembro do que aconteceu. Às vezes eu, sei lá, eu penso, poxa, se eu não tivesse ido, se eu tivesse ficado em casa, poderia não ter acontecido, mas, ninguém ia adivinhar que isso ia acontecer, né? A gente fica tentando achar,

²⁰ Encontramos na obra do Psicanalista húngaro Sandor Ferenczi, mais especificamente em seu texto sobre a *Confusão de língua entre os adultos e criança* de 1933, uma das mais antigas e raras tentativas de elucidar os sentimentos de culpa que afetam as pessoas vítimas de abusos sexuais. Para este autor a culpa vivenciada pela vítima, a criança especificamente, se daria por uma introjeção do sentimento de culpa que deveria ser experimentado pelo agressor. Apesar da originalidade desta explicação, ela continua circunscrita ao âmbito psicológico ou no máximo intersubjetivo, deixando em aberto o lugar das dimensões sociais na construção da culpa.

poxa, às vezes aconteceu uma coisa pra me dar um sinal pra que eu não tivesse ido pra lá e eu não percebi, eu poderia ter percebido mais, eu poderia ter, sei lá, não ter ficado na rua, não ter saído, ter ido pra casa logo, e, assim, meus sentimentos de culpa mais são assim, mais quando eu lembro do que aconteceu.(Maria, 29 anos, separada, desempregada).

Eu me culpo assim porque eu vacilei, eu tava muito fragilizada numa relação, né, e dei bobeira. Eu me fragilizei a ponto de estar fazendo as coisas no automático. Eu me culpo por isso também. Eu me culpo, porque eu poderia ter sido mais violenta com o cara e ter escapado, até quem sabe matado o cara ali e ter escapado. (Raquel, 45 anos, solteira, professora e personal trainer).

Que eu acho que se eu não fosse não iria acontecer. Porque ele ficou naquela paquerinha, me chamou na casa dele...se eu não tivesse ido lá nada ia me acontecer... (Débora, 19 anos, solteira, estudante).

Importante sugestão para o entendimento de uma das bases sociais da radicalização do sentimento de culpa pode ser encontrada na *História do Estupro* de Vigarello (1998). Este autor demonstra a passagem do enquadre social do estupro como um crime que atinge a sociedade e a vítima em seu status público, em seu futuro moral ou social, para um crime da alma, da subjetividade. Este deslocamento, segundo o mesmo autor, só seria possível com o desenvolvimento paralelo do universo psicológico e do espaço da interioridade. Nesta nova conjuntura sócio-cultural, o indivíduo é mais entregue a si mesmo e conseqüentemente a uma maior incerteza, menos protegido que é por instituições e tradições que anteriormente ordenavam o cotidiano e asseguravam o seu destino. Neste processo de “privatização da existência”, o indivíduo mais facilmente toma a seu cargo os sucessos e insucessos de seu percurso existencial. Com isso, o campo de batalha teria sido transposto do enfrentamento público para o íntimo das pessoas. Do mesmo modo, tal deslocamento desenvolveu uma maior sensibilidade coletiva para o sofrimento psíquico o que se pode facilmente verificar na atual tendência, presente em vários países²¹, de um crescente fascínio, de um escrutinar e mesmo tornar espetacular os relatos dos sofrimentos psíquicos das vítimas de violência sexual. Ainda segundo Vigarello, é essa nova atmosfera que transformou o “trauma psíquico” na grande personagem, universal e absoluta, das diversas apropriações sociais e institucionais do

²¹ Esta tendência apontada por Vigarello (1998) ainda não parece ter-se desenvolvido no Brasil, país onde predomina o ocultamento e o silêncio coletivo sobre a questão, mas que atravessa o movimento de crescente individualização de problemas cujas origens são sociais.

estupro.²² Estas conclusões são corroboradas por diversas análises (Bauman, 1998b, Zaluar, 2004, Giddens, 2002 e Arendt, 1987) sobre a Modernidade como período histórico e horizonte hermenêutico que têm entre seus traços distintivos a constituição do individualismo e a resultante ampliação da intimidade, associadas ao desmantelamento da tradição.

O entendimento do *sentimento de culpa* evocado a partir das experiências de agressão sexual pode assim ser compreendido à luz desse horizonte da Modernidade, cujos processos de reforçamento da individualidade e da intimidade orientam a redefinição do crime sexual que, de um drama de grande peso moral e social, uma mácula da coletividade, passa a ser apreendido, sobretudo como uma desestruturação da consciência. E sua gravidade passa a ser medida pelos danos psicológicos causados. Do mesmo modo, os processos sociais inaugurados pela Modernidade promovem a percepção da trajetória de uma vida como centrada em termos de habilidades e qualidades individuais. Assim, fenômenos como a violência sexual contra a mulher podem ser facilmente interpretados em disjunção de sua sociogênese. Como resultado, se criam expectativas de que a resolução dessa violência também se opere a partir de vias individuais, consolidando um discurso social culpabilizante.

Não se pode deixar de reconhecer nos livros de auto-ajuda a expressão desse novo individualismo contemporâneo. Ao mesmo tempo, tais livros parecem ser componentes cruciais de um discurso social culpabilizante, ainda que não o aspirem explicitamente. Isso parece ter lugar na medida em que sobrevalorizam o indivíduo e suas habilidades como definidores dos seus destinos. Seja como for, o peso desse discurso social culpabilizante é vivido de forma dramática pelas mulheres agredidas, é o que transparece em falas como as que seguem:

Claro. Eu me sinto culpada porque eu pensei que eu poderia ter força para me sair, para correr, me defender, mas não tive oportunidade, e também achei que, eu não tive oportunidade nenhuma para me defender, entendeu. Mas, as pessoas que eu conheço, muitas falam que se isso que aconteceu comigo, acontecesse com elas, que elas poderiam se defender, sim. (Léia, 23 anos, solteira, vendedora autônoma e empregada doméstica).

²² Quanto à transformação das histórias de estupro em objetos de fascínio e espetáculo público, é importante destacar que esta realidade é muito efetiva em diversos países europeus e nos Estados Unidos, sendo inexistente no Brasil, país onde ainda tem predominado o silêncio e a obscuridade quanto ao estupro. No entanto, o Brasil partilha de muitas das transformações sociais rumo ao individualismo e a radicalização da intimidade, compreendida cada vez mais como desconectada dos seus liames sociais.

É muito maluco isso! Como é que você é o agredido e você se sente culpado? Não sei de onde vem esse sentimento, mas é assim que eu me sinto. Também meu namorado quando eu contei a ele o que tinha me acontecido ele me acusou de ter facilitado a entrada dele {agressor} em casa, porque eu abri a porta e esse aluno que eu conhecia disse que estava precisando de ajuda e acabou me machucando. (Mabel Lazaroto, 45anos, separada, professora de idiomas).

Falas como estas exemplificam que há também um elemento intersubjetivo na construção da culpabilidade. Pois o olhar dos outros sobre a violência tende a questionar se as ações das mulheres teriam sido facilitadoras das agressões, ou se de fato as suas atitudes frente ao agressor foram suficientemente decisivas para impedi-lo de agir. As falas de outros, familiares, amigos, namorados e maridos freqüentemente resvalam em uma culpabilização direta ou indireta que se expressa nas questões às quais as mulheres freqüentemente têm de responder: “Esse cara não largou a arma em momento algum?”; “Por que você não pegou a arma dele?”; “Se eu fosse você eu não ficaria assim, não, eu ia em cima dele.”; “Nessa hora, por que você não saiu correndo?”; “Tanto que eu lhe pedi para você voltar cedo para casa.” Questionamentos como esses, às quais as mulheres se referem com muita dor, nos dão um vislumbre do acolhimento culpabilizante pelas redes de relações que as envolvem e que, como veremos, será redobrado, intensificado pela abordagem jurídico-policial. Esse olhar social acusador leva a desistência de relatar a violência a mais pessoas e reforça o tão perturbador silêncio das mulheres e, com isso, se fecha o que poderia ser uma poderosa via de normalização existencial: narrar a outros as experiências aflitivas (Rabelo et al, 1999). Ao nos referirmos ao longo deste trabalho à “construção social do trauma”, teremos em mente vivências sociais como estas que bloqueiam o compartilhamento social das experiências ditas “traumatogênicas” e que limitam o amplo movimento de recomposição existencial que tem lugar após as agressões.

Não é sem razão que se recompor da ruptura trazida pela violência envolva a superação da culpa. Nesta tarefa, desprovidas de apoios interpessoais e institucionais, as mulheres que têm disponibilidade financeira podem acionar outros recursos como comprar livros de auto-ajuda ou pagar o transporte semanal para manter a psicoterapia oferecida pelo VIVER. Outras se engajam em um tumultuado percurso solitário de oscilações entre um sentimento de recuperação e “recaídas”. De qualquer modo, ao lembrar seu percurso de cura as mulheres se referem ao lugar decisivo que aí desempenhou a compreensão de sua inocência em suas trágicas histórias:

Eu acho que a primeira coisa assim, a primeira luzinha que comecei a ver melhor, foi quando eu entendi que o problema não era eu, que não fui eu. Que de alguma maneira... porque isso me fazia sentir muito mal. Eu ficava assim horrorizada... O que é que eu faço, né, que há de errado na minha conduta que me faz acontecer esse tipo de coisa. Aí quando entendi isso, que eu era a vítima, na verdade, foi quando tudo começou, quando comecei a me sentir mais em paz comigo mesma. (Ada, 40 anos, separada, acompanhante de idosos e vendedora autônoma).

Assim, eu agora estou bem melhor porque, logo no princípio eu fiquei me sentindo muito culpada, mas depois eu fui entendendo que eu não tive culpa nenhuma, né. Eu fiz, eu tentei o máximo, o que fiz foi o máximo, eu não tive culpa, pelo contrário, tentei ajudar, tentei minimizar a situação pra que aquilo não acontecesse. Aí eu não me sinto mais tão culpada como me sentia antes. (Maria, 29 anos, separada, desempregada).

Agora não me sinto culpada pelo que houve, porque não foi uma coisa que eu provoquei deliberadamente. Eu não fiquei com nenhuma seqüela sobre sexualidade, a minha vida sexual é tranqüila, eu tenho uma vida sexual plena, meu namorado sabe o que aconteceu comigo e me apoiou muito. (Raquel, 45 anos, solteira, professora e personal trainer).

Quer dizer, conversar com Tânia {psicóloga do VIVER} foi maravilhoso, porque eu achei em Tânia aquela amiga, aquela pessoa que me deixava assim muito... me mostrava que, na verdade, eu não tive culpa nenhuma disso...(Mordecai, 52 anos, separada, microempresária).

Mas existem outras dimensões de sentidos que se descortinam quando analisamos o olhar de outros para o que foi vivido por estas mulheres. Vejamos.

A REAÇÃO DE OUTROS AO RELATO DA VIOLÊNCIA

Goffman (1988) nos relembra as origens da palavra *estigma*: criação dos gregos que, apoiando-se em seu amplo conhecimento de recursos visuais, a empregaram para se referir aos sinais corporais que tornavam público algo de mau ou extraordinário sobre o status de quem os portava. O *estigma* era produzido ritualmente impondo marcas feitas com cortes ou fogo sobre o corpo de quem deveria ser identificado e rejeitado publicamente como escravo, criminoso ou traidor. O sentido sociológico em que se emprega a noção de estigma guarda em essência este sentido grego original que é ampliado ao se por em relevo as condições sociais para a sua efetivação. Na base do estigma, ainda segundo Goffman (1988), estariam as categorizações sociais que envolvem o estabelecimento de agrupamentos tipificados, classes

de pessoas, determinando-lhes um lugar e o que se deve esperar encontrar em seu comportamento e em sua identidade social. As possibilidades de estigmatização associam-se, deste modo, à construção de estereótipos, pois se consolidam quando um traço pressuposto como parte definidora de certos grupos ou indivíduos está ausente. Os estigmas poderiam assim ser agrupados em três tipos. Em primeiro lugar haveria as “abominações” do corpo: as deformidades físicas; em segundo estariam as culpas pertencentes aos indivíduos: vontade fraca, paixões exacerbadas ou desnaturais, crenças distorcidas. Todas elas podendo ser deduzidas da percepção de inadequações decorrentes de situações como distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo entre outros. Por fim, haveria os estigmas ligados à etnia e à religião.

Independente destas formas nas quais o estigma se constrói, Goffman (1988) afirma que têm as mesmas características sociológicas:

“Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que se pode impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto.” (Goffman, 1988 p.14)

Por isso a vergonha é um dos sentimentos mais comuns em pessoas estigmatizadas ou em vias de sê-lo e surge quando o próprio indivíduo percebe que uma de suas características é “impura” a partir do olhar do outro. Vergonha que pode se associar ao medo quando há uma antecipação da possibilidade de um estigma e a conseqüente perda de aceitação pelos outros. No que diz respeito especificamente à violência sexual, o estigma se apóia em uma concepção de “mácula do corpo” que absorve e macula a identidade social do indivíduo. O olhar culpabilizante dos outros que partilham a trajetória da vítima compõe parte essencial dos processos de estigmatização.

Mas tal olhar não é a única reação negativa dos que vêm a ter conhecimento das agressões. Outras posturas estigmatizantes são comuns, sobretudo com a transformação da violência em prazer consentido ou em conduta imoral. Aliás, esta visão tem uma longa sobrevivência em nossa civilização judaico-cristã. Thomas Hardy a capturou vividamente em seu romance de 1891 *Tess de d'Urbervilles* que narra a história de Tess uma bela e pobre camponesa que é levada a trabalhar para familiares nobres visando salvar os seus pais e irmãos da miséria absoluta. Neste convívio, é violentada por seu rico primo Alexander. Daí em diante

sua vida é uma seqüência de infortúnios: grávida e sem a honra da virgindade não consegue casar-se e se estreitam suas possibilidades de pertencimento social, pois vem a carregar o pesado estigma de “prostituta”. Resta-lhe tornar-se amante de seu agressor, única fonte financeira para sua família órfã. Atormentada pela relação opressiva com Alexander, vem a assassiná-lo e termina sendo condenada à forca. Esta história é muito rica por demonstrar as repercussões sociais da agressão sexual que se consuma no estreitamento dos horizontes de projetos sociais da vítima e na sua transformação em ré.

Outra narrativa canônica dos estigmas que podem pesar sobre mulheres sexualmente agredidas nos vem da Bíblia. No livro judaico Segundo Samuel, que remonta ao ano 1000 A.C., encontramos a história de Tamar que é descrita como uma das belas filhas do Rei Davi e que despertou o desejo de seu meio-irmão Amom. Este apenas a admirava a distância sem poder ter qualquer proximidade. O livro de Segundo Samuel descreve Amom como um homem atormentado de paixão por Tamar. Com a orientação de Jonadabe, sábio conselheiro da corte real, Amom finge-se de doente, com isso conseguindo a aprovação do Rei Davi para que Tamar o visite em seu leito de convalescença, prepare e lhe sirva pães. Enquanto Tamar o alimenta, Amom a domina e a violenta. Consumado o plano, Amom sente um profundo ódio por Tamar e a despreza com a mesma intensidade que a desejou. Restam à bela filha do Rei a reclusão e a solidão. Despe-se de suas roupas de listras que são usadas apenas pelas filhas virgens do rei, cobre a cabeça com cinzas e entra numa espécie de exílio.

Estas histórias retratam a condição de mulheres que perdem o seu status após o estupro como se este se tornasse uma mácula definitiva em sua identidade social. Nestas histórias, o estupro se configura como um estigma social. Mesmo a vingança contra o agressor, como nos é relatada na história de Tamar quando Amom é assassinado por Absalão, não restitui à mulher violentada o seu antigo status e suas possibilidades de realização dos papéis que lhe seriam usualmente destinados. Uma das bases deste estigma é indubitavelmente a perda da virgindade, traço do corpo feminino associado ao seu valor nas trocas sociais (Daas, 1995 e Hertier, 1989). Atualmente, no mundo Ocidental, a “virgindade” vem perdendo de forma generalizada o seu significado simbólico na honra familiar e valor no intercâmbio de mulheres (Giddens, 1993). Contudo, o estupro ainda representa para muitas a exposição a diversos estigmas. Velhas e novas marcas negativas pairam sobre as vítimas e lidar com a experiência da agressão sexual freqüentemente envolve algum grau de exposição e enfrentamento de tais marcas estigmatizantes. Podemos explicitar a presença desses estigmas

pela análise das situações em que as agressões se tornam do conhecimento da comunidade. O que pode acontecer como resultado da própria circunstância do crime quando, por exemplo, as graves lesões e ferimentos das mulheres exigem o seu socorro e hospitalização por pessoas da comunidade, ou quando o próprio agressor se vangloria e divulga no bairro as suas ações e expõe as práticas a que submeteu as mulheres. Também é possível encontrar os processos de estigmatização na reação de alguns parentes e pessoas próximas que tomam conhecimento da violência.

Para ilustrar algumas das facetas da complexa dinâmica social na qual uma mulher agredida pode vir a ser lançada, podemos detalhar o caso de Léia. Esta, uma jovem de 23 anos, sozinha migrou do Interior do Estado para Salvador. Sua vida, de muitas limitações econômicas e de dificuldades de inserção no mercado de trabalho, a levou a desenvolver atividades de empregada doméstica em várias residências, período que ela descreve como de muito sofrimento e humilhações. Em uma das casas em que trabalhou almoçava sempre o que sobrava do prato de seus empregadores, noutra situação foi assediada por um dos filhos de seus patrões e em outra sofreu graves queimaduras provocadas por brincadeiras das crianças de sua patroa. Finalmente, uma amiga chamada Jeza, que conheceu em uma das reuniões de grupos de uma Igreja Protestante, lhe convidou para residirem juntas. Esta nova residência possibilitou a Léia abandonar suas sofridas atividades como empregada doméstica e começar a trabalhar como vendedora informal de lanches rápidos na tumultuosamente dinâmica Avenida Bonocô. Foi aí que veio conhecer Eli, transeunte que habitualmente pegava ônibus em um dos pontos em que ela vendia, e que durante muitos meses passou a expressar preocupação ao ver uma jovem tão bela desempenhar uma profissão tão árdua: “Este não é trabalho para você, você merece coisa melhor” era o que lhe dizia Eli com grande insistência. Em uma tarde, Eli informou a Léia que acabara de conseguir um emprego com carteira assinada para ela em Lauro de Freitas, mas que ela precisava acompanhá-lo até lá imediatamente. Léia decidiu suspender suas vendas do dia e, de carro, acompanhá-lo. A certa altura de Lauro de Freitas, cidade que Léia jamais conhecera, Eli a conduziu a um barracão abandonado e lá a dominou e violentou. Ao ser solta, já era o dia seguinte.

Ao chegar em casa, Léia se viu na obrigação de contar a Jeza o que se passara inclusive como forma de justificar o seu retorno um dia depois de ter saído de casa. Infelizmente Jeza não deu credibilidade às suas justificativas e interpretou o acontecimento como a prova de que estaria tendo um caso amoroso com o dito agressor. Revoltada com a

situação, Jeza relatou o acontecimento ao pastor de sua igreja que a aconselhou a não mais residir com Léia, além de proibir que esta continuasse a frequentar um dos grupos de evangelização. Sem residência, Léia se viu obrigada a retomar suas atividades como doméstica e a vivenciar um novo isolamento. Sobre os seus dissabores, assim se expressou:

Foi mais difícil por isso... Porque a maioria das pessoas me deram as costas quando aconteceu isso comigo... Foi muito difícil porque pessoas me traíram, colegas, entendeu? Que eu confiava... Fiquei sem ter pra onde ir, não tinha mais pra onde ir, a única saída que eu tinha era ir embora pro interior que é onde meus pais moram, só que lá eu não ia me sentir bem, então era como se eu tivesse indo pro matadouro.

Sobre os comentários feitos por outros sobre seu relato de violência, assim se expressou:

Pensaram que o que aconteceu mesmo era que eu estava tendo um caso com uma pessoa, entendeu? Me disseram que eu tive um caso, poderia tá tendo um caso. Outras me disseram que foi muita burrice de ter acreditado na pessoa, me trataram com grosseria e eu não queria conversar com alguém que depois me tratasse desse jeito. E ela {Jeza} chegou pra mim e falou que era pra procurar outro lugar para ir porque ali não dava pra eu ficar.

Quanto aos desdobramentos de sua experiência:

*Eu me senti ofendida. Eu quis entender se isso tinha acontecido comigo mesmo. **Eu não sei dizer qual foi a dor maior, se foi a dor do estupro, ou a dor de todos os remédios que eu tomei {anti-retrovirais ministrados no VIVER}, ou se foi essa acusação, entendeu? Isso é absurdo. Que, sair do grupo {religioso}, assim, foi, eu não merecia.***

Estas afirmações de Léia ilustram a percepção, que também é comum a outras mulheres, de que a dor vivida se duplica pela forma estigmatizante com que o estupro é tomado por outros. Essa reduplicação ou efetivação da dor a partir da interação com outros é apontada também como um dos obstáculos para a superação de outro dos sintomas mais desalentadores: *a lembrança repetitiva do crime e seus detalhes*. A abertura de novas dimensões problemáticas na vida: desemprego, perda de moradia, rejeição por outros etc parece tornar mais vivo o elemento que é visto como o desencadeador de todas elas: o estupro. Os novos obstáculos e situações embaraçosas em que se é lançado: delegacia, exames periciais, efeitos colaterais penosos de anti-retrovirais como que reafirmam, atualizam incessantemente o evento que é compreendido como o propulsor de todos estes sofrimentos. Cada novo obstáculo reaviva, presentifica, a cena do estupro. Desse modo se elucida a dimensão social da

memória que se ancora nas diversas interações sociais. Esta conclusão demonstra o limite das interpretações meramente psicopatológicas do sintoma de intrusão repetitiva da recordação da cena do estupro (*flashbacks*), como resultado apenas da intensidade da experiência traumática.

Ademais, o medo de que sobre si recaia um estigma pode estar na base da decisão de muitas mulheres de não compartilhar suas experiências o que, em alguns casos, se sustenta em um aprendizado pela observação da situação social de outras mulheres agredidas como se pode verificar nesta declaração de Mabel Lazaroto – uma professora de idiomas de 45 anos, violentada por um de seus alunos:

Mabel Lazaroto: Porque as pessoas são tão ridículas em comentarem coisas que elas não viveram que eu ouço coisas assim, a respeito de pessoas que foram agredidas, e eu digo: “Meu deus!”.

ENTREVISTADOR: Que tipos de comentários?

Mabel Lazaroto: Por exemplo: Eu tenho uma vizinha, ela é uma moça direita, até que um dia foi violentada pelo namorado e agora ela é prostituta. Olha o absurdo! Virou prostituta porque foi violentada. Isso não existe, né? Mas é o que as pessoas comentam ou então falam. “Foi violentada, mas também vivia de shortinho, barriga de fora... Tava pedindo pra ser violentada”. Aí você vai abrir a boca e dizer que teve uma pessoa que entrou na sua casa? Não, né? As pessoas têm preconceito.

Mas, como veremos a seguir, outros atores entram em ação nas interações que a vítima mantém, nelas a agressão sexual é incessantemente retomada, redefinindo posições sociais e exigindo das mulheres um movimento de resistência que pode envolver uma constante auto-defesa e auto-justificação frente aos riscos de sofrerem com os estigmas e com sua responsabilização pela violência.

1. O Agressor

Imediatamente após a agressão sexual, é com o agressor que primeiro a vítima precisa dialogar e negociar seja numa tentativa de não ser assassinada, seja de ser liberada o mais rápido possível ou ainda para não sofrer novas ou mais graves agressões físicas. É neste momento também que o agressor desenvolve estratégias que visarão basicamente dissuadir a mulher agredida de denunciá-lo, sobretudo quando este pertence ao seu círculo de relações e se sente ameaçado com a possibilidade de uma denúncia posterior. Em outras palavras, a interação com o agressor, imediatamente após a violência, assume contornos diferenciados a depender de se este é “conhecido” ou “desconhecido” da vítima. O escopo desta pesquisa não nos permite determinar com precisão os objetivos das ações do agressor imediatamente após a

violência sexual, contudo é possível afirmar que intimidar e inibir as ações subseqüentes da vítima estão entre eles. E a percepção posterior de algumas mulheres, envolvendo pena do agressor e mesmo uma certa gratidão a ele por estarem vivas, ou então, sua desistência de denunciar, parecem indicar a eficácia de tais estratégias. O Quadro VI sintetiza algumas dos posicionamentos do *agressor desconhecido* logo após a agressão.

QUADRO VI

Posturas do Agressor Desconhecido para Dissuadir a Vítima de Realizar a Denúncia

Posturas (Número de Entrevistadas que a vivenciaram)	Tipos
<p>1. Agressões Corporais/Verbais (07)</p> <p>2. Despertar compaixão (02)</p>	<p>1.1. Novas e mais violentas agressões físicas</p> <p>1.2 Ameaçar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assassinar a vítima • Conhecer endereço da vítima visto em seus documentos • Exigir que vítima colabore com a fuga <p>2.1 Verbais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pedir perdão • Humilhar-se/Dizer-se portador de doença mental • Ajudar a vítima: com dinheiro e locomoção • Colocar-se como ajudador: alguém que protegeu e protegerá vítima de agressões que poderiam ocorrer novamente <p>2.2 Corporais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Chorar • Tocar a vítima em sinal de carinho

Fonte: Pesquisa de Campo 2004-2006.

Estas ações não se excluem mutuamente podendo a maioria delas ocorrer em uma mesma situação de acordo com as circunstâncias do crime e as oscilações emocionais imprevisíveis do agressor que também anseia se retirar o mais rápido possível de cena. Assim, as ações indicadas no Quadro VI parecem visar, simultaneamente, garantir a fuga segura do agressor.

Contudo, quando o agressor pertence ao círculo de amigos ou de pessoas conhecidas no bairro onde reside a mulher agredida, parece ser mais premente assegurar que ela não irá realizar uma denúncia. Destacamos no Quadro VII alguns dos posicionamentos do *agressor conhecido* nestes casos:

QUADRO VII

Posturas do Agressor Conhecido para Dissuadir a Vítima de Realizar a Denúncia

Posturas (Número de entrevistadas que a vivenciaram)	Tipos
1.Estratégias Corporais/Verbais (06)	1.1 Agressões e ameaças físicas e verbais 1.2 Despertar compaixão: <ul style="list-style-type: none"> • Pedir perdão • Humilhar-se • Chorar • Ajudar a vítima: com dinheiro, locomoção etc 1.2 Justificar suas ações como um gesto de amor, declarar-se apaixonado. 1.3 Tentar convencer a vítima de que discurso dela não será acolhido como verdadeiro devido às circunstâncias do crime como, por exemplo: <ul style="list-style-type: none"> • Ter ocorrido na casa do agressor ou da vítima o que seria um sinal de consentimento • Não ter havido lesões corporais

Fonte: Pesquisa de Campo 2004-2006.

A certeza do agressor quanto a sua impunidade é um fator que aumenta as possibilidades de uma simples fuga sem uma maior atenção à mulher agredida, ou mesmo, nem sequer se retirar do local do crime quando este ocorreu na residência dele.

Se estes momentos que imediatamente sucedem a agressão podem ser de grande sofrimento para as mulheres, nada parece ser comparável ao dilaceramento vivido por elas em seus posteriores e constantes encontros com o agressor no bairro onde residem, no local de trabalho ou nas ruas da cidade. A intensidade de tais ocasiões se traduz em alterações corporais como taquicardia, suores frios, falta de ar e sensação de iminência de desmaio. Estes encontros com o agressor, que podem continuar por meses após a violência e, em alguns casos, por muitos anos, são também momentos em que a memória das agressões é atualizada, redobrando o sofrimento paralisante. Às vezes os encontros são casuais e nestes o agressor pode fazer chacotas, rir ou simplesmente indicar que continua observando as atitudes da vítima. Mas pode partir do agressor o movimento de voltar a falar com a mulher agredida: por telefone, por recados ou mesmo indo até o seu local de trabalho, quando podem ocorrer intimidações ou declarações de amor. Por sua vez, as mulheres, em tais encontros, defendem-se das mais variadas maneiras: procurando fingir não perceber a presença do agressor, fingindo concordar para se esquivar, implorando para que não as procurem mais, destacando todos os danos que lhe foram causados. Em nenhum dos casos analisados houve por parte das mulheres uma atitude de expor o agressor ou agredi-lo em público, predominando o medo. Medo que inclusive reforça a decisão de não mais procurar a delegacia ou desistir da queixa já prestada. As falas selecionadas a seguir ilustram dimensões das interações da mulher violentada com o seu agressor:

Eu queria sim, mas... Eu continuo vendendo lanche, mas, não na localidade onde ele {agressor} ficava, só que mesmo assim ele mandou alguém me dar um recado que ele queria me ver, entendeu. E aí foi que eu pedi a pessoa, que pelo amor de Deus, não dissesse que me viu, não falasse nada a ele. Que eu não queria que ele soubesse que eu estava ali. E aí no mesmo dia eu me encontrei com ele, eu dei de cara com ele mesmo, e aí eu não tinha para onde ir, olhava pro lado, pro outro, não via ninguém. Só tinha uma passarela, embaixo da passarela não tinha mais ninguém, nem no ponto de ônibus, e aí pronto. Foi tão difícil para mim, eu não sabia nem, quase eu desmaiaava de susto que eu tomei. Aí ela falou umas coisas que eu não entendi nada do que ele tinha falado, não entendi. Aí ele passou e eu segui direto, segui meu caminho. Toda vez que olho do ônibus para vir para aqui, toda vez que eu passo ele está lá parado. (Léia, 23 anos, solteira, vendedora autônoma e empregada doméstica).

Oxente, ele {o agressor} fica lá na rua onde eu moro, fica rindo da minha cara. É o que aumenta mais ainda minha raiva, minha sede de ver ele na cadeia. É, fica na dele, como se não aconteceu nada. Mas Deus está vendo. Ele ri na minha cara. Ele me olha assim e dá risada, como que diz assim: “Ah! Fiz e aconteci e não deu nada”. Como vários, que isso não é só ele, como o policial falou, um policial que eu conheci na delegacia, ele falou que isso daí, há muito tempo que eles fazem isso. Que é tipo uma quadrilha, que não é só eu, todas meninas eles pegam e faz isso. Só que as meninas se calam, não vão pra médico, não dão queixa nem nada. Então eles pensam que sempre vão ficar por isso, né, fica tudo abafado ali, não vaza, mas Deus faz a justiça pra acabar com isso.(Dalila, 33 anos, separada, desempregada).

Aí quando foi assim dez pras doze horas {mesmo dia da agressão} ele ligou pro meu celular. Quando ele me ligou eu disse: “Olhe, pelo amor de Deus não me ligue mais. Você feriu o meu corpo, você feriu a minha alma.” E ele nunca mais ligou. Ele nunca mais deu notícia graças a Deus. Eu tenho medo! Até hoje eu tenho medo dele aparecer na porta do colégio de minha filha, essas coisas. Domingo, quando teve o concurso do Ibama eu vi, eu vi ele, ele tava em Ondina. Eu fui levar minha irmã pra fazer o concurso ali em Ondina, ali perto da Epaba, Ematerba, um órgão que tem ali da agricultura... eu fui levar Lúcia e quando eu voltei, que eu vou passando pela praia ele estava com o carro quebrado na sinaleira. Eu passei... Agora eu vou lhe dizer, aonde eu tiver quando eu ver, eu reconheço logo. Eu sei qual é o lugar que ele frequenta lá, entendeu? (Mordecai, 52 anos, separada, microempresária).

Os encontros com o agressor, as interações a que as mulheres se vêem obrigadas a com eles manter, são parte do processo de construção e manutenção da memória recorrente do crime, um dos sintomas mais difíceis de ser superado e que tem sido apontado em ampla literatura sobre o trauma como simplesmente decorrente da “intensidade do evento estressor” ou como um dos sintomas da “Síndrome do Trauma do Estupro”. Vê-se mais uma vez como a compreensão dos “efeitos da agressão” desconectados de uma análise dos seus desdobramentos sociais limita a compreensão das experiências aflitivas e sua dinâmica de recomposição. Voltaremos a este ponto adiante. Agora é preciso analisar ainda outros atores que entram em cena e compõem parte da rede social na qual a agressão é retomada e ressignificada.

2. Maridos, Namorados e Companheiros

Com base no conjunto das entrevistas realizadas e nas observações locais, pode-se concluir que são poucos os maridos, namorados e companheiros que tomam conhecimento das agressões sofridas por suas parceiras. Muitas mulheres relatam o temor de serem rejeitadas e por isso preferirem guardar este segredo, o que exige uma série de medidas para que nada seja

percebido como, por exemplo, em relação à finalidade dos medicamentos que são ingeridos diversas vezes ao dia ou sobre as idas à delegacia, aos atendimentos psicoterápicos etc. Também é preciso ocultar todos os sentimentos dilacerantes que as habitam e dar uma aparência de plena normalidade no cotidiano, esforço que é frequentemente descrito como extenuante. Além do mais, o ocultamento priva estas mulheres de um importante período de recomposição que envolveria uma certa abstinência sexual pelo menos nas primeiras semanas ou meses após a violência. Mas o ocultamento as obriga a continuar sua vida sexual quando teriam preferido evitá-la. Além do temor da rejeição pelos parceiros amorosos, as mulheres se referem ao medo de uma reação desmedida destes com relação ao agressor, fato que comprometeria ainda mais a sua já conturbada existência. Mas algumas mulheres compartilham com seus companheiros as suas experiências e as reações destes podem ser agrupadas em quatro tipos: 1. *acolhimento e apoio*; 2. *desconfiança seguida de aceitação*; 3. *conflitos em torno da violência* e 4. *rejeição com a ruptura dos laços afetivos*.

A decisão de falar, de “quebrar o silêncio”, com seus parceiros não é feita sem alguma hesitação. Uma estratégia preparatória pode ser relatar a própria história como se tivesse ocorrido com uma outra mulher conhecida e então observar que reação será esboçada, se esta sugerir algum nível de aceitação, a verdadeira versão é então relatada. Mais raros, os posicionamentos de aceitação e apoio são muito significativos na recomposição existencial das mulheres. Continuarem a ser aceitas representa um atenuante para as dificuldades vivenciadas após a agressão, uma espécie de refúgio que minora outras agruras:

Ele, ele, pra mim, sabe, o melhor presente que eu recebi foi ele {(namorado) me apoiando, me compreendendo, que eu fiquei com medo da reação dele, né, sei lá, de rejeição, não, ele me apoiou o tempo todo, ficou do meu lado, entendeu o que aconteceu comigo, não foi nada por que eu quis. Como até hoje ele me apóia e se preocupa comigo, foi uma grande pessoa. Quando você se sente apoiada, segura, sabendo que você tem várias pessoas ao seu redor pra te amparar fica mais fácil pra você lidar com esse problema. Isso é real também. (Maria, 29 anos, separada, desempregada).

Mas existem posicionamentos mais ambíguos do que o verificado na aceitação direta e imediata da vítima por seus parceiros. A reação, esta mais freqüente, de desconfiança e insegurança com relação à mulher agredida pode gerar tensões nos relacionamentos. A principal razão para a desconfiança masculina diz respeito ao provável prazer sentido por suas parceiras durante a violência sexual e se o agressor não poderia ter tido um desempenho

sexual melhor que o seu. Nestes casos, os homens podem insistir até a exasperação para que a mulher lhe relate os detalhes do crime, “como foi”, a que práticas foi submetida, o que sentiu, como reagiu... temas que as mulheres usualmente gostariam de esquecer²³. Um caso pode ser citado para ilustrar os dilemas que podem ser vividos pelos casais. Uma mulher casada foi raptada por um criminoso e com este teve de conviver durante cerca de uma semana com ameaças, agressões e intimidações com arma de fogo, neste período foi obrigada a realizar vários saques bancários e compras no cartão de crédito. Resgatada pela polícia, aliás a primeira a suspeitar de sua colaboração com o agressor, viveu meses de muita tensão com o seu marido que suspeitava que ela poderia de fato estar tendo um caso amoroso com o agressor. Neste embate, o casamento se aproximou diversas vezes de uma ruptura definitiva. Angustiado, esta mulher pediu a intervenção da psicóloga do VIVER para convencer seu marido de que tinha sofrido na verdade uma violência. Só a partir desta interferência, o marido pôde finalmente aceitá-la.

Ele {o marido} ficava me atormentando muito, ele dizia: “Olhe, homem nenhum aceitaria uma coisa dessas que eu estou aceitando, eu acho mesmo que homem nenhum vai mais lhe aceitar depois disso, mas eu estou aceitando.”(Eva, 39 anos, casada, comerciante).

É. A primeira pessoa com quem eu falei {namorado} depois do que aconteceu, ele falou assim: “Ah, a culpa é sua!”. Isso é horrível! Eu acho que uma pessoa que sofre esse tipo de invasão, a pior coisa que ela pode ouvir é que ela é culpada. (Sara, 56 anos, separada, professora de educação física)

Os conflitos vivenciados na parceria amorosa podem também levá-la à ruptura, seja pela mulher que não vê mais em seu companheiro uma pessoa confiável, seja pelo homem que considera insuportável a continuidade da relação. Ser rejeitada pelo parceiro, quando neste se depositavam as mais sinceras esperanças de apoio pode ser dilacerante:

Eu sei que quando eu desliguei o telefone, antes dele chegar, tinha uma moça que tava querendo usar o telefone, aí eu contei pra ela: “Menina, eu fui violentada”, não

²³ Podem surgir também conflitos quando a mulher necessita partilhar com seu companheiro as suas experiências com a agressão sexual e estes recusam-se a ouvir. Esta atitude que tem a ver com a gravidade de certos relatos, gera nas mulheres o sentimento de abandono e de não estarem sendo devidamente amadas num momento de fragilidade.

quis falar pra ela a palavra estupro, sabe. Aí ela pôs a mão assim e: “Oh, meu Deus!”, foi tão solidária comigo! O único abraço que eu recebi foi de uma pessoa que eu nunca tinha visto na minha vida. Me deu aquele abraço assim... eu vi o sofrimento dela, essa solidariedade dela, aquela coisa, tudo o que a gente quer é receber um abraço amigo. “Eu tô aqui com você, você não está sozinha”. E Henrique{o namorado} foi incapaz de me dar um abraço. O tempo todo foi muito prático, sabe? (Raquel, 45 anos, solteira, professora e personal trainer).

Neste caso, o namoro chegou ao fim. Assim, para muitas mulheres, o parceiro amado, cuja lembrança é tão freqüentemente evocada no momento da agressão, para suportá-la quando esta se mostra inevitável, torna-se a fonte das mais intensas frustrações.

O fim dos relacionamentos pode também seguir um ciclo mais sutil com um afastamento progressivo dos homens, afastamento que as mulheres entrevistadas associam à rejeição após o estupro. Em outras situações, o estupro reanima antigas questões e pendências de longa duração nos relacionamentos, representando o elemento desencadeador da dissolução dos vínculos afetivos. Exemplo desta dinâmica pode ser verificado no relato de uma senhora que mantinha um casamento infeliz de dezoito anos. Ser agredida funcionou como o elemento de “gatilho” para sua decisão de não suportar mais uma relação fracassada. Como se a dor vivida tivesse levado à escassez suas forças para resistir e suportar a infelicidade.

3. O bairro, os vizinhos e a comunidade

A participação das redes de vizinhança e da rede de relações do bairro no drama da violência sexual apenas se dá quando pelas circunstâncias do crime, não pela deliberação da vítima, este se torna de conhecimento geral. Para isso, o próprio agressor pode contribuir. Seguro da sua impunidade difunde com orgulho entre seus amigos do bairro os seus atos e estes dão seqüência à rede de “fofocas” e difamação da vítima. É evidente que acontecimentos como estes ocorrem com mais freqüência em bairros de classes trabalhadoras. Nestes espaços, as mulheres comumente estão mais expostas a agressões por vizinhos e conhecidos, pois aí estabelecem muitos vínculos e realizam atividades cotidianas, além de serem desprovidas de recursos para assegurar a privacidade. Os conflitos podem também se tornar públicos quando a família da mulher agredida entra em conflito com os familiares do agressor que buscam a defesa de seu parente, difundindo boatos sobre o comportamento da mulher agredida. O desejo de mudar de bairro para escapar de tais dilemas choca-se com as limitações econômicas que

fazem parte da vida destas comunidades. A solução muitas vezes encontrada pode ser a mudança temporária para a residência de familiares em outros bairros.

O espetáculo que a agressão sexual pode assumir nestes casos é descrito pelas mulheres como muito angustiante e um reforço para seu isolamento das pessoas do bairro. Este espetáculo também expõe as vítimas aos mais variados e disparatados questionamentos e aconselhamentos. Dos casos pesquisados, apenas dois se referiram a um apoio significativo da comunidade e mesmo esses não se passaram sem tensões e incompreensões paralelas. Um dos resultados deste cenário vivenciado na vizinhança pode ser a mulher se tornar alvo de chacotas:

Débora: As pessoas das ruas do meu bairro atrapalharam muito. Quando passavam por mim, elas ficavam fazendo piadas, me dizendo coisas que eu tenho até vergonha de falar.

ENTREVISTADOR: Pode falar.

Débora: Eu tenho vergonha, elas falavam assim do jeito que eu fiquei depois. Eu passava e elas ficavam gritando: “Olha a lascada”, “Ficou arrombada”. A notícia se espalhou lá no Garcia porque ele {o agressor} é lá do bairro e ele falou aí se espalhou. Fiquei com tanta vergonha que eu cheguei em casa chorando. Mas, aí minha mãe conversou comigo, porque eu fico muito dentro de casa assim, que eu nunca fiquei, são pessoas de baixo nível, você não vê nenhum que presta. (Débora, 19 anos, solteira, estudante).

Então eu acho que cada um {no bairro} foi comentando, queriam realmente saber quem foi a pessoa, porque todo mundo achava que a pessoa era próximo de onde eu moro. Aí suspeitaram logo dessas pessoas que eu comentei. Então eles começaram a perguntar se viu alguém naquela hora. Aí quando eu cheguei a casa já estava cheia de gente. Aí começaram a falar: “Ah, se eu fosse você brigava, se eu fosse você gritava”(Noemi, 30 anos, separada, empregada doméstica).

ENTREVISTADOR: Cada um dando um conselho.

Ada: Dando um conselho de um caso que não tem nem como explicar e as pessoas ficavam assim... vão na minha casa ainda, pra ficar enchendo a minha cabeça. Aí eu não respondi nada. Eu não tenho obrigação de responder nada pra ninguém. Se a pessoa vem na sua casa pra lhe ver, pra te criticar? Eu não tenho obrigação de responder a quem vai na minha casa pra me criticar não. Aí fiquei calada. Aí só falavam isso: “Ah, se fosse eu, gritava, se fosse eu, brigava”. Se fossem vocês, cada um faria a suas coisas que tinham de fazer, agora eu — certo ou não — eu fiz a minha parte.

ENTREVISTADOR: Então dessas pessoas aí não veio muita ajuda, né?

Ada: Não. Não veio muita ajuda. Só veio mais pra encher a minha mente.

Teve uma pessoa que falou: “Que coisa estranha, ele te pegou, não te machucou, fez um sexo praticamente normal...”

(Ada, 40 anos, separada, acompanhante de idosos e vendedora autônoma).

4. Ainda outros

Lidar com a violência sexual significa estar diante de uma experiência para a qual os conhecimentos à mão, os padrões e tipificações para o equacionamento de problemas se mostram precários, configurando o que Schultz (1971 e 2001) chamava de crise. As bases dos referenciais de sentido do mundo cotidiano se revelam inaplicáveis, chegando mesmo a ser questionados em sua validade. Contudo, mais uma vez, não podemos desconectar a crise trazida pela violência sexual dos processos de interação que lhe sucedem. Assim, a precariedade dos padrões usuais de respostas, o questionamento do que até então era inquestionável e tomado como certo, não brota exclusivamente da experiência em si. Basta verificar as frustrações que são vivenciadas pelas mulheres ao buscar apoios onde, tradicional e culturalmente, são esperados: no pai, por exemplo. No quadro cultural amplamente partilhado em nossa sociedade a imagem do pai se associa diretamente com a de proteção, sendo a base para nos referirmos a Deus como um pai. Assim, a recusa de um pai em apoiar a filha agredida sexualmente representa mais um severo ataque às pré-noções que orientam a vida cotidiana.

Em uma das situações pesquisadas uma filha agredida por um conhecido do bairro telefonou a seu pai e recebeu deste a seguinte pergunta: “*E aí você gostou?*” Pergunta que a lançou em um profundo desespero. Outra entrevistada assim relatou a sua busca de apoio no pai:

Dalila: Ficou, mas ele {o pai} é do tipo ignorante, não deu muita ligação. Ainda mais que é desses homens farrista, está separado de minha mãe, já tem outra mulher, outros filhos, não deu nem muita importância.

ENTREVISTADOR: Você esperava que seu pai fizesse...

Dalila: É... Um pai, a gente pensa que vai fazer o quê? Vai tomar providência, né, às vezes tem até conhecimento desses caras matador e tudo, às vezes até pegar, pegar um deles e tal, até, que não matasse, mas desse uma surra e tal, botasse na cadeia. Que a gente pensa que um pai, que um pai é para essas coisas, mas quem não honra isso... (Dalila, 33 anos, separada, desempregada)

Por outro lado, as frustrações podem surgir também pelas formas como amigos, antes considerados de confiança, divulgam uma história que deveria permanecer em segredo. Constitui-se uma surpresa constrangedora ser indagada sobre a violência por outros, a quem jamais se contou e que não se gostaria que soubessem. Mas parece inegável o poder reparador de compartilhar com as experiências aflitivas, quando daí resulta alguma solidariedade. Reciprocidade vital inclusive na superação de um dos sentimentos mais paralisantes que eclodem dessa experiência – o sentimento de culpa:

Pelo contrário, a minha irmã {que foi violentada junto com esta entrevistada}, que embora ela tenha pouca idade, ela me deu uma lição de moral, ela me surpreendeu muito, sabe, de ela saber que foi uma coisa que aconteceu com a gente e tá levando a vida dela normalmente e tá sem, sem ficar triste, ela, muitas vezes ela que me alegrava, e eu me sentia culpada, em partes, por ela. Mas ela: “Ó minha irmã, você não teve culpa, ninguém teve culpa”, entendeu, principalmente no começo que eu tava triste, ela vinha ali e me apoiava demais... (Maria, 29 anos, separada, desempregada)

Fica evidenciado, dessa forma, o quanto as emoções são tributárias dos processos de interação social. É por seu intermédio que são gestadas, elaboradas e reelaboradas. Nesta imbricação essencial emoção-mundo é que se estabelecem as possibilidades de que sentimentos paralisantes se consolidem ou sejam superados. Desse modo, as emoções e os sintomas a eles associados podem ser lidos também na perspectiva dos laços sociais que os estruturam, que lhes dão consistência. O mesmo pode ser dito sobre os chamados “efeitos” da agressão. Para que possam ser compreendidos é fundamental que sejam remetidos aos desdobramentos sociais nos quais as mulheres agredidas se envolvem, pois é neste contexto que suas significações são estruturadas e se sustentam. Assim, parece ser necessária a superação da causalidade linear tão marcadamente presente nas discussões sobre o Trauma, o Transtorno de Estresse Pós-Traumático e sobre a Síndrome do Trauma do Estupro, pois terminam por analisar as chamadas “experiências traumáticas” sem uma atenção a toda rede de relações sociais em que tais experiências são apropriadas. Esta negligência, uma negligência da sociogênese, gera também uma visão dos “efeitos” das experiências traumáticas como resultados diretos destas. Tal entendimento é certamente uma das bases para a “patologização psicológica” dos complexos fenômenos que têm lugar após as agressões.

Mas nossa análise não estaria completa sem uma apresentação das outras interações que as vítimas mantêm no seu percurso após as agressões, desta vez nos referimos aos âmbitos institucionais, especificamente a Justiça e a Delegacia de Polícia. Vejamos.

CAPÍTULO V

NOS MEANDROS DA LEI E DAS INSTITUIÇÕES

“Será justo, então, o réu Fernando Cortez, primário, trabalhador, sofrer pena enorme e ter a vida estragada por causa de um fato sem conseqüências, oriundo de uma falsa virgem? Afinal de contas, esta vítima, amorosa com outros rapazes, vai continuar a sê-lo. Com Cortez, assediou-o até se entregar (fls.) e o que em retribuição lhe fez Cortez, uma cortesia...” Manifestação do Promotor de Justiça do Rio de Janeiro sobre uma denúncia de Estupro citada na obra “*Estupro: Crime ou “Cortesia”?*”

Vigarello (1998) nos dá uma rica análise histórica dos discursos e práticas jurídico-policiais ligados à violência sexual em sua clássica *História do Estupro*. O autor demonstra uma questão típica do *Ancien Régime* francês no Século XVI: às mudanças estruturais da lei não se seguem necessariamente mudanças concretas para os sujeitos que a ela recorrem, questão que percorre os séculos até os nossos dias. Assim, apesar de alguns movimentos da imprensa (sobretudo na Europa e Estados Unidos), de intelectuais, de mulheres e de direitos humanos promoverem o início de um deslocamento de conceitos e valores na prática jurídico-policial, esta ainda continua, com muita freqüência, distanciada da realidade concreta e cotidiana dos sujeitos, bem como atravessada por valores e crenças culturais, não se constituindo a Justiça na instituição neutra e objetiva que a sua representação iconográfica mais usual nos levaria a acreditar.

O autor da *História do Estupro* nos dá também um exemplo dessas questões ao analisar a história da França do Século XIX, quando a violência sexual era julgada de forma hierarquizada, sendo que a reação mais exigente acontecia quando a vítima era criança, ficando excluídos da definição os casos que envolviam o incesto e mesmo a violência sexual seguida de morte, que se configurava apenas como homicídio. As novas exigências de mudanças no entendimento da violência sexual e as cobranças de julgamentos não mais respaldado nos valores morais e religiosos e sim com foco na dor e nos maus-tratos foram acompanhadas de forma lenta pelas práticas jurídicas. A sutileza das marcas deixadas na

violência sexual foi e ainda é um obstáculo à exigência legal de provas materiais, o que se alia à insuficiência e inadequação dos instrumentos e técnicas utilizados para a coleta das provas.

A legislação penal brasileira define a violência sexual como crime que é englobado no Título VI – Dos Crimes Contra os Costumes²⁴. O artigo 213 do Código penal define o estupro como: “Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça” e estabelece como pena a reclusão de 6 (seis) a 10 (dez) anos. A expressão ‘conjunção carnal’ a que o artigo se refere significa penetração vaginal pelo pênis. Só nesta condição o crime poderá ser tipificado como estupro. As outras modalidades de práticas sexuais a que uma mulher pode ser constrangida a realizar mediante violência ou grave ameaça como, por exemplo, penetração anal e oral são abrangidas no artigo 214 do Código Penal como Atentado Violento ao Pudor que envolve: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”; é interessante notar que o legislador substituiu a expressão “mulher” presente no artigo 213 por “alguém” no artigo 214, dessa forma incluindo homens e mulheres como possíveis vítimas do atentado violento ao pudor. Ao mesmo tempo a expressão “ato libidinoso diverso da conjunção carnal” comporta uma amplitude e generalidade muito grandes, o que significa que caberá aos operadores do direito, policiais, delegados, procuradores e juízes especificar que práticas poderão ser interpretadas como atentado violento ao pudor. Antes de sua revisão, no Código Penal brasileiro a pena prevista para atentado violento ao pudor era inferior à de estupro: reclusão de 3 a 5 anos. A revisão em 1990, introduzida pela lei de Crimes Hediondos, igualou as penas dos dois crimes.

O Título VI do Código Penal em seu Capítulo IV – Disposições Gerais – estabelece ainda as formas qualificadas dos crimes contra a liberdade sexual, o que envolve o estupro e o atentado violento ao pudor. O artigo 223, CP afirma: “se da violência resulta lesão corporal de

²⁴ A literatura feminista tem insistido em questionar: por que incluir um crime tão diretamente ligado ao corpo e à vida da pessoa como é o estupro na categoria de “Crimes Contra os Costumes” e não na categoria dos “Crimes Contra a Pessoa” ao lado de crimes como o homicídio, lesão corporal grave e outros? A análise feminista afirma que tal definição do estupro evidencia uma dificuldade, mais ampla, de tomar a perspectiva da vítima na situação de violência. Interpretar o estupro como um crime contra os “costumes” seria também um vestígio de uma ordem social de subordinação da mulher, pois quem a agride sexualmente, não atenta contra ela, mas contra o conjunto de valores da moral social, mais ainda contra a ordem patriarcal onde a mulher se inclui entre as propriedades do homem; seria também uma indicação tácita de que a “conduta” da mulher agredida deverá ser levada em consideração para que a existência do crime possa ser configurada legalmente. Por outro lado, argumenta-se que essas exigências de mudanças formais na lei em nada acrescentariam para a condição efetiva da mulher agredida, além de desconsiderar que entre os Crimes Contra os Costumes estão elencados o atentado violento ao pudor, o tráfico de pessoas e a corrupção de menores, crimes cuja prática não incluem exclusivamente as mulheres.

natureza grave: Pena – reclusão de 8 (oito) a 12 (doze) anos”, havendo assim um aumento de dois anos na pena mínima e na máxima no caso em que da violência resulte ‘grave lesão corporal’ que mais uma vez será definida pelo operador do direito, neste caso o Juiz com base nos laudos periciais elaborados pela Polícia Técnica, levando em consideração o disposto no art. 129, § 1º, CP e nos consensos da prática jurídica, isto é, na jurisprudência. O parágrafo único do art. 223, CP apresenta uma segunda qualificação: “Se do fato resulta a morte: Pena – reclusão de 12 (doze) a 25 (vinte e cinco) anos”, neste caso temos uma duplicação da pena mínima e uma duplicação e meia da pena máxima.

Um outro elemento merece ser destacado nesta lei e que frequentemente é tema de muitos debates entre juristas e operadores do direito. Trata-se da Presunção de Violência que assim está especificada no artigo 224: “Presume-se a violência se a vítima: a) não é maior de quatorze anos; b) é alienada ou débil mental, e o agente conhecia esta circunstância; c) não pode, por qualquer outra causa, oferecer resistência”. Este artigo estabelece, assim, que a relação ou prática sexual, ainda que consentida pela pessoa menor de quatorze anos, é crime a ser enquadrado como estupro ou atentado violento ao pudor. O Código Penal ainda no Capítulo IV estabelece no artigo 225 que: “Nos crimes definidos nos capítulos anteriores, somente se procede mediante queixa”, o que significa que o estupro e o atentado violento ao pudor só serão acolhidos juridicamente por uma ação penal *privada*, só sendo investigada pela polícia e remetida à Justiça se a pessoa afetada realizar a queixa, constituir seu advogado e assumir as inevitáveis despesas e der continuidade a todas as etapas do processo. Caso contrário, nenhuma ação pública será promovida para penalizar o agressor. Exceção para esta condição se encontra no § 1º, incisos I e II do mesmo artigo:

“§ 1º Procede-se, entretanto, mediante ação pública:

I – se a vítima ou seus pais não podem prover às despesas do processo, sem privar-se de recursos indispensáveis à manutenção própria ou da família;

II - se o crime é cometido com o abuso do pátrio poder, ou da qualidade de padrasto, tutor ou curador”.

Apesar de haver previsão legal para que a ação penal seja conduzida pelo Ministério Público no caso daqueles declaradamente pobres, esse direito não parece ser conhecido pela maioria das vítimas de violência sexual, tampouco têm sido orientadas neste sentido. Outro

ponto que interessa à nossa análise é que se a agressão sexual for praticada pelos pais ou responsáveis legais da vítima menor de 18 anos este crime será passível de investigação policial e julgamento independente de queixa da pessoa afetada, pois se configura como uma ação *penal pública*, na qual o Ministério Público, como representante do Estado assumiria a responsabilidade e os custos de todo o processo.

Mas a questão relativa ao tipo de ação penal cabível nos crimes sexuais é na verdade um dos temas mais controversos no Direito Penal brasileiro, pois muitos juízes entenderam que o processo por estupro quando praticado mediante violência real que significa, lesão corporal, ainda que simples, poderia ser conduzido por uma ação penal pública incondicionada, ou seja, independente da queixa da vítima. Em decisão de 1984 o Supremo Tribunal Federal seguiu entendimento nesta direção e estabeleceu na Súmula 608: “No crime de estupro praticado mediante violência real, a ação penal é pública incondicionada”. Mas o cotidiano da prática jurídico-policial baiana tem desconsiderado esta súmula e os processos por estupro tem sido conduzidos como ações privadas com todo o ônus que estas implicam para muitas vítimas.

Uma primeira análise deste conjunto de normas jurídicas sobre os crimes sexuais no Brasil nos revela uma tendência de aumento de sua gravidade jurídica como se pode ver pelo aumento das penas de reclusão. Essa tendência se consolida com a Lei dos Crimes Hediondos, de julho de 1990, que passa a incluir o estupro e o atentado violento ao pudor no rol dos crimes hediondos, o que tem por consequência o impedimento de que os condenados por esses crimes tenham direito a “anistia, graça ou indulto; fiança e liberdade provisória” e, além disso, deverão cumprir a pena “integralmente em regime fechado”, ou seja, não poderão gozar de nenhuma modalidade de liberdade condicional ou redução de pena.

Estas são, em linhas gerais, as normas que devem guiar a prática jurídico-policial com relação aos crimes sexuais. Acontece que, como bem demonstrado por um longa tradição de estudos das Ciências Humanas e Hermenêutica Jurídica, a aplicação da lei é um processo que está muito longe de se dar de forma direta e objetiva, sendo recortado, atravessado por um complexo feixe de relações sociais, valorações e preconceitos que interconectam as demandas das vítimas, pelos processos policiais de construção da prova e de laudos, pela interpretação das evidências e provas que são apresentadas aos juízes e mais amplamente por como a sociedade interpreta a gravidade do crime em questão e distribui culpas entre vítimas e réus

(Ardailon & Debert, 1987; Arendt,1999; Zaluar,2004; Das,1995 e Gadamer,1997)²⁵. Assim, em todos os atos jurídico-policiais, desde os mais simples em que um policial escuta uma queixa, elabora um boletim de ocorrência, aos mais complexos como as avaliações “científicas” dos peritos dos corpos violentados em busca de provas e evidências, ecoam os diversos âmbitos de um intrincado drama social em que, como bem analisado por Zaluar (2004), há um complexo aprendizado de como os atores devem se comportar idealmente e como se comportam na prática. É neste aprendizado que se “*produz*” o processo, a verdade e a culpa.

A apropriação jurídico-policial da violência sexual é, pois um momento privilegiado para se apreender dinâmicas sociais que de outro modo não seriam visíveis, além de nos permitir compreender em que medida a passagem da mulher agredida por estas redes significa alguma mediação de elaboração do sofrimento e das rupturas existenciais trazidas pela violência, tema maior desta pesquisa.

QUERELAS, QUERELAS, QUERELAS...

Uma análise dos inquéritos, sentenças judiciais e laudos periciais relativos às mulheres agredidas sexualmente revela que não há uma uniformidade no entendimento institucional da violência, havendo um amplo espaço para a ação da subjetividade dos operadores do direito. Mesmo com relação a um critério ‘objetivo’ como idade, previsto como definidor da violência presumida: prática sexual com menor de 14 anos – artigo 224, CP – automaticamente identificado como crime a ser tipificado como estupro ou atentado violento ao pudor, existem querelas e divergências. Poucos Juízes e Promotores têm interpretado como válida a noção de violência presumida. Em um dos casos analisados, no qual um homem é acusado pela agressão sexual de uma criança de 11 anos em 2005, o Promotor de Justiça pedia o arquivamento do processo pois, segundo ele, tratava-se a criança de “uma conhecida namoradeira do bairro”. Por conseguinte, o funcionamento da Justiça Criminal, que no Brasil, por força dos ditames constitucionais deveria se basear na igualdade, invoca, no seu cotidiano,

²⁵ Estas dimensões psico-sociais e hermenêuticas da *produção* da verdade policial e judicial, apesar de não serem o foco das questões que pretendo abordar aqui, estão permanentemente presentes em toda a compreensão da trajetória das vítimas nas instituições legal-burocráticas. Para uma análise detalhada das dinâmicas tácitas e das negociações em torno da “justiça”, “verdade” e culpa” especificamente com a questão dos crimes sexuais, pode-se consultar a brilhante análise de Vargas (2000) em *Crimes sexuais e sistema de justiça*.

noções de honra, reputação e confiança, bens imateriais para estabelecer suas decisões (Zaluar, 2004).

Verifica-se uma tendência cada vez maior na não aplicabilidade da condenação por violência presumida. Na Justiça baiana o argumento norteador para colocar no esquecimento uma norma jurídica ainda válida é de que as jovens vítimas na verdade teriam colaborado ou autorizado a violência sexual por seu comportamento inadequado. Assim, um recurso a valores morais, ainda que o Código Penal caminhe na direção da eliminação do elemento “honra da vítima” como fator relevante na decisão da aplicação de uma pena²⁶. Um exemplo bastante ilustrativo dessa tendência pode ser verificado na nova redação dada ao artigo 215 que passou a ser, a partir de 2005: “Ter conjunção carnal com mulher mediante fraude”, onde antes se lia: “Ter conjunção carnal com **mulher honesta**, mediante fraude”(Grifo do autor). Mas ainda assim, a avaliação moral em torno do que deve ser o comportamento feminino honrado, é introduzida no que seria uma norma objetiva²⁷. Como veremos, essa tendência faz parte de uma concepção profundamente enraizada, mas nem sempre explicitada, em toda a estrutura legal burocrática: polícia, peritos, juízes... de que em primeiro lugar frente a uma mulher que sofreu uma violência sexual deve-se verificar ou suspeitar de uma possível “facilitação” do crime por seu comportamento moral ou imprudente no mundo urbano²⁸.

Mas existem outras querelas. Recentemente ganhou destaque entre juristas, especialistas e operadores do direito um intenso debate em torno da equivalência entre pena por estupro e por atentado violento ao pudor. Segundo uma corrente, o aumento da pena do

²⁶A referida tendência pode ser igualmente observada na recente revogação, ocorrida em 2005, do crime de sedução prevista no artigo 217, que ocorreria quando um homem induzisse uma jovem a ter com ele relações sexuais, explorando sua inexperiência, mas que teria aplicabilidade **apenas** se a jovem, entre quatorze e dezoito anos de idade, fosse virgem; bem como, a revogação do artigo 240 que previa pena de quinze dias a seis meses de reclusão para o crime de adultério e que na prática apenas era aplicado às mulheres.

²⁷ Mesmo em renomados comentadores do Direito brasileiro se verifica a tendência de se incorporar a avaliação moral sobre o “comportamento” da vítima entre os elementos a serem considerados no julgamento de suas denúncias. Por exemplo, assim se expressa Tourinho Filho (1998) sobre o lugar da palavra da vítima: “Nos crimes contra os costumes ... que se cometem longe de olhares curiosos, a palavra da ofendida constitui o vértice de todo o acervo probatório, desde que fiquem demonstrados **seus precedentes bons costumes e sua honestidade**”(Destaque do autor). No mesmo sentido vai essa declaração da Revista dos Tribunais 436/326: “Nos crimes sexuais, secretos pela própria natureza, a palavra da ofendida, muitas vezes a única prova de que se pode valer a acusação, assume papel preponderante e goza de presunção de veracidade, sempre que verossímil, coerente e **amparada por imensurável comportamento anterior**”p.402. (Destaque do autor).

²⁸ Não se trata aqui de um elemento de exceção no judiciário, basta que levemos em conta afirmações como a coletada por Pimentel et al (1998) na Revista dos Tribunais, veículo que divulga decisões de tribunais do Brasil: “Uma jovem estuprada há de se opor razoavelmente à violência, não se podendo confundir como inteiramente tolhida nessa repulsa quem nada fez além de gritar e nada mais. A passividade que muitas vezes se confunde com a tímida reação, desfigura o crime, por revelar autêntica aquiescência” (p.182).

atentado violento ao pudor teria sido “um despropositado salto em direção ao direito penal da severidade”... sendo ... “profundamente lamentável”. Ainda segundo essa corrente, a Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990, que ficou conhecida como Lei dos Crimes Hediondos, abre o caminho para penalizar excessivamente ações simples que anteriormente eram enquadradas como Atentado Violento ao Pudor e por isso tinham pena menor, como por exemplo, ‘apalpar’ ou ‘beijar’ alguém à força. Além disso, a referida lei retiraria do juiz o poder discricionário para analisar a partir das circunstâncias de cada caso. O excesso da pena ficaria mais evidente, continuam os autores desta tendência, quando comparamos a pena mínima para Atentado Violento ao Pudor, 6 (seis) anos de reclusão e a pena mínima de 1(um) ano de reclusão para Homicídio Culposo, (homicídio provocado por imperícia, imprudência ou negligência e não por motivação francamente homicida). Do mesmo modo, teria sido um equívoco da Lei de Crimes Hediondos, insistem os querelantes, destacar alguns tipos penais mais graves para classificá-los como infrações obrigatória e necessariamente hediondas *a priori* (Leal, 2003).

Uma outra corrente do debate girou em torno da redação da Lei de Crimes Hediondos. Vejamos a redação da Lei no artigo I em seus incisos V e VI:

“Art1º. São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, consumados ou tentados:

...

V – estupro (art.213 e sua combinação com o art.223 caput e parágrafo único {que estabelecem a forma qualificada do referido crime, se deste resulta lesão grave ou morte});

VI – atentado violento ao pudor (a art.214 e sua combinação com o art.223 caput e parágrafo único {que estabelecem a forma qualificada do referido crime, se deste resulta lesão grave ou morte})” (Colchetes e destaque do autor)

As letras em destaque são o alvo de algumas das mais polêmicas discordâncias uma vez que para os especialistas a jurisprudência e a doutrina do Direito levam obrigatoriamente à compreensão de que apenas o estupro e o atentado violento ao pudor combinados com lesão grave ou morte seriam hediondos (Franco, 2001). Para outra corrente, embora a redação dos incisos não esteja gramaticalmente perfeita, seria necessário reconhecer que o sentido indica claramente que tanto as formas simples como as combinadas seriam hediondas, caso outra fosse a intenção do legislador este teria se reportado apenas às formas qualificadas dos crimes sexuais em questão. Após algumas sentenças judiciais em desacordo, ora se posicionando em uma direção, ora em outra, o Supremo Tribunal Federal concluiu que “os crimes de estupro e

atentado violento ao pudor ainda que em sua forma simples configuram crime hediondo”, dando uma palavra final que, contudo, não obriga nenhum juiz em primeira instância a decidir nesta mesma direção²⁹.

Em um número significativo de casos de estupro julgados pela Justiça Baiana, não tem havido a aceitação dos postulados da Lei de Crimes Hediondos e muitos réus têm recebido penas de reclusão a serem cumpridas em regime semi-aberto e não integralmente fechado como estipula claramente a lei. Com isso se reforçam as situações em que a vítima poderá ter de conviver com o agressor no mesmo bairro onde mora, no percurso para o trabalho... Se uma decisão diferente for buscada por uma vítima cujo processo foi decidido em primeira instância ela deverá recorrer ao Tribunal de Justiça, podendo mesmo chegar ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal e poderá aguardar longos anos, para uma decisão favorável, período que poderá levar à prescrição³⁰ do crime de estupro que é de 16 anos (art.109, II, Código Penal).

Para os diversos movimentos sociais de mulheres e de grupos de defesa da criança e do adolescente na Bahia e no Brasil o novo rigor da Lei de Crimes Hediondos representou uma grande vitória e avanço de direitos. E certamente a inclusão dos crimes sexuais no rol dos crimes hediondos reflete o efeito de suas pressões e campanhas³¹.

²⁹ Enquanto se finalizava este trabalho, foi publicada a Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007, alterando o art. 2º da Lei nº 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos), permitindo aos condenados por atentado violento ao pudor e estupro: liberdade provisória e progressão do regime o que significa que o condenado apenas inicialmente cumprirá a pena em regime fechado podendo posteriormente cumpri-la em regime semi-aberto ou aberto. Esta Lei consolida a corrente que via na Lei dos Crimes Hediondos um “aumento lamentável da severidade” e abre espaço para a concessão de benefícios aos autores de crimes sexuais.

³⁰ Prescrição se refere ao tempo em que o crime perde a validade judicial, não podendo mais ser denunciado e julgado.

³¹ Em 1999 foi entregue ao Ministério da Justiça, por representantes de diversos grupos de movimentos de mulheres, um projeto de revisão do Código Penal, cujas propostas incluíam tornar o assédio sexual crime, a retirada das expressões “mulher virgem” e “mulher honesta” para os crimes de sedução e rapto e a mudança do título “Dos Crimes contra os Costumes” para “Crimes contra a Dignidade Sexual”. As pressões desses grupos, que remontam à década de 1980, foram atendidas em 2005 exceto no que se refere à mudança do Título onde se enquadra o crime de estupro que continua a fazer referência aos costumes. Contudo, como já amplamente documentado, à mudança da redação da lei não correspondeu uma mudança na forma de interpretação e aplicação das mesmas pelos operadores do direito que continuam a se orientar com a mediação de valorações subjetivas e de estereótipos que terminam por tornar o julgamento dos crimes de estupro em um julgamento da conduta da vítima. Por outro lado, pode-se citar uma importante conquista para a condição da mulher agredida sexualmente frente ao sistema jurídico-policia: o posicionamento recente (07 de março de 2006) do Supremo Tribunal Federal que decidiu pela responsabilidade objetiva do Estado no caso de ação indenizatória movida por vítimas de estupro e de ameaça de estupro, nos crimes cometidos por foragido de penitenciária estadual. Ver Recurso Extraordinário 409.203 de 7/3/2006.

O campo da violência sexual apresenta ainda outros territórios movediços em que a aplicação da lei tomada como uma questão técnica se distancia da experiência de quem vivenciou a violência e deixa transparecer as influências e mediações sócio-culturais na interpretação do crime sexual. É o que ocorre na interpretação das circunstâncias da agressão sexual, deste modo um agressor que estupra e durante o ato também realiza uma penetração anal deverá ser enquadrado em dois crimes – estupro e atentado violento ao pudor? Ou a penetração anal deve ser entendida como um meio para o estupro e não um crime em separado? Neste âmbito a prática jurídica tampouco é uniforme existindo sentenças judiciais nas duas direções, mas predomina a primeira interpretação que tem por efeito o abrandamento da pena aplicável ao agressor.

Com o princípio do direito penal conhecido como “*in dubio pro reo*”, cuja essência é tornar o mais improvável possível a condenação de um inocente, chegamos a um dos pontos mais angustiantes do drama da apropriação da violência sexual pelo olhar da Justiça. Este princípio da doutrina do direito afirma que na falta de provas consistentes o réu não deverá ser penalizado. Na dúvida, favoreça-se o réu, que também não é passível de sanção por possíveis mentiras em depoimentos no interrogatório perante o juiz, uma vez que segundo as regras de processo penal não existe a previsão de prestação de compromisso para o acusado. A essência do princípio é tornar o mais improvável possível a condenação de um inocente. Na prática judicial, atualmente, mesmo uma confissão realizada na delegacia costuma ser invalidada quando o acusado, frente ao Juiz relata que foi obrigado a confessar pela tortura sofrida na delegacia. Assim se perde mais um elemento que poderia servir de base para uma decisão condenatória. Ao mesmo tempo, a jurisprudência afirma que a palavra da vítima, nos crimes contra os costumes, quando em perfeita harmonia com outros elementos de certeza dos autos, tem valor de prova em um processo criminal (HC 9289/SP). Acontece que um número significativo de decisões tem desconsiderado as falas das vítimas, ainda que amplamente fundadas com detalhes de realidade factual, prevalecendo o princípio “*in dubio pro reo*”. Em sua ampla maioria as decisões judiciais para os casos de estupro consistem não em uma negativa da realidade dos fatos ou da inocência do réu, mas na absolvição por falta de provas. Neste sentido é evidente que a própria natureza dos crimes sexuais é refratária à investigação policial e à constituição de provas: como estabelecer a materialidade de um crime que muitas vezes não deixa marcas, ou que têm suas marcas apagadas devido ao tempo que pode transcorrer entre a agressão e a decisão de realizar queixa? A constituição do flagrante dos

crimes sexuais é outro elemento inibidor de uma imputação de culpa aos acusados de crimes sexuais.

O Código de Processo Penal estabelece que o flagrante, que permite à autoridade policial deter o autor do crime sem necessidade de autorização da Justiça, mediante a presença da polícia no momento da realização do ato criminoso ou constatação da posse dos “instrumentos do crime” pelo agressor. Como aplicar o flagrante a um crime que se realiza em espaços secretos, obscuros ou muitas vezes no próprio lar da vítima, após cuidadosa preparação do agressor? Como arrolar testemunhas para um crime das sombras? Condição que se radicaliza quando as próprias vítimas não têm como reconhecer o agressor, e portanto são incapazes de indicar um suspeito. Assim, na maioria das vezes a decisão judicial conta apenas com o depoimento da vítima e um laudo pericial que não dispõe de validade para indicar autoria³², mas apenas constatar a ocorrência da violência sexual, o que deixa mesmo os juízes mais experientes e bem intencionados em uma situação embaraçosa. Constrói-se assim uma dramática situação estabelecida entre dois pólos: a certeza da identidade do agressor pela vítima, que muitas vezes o vê e o conhece e se diz capaz de identificá-lo mesmo pelo cheiro e detalhes do corpo, de um lado, e do outro uma Justiça atônita e impotente para se pronunciar.

Peça chave neste drama, o inquérito policial, resultado das investigações da polícia e da escuta da vítima e do suspeito, com frequência além da desejada em um Estado de Direito, chega à Justiça sem nenhuma base sólida e às vezes com erros tais que obriga a sua devolução. No discurso dos policiais que entrevistamos é freqüente a referência à precariedade de condições de trabalho: falta de combustível para as viaturas, falta de pessoal, má estrutura das delegacias... Situações que os obrigariam a “estabelecer prioridades” entre as demandas que recebem, ou então, reencaminhamento desnecessário das vítimas para a Delegacia Especial de Atenção à Mulher, o que significa mais tempo a se passar entre a violência e a apuração policial.

Todo este complexo quadro que reúne dimensões jurídicas, culturais, estruturais e da natureza do crime rebatem no baixíssimo número de inquéritos policiais de agressão sexual que são remetidos à Justiça, no pequeno número dos que recebem uma sentença e no menor

³² O Instituto Medico Legal Nina Rodrigues, em Salvador, recentemente passou a dispor de tecnologia para realizar exame de DNA no material colhido no corpo das vítimas, o que é um poderoso recurso para a identificação do agressor, mas que também tem que superar o obstáculo de outro princípio do Direito Penal que afirma que nenhum acusado pode ser obrigado a fornecer provas contra si mesmo, o que dificulta uma possível comparação entre o DNA coletado pericialmente e o DNA do acusado pela agressão.

número ainda dos que resultam em uma condenação dos acusados. Assim, entre as mulheres entrevistadas nenhuma relatou a participação dos processos jurídico-policiais, como elemento decisivo em seu processo de ressignificação positiva da experiência de agressão sexual, ao contrário, ao menos quatro delas abandonaram os processos legais e entre as mulheres atendidas no VIVER o número das que desistiram judicialmente é também significativo. Assim, se vê como os entraves para a tessitura de um acolhimento minimamente reparador da experiência da agressão, de um campo de retomada onde uma dor se instaurou e um sofrimento esperava por compensação, raramente se constituem pelas vias judiciais, ainda incapazes de superar os muitos entraves que acompanham todo o seu fluxo desde o boletim de ocorrência, perpassando o inquérito policial e seu julgamento ou arquivamento pela Justiça.

A DELEGACIA DE POLÍCIA: ESPAÇO ONDE A DOR SE DESDOBRA

Como vimos, após a experiência da agressão se segue um sentimento difuso, recortado pelo medo, vergonha, repugnância e dor psicossomática, de que algo precisa ser feito. Nos casos em que o estupro não foi acompanhado por outros crimes como roubo, lesão corporal grave, uso de arma de fogo, não foi praticado por múltiplos agressores ou desconhecidos da vítima, a decisão de ir à delegacia é muito mais problemática uma vez que estão ausentes importantes elementos que configurariam a “veracidade” do crime, pois não se enquadraria dentro das tipificações da polícia, das pessoas da comunidade e da própria mulher agredida sobre os crimes sexuais, sobre como estes devem ocorrer, se abrindo a possibilidade para uma responsabilização mais fácil da vítima ou o descrédito de sua palavra. Como convencer o outro de que se foi violentada dentro de casa, na própria cama e por um conhecido? Como narrar uma história de estupro ao qual, devido ao pânico e ao risco de morte iminente, não se resistiu, faltando daí as marcas corporais visíveis e esperadas pelas tipificações de como são os estupros? Mas é a imagem, um tanto confusa, da polícia que está sempre presente uma das primeiras que vem à mente das mulheres agredidas. Às vezes são os policiais militares os primeiros a ter contato com a pessoa agredida que acaba de sair de um lugar escuro e desabitado, como um matagal, para a rua e os lugares de circulação urbana. As hesitações são muitas, em algumas situações a pessoa chega a ir até a porta da delegacia e retorna para nunca mais voltar, em outras a evasão pode ocorrer na sala de espera da delegacia no meio da distração geral dos muitos atendimentos policiais, noutras ainda chega-se a ter

contatos com o delegado ou policial e num instante mínimo decide-se não relatar verdadeiramente o que ocorreu, mudando os fatos e não denunciando o agressor.

Daí a propriedade de algumas pesquisas que estimam a chamada *cifra oculta* que se refere ao número de mulheres violentadas e que não chegam a compor as estatísticas oficiais por não haverem prestado queixa na delegacia. Da forma como se organiza o sistema penal brasileiro, à polícia é conferido um significativo poder discricionário para avaliar se uma queixa é “fundada” ou “infundada”, ou seja, digna de uma investigação. Em tal avaliação entram em cena os “saberes” da prática policial, os seus valores, a subjetividade dos agentes, sua hierarquia de “prioridades” e mesmo os “humores do momento”, que juntos delineiam os padrões mentais que definem a gravidade de um crime em geral e o que é um estupro em particular. Com base nos elementos dessa “tipificação” policial o estupro “verdadeiro” teria as seguintes características: ser praticado por um estranho, com histórico na marginalidade, em geral negro, em locais ermos e distantes, deixando muitas lesões corporais como sinais da periculosidade do agressor e da árdua resistência da vítima. Nessa tipificação institucional do que é um “crime sexual verdadeiro”, ou digno de um inquérito, parece predominar uma *definição masculina do estupro*. É a ótica masculina que parece guiar este enquadre. Mas é essa tipificação, negada em todos os seus itens por todas as pesquisas sobre o tema (Lopes et al, 2004; Schraiber et al, 2005; Sudário et al, 2005; Vargas, 1999 e Züwick, 2001), que orienta a ação policial frente às vítimas. Se considerarmos que dos casos de violência sexual denunciados à polícia baiana apenas 13% (Cohim, 2006) têm seus inquéritos formalizados e destes um percentual ainda menor é remetido à Justiça, pode-se deduzir que para a composição deste quadro deve ter substancial destaque a pouca relevância atribuída aos crimes sexuais ou o seu não enquadramento como crime a partir das queixas das mulheres.

Não há nenhuma restrição legal quanto a uma delegacia específica à qual caberia a responsabilidade exclusiva para receber as queixas de agressão sexual. A própria delegacia do bairro pode ser buscada e assumir a responsabilidade pelo inquérito. Acontece que a pessoa é freqüentemente reencaminhada da delegacia do seu bairro ou de onde aconteceu o estupro para a Delegacia Especializada de Atenção à Mulher – DEAM – delegacia que apesar de sua boa estrutura, quando comparada às demais, termina por ter uma sobrecarga de trabalho muito além de sua capacidade operacional. Estes reencaminhamentos, completamente arbitrários, pois, além de não serem prescritos por nenhuma norma institucional, dependem dos contornos situacionais-afetivos do momento e do policial que recebe a vítima, podem implicar em uma

nova demora que favorece a perda de provas para o crime e identificação dos agressores, sendo também mais um reforço para a desistência de denunciar.

Mas muitas aceitam a árdua tarefa de relatar a estranhos os dolorosos fatos que lhes ocorreram, com os detalhes exigidos pelas circunstâncias formais. Para lhes receber: a delegacia. Espaço aberto e sem privacidade onde o depoimento pode ter que ser realizado na presença de outras pessoas que procuram a delegacia, de criminosos recém-chegados à espera da lavratura da prisão, de policiais que circulam e de escrivães. Esta circunstância foi relatada, por todas as entrevistadas que denunciaram, como de extremo constrangimento:

“Henrique {namorado da vítima}, não vá comigo (para a delegacia na viatura policial). Eu vou no carro da polícia. Eu tava desnorteada e achava que a polícia podia matar a gente, provocar um acidente pra eu não contar que o cara{o agressor} era da polícia, sabe? Ele disse: “Não confio, não confio”, “Vá no seu carro e me encontre lá”, aí a polícia me levou, me largou lá {na delegacia}, ele chegou. Rapaz, que atendimento péssimo na delegacia! Assim: “Ó, aquela mulher que foi estuprada aí...{em voz alta na sala de atendimento}”, assim. E tinha criança na delegacia! Aí Henrique chegou e reclamou lá com o chefe. “Ah, esses caras são assim mesmo, eles são muito brancos”, não sei o quê. Mas isso não dá direito deles chegarem e saírem falando, eles precisam ser orientados”. (Raquel, professora e personal trainer de 45 anos).

As normas legais estabelecem que a vítima deveria ser ouvida pelo delegado, pessoa mais qualificada para conduzir o registro do depoimento, pois é o responsável pelo inquérito e pelas diligências de investigação. Se cumpridas, as normas assegurariam também um pouco mais de privacidade com o depoimento sendo prestado na sala do delegado, o que, no cotidiano de uma delegacia, raramente ocorre, ficando a responsabilidade pela escuta para o policial ou escrivão disponíveis, nem sempre os mais preparados. Pode ocorrer que este profissional sem nenhuma formação institucional para ouvir vítimas adequadamente desestimule o registro da queixa:

“Sinceramente eu tinha essa preocupação, porque quando eu fui dar queixa o soldado {policial} que tomou a minha declaração falou: “A senhora pense bem, a senhora vai acabar com um rapaz que faz faculdade na católica, a senhora vai arruinar com a vida dele!”. Porra! E eu?” (Mabel Lazaroto, 45 anos, separada, professora de idiomas).

Ir à Delegacia de Polícia após o estupro foi, na vida da maioria das mulheres entrevistadas, o primeiro contato com a ordem jurídico-policial. Antes da agressão, nenhuma

das entrevistadas havia ido à delegacia para resolver fosse uma questão pessoal, ou conflito interpessoal. É neste primeiro contato que terminam por compreender que a temporalidade institucional³³ segue uma lógica que não é compatível com a temporalidade, sempre urgente e apressada, de quem procura por justiça, de quem tem o corpo marcado por uma dor recente. Aos pedidos de busca imediata do agressor, de retorno ao local do crime em busca de provas e/ou captura do suspeito, de proteção no retorno para casa, que, de outro modo será solitário e exposto ao que a vítima imagina ser o risco de novas agressões, a polícia responde expondo a sua estrutura em deterioração: ‘não existe pessoal suficiente’; ‘as viaturas estão todas em serviço’; ‘estamos sem combustível nas viaturas’; ‘não temos dinheiro’, ‘recebemos só R\$ 20,00 por dia para combustível’, ‘são quatro da tarde, o delegado ainda não voltou do almoço para autorizar as saídas da equipe de investigação e quaisquer idas a locais de crime ou perseguição de suspeitos’, ‘o delegado está dormindo e não podemos acordá-lo agora’. À temporalidade urgente da vítima dolorida, a instituição contrapõe a distensão temporal dos movimentos lentos e precários de seu aparato que daí marcarão toda a trajetória dos sujeitos pelas instituições jurídico-policiais com muitos outros desdobramentos. A Delegacia de Polícia é, assim, o espaço onde a distância entre as prescrições normativas e prática institucional cotidiana se alarga, é também um operador determinante no que chamo ao longo deste trabalho de “construção social do trauma”. Se não, vejamos:

Constitui norma de segurança amplamente reconhecida e divulgada pelos órgãos de Segurança Pública para orientação da comunidade **a não-reação no momento de uma agressão criminosa**, seja ela um assalto, um seqüestro, seqüestro-relâmpago, abordagem em sinaleira, ocorram estas situações com arma de fogo ou arma branca. A ação mais prudente seria a serenidade, manter um diálogo direto e calmo com o agressor e atender às suas solicitações. Segundo as estatísticas apresentadas pelos órgãos públicos a maioria dos casos de agressão seguidos de morte se deu em consequência da reação inadequada da vítima, o que envolve: gritar, tentar utilizar um revólver, ou num momento de negociação com o agressor, trair a sua confiança com atitudes de desespero. Essas orientações são básicas e podem ser

³³ Temporalidade que muitas vezes contraria as próprias normas legais, como é o caso do tempo para a conclusão do inquérito que segundo o Código de Processo Penal em seu artigo 10 seria de 10 (dez) dias em caso de réu preso e de 30 (trinta dias) em caso de réu em liberdade, determinação nunca cumprida pela polícia, que tampouco solicita prorrogação desses prazos à Justiça, como determinado por lei. Do mesmo modo os laudos periciais dos exames de corpo de delito, peças chaves do inquérito policial, levam em média 40 (quarenta) dias para serem emitidos.

fornecidas por qualquer policial a qualquer cidadão, pois fazem parte de sua formação e de um certo senso comum da instituição.

É surpreendente então a constatação de que uma das primeiras e mais comuns indagações feitas a uma pessoa agredida sexualmente por um estranho e que procura uma delegacia de polícia seja: porque você não reagiu? Essa questão se desdobra numa infinidade de outras que têm o mesmo sentido: constatar a passividade frente à agressão. Num dos casos acompanhados, uma jovem foi levada por dois agressores sobe a mira de um revólver em uma moto de Salvador às imediações de Lauro de Freitas onde foi estuprada. Os policiais que a atenderam, insistiram em saber porque ela não se jogou da moto durante o “longo” trajeto. Contrariando os ensinamentos das regras de segurança para todos os outros crimes, as vítimas de violência sexual são usualmente instadas a reagir.

Quase como um desdobramento direto deste paradoxo, aparece como uma praxe policial verificar e indicar diretamente à queixosa se ela em alguma medida não facilitou a agressão por seu comportamento. Numa inversão radical do princípio legal da presunção de inocência, que estabelece que todos são inocentes até a consolidação de provas em contrário, surge aí a presunção de responsabilidade: toda vítima de violência sexual é *'suspeita'* de colaboração, participação no crime sofrido. Participação, que segundo o olhar policial, pode ser seguida de arrependimento, ou, uma forma indireta de uma mulher se vingar do homem com quem se relacionou em pleno consentimento, mas que a rejeitou em seguida, ou, uma mulher que tem uma vida sexual excessivamente ativa com passagens por alguma forma de prostituição.

Questões como as que seguem (extraídas de diversos casos) são freqüentemente feitas às mulheres pelos policiais que primeiro registram a ocorrência, e às vezes verificadas de novo pelo delegado de polícia: – O que a senhora fazia a essa hora no Terminal da França?; – Por que a senhora acompanhou o marginal até o barracão sozinha?; – A senhora vive bem com o seu marido...? – A senhora foi estuprada em um motel...?! Um caso ilustra de forma cômico-caricatural essa modalidade de responsabilização da vítima pela agressão sofrida: uma mulher que estava por volta das 10:00 horas da manhã em casa ainda em seus trajes de dormir teve sua casa invadida, vindo a ser violentada. Os policiais lhe indagaram o que ela estaria fazendo às dez da manhã vestida com roupas íntimas. Essas indagações, ausentes para qualquer pessoa que denuncie qualquer outro tipo de crime nas delegacias, são apontadas

freqüentemente pelas mulheres como razão para desistirem de dar seguimento ao processo judicial, terminando por abandoná-lo.

A colocação das mulheres como partícipes, cúmplices da agressão sexual sofrida, se conecta com outra prática que nossas observações de campo e relatos das entrevistadas trazem à luz. Trata-se da corte realizada por policiais e delegados às vítimas e que podem se desdobrar em situações de extrema tensão para os envolvidos. São comuns os convites feitos por policiais e, mais raramente por delegados, para tomar uma ‘cervejinha’ com as mulheres atendidas na delegacia. Às vezes o momento para a aproximação pode ser criado com o oferecimento de uma atenção especial que permita ao policial ficar a sós com a vítima, como por exemplo, a condução dela até a residência na viatura policial. Este jogo de sedução pode encontrar eco no contexto de vulnerabilidade social vivenciada pelas mulheres, que vêm no envolvimento erótico com agentes e delegados uma bem-vinda proteção para seu desamparo e riscos de novas agressões, além de uma certa respeitabilidade no bairro onde moram. Mas, como dito, muitos são os momentos de tensão, alguns chegando à ilegalidade explícita quando os inquéritos desaparecem e as mulheres são ameaçadas:

“Esse caso é um pouco complicado, inclusive o Ministério Público tomou conhecimento desse fato. Inicialmente ela foi assistida de maneira já intencional pelos policiais, porque o tratamento que foi dado a ela foi muito bom, totalmente diferenciado dos que acontecem. E ela foi levada por esses agentes a um local, ela não tinha onde morar aqui, era do interior, estava residindo sozinha aqui, não tinha nenhuma estrutura, não tinha onde morar, estava morando em uma pousada e tal. E esses policiais, na sua ‘generosidade’, inclusive levaram ela para um local aonde pediram para que ela ficasse lá, deram assistência a ela. Aí por coincidência também esse local é, supostamente, isso ainda não está comprovado, isto que eu estou te relatando é tudo fatos que vão ser investigados ainda, são relatos da vítima que chegaram para gente, de que a instalaram em uma casa de prostituição. Aí depois, a partir do momento que ela não mais suportou a situação, ela passou inclusive a ser ameaçada. O inquérito inicial, o motivo inicial por que ela foi na delegacia sequer se tem notícia. Ela chegou na delegacia vítima de violência sexual por dois agressores. A investigação nesse sentido, o auxílio neste sentido foi esquecido, passaram a dar outro tipo de auxílio a ela, e isso aqui é uma situação normal. Pode ter certeza disso, isso aqui acontece sempre” (Delegado de polícia).

Neste ponto é crucial fazermos uma digressão para nos perguntar como compreender esta retomada institucional da violência que redefine a vítima como facilitadora da agressão e em seguida como alvo de um investimento erótico? Certamente caberia aqui um olhar e um recorte para a questão de gênero implícita aí, uma vez que se trata de um uso do corpo da

mulher, de uma situação de “dominação masculina” sobre o corpo feminino, reduzido mais uma vez a um objeto, uma espécie de mercadoria de consumo entre homens – do agressor ao policial – como se a agressão sexual consistisse em uma chave liberadora da mulher para o uso por outros homens. Mas parece que apenas esta perspectiva não é capaz de elucidar todas as nuances da problemática que aqui se coloca, uma vez que sabemos (Silva, 2001) que a suspeição de responsabilidade recai também sobre homens e garotos vítimas de violência e que denunciam. Nestes casos a suspeição envolve a atribuição de homossexualismo aos agredidos. O que nos leva a estruturar uma explicação preliminar partindo da análise da conexão existente entre crime sexual e o prazer que nele se imiscui, como se fosse difícil desconectar a idéia de prazer vivenciado com a sexualidade mesmo num momento de agressão.

Uma outra perspectiva de análise pode ser aberta pela retomada das célebres considerações de Hannah Arendt (1993) sobre a violência. A autora argumenta que a violência está longe de ser um comportamento bestial ou irracional, porque ela apresenta um caráter de imediaticidade e prontidão e, por isso, sempre se está tentado a agir com sua mediação. Acontece que sua prática, apesar de poder mudar o mundo, “é sempre para um mundo mais violento”. Daí o equívoco de pensá-la como um fenômeno natural, possibilitador da vida coletiva; ao contrário, seria a esperança da criação do novo, proveniente da ação conjunta que “animaria a vida ativa” e não a mortalidade. A ação violenta seria neste sentido fruto de uma incapacidade dos homens de agirem no mundo, sobretudo no mundo moderno, em que a burocratização da vida pública criou um verdadeiro “domínio de ninguém”, impossibilitando as pessoas de se dirigirem a alguém para fazer um pedido e interferir diretamente nos assuntos do mundo. Na sua conclusão, e aqui chegamos ao ponto mais sugestivo para a nossa análise, Arendt afirma que a “violência decorre da severa frustração da faculdade de agir no mundo”. Um exemplo disso poderia ser encontrado no comportamento policial que, quanto mais ineficaz, torna-se também mais violento. Aceitando esta sugestão arendtiana, podemos interpretar a violência imposta às pessoas em situação de violência sexual pelos aparatos de segurança pública como uma saída para a ineficiência policial em responder com presteza e efetividade as demandas que lhe são feitas, seja pela natureza própria dos crimes sexuais seja pela *precariedade institucionalizada* que instaura o reino de ninguém nas instituições do Estado. Tal *precariedade institucionalizada* deixa os agentes numa situação confortável para

atuar com arbitrariedade e se esconder no amontoado confuso de tarefas não cumpridas e inquéritos desaparecidos.

Mas retomemos o fio de nossa análise que visa mais diretamente compreender o papel da instituição policial, porta de entrada das mulheres agredidas no mundo legal burocrático, na mediação de uma possível ressignificação da dor, a sua superação e a conseqüente normalização do cotidiano, uma vez que a superação da vivência da dor resultante da agressão fica, ao menos inicialmente, em suspenso, aguardando a retribuição a “vingança legítima” que é parte essencial do “colocar as coisas no lugar”, do retomar um senso de ordem das coisas que foi desfeito. O que verificamos é que de forma lenta e às vezes dolorosa as expectativas inicialmente depositadas na polícia vão se desfazendo e acabam por ecoar em todas as demais instituições do estado envolvidas, como o Judiciário e o próprio serviço jurídico do VIVER. Os quatro anos em média que um inquérito pode ficar numa delegacia sem ser remetido finalmente à justiça por falta de consistência, seguidos de mais quatro para ser finalmente julgado em primeira instância na Justiça Estadual são a certeza de que nada pode ser aferido deste sistema. Nos ciclos de entrevistas foi possível verificar a passagem da esperança plena à desistência:

Primeira Entrevista:

“Um deles eu conheço, tanto que eu já dei o endereço aos policiais e tudo, mas só que eles estão esperando... Mas com fé em Deus, enquanto eu não ver ele na cadeia eu não vou sossegar. Só isso falta na minha vida pra me cuidar, por que o resto, graças a Deus, aos poucos eu estou superando. Os resultados dos meus exames, tinha acabado de fazer um ontem e o mês passado eu tinha feito também, de HIV, esses exames, graças a Deus, não deu nada. Como não deu nada, podia ter dado, então, minha raiva por eles, isso aí que nunca vai acabar. Enquanto eu não ver ele, pra mim ele{o primeiro agressor que é conhecido de infância da entrevistada e que a levou a um barracão onde foi violentada por ele e outros quatro} na cadeia, ver na cadeia, eu não vou sossegar. Só isso mesmo que, que o resto...tá tudo normal, graças a Deus. E tudo isso vai ajudando mais ainda, no caso dele, ele nem sabe que tem nada pra ele, eles estão pensando que a gente deixou pra lá o caso do estupro, que não deu queixa nem nada. Por que, muitos esperam que não vai dar em nada. Que só isso aí, eu tô com sede de colocar esse homem na cadeia. (Dalila, 33 anos, separada, desempregada).

Seis meses depois da primeira entrevista:

Quando a gente sair daqui a gente vai lá na terceira {delegacia de polícia} vê se o laudo tá lá, do Nina passou pra lá. Eu fiz o exame aqui no dia da ocorrência, pra ver qual o resultado, se eles já mandaram do Nina mesmo. Por que o endereço do cara {agressor}, tá tudo na mão deles lá, da polícia, agora eu não sei o que eles estão esperando. (Dalila, 33 anos, separada, desempregada).

Um ano depois da primeira entrevista:

“A delegada que eu dei entrada no caso que aconteceu comigo, ela nem está mais aí na delegacia, na terceira. Aí já tem outra delegada, já vem outra e esta delegada já quer me ouvir, tudo de novo, aí eu falei assim, mas se ela já tem todos os meus dados que a outra já passou para ela, tudo que aconteceu comigo, pra quê que ela quer me ouvir? Aí a psicóloga: ‘não mas isso aí é até bom, porque você não conversou com Gessé, a mesma coisa pode ser com a delegada’ aí eu disse pode ser não, porque para mim vai ser um constrangimento porque eu vou voltar ali de novo... a gente fica ali no meio dos presos, eles pegam os presos fica lá de junto da gente, então é um ambiente assim muito pesado eu acho pelo que a gente passou, aí ter que voltar ali de novo, contar tudo de novo, voltar ali de novo...mas aí ela disse: ‘ não, faça uma forcinha, entendeu, mentalize tudo que você passou de ruim que vai ficando para trás, vai deixando para trás aí você fala normal como você tá falando pra Gessé’ aí eu disse:’ vou tentar’, mas eu por mim não volto mais lá, eu tenho pânico da delegacia. Quando eles vêm com os presos eles botam assim junto com a gente; a gente conversando com a delegada e eles lá junto, tá lá sentado, é um absurdo, é muito chocativo pra gente que já viveu assim essas coisas, a delegada tá lá conversando com a gente, pára, vai atender os presos, volta, aí remarca é um clima horrível. (Dalila, 33 anos, separada, desempregada).

Assim, as experiências vividas na delegacia vão distanciando muitas mulheres agredidas da solução policial e conseqüentemente da possibilidade de um julgamento do seu caso na Justiça. Os trechos citados permitem entrever também que não é o contar a história da agressão *em si* que é evitado pelas pessoas agredidas, mas são o contexto e as interações sociais que participam na estruturação do silêncio. No que se refere ao atendimento policial, a sua não personalização e atenção diferenciada, a exposição da vítima a acusados, a indisponibilidade de espaço privado frente às outras atividades, desempenham um papel relevante na decisão de não falar, o que demonstra mais uma vez que se quisermos nos referir a um “trauma” da violência ele precisa ser entendido como uma construção social, não

exclusivamente psicológico, ou decorrente da violência por si mesma, mas construído numa trajetória partilhada com outros.

Portanto, quando analisamos as formas pelas quais o Mundo do Direito, que envolve as instâncias da Polícia, do Ministério Público e do Judiciário, capta ou se apropria da realidade da vitimização sexual, observamos que este se fecha para muitas mulheres. Dessa forma, o Mundo do Direito freqüentemente não conta entre os recursos de ressignificação positiva da experiência, restando à mulher agredida uma busca marcada pela *solidão interior*. Para uma possível recomposição, as mulheres freqüentemente contam com uma busca pessoal para um problema de dimensões sociais, coletivas e institucionais. A “luta interior” para vencer medos; superar a vergonha; enfrentar pânicos diante da possibilidade de represálias dos agressores; lidar com os estigmas que pairam sobre as mulheres agredidas e finalmente denunciar, tornar público o corpo, sofre um cruel revés, doloroso também se tivermos em conta que muitas mulheres decidem denunciar movidas por lemas de campanhas que estimulam esta decisão como uma forma “líquida e certa” de garantia de direitos. Fracassa aqui um elemento crucial na superação de crises e que poderia viabilizar a retomada de um senso de estabilidade e de uma nova confiabilidade “na ordem das coisas” pela sustentação de que os “maus” pagam e a maldade perde ao final, frente à justiça última do mundo ou submetida à “vingança legítima”. O sofrimento perde com isso um importante fator de justificação no conjunto das experiências de uma pessoa e no seu senso de segurança ontológica. Em nenhuma das entrevistas houve referência ao papel positivo da apreciação jurídico-policia na superação das experiências aflitivas vivenciadas, mais que isso, com o usual fracasso da Justiça, entra agora em jogo, nos dolorosos processos de normalização do cotidiano, a difícil tarefa de compreender porque os “justos” sofrem enquanto não há punição da maldade, por que a dor dos “justos” não é vingada, mas duplicada pelo sistema que deveria oferecer proteção. Condição semelhante foi identificada por Burgess e Holmstrom (1983) em seu estudo pioneiro envolvendo 117 mulheres agredidas na cidade de Boston, nos Estados Unidos. As autoras descreveram as reações institucionais – Justiça, Polícia e Hospitais – ao crime de estupro e concluíram que: “A nossa sociedade torna o destino da vítima de estupro difícil. Frequentemente é assumido que o estupro é uma falta da vítima ou um acontecimento que torna a pessoa menos digna” (p.1).

Na busca pessoal e freqüentemente solitária que se inicia, têm um lugar destacado os atendimentos oferecidos pelo VIVER, cuja procura depende da vontade da mulher agredida

não sendo parte obrigatória dos procedimentos jurídico-policiais e cuja frequência semanal terá de arcar com os seus próprios e comumente precários recursos financeiros. A procura pelo VIVER depende também do encaminhamento das instâncias policiais que recebem a vítima, são estes que a informam ou não sobre a existência do serviço. Não havendo padronização para este tipo de atendimento nas delegacias, as possibilidades das mulheres não serem adequadamente informadas e encaminhadas são significativas.

VIVER: SERVIÇO DE ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA – ENTRE A INOVAÇÃO E A INSTABILIDADE

O VIVER é um serviço que pertence à Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia, tem seu espaço de atividades no interior do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues – IMLNR – e atende pessoas que tenham vivenciado uma agressão sexual e formalizado denúncia em uma Delegacia de Polícia ou no Ministério Público³⁴. É na delegacia, no exame pericial no Departamento de Polícia Técnica ou no Ministério Público que a vítima pode ser informada da existência do VIVER e para lá encaminhada, o que dependerá do profissional que a atende, nem sempre interessado ou informado para tal, uma vez que os serviços oferecidos não compõem nenhuma exigência do processo jurídico-policial. A criação do VIVER deu-se em 21 de dezembro de 2001, estando à frente da Secretaria da Segurança Pública uma Delegada da Polícia Civil que, numa atitude inovadora, montou a equipe de elaboração e implantação do Serviço. Inovadora porque na história da Segurança Pública da Bahia seria a primeira vez em que a polícia ampliaria seu campo de ação, restrito às atividades de investigação e repressão da criminalidade, para atuar na área de saúde para a comunidade, em uma área que nem mesmo a Secretaria da Saúde, a quem caberia por definição essa tarefa, mantinha quaisquer programas.

Assim, seria superada a atuação tradicional da instituição policial centrada exclusivamente no modelo médico-pericial e investigativo. A ocasião foi celebrada por vários movimentos sociais como o Movimento de Mulheres, os grupos de defesa da criança e do

³⁴ Apesar deste ser um pré-requisito geral, não há nenhum impedimento de que uma pessoa violentada possa buscar os atendimentos do VIVER diretamente sem prestar uma queixa. Já existem casos registrados de mulheres que ao tomar conhecimento da existência do programa, tendo sofrido agressão sexual há mais de 20 anos, tempo em que, pela legislação brasileira o crime *prescreve* não sendo mais passível de investigação policial e julgamento judiciário, procuram o serviço para realizar psicoterapia ou outro atendimento de saúde.

adolescente e outros em regozijo pelo surgimento de um serviço, com uma capacidade de amplo atendimento, até então indisponível no Estado da Bahia. Antes da criação do VIVER, às pessoas afetadas pela violência sexual eram oferecidos apenas os já tradicionais atendimentos nas delegacias, o exame pericial no Departamento de Polícia Técnica com o fornecimento do laudo. Os necessários e urgentes atendimentos de saúde deveriam ser procurados, no que muitas vezes se tornava uma verdadeira peregrinação, nos serviços de saúde do Estado ou do Sistema Único de Saúde – SUS – sem nenhuma especialização nas peculiaridades da violência sexual. Assim foi instituído o VIVER com um funcionamento em regime de plantão de 24 horas e dispondo de uma equipe multidisciplinar formada por duas recepcionistas, uma secretária, cinco assistentes sociais, sete médicas, duas enfermeiras, seis auxiliares de enfermagem, seis psicólogas, um psiquiatra, dois advogados, uma auxiliar de limpeza, uma coordenadora administrativa e uma coordenadora geral.

O Serviço foi concebido para funcionar nas proximidades da Polícia Técnica, ponto de passagem obrigatória para as pessoas agredidas uma vez que aí realizariam os exames periciais de corpo de delito para fundamentar o inquérito policial, descrevendo o grau das lesões corporais e a constatação da veracidade da agressão sexual. Esta proximidade foi identificada como necessária para evitar as idas e vindas extenuantes a que as pessoas nesta situação eram usualmente submetidas. O objetivo do VIVER é oferecer, de forma concentrada em um único espaço físico, atendimento integral às pessoas agredidas sexualmente. A expressão “pessoas” foi pensada cuidadosamente e escolhida para compor o nome do Serviço por ter a abrangência de qualquer gênero, identidade sexual e idade, não sendo, portanto, um serviço restrito a um público específico. Na estrutura interna da Secretaria da Segurança Pública o VIVER foi concebido para estar subordinado diretamente ao Secretário da Segurança Pública, ganhando com isso uma autonomia que não teria se ficasse vinculado à chefia da Polícia Militar ou Civil ou se tivesse que se submeter à Direção da Polícia Técnica ou do Instituto Médico Legal, unidades sem nenhuma tradição em atendimento terapêutico à comunidade.

Ao longo dos anos o VIVER foi se consolidando pelos vínculos e parcerias estabelecidos, no plano interno: com as delegacias de polícia e a Polícia Técnica que são as principais vias de encaminhamento das pessoas, e no plano externo com instituições ligadas à Secretaria Estadual de Saúde, como o Centro de Referência Estadual na Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs, a Coordenação de Atenção à Saúde (DST/COAS), o

Instituto de Perinatologia (IPERBA) e grupos sociais como o Movimento de Mulheres. Até o momento o VIVER é o único centro nestes moldes no país, e o seu ineditismo tem despertado o interesse de outros Estados do Brasil, cujos representantes o têm visitado, e mesmo de países estrangeiros, como os Estados Unidos e o Haiti, também com técnicos enviados para aprendizado e possível replicação da experiência. Nos seus cinco anos de existência o VIVER atendeu 4.537 casos como mostra a Tabela IV abaixo:

Tabela IV – Casos Atendidos no VIVER

Sexo	Quant. De casos	Percentuais
Feminino	4149	91%
Masculino	388	9%

Fonte: Levantamento realizado no VIVER – 2001-2006

As ações do VIVER são de acolhimento e acompanhamento social, psicológico e psiquiátrico, atendimento e acompanhamento médico ambulatorial, fornecimento de contracepção de emergência, profilaxia de DSTs e AIDS, acompanhamento e acolhimento dos familiares das vítimas. Mais recentemente o serviço passou a oferecer também um acompanhamento jurídico, um apoio indispensável para os que desejam dar seguimento aos seus processos na Justiça e que não podem pagar os dispendiosos serviços advocatícios. Uma outra linha de ação do VIVER é direcionada para a capacitação de policiais para o entendimento e enfrentamento mais adequado das questões muito peculiares que a violência sexual pode trazer à sua prática: o que envolve técnicas de investigação e habilidades interpessoais para lidar com as pessoas agredidas. Uma terceira linha de atuação envolve a articulação com as mais diversas instituições operadoras do direito que atuam direta ou indiretamente com a violência sexual. Exemplo importante dessa linha de ação foi o amplo debate promovido pelo VIVER entre as diversas unidades da Secretaria da Segurança Pública e projetos sociais com atuação em Salvador para discutir publicamente pela primeira vez na Bahia a Lei 11. 340 de 07 de agosto de 2006, que ficou conhecida como Lei Maria da Penha que assegura novos direitos à mulher agredida por familiar, e tentar viabilizar a implantação dos dispositivos que esta lei prevê. Também numa atitude inédita o VIVER lançou em 2006 uma coletânea de artigos intitulada “*A violência sexual: discursos e práticas*”, contendo dez

artigos escritos pelos seus técnicos e pesquisadores convidados relatando as suas diversas experiências de trabalho e reflexões teóricas sobre a problemática.

Mas os serviços oferecidos à comunidade se confrontam com um dilema recorrente: a impossibilidade de o público frequentar o VIVER, pelo tempo necessário para a realização adequada dos atendimentos, devido à falta de recursos financeiros para custear o transporte. O mínimo de frequência exigido para a realização das primeiras consultas ao longo dos primeiros meses é de uma vez por semana o que representa um valor muito alto para a maioria do público atendido: trabalhadores pobres que têm que pagar também o transporte de um acompanhante, sobretudo quando as vítimas são crianças e adolescentes. Assim muitas atividades oferecidas à comunidade ficam vazias e às vezes são desativadas por falta de participantes, o que é válido também para a psicoterapia cuja frequência se mantém irregular até ser abandonada.

Com o fim da gestão da idealizadora do VIVER, que mantinha com sua autoridade direta todas as ameaças afastadas, voltou a circular com insistência uma antiga questão que remontava à criação do Serviço: mas o que tem a ver uma Secretaria de Segurança Pública com a prestação de serviços de saúde à comunidade? A evidente eficiência e os benefícios sempre crescentes oferecidos ao público ao longo dos seis anos de existência do VIVER não parecem ser suficientes para responder esta questão e o seu fechamento ou transferência para algum hospital da rede de saúde do Estado são constantemente cogitados pelos dirigentes da SSP, criando-se, desta forma, um ponto de tensão sempre (re)vivido pela equipe técnica, sobretudo porque seus mais de 35 membros não são concursados e sim contratados em Regime Especial da Administração Pública – REDA – sistema que requer que a cada quatro anos todos sejam substituídos. Em cada substituição individual, retorna o risco de não reposição da vaga deixada em aberto e na substituição de um maior número de técnicos ao completarem quatro anos de atividade, o risco de fim do serviço.

Essa instabilidade é frequentemente descrita pelos profissionais como um motivo de insatisfação e preocupação com os destinos do Serviço cuja existência depende das *boutades* e humores de ocasião dos dirigentes que se sucedem e que são passíveis de sofrer as influências da Polícia Técnica, eternamente insatisfeita por ter um serviço funcionando em suas dependências e sobre o qual não pode exercer nenhuma autoridade direta. Em decorrência disso, em vários momentos, os peritos, após exigirem que as vítimas tivessem o primeiro contato institucional com eles na perícia e não com o VIVER como vinha se realizando com o

objetivo de prepará-las para os exames periciais, não as encaminhavam de volta ao VIVER para realizar os demais atendimentos. Em decorrência disso o número de atendimentos do VIVER se reduziu significativamente por diversas ocasiões. A rotatividade constante de profissionais exigida por seu regime de contratação é outro fator de inquietação para técnicos e coordenação, que tampouco é um cargo estável, por ser de confiança, podendo ser exonerado a qualquer tempo. Como manter o padrão dos serviços oferecidos sem a possibilidade de uma equipe minimamente estável? Como consolidar um padrão de qualidade? Que dizer da usual transferência de pacientes em psicoterapia entre os profissionais que chegam e que são desligados do Programa? Indagações ainda sem respostas...

Agora, precisamos nos voltar para uma dimensão que creio ter se evidenciado relevante ao longo da análise e descrição da experiência da violência sexual e suas implicações: trata-se da corporeidade. A violência sexual se caracteriza por incidir sobre o corpo. O corpo compõe um elemento essencial da “cena do crime”, e ele que tem seus limites extrapolados, é aí que incidem muitas repercussões da violência. Discutiremos a questão da corporeidade apoiando-nos na análise da sua conceituação fenomenológica e tendo por referência duas histórias de vida: a de Tamar e a de Ruth.

CAPÍTULO VI

O CORPO E A EXPERIÊNCIA DA AGRESSÃO

O corpo é a praia no oceano do ser.
Frase Sufi de autoria desconhecida.

No capítulo anterior, a tentativa de descrever a experiência da agressão sexual e seus desdobramentos nos levou a explicitar a constante mobilização do corpo nesta trajetória. É sobre o corpo que esta forma de violência incide mais diretamente, é ele que tem os seus limites invadidos e rompidos. As diversas modalidades de resistência acionadas pelas mulheres e as contra-reações dos agressores giram essencialmente em torno de uma disputa pela posse do corpo. Os ferimentos infligidos à mulher, as marcas e cicatrizes que podem perdurar por meses ou anos funcionam como âncoras corporais da memória recorrente da agressão, e tornam a tarefa de esquecê-la ainda mais difícil. Como parte da cena do crime, o corpo é também um dos pólos da investigação pericial, e os laudos daí resultantes levarão a corporeidade, agora desencarnada, pelos meandros da polícia e da Justiça, tornando-se um dos temas nas polêmicas em torno da culpa ou inocência do réu. Pois é também neste espaço da carne que podem se constatar ausentes as “provas” da ocorrência do crime. Do mesmo modo, o mal-estar que se expressa nos sentimentos de nojo, nas náuseas, nas vertigens, nos desmaios, na recusa em se tocar, assim como nas ações diversas para “tornar-se feia” e indesejável aos homens após as agressões, deixam patente que ser agredida é primeiramente uma experiência corporal. Mas é também por esta via que as mulheres vivenciam o movimento de recomposição das rupturas, pois este envolve o engajamento corporal em novas modalidades de relações e atividades.

Portanto, compreender a experiência da agressão sexual requer um olhar mais detalhado sobre a corporeidade. Mas o que podemos elucidar pela análise do corpo na experiência de ser agredida sexualmente? Responder a esta questão requer que antes nos debruçemos sobre alguns pressupostos que dizem respeito ao lugar da reflexão sobre o corpo na Ciência Social. Trata-se o corpo de uma dimensão humana a ser, mais propriamente abordada, por saberes como a Fisiologia, a Biologia e a Biomedicina, cabendo ao cientista

social a compreensão de como esta corporeidade é representada socioculturalmente? Para lançar alguma luz sobre tais indagações, propomos uma análise das principais formulações fenomenológicas sobre o corpo e, em seguida, o aprofundamento da discussão com a descrição de duas histórias de vida. Ao longo deste conjunto de análises tentaremos apontar alguns aspectos da participação ativa da dimensão corporal na experiência da agressão, seja na fixação “traumática” e sua desorganização, seja na reconstrução das rupturas, a partir da vivência dolorosa.

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO DO CORPO

Retomar a discussão sobre a corporeidade ou a encarnação parece ser uma das tarefas cruciais para a teoria social contemporaneamente, pois ela também foi afetada pelo processo mais amplo que envolveu o saber ocidental, a chamada “revolução cartesiana” que resultou no esquecimento do corpo vivido como dimensão originária da experiência humana do mundo. Ao comentar a situação que chama de “período de negligência filosófica do corpo”, Casey (1996) afirma que só agora começamos a acordar do sono cartesiano, um despertar dificultado pelo clima de construcionismo cultural que domina as ciências sociais: a aceitação unânime e tardia da história, da linguagem e do pertencimento a grupos como definidores das identidades étnicas e de gênero. Tal unanimidade reforça as elaborações teóricas que situam o “discurso” como plano definidor das relações sociais e do corpo que passa a ocupar o lugar do imponderável na medida em que o discurso, se não é capaz de gerar a sua materialidade, define a forma como o vivemos e o limite de sua apreensão. Além da visão construcionista uma outra corrente tem influenciado o pensamento social sobre o corpo, esta provém do pensamento foucaultiano que analisa o corpo em suas conexões com os dispositivos do poder disciplinar. Seriam estas as únicas dimensões possíveis para uma reflexão da teoria social sobre o corpo: o corpo como incidência do poder ou como produto do discurso?

Na teoria social contemporânea, o questionamento destas formas de compreensão do corpo se funda em um ponto comum: as reflexões da tradição fenomenológica³⁵. Estas levam, obrigatoriamente, à não-aceitação de um entendimento da corporeidade que a situe nos pólos

³⁵ É evidente que não apenas a fenomenologia embasa uma crítica destas concepções. Existem no pensamento de autores como Wittgenstein análises sobre a linguagem enquanto prática que vão na mesma direção, mas a fenomenologia comparece como a referência mais importante.

em que usualmente é confinada: objetividade/subjetividade, espírito/matéria, social/biológico; e ainda à recusa da noção do poder como a fonte de sua estruturação. Trata-se, em outras palavras, da problematização das concepções do corpo como mero epifenômeno do espírito, por um lado e, por outro, do corpo como pura fisiologia, pura estrutura biológica “em si”. Ao assim proceder, a fenomenologia instaura um pensamento tencionado pelas ambigüidades e hibridizações que inevitavelmente envolvem o corpo enquanto ser-no-mundo, um pensamento que insistirá em que se considere o fato de que a experiência vivida do mundo só pode se dar no, e a partir do corpo.

Teóricos sociais contemporâneos como Pierre Bourdieu e Anthony Giddens retomam conceitos centrais da fenomenologia como: atitude natural, o ser-no-mundo, corpo como ambigüidade, esquema corporal e os articulam de forma a incorporar aspectos que teriam sido esquecidos pelo pensamento fenomenológico como a historicidade, uma reflexão sobre causalidade e, assim, estabelecer uma compreensão sociológica da encarnação em geral e das formas de vivenciar o corpo na modernidade. Podemos perguntar então, como se dá tal apropriação? Estaria ela à altura da radicalidade do pensamento fenomenológico, ou ainda, chega a iluminar possíveis questões deixadas de lado por esta tradição ao pensar o corpo?

Inicialmente, buscamos apontar algumas respostas sobre estes temas e indicar possibilidades teóricas inovadoras que são abertas pelo rico debate entre a teoria social e a fenomenologia. Como ponto de partida, analisaremos aspectos centrais do pensamento de Merleau-Ponty (1999) sobre o corpo, uma vez que este autor, dentre todos os fenomenólogos, é uma referência recorrente para os mencionados teóricos sociais. Em seguida tentaremos articular a discussão com a questão dos processos de ruptura e normalização.

UM GÊNIO PARA A AMBIGÜIDADE

Como se verá em maiores detalhes a seguir, o debate instaurado pela *Fenomenologia da Percepção* (1999) visa atingir duas importantes tradições de pensamento sobre o ser humano no que diz respeito às suas relações com o mundo: o empirismo e o intelectualismo. De acordo com o primeiro, a percepção seria o efeito da ação, química ou física, sobre um determinado órgão enquanto que as sensações seriam as marcas mais duráveis impressas no sistema. Segundo tal interpretação, todo o processo perceptivo se daria no campo do mundo

objetivo, podendo-se afirmar, em última instância, que não há o sujeito que percebe. Já a segunda tradição insiste, contrapondo-se ao empirismo, em postular uma subjetividade absoluta. A reflexão intelectualista concebe um Ego Transcendental como o sujeito real da experiência, que elabora representacionalmente os dados sensíveis; com esta concepção, rejeita o materialismo implícito no empirismo. Para Merleau-Ponty, a oposição entre estas duas tradições é apenas aparente, uma vez que partilham um ponto comum: a aceitação de uma objetividade pura, seja do sujeito, seja do mundo e daí em diante acumulam uma série de preconceitos que acabaram por interditar o acesso ao fenômeno da percepção e do comportamento humano, mais que isso, esqueceram o lugar originário do corpo vivido.

Merleau-Ponty dedica uma parte significativa de sua obra à tentativa de resgatar o corpo do esquecimento a que foi relegado pela filosofia clássica; e não se trata de reabilitar apenas, segundo ele, a dimensão antropológica do corpo, mas, sobretudo sua base essencial como fundamento de todo conhecimento. Como bem assinalado por Carmo (2000), a própria estrutura que ordena a obra *Fenomenologia da Percepção* é sugestiva: a primeira parte é dedicada ao corpo enquanto pólo de sensação, em seguida as análises se encaminham para o mundo percebido, passando pela sexualidade, a motricidade e linguagem para, só então, na última parte, haver lugar para os temas da consciência, temporalidade e liberdade.

Um dos pontos centrais do pensamento merleau-pontiano é a superação do entendimento do corpo como objeto, na medida em que este alicerça a vivência concreta do mundo, estando sempre tensionado pela sua situação, orientado ativamente para suas tarefas:

“Se meu corpo pode ser uma forma e se podem haver, diante dele, figuras privilegiadas contra planos de fundo indiferentes, isso ocorre em virtude de ele estar polarizado por suas tarefas, de sua existência em direção a elas, de seu enfeixamento de si mesmo na perseguição de seus objetivos; a imagem do corpo é, em última instância, uma maneira de afirmar que meu corpo está no mundo.”(Merleau-Ponty, 1999 p.123)

Este trecho, muito caro a Anthony Giddens que o retoma na sua análise sobre consciência, self e encontros sociais na obra *A constituição da sociedade* (1989), explicita a oposição de Merleau-Ponty à redução do corpo a uma mera “espacialidade de posição”, receptáculo passivo das “estimulações” do mundo às quais responderia por reflexos, ao contrário o corpo ocupa uma “espacialidade de situação”, ativamente engajado no mundo,

sendo por isso muito mais adequado compará-lo não a um objeto físico, mas a uma obra de arte que também só expressa o seu sentido pleno no seu desdobramento em situações existenciais. Em outro momento, o corpo em suas dimensões biopsicossociais será comparado a uma mesma melodia tocada em diferentes timbres.

Esta compreensão é aprofundada num diálogo crítico com a fisiologia mecanicista e a psicologia clássica que, cada uma à sua maneira, mantiveram o corpo em exílio; a primeira por concebê-lo como agregado de estímulos e a psique como uma “representação” secundária dos efeitos dos estímulos no sistema nervoso; a segunda por nutrir a pretensão de poder estudá-lo com a metodologia das ciências naturais, fragmentando-o e retirando-o do mundo vivido para o laboratório experimental onde é cortado da complexidade das situações existenciais (Bourdieu retomará exatamente estas idéias para realizar a sua crítica ácida à cegueira do mundo escolástico onde ainda vigora esta forma de entender a corporeidade que termina por transformar o corpo numa coisa.). Para se contrapor a estas visões, Merleau-Ponty insiste em que fisiológico e psicológico se engrenam mutuamente. É aqui que tem lugar a sua célebre análise do “membro fantasma” que demonstra a unidade entre corpo e consciência. Nas situações do “membro fantasma” o indivíduo continua a sentir a presença viva do braço ou perna amputados. A fisiologia e a psicologia com as quais dialoga Merleau-Ponty eram incapazes de entender este fenômeno adequadamente porque concebiam o corpo como um objeto independente da história pessoal ou dos projetos aos quais os sujeitos se vinculam.

Não se trata de compreender a vivência do “membro fantasma” como o resultado de uma tomada de posição no plano da consciência tética que explicitamente optaria entre diferentes possíveis. Ao contrário, a recusa do membro amputado ou a experiência do membro amputado como presente não se dá no plano do “eu penso que...”. O fenômeno do “membro fantasma” só pode ser compreendido adequadamente a partir do ponto de vista do sujeito encarnado, para o qual o seu corpo não é um objeto fora de sua consciência, antes, é ela mesma corporal. O indivíduo que sente o membro fantasma continua aberto a todas as ações para as quais seu membro se dirigia anteriormente; esta experiência evidencia a ligação intrínseca do ser humano com o seu mundo ou, como definido por Madison (1990) ao comentar este ponto, a impossibilidade de pensar a consciência como pura interioridade. Aqui, mais uma vez, Merleau-Ponty se volta contra a tradição cartesiana que ele ironiza por só conceber dois sentidos para a palavra “existe”: ou se existe como coisa, ou se existe como

consciência; quando na verdade a grande lição que a análise fenomenológica do corpo nos ensina, como evidenciado no exemplo do membro fantasma, é reconhecer uma dimensão de hibridização entre “em-si” e “para-si”, natureza e cultura, matéria e espírito; hibridização esta que constitui o corpo como um gênio para a ambigüidade, para a fantasmagoria. O corpo como a matriz onde se entrecruzam natureza e cultura para fundar a existência humana.

A partir destas considerações se descarta também qualquer noção do corpo como instrumentalidade guiada pelas representações reflexivas. Não que se negue o direcionamento da ação para fins práticos, mas ao se lançar em seus projetos o ser humano não se guia necessariamente por um cogito, uma tematização reflexiva para equacionar meios e fins. Trata-se, antes de um engajamento não-reflexivo, uma aceitação imediata do mundo, em que originariamente não há distinção entre pensamento e ato; a familiaridade e intimidade com a corporeidade são de tal ordem que torna desnecessário a intervenção da consciência egóica em cada ato em direção ao mundo, nas palavras de Merleau-Ponty: *“Movo o corpo sem saber quais músculos, quais trajetos nervosos devem intervir, nem onde seria preciso buscar os instrumentos dessa ação”*. Poder-se-ia pensar que tal familiaridade e transparência do corpo se devessem à aquisição de hábitos por tentativa e erro que, uma vez consolidados, nos permitiria agir cegamente. Longe disso, o processo de aprendizagem de hábitos é tratado por Merleau-Ponty como um exemplo privilegiado para mostrar que o corpo “reflete” e “compreende”, um processo que desafia todas as filosofias clássicas que sempre conceberam a síntese como uma síntese intelectual.

Assim, quando aprende a dançar, por exemplo, o indivíduo não solda movimentos individuais a estímulos individuais, mas a partir de um certo senso corporal da situação total realiza uma apreensão motora de uma significação motora. Se uma reflexão simplesmente intelectual operasse aqui em cada momento do aprendizado, este certamente não se realizaria. Também o datilógrafo, mesmo sem saber indicar intelectualmente onde estão as letras do teclado, possui com ele uma familiaridade semelhante à que possuímos com relação à localização dos nossos membros. Assim o hábito expressa o poder que temos de dilatar o nosso ser-no-mundo ou de mudar um modo de existência anexando a nós novos instrumentos. Origem de todas as possibilidades de expressão, o corpo dá à nossa vida a forma da generalidade e prolonga nossos atos pessoais em disposições estáveis.

Por conseguinte, pode-se determinar, ainda que sem haver explorado todas as conseqüências das análises que se desdobram na *Fenomenologia da percepção*, alguns dos traços mais marcantes do corpo ou da encarnação enquanto mediador da existência. Em primeiro lugar, as análises merleau-pontianas nos levam a pensar o corpo como o espaço “**inter**” no qual se entrelaçam o natural e o cultural os quais estão sempre co-reunidos graças a este ponto de encontro e transferência que é o ser encarnado; daí se deduz que os condicionamentos sociais do comportamento não são simplesmente uma imposição sobre um dado bruto, pois o corpo também “oferece” constrangimentos e possibilidades ao mundo social. Natureza e cultura se encontram no corpo vivido, na medida em que o universo cultural toma, como que de empréstimo, à vida natural as suas estruturas. Um exemplo dado por Giddens (1989 e 2002) sobre este ponto é o rico simbolismo cultural gerado a partir de dimensões corporais como “*esquerda*” e “*direita*”, “*frente*” e “*costas*”, “*cabeça*” e “*pés*” que chegam a delinear conteúdos morais ou, nas palavras do próprio Merleau-Ponty:

“No homem, tudo é natural e tudo é fabricado, como se quisesse, no sentido de que não há uma só palavra, uma só conduta que não deva algo ao ser simplesmente biológico – e ao mesmo tempo não se furte à simplicidade da vida animal, não desvie as condutas vitais de sua direção, por uma espécie de *regulagem* e por um gênio do equívoco que poderiam servir para definir o homem”. (Merleau-Ponty, 1999 p. 257).

O segundo elemento que se depreende, quase como decorrência do anterior é um forte questionamento da idéia de causalidade no que se refere ao mundo humano. Neste sentido, as afirmações que postulam causalidades unilaterais para a conduta como sexualidade, o biológico, o psicológico, o social etc, seriam insustentáveis, uma vez que estes elementos fragmentados no raciocínio causal são em conjunto parte de um mesmo drama existencial. Por fim, as considerações merleau-pontianas sobre o corpo nos levam a conceber a existência humana como indeterminada, uma indeterminação que não resulta de uma falha ou deficiência, mas do seu próprio movimento de constantemente, pelo corpo vivido, construir sentidos a partir do que não possuía sentido. Aqui vale o que Gadamer (1997) descreve como essência da experiência: ser aberta e sempre demandante de uma nova experiência, de um novo sentido.

Com estas pontuações em relevo, podemos analisar agora como delas se apropriam dois importantes teóricos sociais contemporâneos que apresentaram um vivo interesse pela

compreensão do corpo e sua inclusão no campo das análises sociológicas: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu.

O CORPO: FUNDAMENTO DOS ENCONTROS SOCIAIS E A MODERNIDADE REFLEXIVA

Giddens afirma explicitamente a sua dívida para com o pensamento fenomenológico sobre o corpo ao analisar a *consciência* (1999), *o self e os encontros sociais* na sua obra *A constituição da sociedade* onde busca esclarecer a espinhosa questão da agência ou do self enquanto agente reflexivo. Segundo ele, uma análise de fato esclarecedora desta questão exige o reconhecimento do corpo enquanto lócus do self atuante e posicionado no tempo-espaço. Enquanto Freud teria obscurecido o entendimento da agência humana ao dividir a organização psíquica em três – Id, Ego e Superego – e ao atribuir a cada uma delas a agência, ao mesmo tempo que ao indivíduo, o pensamento merleau-pontiano apresentaria o que há de mais significativo para se estabelecer uma teoria social da ação. Neste sentido, as análises de Merleau-Ponty habilitam Giddens a reforçar sua crítica a todas as teorias que definem o “eu” como agente pleno ou as que, como as estruturalistas, o reduzem a um mero “signo dentro de uma estrutura de significação” e que ao assim procederem deixam de relacionar o “eu” ao corpo enquanto esfera de ação. Trata-se, para Giddens, de uma exigência incontornável para se pensar o “eu”: que este seja inserido não apenas na dimensão da linguagem, mas também na do controle ramificado do corpo que permite ao agente estabelecer uma espécie de “sintonia” com os diferentes contextos da vida social, aliás, as expressões corporais, movimentos e formas faciais, estabelecem o contexto para as interações.

Assim, visando uma melhor compreensão da agência humana que permita inclusive delimitar mais adequadamente o lugar que aí ocupa o corpo, Giddens propõe uma noção triádica e interdependente que envolveria o *sistema de segurança básica*, a *consciência prática* e a *consciência discursiva*. Vejamos a elaboração destes conceitos pelo autor, pois nos permitirá explicitar como as análises fenomenológicas sobre o corpo são por ele retomadas e fundamentais ao seu pensamento.

O controle reflexivo do corpo realizado pelos atores sociais nas situações de interação não significa um descarte das fontes inconscientes da cognição e da motivação. Acontece que, segundo Giddens, o inconsciente só pode ser pensado em termos de memória.

Mas o que é a memória? Numa clara referência à fenomenologia, Giddens afirma que a memória não pode ser pensada simplesmente em termos de “marcas” que as experiências passadas deixam no organismo, tampouco a memória é apenas um dispositivo de recordação do passado como se este fosse desconectado do presente, antes verifica-se na memória um *modo do estar presente* estando mais diretamente ligada, por isso, à percepção. Assim como a memória, a percepção tem sido interpretada de maneira equívoca, situada ora no pólo do sujeito como seu autor pleno, ora no pólo do mundo objetivo que imporia suas marcas sobre um sujeito passivo, ainda um outro equívoco sobre a percepção é a forma como tem sido freqüentemente estudada privilegiando-se um único sentido. Ao invés disso o autor propõe que se compreenda a percepção tendo o tato como seu melhor modelo. E o que se pode assim compreender? Que a percepção não é um agregado de estímulos distintos, mas um fluxo de atividade integrada com o movimento do corpo no espaço-tempo:

“A percepção depende, pois, da continuidade espacial e temporal, ativamente organizada como tal pelo perceptor. O principal ponto de referência não tem de ser o sentido singular nem o perceptor contemplativo, mas o corpo em seus envolvimento ativos com os mundos material e social”.(Giddens, 1999, p. 37).

Assim se pode entender fenômenos como o da *atenção seletiva*, amplamente estudada em experimentos de psicologia. Os indivíduos são capazes de, mesmo com mensagens diferentes em cada um de seus ouvidos, compreender claramente a que foi solicitada pelo pesquisador, ao mesmo tempo em que nada sabem da outra mensagem; não se trata aqui de primeiro o sujeito ter ouvido as duas mensagens e depois selecionado a solicitada como têm sugerido muitos estudiosos do fenômeno, como se os indivíduos fossem dotados de um mecanismo para neutralizar percepções indesejadas. A *atenção seletiva* é mais bem compreendida se colocada em termos do engajamento do agente em suas ações, em seu mundo, pois aí só têm relevância as percepções que efetivam um determinado fluxo de ação, as demais simplesmente não contam. A situação experimental, na verdade espelha o que os indivíduos realizam na maior parte de suas vidas cotidianas quando co-presentes em situações em que mais de uma conversa se desenrola.

Portanto memória e percepção se presentificam no controle reflexivo do corpo tanto na *consciência discursiva* quanto na *consciência prática*. Na primeira, o agente é capaz de, em

determinados contextos, pensar sobre sua ação e colocá-la em palavras, neste caso se verificam formas de recordação que podem ser expressas verbalmente. Na segunda trata-se de uma recordação que o agente tem acesso na “duração da ação sem ser capaz de expressar o que assim sabe” e é neste sentido que se pode falar de inconsciente: modos de recordação a que o agente não tem acesso direto. A partir destas formulações fica mais evidente a reelaboração operada por Giddens dos temas centrais das reflexões merleau-pontianas sobre o corpo. Ele as preserva integralmente na dimensão da *consciência prática* – não-tética, pré-reflexiva, nos termos da fenomenologia – e as complementa com a sua concepção da *consciência discursiva* – verbalmente estruturada, reflexiva etc – esforçando-se para demonstrar a inseparabilidade destas duas faces do mesmo processo.

Mas Giddens vai mais além ao incluir o que ele considera a terceira dimensão da agência humana: *o sistema de segurança básica*. Neste ponto não é mais na fenomenologia de Merleau-Ponty que se apóia, mas nos trabalhos do psicanalista Eric Erikson que, segundo Giddens, está entre os autores da psicanálise que mais incorporaram contribuições das ciências sociais às teorizações originais de Freud. Erikson estabeleceu três polaridades associadas à transformação do corpo num instrumento de ação no mundo: *confiança básica versus desconfiança básica; autonomia versus dúvida ou vergonha; e iniciativa versus culpa*. Estes três momentos vivenciados a partir da relação inicial mãe-bebê representam um movimento progressivo na direção da autonomia corporal que possibilita uma monitoração reflexiva da ação. No primeiro momento, a confiança se desenvolve a partir de um sentido inicial de que a ausência materna não significa abandono. Segundo Erikson, a primeira realização social da criança é perder a mãe de vista sem que sejam mobilizadas raiva e angústia excessivas. A constituição da confiança não ocorre de forma linear e isenta de conflitos, mas sobre uma base de angústia difusa. E, segundo Giddens, a mais generalizada origem motivacional da conduta humana é a superação da angústia. A relação com a mãe, representante do outro generalizado, traz implícita um direito social, sendo a matriz das relações sociais futuras.

No momento subsequente, *autonomia versus dúvida ou vergonha*, assim como no anterior, a polaridade pode se resolver de uma forma benigna ou dilaceradora. Se a tensão se resolver no pólo da vergonha o constrangimento será o sentimento predominante e inibirá a autonomia do indivíduo. Por fim, no pólo *iniciativa versus culpa* que equivale à fase de transição edípica e que segundo Erikson seria um fato universal no desenvolvimento humano, envolve a consolidação de uma postura ereta e no domínio da linguagem. Se o pólo se resolve

pela *iniciativa* a criança adquirirá o controle interno necessário para o estabelecimento de vínculos sociais para além da família.

Estas análises do psicanalista Eric Erikson permitem a Giddens pensar a constituição do *sistema de segurança básica* que estrutura a conduta humana que, quer na personalidade infantil quer na adulta, se orienta de forma generalizada para a evitação da ansiedade e a preservação da auto-estima contra a vergonha e a culpa. Mas os mecanismos deste sistema permanecem inconscientes, uma vez que foram estabelecidos pré-lingüísticamente. Fazem parte da memória enquanto “um modo do estar presente” nas práticas e interações sociais.

Um ponto se destaca no âmago destas análises eriksonianas segundo interpretadas por Giddens: o processo de constituição da autonomia corporal se dá *pari passu* à constituição da segurança ontológica e, o mais importante, é dependente da rotinização da vida social. A rotinização teria, então, um papel crucial na constituição da personalidade e de um sentido de confiança na continuidade do mundo, o que se pode constatar vividamente nas situações em que as rotinas são quebradas, nas situações críticas. Por exemplo, nas experiências concentracionais, aqui, mais do que a prisão, é a extrema ruptura das formas habituais de vida que traz graves conseqüências como a regressão e a desestruturação da personalidade devido ao sério abalo do sistema de segurança. Em outros termos, quando a rotina é destruída surge uma radical insegurança ontológica, e se desestruturam a autonomia, a noção de futuro e a organização corporal. A vida social normal, diferente das situações críticas, envolve uma segurança ontológica fundada numa autonomia do controle corporal dentro de rotinas de encontros previsíveis. Há uma unidade indissociável entre *corpo, rotina, segurança ontológica e os encontros sociais*, sendo o corpo a base originária de toda essa estruturação.

Aliás, as características sociais das interações em co-presença se alicerçam na espacialidade e nas modalidades perceptivas e comunicativas do corpo. Para ficar com apenas um exemplo, pode-se recordar toda a significação moral da “face” e do “dar as costas”, significação que parece ser universal.

Como evidenciam as elaborações giddensianas, o tema do corpo é tomado diretamente do pensamento fenomenológico de Merleau-Ponty, ao qual o autor adiciona toda uma teorização sociológica sem recusar os princípios daquele pensamento. Não se evidencia, como vimos, uma incompatibilidade entre o pensar sociológico e o fenomenológico, antes este pensar forneceu ao teórico social em questão, sólidas bases para refletir sobre o “eu”, criticar as noções representacionistas e mecanicistas na compreensão da memória e do inconsciente,

descartar as visões que fragmentam o processo perceptivo, elucidar as bases corporais das interações, rejeitar os dualismos entre sujeito e objeto, discutir a ação social em termos de um fluxo existencial originariamente não-tematizado e, ainda, incorporar a *consciência discursiva*, não tão bem elaborada em Merleau-Ponty, como um elemento fundamental da agência. Giddens vai adiante, conservando estas bases fenomenológicas, ao descrever como o corpo é vivenciado na Modernidade e assim ele aponta para o corpo em sua dimensão histórica, dimensão que a fenomenologia é freqüentemente acusada de negligenciar.

A “Modernidade Tardia ou Alta Modernidade”, na expressão do próprio Giddens (2002), instaura uma modalidade de organização da vida social baseada na reflexividade. Por se tratar de uma ordem pós-tradicional, a Modernidade institucionaliza a dúvida e esta se desdobra desde a constituição do eu até as demais esferas sociais e de produção de conhecimento que passam a ser alvo de constante revisão. Com o corpo não poderia ser diferente, também ele é envolvido na reflexividade. Enquanto em períodos anteriores o corpo era vivenciado como um aspecto da natureza guiado por processos só raramente passíveis de intervenção humana, “o corpo era um dado, o assento muitas vezes inconveniente e inadequado do eu”; na Modernidade, o corpo é invadido pelos sistemas de conhecimento especializado vindo a se tornar o espaço da interação, apropriação e reapropriação.

Ao longo deste processo, que precisou contar com a sua emancipação, o corpo adquire como que uma camada externa plenamente modelável pelas interferências da reflexividade do “eu” ancorado nos sistemas abstratos e, como Giddens assevera, nunca o corpo foi tão dócil à reflexividade do “eu”. Exemplos destas novas condições são abundantes: 1. os guias de auto-ajuda estabelecem quase que normativamente os procedimentos a serem adotados para um maior controle e conhecimento do corpo 2. os livros de saúde apresentam os rigores de dietas e regimes de exercício corporal que “asseguram” não só a longevidade como a auto-identidade 3. a reprodução desaparece enquanto destino, as novas tecnologias deixam ao encargo do eu decisões antes do plano do arbítrio da natureza como a própria gravidez, a sexualidade como veículo da reprodução, o sexo do bebê, enquanto novas possibilidades se anunciam como a clonagem e a ectogênese, a produção de crianças fora corpo humano.

Giddens não vê incompatibilidade entre as análises fenomenológicas e a historicidade e chega a afirmar que “o controle corporal é um aspecto central do que não podemos dizer com palavras porque é o referencial necessário para o que podemos dizer”. Assim o corpo só pode ser apropriado de formas historicamente diversas devido a sua

estrutura originária de abertura para o mundo, ou nos termos de Merleau-Ponty por ser a mediação originária da nossa existência. O que a modernidade pode acentuar ou exacerbar no corpo são, na verdade, suas dimensões originárias.

Se Giddens opera com o referencial fenomenológico quase que com um acolhimento total, pois o considera capaz de elucidar a dimensão do corpo enquanto agência humana, o mesmo não ocorre com o teórico social contemporâneo, Pierre Bourdieu, que esboça críticas profundas ao pensamento fenomenológico como veremos a seguir.

CONHECIMENTO PELO CORPO

A apropriação da fenomenologia do corpo pelo sociólogo Pierre Bourdieu é bastante complexa, pois envolve, por um lado, uma aceitação de seus principais postulados e, por outro, uma rejeição da fenomenologia no que ela teria de a-histórica e antigenética e que terminaria por bloquear qualquer possibilidade de entendimento da compreensão prática dos agentes no mundo social - ponto exato em que Giddens, como vimos, considera a fenomenologia mais valiosa. A aceitação da fenomenologia pode ser verificada em diversos momentos marcantes do pensamento bourdieusiano a exemplo de sua clássica análise do gosto na obra *A distinção: uma crítica social do julgamento de gosto* (2006), onde discute as diferenças de classe e gênero nas práticas alimentares das classes trabalhadoras na França e demonstra como o gosto, uma cultura de classe, é transformado em natureza por sua encarnação corporal. O esquema corporal, operando a partir de diferenças biológicas materializa, nos gestos, posturas e dietas diferenciadas uma relação com a organização social como um todo. Neste processo, o corpo, mais especificamente, o esquema corporal, como bem ensinou a fenomenologia a Bourdieu, está longe de ser um mero dado passivo, já que permite o entrecruzamento dinâmico entre o biologicamente dado e o culturalmente construído (Casey, 1996).

Um outro momento importante do diálogo de Bourdieu com a fenomenologia, e ao qual nos deteremos em maior minúcia uma vez que explicita as suas aproximações e distanciamentos, se encontra nas *Meditações pascalianas* (2001) onde ele retoma a crítica heideggeriana à apreensão ingênua do corpo. Tal apreensão, uma espécie de materialismo ingênuo, toma os limites do corpo como uma prova viva da subjetividade e da interioridade em sua forma pura e tem como conseqüências o tratamento mecanicista e fisicalista do corpo

que passa a ser visto como uma coisa que se pode medir, pesar e contar e, mais ainda, segundo Bourdieu, ameaça sempre transformar a ciência do homem em ciência da natureza. Uma outra conseqüência da visão ingênua do corpo seria a fundamentação da crença personalista na unicidade da pessoa separada da sociedade e, por fim, o reforço de concepções mentalistas.

Estas distorções, nascidas da interpretação do corpo como coisa e de seu inseparável corolário: o dualismo alma e corpo, ainda têm vigência no mundo intelectual por representar um condensado de praticamente todos os “partidos teóricos”, ironiza Bourdieu, mentalismo, espiritualismo, individualismo etc. Além disso, esses equívocos garantem o consolo de todos os que desejam se pensar como criadores únicos e singulares imunes aos determinantes sociais. Consolida-se assim um corpo-coisa sobre o qual Bourdieu escreve o seguinte comentário acre:

“Esse corpo-coisa, conhecido de fora como simples mecânica, cujo limite é o cadáver entregue à dissecação, desmonte mecânico, ou o crânio com órbitas vazadas das vaidades pictóricas, e que se opõe ao corpo habitado e esquecido, sentido de dentro como abertura, elan, tensão ou desejo, e também como eficiência, convivência e familiaridade, é o produto da extensão ao corpo de uma relação com o mundo de espectador”.(Bourdieu, 2001 p.163).

É o intelectualismo, como bem demonstrado por Merleau-Ponty e que aqui não é mencionado por Bourdieu, o responsável pela extensão desta postura de observador ao corpo que assim se transforma num ente separado da consciência. Para se contrapor a estas concepções Bourdieu propõe que o corpo tem uma inscrição no mundo que é irredutível à simples inclusão material e espacial, pois a sua sensorialidade o capacita a estar no exterior de si mesmo, no mundo, desde a sua origem, tendo por isso adquirido um sistema de disposições plenamente ajustadas às regularidades do mundo. Assim, o corpo está inclinado e apto a antecipar tais regularidades em sua conduta e mobilizar *um conhecimento pelo corpo*: uma compreensão prática, não-tematizada, do mundo. Estamos aqui na mesma atmosfera da *Fenomenologia da percepção*: o ser-no-mundo, consciência pré-reflexiva...

Tal maneira de compreender o corpo está na base de um dos conceitos mais importantes do pensamento bourdieusiano, o conceito de *habitus* que permite a superação de dois erros complementares na análise da ação social: a de que ela é o resultado mecânico da coerção de causas externas e a de que os atores agem de maneira livre com um pleno conhecimento. O *habitus* de que os atores sociais são dotados, está inscrito nos seus corpos

pelas suas trajetórias biográficas. Como sistema e esquema de percepção, apreciação e ação, o *habitus* permite aos indivíduos um conhecimento prático de suas condições e a elaboração de estratégias adaptadas e renovadas sem a necessidade de um cálculo racional-finalista.

O *habitus* se fundamenta numa pertença do ser ao mundo, no sentido de uma possessão na qual sujeito e objeto não se colocam separadamente; esta é uma relação de imanência com o mundo a qual não se coloca originariamente como um objeto a ser representado por um sujeito, não se trata de uma relação de exterioridade de uma consciência conhecedora. Ao contrário, as injunções sociais mais sérias se dirigem ao corpo e não ao intelecto. Por exemplo, o mais importante no aprendizado da masculinidade e da feminilidade se inscreve nos corpos em maneiras de andar, de vestir-se, de falar, de sentar-se etc. Num outro sentido Bourdieu insiste, aqui mais uma vez com uma franca influência merleau-pontiana, em que se considere também que a socialização do indivíduo não elimina a dívida do social para com o organismo biológico, por exemplo, quando se considera todo o capital cultural que é dependente das regularidades orgânicas e de suas fragilidades.

Como se verifica sem muito esforço, essas considerações bourdieusianas não se afastam qualitativamente das análises fenomenológicas de Merleau-Ponty. Em alguns momentos Bourdieu realiza verdadeiras paráfrases das idéias da *Fenomenologia da percepção*, apesar de não citá-las em muitos momentos em que isso seria cabível e necessário. A própria estrutura argumentativa de suas análises reproduz, em menor escala, a da obra merleau-pontiana: crítica do intelectualismo, crítica das concepções representacionistas, afirmação da consciência como corpo, descrição da imanência do corpo ao mundo etc. Por isso é absolutamente surpreendente o parágrafo em que Bourdieu explicita sua crítica à fenomenologia:

“... A descrição fenomenológica mesmo quando se aproxima do real, corre o risco de bloquear a compreensão completa da compreensão prática e da própria prática, por ser totalmente a-histórica ou mesmo antigenética. Cumpre então retomar a análise da presença no mundo historicizando-o, ou seja, suscitando a questão da construção social das estruturas ou esquemas empregados pelo agente para construir o mundo (questão excluída tanto por uma antropologia transcendental de tipo kantiano como por uma eidética à maneira de Husserl e Schütz e, nessa linha, pela etnometodologia ou mesmo pela análise, aliás, muito esclarecedora, de Merleau-Ponty); e examinando em seguida a questão das condições sociais bastante particulares a serem preenchidas para que seja possível a experiência do mundo social como algo evidente que a

fenomenologia descreve sem estar dotada dos meios capazes de explicá-la. (Bourdieu, 2001 p. 179)”.

O cerne da crítica apresentada é que a fenomenologia, apesar de descrever muito bem a experiência da “atitude natural”, a confiança pré-reflexiva na continuidade do mundo ou a familiaridade não-tética dos agentes com seu mundo social, seria incapaz de compreender a historicidade dessa condição, e, mais que isso, não teria sido capaz de indicar que a experiência da “atitude natural” só é possível quando os esquemas de compreensão prática aplicados ao mundo pelos agentes são produto do mundo ao qual se aplicam. As sociedades estáveis e pouco diferenciadas seriam uma excelente amostra desta questão, por exemplo, nelas se verifica uma coincidência quase perfeita entre o *habitus* e o *hâbitat* porque os esquemas de visão mítica são os mesmos que estruturam o espaço doméstico. Mesmo nas sociedades diferenciadas observa-se, em muitos contextos institucionais, que os espaços sociais ocupados pelos agentes (origem social, formação etc) se retraduzem nos espaços hierárquicos das instituições e, por outro lado, as disposições do espaço físico coincidem com a lógica hierárquica (à direção são reservados mui freqüentemente os andares superiores), formando assim uma circularidade auto-evidente.

A fenomenologia não teria sido, dessa forma, capaz de explicitar tais determinantes sociais da familiaridade dos agentes com o seu mundo, muito menos os determinantes históricos, pois segundo Bourdieu, o princípio da ação irrefletida com o mundo se dá devido à cumplicidade entre dois modos do social: a história tornada corpo e a história tornada coisa. Se o corpo está no mundo social, o mundo social também está no corpo. Os esquemas de compreensão que os agentes lançam mão para agir no mundo são originários do próprio mundo: “o corpo possuído pela história se apropria de maneira imediata das coisas habitadas pela mesma história”, conclui Bourdieu.

Algumas questões se impõem aqui: em que medida estas críticas bourdieianas tocam de fato temas negligenciados pela fenomenologia? Ao tentar superar as ditas limitações da fenomenologia, Bourdieu discute temas verdadeiramente estranhos ao pensamento fenomenológico? As respostas a estas questões não são simples nem parecem ter sido simples para o próprio Bourdieu como transparece neste trecho em que define sua desvinculação da fenomenologia:

“O princípio da compreensão prática não é uma consciência conhecedora (uma consciência transcendente, como em Husserl, ou sequer um *Dasein* existencial, como em Heidegger), mas o sentido prático do *habitus* habitado pelo mundo que ele habita, *pré-ocupado pelo mundo onde ele intervém ativamente, numa relação imediata de envolvimento, de tensão e atenção, que constrói o mundo e lhe confere sentido*” (o destaque é nosso). (Bourdieu, 2001 p. 173).

Aqui ele afirma sua divergência da fenomenologia, mas da forma mais fenomenológica possível, retomando o conceito heideggeriano de pré-ocupação que define o *Dasein* como o ser que sempre já está numa situação de envolvimento com o mundo, inclusive num envolvimento afetivo, ao qual Bourdieu se refere no trecho citado ao mencionar a *tensão* da pertença do *habitus* ao mundo.

Ainda tentando responder às questões suscitadas, podemos afirmar que a fenomenologia não é refratária à historicidade, como bem demonstram as apropriações de Giddens do pensamento merleau-pontiano, antes, ela demonstra que o mundo humano é, na sua essência temporalidade e devir. Como vimos nas análises de Merleau-Ponty, a existência está sempre aberta e por isso tem um caráter de indeterminação constitutiva, as potencialidades corporais só se realizam no tempo, numa historicidade. Dessa maneira a fenomenologia poderia, se mais explorada por Bourdieu, lhe fornecer importantes elementos para suas análises sobre a criatividade e as defasagens a que o *habitus* está exposto.

UM LUGAR PARA O CORPO: ENTRE A RUPTURA E A NORMALIZAÇÃO

Assim, nas complexas relações entre a teoria social e a fenomenologia, que se tentou esboçar pontualmente nesta discussão, independente das críticas e tentativas de superação apontadas, surgem novos lugares para se pensar o corpo para além de sua conexão com o poder e sua produção pelo discurso, ou de seu fechamento nos pólos: objetividade/subjectividade, “em-si”/“para-si”, espírito/matéria. O corpo aparece como condição originária para haver mundo, neste se inscrevendo ativamente. A separação que marcou o Século XIX, na verdade o grande mau hábito daquele século segundo Casey (1996), entre natureza e cultura se torna problemática a partir das elaborações aqui apresentadas, pois cultura e natureza se tocam e se pervadem, ‘sendo cada uma o limite para a outra’. É evidente que muitas questões ainda ficam em aberto, a principal delas é esclarecer, em maior

profundidade, como o natural e o cultural se interpelam, mas talvez agora estejamos despertando do sono cartesiano, ou como expresso por Bourdieu, talvez comecemos a nos desvencilhar de dois séculos de platonismo difuso que nos fizeram esquecer o corpo.

Mas, como a noção de corpo, segundo desenvolvida no pensamento fenomenológico, pode nos levar à compreensão da vivência concreta de indivíduos afetados pela violência sexual, o foco de nossas análises? Para isso é preciso retomar as narrativas que são vias privilegiadas para a elaboração e explicitação da corporeidade enquanto é afetada pela violência, bem como em que medida atua ativamente na normalização. Pretendo discutir estas questões e analisar tais narrativas em dois momentos distintos: pela apresentação geral das principais temáticas ligadas ao corpo que se destacaram em todas as entrevistas e em seguida analisarei mais extensamente duas histórias de vida que revelam com mais intensidade as modalidades de retomada existencial da violência pelo corpo, trata-se das histórias de quem chamaremos de Tamar e Ruth, e que, pelas questões que levantam, são também o ponto de passagem para a análise de outra temática relevante para a discussão da violência sexual: a noção de “trauma” segundo o entendimento da psicologia e a proposição que faço de sua releitura em bases fenomenológicas.

SEGREDOS CUIDADOSAMENTE GUARDADOS – OS PERCURSOS DE TAMAR E RUTH

O encontro com Tamar foi inesperado e inusitado. Não é uma pessoa atendida pelo VIVER, mas tomou conhecimento de que uma pesquisa sobre violência sexual estava sendo realizada e decidiu se informar com a coordenação como poderia organizar um encontro comigo para obter informações sobre a Sociologia. Segundo ela, este sempre foi um assunto que gostou, mas que por muitos desvios da vida terminou por se distanciar. Por se tratar de uma servidora pública, uma servidora do Departamento de Polícia Técnica, foi-lhe fornecido o meu número telefônico e assim marcado um encontro.

Tamar é uma mulher de 45 anos, pequena, caminha sempre olhando para o chão com passos apressados e inseguros. Nos encontramos pela primeira vez no pequeno auditório do VIVER, local onde se realizaram quase todas as entrevistas. Conversamos sobre o seu interesse pela Sociologia, e ela pediu indicações de leituras para quem “não sabe nada e tem

muita curiosidade”; e lá foram as sugestões: “*O que é realidade*” “*O que é etnocentrismo*” e outros mais da Coleção Primeiros Passos. “*A solidão dos moribundos*” de Nobeert Elias, pois ela se interessava por temas de saúde, morte e velhice e, de Zygmunt Bauman: “*Globalização: as conseqüências humanas*”. “Com estes, você já terá um bom trabalho”, disse. Ao longo de toda a conversa ela jamais me olhava, desviando-se para percorrer os quatro cantos da sala como se procurasse algo que sabia que estava lá, mas fora estranhamente retirado. Ao mesmo tempo, comprimia as mãos, em movimentos de quem tenta retirar toda a água contida em um pano, e esfregava os pés como se para tirar os próprios sapatos. Ao final, perguntou se poderíamos conversar mais outro dia, com mais tempo e de forma que “ninguém saiba”, pois ela não queria ser confundida com as mulheres agredidas que eu estava entrevistando. “Eu conversei com muitas mulheres que não foram agredidas, mas trabalham aqui, advogadas, psicólogas e muitas outras nas reuniões da equipe, apareça quando quiser”, respondi.

Nosso segundo encontro foi muito rápido. Tamar disse que queria apenas me cumprimentar antes de começar o trabalho e dizer que estava gostando de algumas das leituras que eu havia recomendado, só achou Bauman “um pouco prolixo”. Na semana seguinte tivemos um encontro decisivo. Antes de finalizar uma das entrevistas a secretária informou que alguém me aguardava na recepção e perguntava se eu poderia dispor de um tempo para ela. Era Tamar, visivelmente alterada de agitação. Ao entrar para falar comigo, quase sem me cumprimentar, disse que gostaria de pedir perdão por ter mentido: “*Não é nada de Sociologia, eu soube de seu trabalho, eu vi uma apresentação sua no Departamento de Polícia Técnica e decidi que já era hora de falar com alguém o que me aconteceu, já faz 25 anos. Eu sofri um estupro e nunca contei isso a ninguém... e como isso dói... parece que foi ontem e decidi mesmo, porque um dia antes de vir falar com você eu encontrei com o homem que me agrediu, aqui, neste ponto de ônibus aqui da frente...ele me olhou, falou comigo e saiu...eu fiquei tão transtornada, o chão saiu dos meus pés eu pensei que ia ficar louca e senti tanta raiva, tanta raiva...eu quero morrer... e essa infecção urinária que todo médico diz que agora só depende de mim...*” Antes de concluir já estava em profundos prantos...

Tomei as providências para que ela se acalmasse, como um psicólogo pode fazer... Assegurei que ela poderia me contar a sua história em outro momento, mas que numa situação assim, ela precisaria também de um acompanhamento psicológico que poderia ser feito no VIVER ou em outro serviço que eu poderia lhe indicar... A oferta foi recusada, pois ela sabia

que eu era o psicólogo que atendia no Serviço Médico da Polícia Civil e só aceitaria um atendimento comigo... Expliquei-lhe que eram duas propostas diferentes: uma era a pesquisa e outra, uma psicoterapia... Ela insistiu em me contar a sua história e depois iniciar um atendimento comigo. Assim, eis a história de Tamar...

Sua família é proveniente do interior, tendo cinco irmãos, foi a primeira a vir para Salvador. O objetivo era que cursasse Medicina, pois tivera uma trajetória escolar acima da média. Numa ocasião em que realizou uma avaliação psicológica o resultado surpreendeu o psicólogo que assegurou que ela possuía uma inteligência superior, o que lhe permitiria 'ser o que quisesse'. Os primeiros anos em Salvador foram tranquilos, morava sozinha, e seguiram numa monotonia de "casa-estudos" com os planos de prestar vestibular se reafirmando a cada dia. A sua verdadeira fonte de alegria, porém, era um noivado iminente com um colega de estudos que muito amava e que era a primeira paixão da sua vida. Para esse noivo ela se "guardava" apesar de todas as tentativas e insistências dele para o início imediato de uma vida sexual. Tais recusas se reforçavam porque seu objetivo era ter uma família totalmente diferente da que ela própria havia tido. Desejava um lar com um pai presente e crianças felizes. *"Eu não vivi nada disso: meu pai saiu de casa muito cedo e, minha mãe, eu acho que tinha problemas, porque batia na gente por prazer, era surra mesmo, todo dia por razão nenhuma, eu não lembro de fazer coisas erradas, mas lembro dela batendo na gente, muito, muito mesmo. Eu odiava ela e até hoje eu não consigo olhar nos olhos dela, porque, Deus me perdoe, eu não gosto de minha mãe, eu tenho lembranças que eu não sei se você vai achar que eu sou louca, mas eu lembro de mim na barriga da minha mãe e ela já não gostava de mim como se ela já me agredisse dentro da barriga, eu lembro"*. Aí estava uma das bases para sua decisão de ter uma família diferente. Pensava que iniciar uma vida sexual antes do casamento poderia resultar em ficar mãe sem um pai e reviver a sua triste história familiar. História tão triste que a obrigou a criar uma das irmãs, a que era nove anos mais jovem: *"Essa irmã minha vivia no meu colo, eu alimentava, protegia das loucuras de minha mãe, hoje ela me chama de mãe, ela diz que tem duas mães"*.

Enquanto se preparava para o vestibular, é aprovada em um concurso da Secretaria da Segurança Pública, passando a trabalhar, inicialmente, em delegacias e depois no Departamento de Polícia Técnica, no setor de perícias. Aí fica sabendo, pela primeira vez na vida o que é estupro, pelas piadas dos colegas com relação às vítimas atendidas: *"Eles ficavam*

mostrando as fotos {dos exames periciais} da vagina das mulheres agredidas... e as fotos ficavam passando de mão em mão e eles dizendo: 'Oh...como ficou a desgraçada' e rindo e dizendo: 'Ah! Essas mulheres descaradas entram nas coisas delas e depois vem dizer que foi estupro?!' Era horrível". Conseguiu um desempenho superior ao esperado, sendo rapidamente reconhecida e convidada a trabalhar em diversos setores da Polícia Civil.

O vestibular se aproximava e neste ambiente de ansiedade começa a estudar sem descanso. Numa manhã, recebe a visita de um homem afirmando trazer uma encomenda de sua mãe, do Interior. Abre a porta para recebê-la: é violentamente estuprada. Estupro que se prolonga durante muitas horas. Os ferimentos são muitos, em todo o corpo: seios, rosto, boca, genitais... o que ocasiona um sangramento intenso. Após a agressão não conseguiu levantar-se do chão, passando aí a noite, vindo a acordar em meio a muito sangue e dores. ...Estava desesperada... Não saiu de casa durante a semana seguinte... com algumas desculpas justifica as faltas no trabalho, fica reclusa: aos amigos que telefonam insistentemente, diz estar se concentrando nos estudos. A família nunca foi informada do que aconteceu. O namorado tampouco. Não realizou nenhuma denúncia na polícia, não procurou nenhum médico... cuidou dos próprios ferimentos como pôde. Na semana seguinte, informou ao namorado que terminaria ali o noivado e o namoro: *"Como eu ia dizer justo para ele, que tanto insistiu em ter sexo comigo, que eu tinha perdido a virgindade...? Eu não tive como continuar o namoro. Na delegacia? Para ser motivo de piadas? Não"*. Quando procurou um médico contou-lhe outra história: havia feito sexo intenso com o namorado. Não teve condições de realizar as provas do vestibular, ocorrido três semanas após a agressão. Ela foi até o lugar da prova, mas não conseguiu entrar: chorou longamente na calçada da Escola, com um profundo "ódio de tudo".

No mês seguinte, tentou retomar os estudos... dedicava-se, pensando em outro vestibular. Em algum dia desta época, foi tomada de assombro pela presença inexplicável do agressor dentro de sua casa: era mais uma vez violentada. O agressor provocou-lhe menos ferimentos desta vez, pois segundo ele: *'Você agora já é minha'*. Ele a ameaçava: *'Se você quiser pode ir na polícia, eu digo ao Juiz que foi mesmo e que quero me casar com você. Como é que você vai explicar que fez sexo comigo duas vezes?'* Argumento que a encheu de horror e consolidou sua decisão de mais uma vez manter silêncio e não procurar a Polícia: *"Eu morria de medo de ter de me casar com ele"*. As mesmas estratégias foram acionadas: reclusão, desculpas, silêncio... Os meses seguem, desiste do vestibular definitivamente,

centrou sua vida no trabalho, dedicou-se a reforçar a segurança da casa e aos agora pouquíssimos amigos. Numa tentativa não refletida de esquecer suas dores, adota uma criança muito carente e desnutrida do Interior, que se torna um grande problema em sua vida: *“Essa menina começou a roubar, a fazer sexo, a tomar drogas, me agrediu...eu não perdôo”*.

Surgem então os sintomas corporais. Primeiramente, ao se olhar no espelho: *“Sentia que aquela mulher no espelho não era eu”*. Um sentimento de despersonalização em que, por breves instantes, sentia que esse *“não era o meu corpo, eu queria ter outro corpo, me mordida de ódio”*. Em seguida, um profundo nojo do próprio corpo em razão do qual não conseguia olhar os genitais ou tomar um banho completo, odiava se olhar no espelho, as marcas da agressão lhe infundiam uma profunda repugnância seguida de vômitos incomodamente persistentes. As imagens vívidas da agressão, com todos os detalhes, sobretudo a lembrança quase alucinatória da voz do agressor não deixavam que dormisse à noite. O sentimento de culpa era profundo. Alguns meses depois surgem outros sintomas que a acompanham por muitos anos, com remissão espontânea e retorno súbito ao longo de sua vida: começa a cair e se machucar com muita frequência, não são desmaios, mas: *“É como se eu tivesse perdido a capacidade de me equilibrar, eu estava andando na rua e simplesmente caía no chão, eu caía direto naquela Praça da Piedade, fui a vários médicos e todos diziam: “Você não tem nada minha filha”*. Até que eu fui a um homeopata e ele falou: *‘Minha filha, isso é emocional, você só melhora se procurar um psicólogo’*. Sugestão que foi atendida, mas a psicóloga, ao longo de três anos de terapia, nunca soube da agressão sofrida por sua paciente. *“Eu falava de tudo, menos da violência, como é que ela podia me ajudar?”* Continuava a cair na rua frequentemente a ponto de se formar uma necrose em seu tendão de Aquiles. Para corrigir os efeitos das muitas quedas e fraturas, em seus pés tiveram que ser implantados pinos que ainda hoje a acompanham. Outro sintoma dessa época: quando ouvia a palavra “estupro”, sua cabeça começava a doer insuportavelmente, a mesma dor que sentiu durante o estupro e que resistia à ingestão de analgésicos.

Cerca de seis meses depois das agressões, surge o sintoma corporal que até hoje a acompanha: uma infecção urinária resistente a todos os tratamentos médicos. Para tratar a infecção urinária, submeteu-se a duas cirurgias, hoje, reconhecidamente desnecessárias. Após uma busca de cura em vários médicos, finalmente veio a resposta nas palavras de seu urologista recém-chegado de um Congresso Internacional: *“Tamar, eu só lembrava de você porque foi apresentado um trabalho sobre um tipo de infecção urinária como a que você tem:*

não aparece em exames laboratoriais, não se resolve com cirurgia, não responde bem aos medicamentos e que é resultado de duas situações: ou um aborto traumático ou um estupro”.

Tamar: *“Mas eu não me enquadro em nenhuma dessas situações”.* Resposta evasiva à qual já se acostumara. Na verdade Tamar já intuía a possível relação entre a infecção urinária e o estupro, pois teve início quando, uma vez, caminhando pela cidade, reconheceu o agressor entre os transeuntes, ele se dirigiu até ela e indagou como estava. Além do mais, a infecção urinária sempre voltava quando via o agressor, pois, como terminou por descobrir amarguradamente, ele morava nas imediações de seu bairro.

Esses sucessivos encontros, associados ao medo de novas agressões, levaram-na a decidir mudar-se de bairro e a se casar às pressas com um rapaz que vinha demonstrando interesse por ela, mas que ela *“Não amava, mas que me suportava porque eu não queria saber de sexo de jeito nenhum, mas ele dizia que me queria assim mesmo. Mas eu sei que o meu casamento foi fruto do medo”.* Um casamento desastroso e ocasião do surgimento de um novo sintoma corporal, desta vez, ligado à sexualidade: após alguns anos de casada, *“com muita paciência”* o seu marido conseguiu fazê-la se interessar pela sexualidade; a partir daí *“O sexo virou uma loucura para mim, eu hoje tento terminar este casamento que já me fez sofrer tanto e onde eu já fui desrespeitada e agredida, mas o sexo me prende”.* Sua sexualidade tornou-se compulsiva. A seu ver, manter relações sexuais três vezes por dia em praticamente todos os dias da semana é algo *“anormal”*: *“Eu faço sexo toda hora e são muitos orgasmos, é um tormento e meu marido me xinga de prostituta por isso e mais eu sinto ódio dele e mais eu estou presa, eu não posso me separar dele porque eu não posso viver sem sexo”.*

De todas as escolhas que fez, ou foi levada a fazer, em conseqüência ou em fuga da sua vivência com o estupro: abandonar os estudos, terminar seu noivado, não conseguir cursar medicina, adotar uma filha, casar sem amor, sente, ainda hoje, 25 anos depois, um profundo ódio. A imagem que lhe ocorre quando se refere a seu ódio é de uma grande árvore com ramificações e galhos que nascem uns dos outros e se entrecruzam sem ser possível identificar onde terminam. *“Esse meu ódio é uma doença, é um ódio sem solução, se eu souber hoje que ele {o agressor} morreu, foi torturado, preso... nada disso vai curar o meu ódio por que eu vivi uma vida de migalhas...eu fiquei com as migalhas da vida”.*

Sempre que pára e revê os rumos da sua existência após as agressões, sente que *‘ficou parada no tempo’*: *“É como se o tempo tivesse parado para mim, as coisas seguem, a vida passa por mim, mas eu continuo parada. É como se eu não tivesse vivido, eu mesma. Vou*

tentar te explicar: a minha sensação é de que as coisas da minha vida, não foram vividas por mim mesma e eu fico aguardando o dia em que eu mesma vou começar a viver, porque até agora é como se outra pessoa estivesse vivendo a minha vida. Meu corpo está emprestado a outra pessoa e eu fico esperando quando é que eu vou voltar. A cada dia eu aguardo o dia em que eu vou me libertar e é tipo um soldado que marcha, marcha, se prepara, mas não vai à guerra”.

Muitos detalhes da história de Tamar se cruzam com os de outras mulheres que sofreram agressões e têm a sensação de que o fluxo de suas existências foi interrompido para sempre, de que seu “tempo se congelou” e a certeza de que as lembranças da agressão não se apagarão mesmo depois de transcorrerem muitos anos. Mas analisemos ainda a história de outra mulher para em seguida tentarmos compreender o lugar do corpo em tais experiências. Vejamos a história de Ruth.

Ruth foi agredida há 15 anos, desde então não consegue desenvolver sozinha suas atividades cotidianas, precisando do marido para levá-la de carro para todos os lugares. Não dirige mais, não cuida mais de sua conta bancária e abdicou de seus contatos sociais noturnos, o que justifica como decorrente de ter sido raptada na porta de uma boate, à noite, e violentada em seguida. Um ponto de contato com a história de Tamar, Ruth também não registrou denúncia na polícia e não relatou os seus dolorosos acontecimentos a familiares, amigos ou a quem quer que fosse, com exceção de um irmão médico a quem foi obrigada a relatar “por alto” para justificar os seus pedidos compulsivos de requisições para exames de HIV.

Ruth chega, assim ao VIVER, indiretamente sem passar pela delegacia. Enfermeira, bem-sucedida profissionalmente, proveniente de uma família de classe alta de Salvador, com familiares de nomes de destaque na medicina baiana. Eu fui um dos seus primeiros contatos na instituição. Diferente de Tamar, as entrevistas com Ruth ocorreram com poucos detalhes, falas curtas recortadas por muitos silêncios. Tivemos muitos encontros que sempre resvalavam para assuntos variados e quase nunca sobre a agressão que sofrera aos 24 anos – agora estava com trinta e nove. Falava da agressão sofrida com expressões evasivas como: “*Aquilo que me aconteceu*”, “*aquilo*”, “*essa coisa*”. Por diversas vezes eu achei bom recordá-la que as entrevistas comigo não faziam parte dos atendimentos do VIVER e que ela poderia interrompê-las quando quisesse, porque pareciam lhe causar um sofrimento muito grande, ao que ela respondia negativamente, que estava sendo muito boa a oportunidade de falar comigo: “*O senhor não imagina o quanto, esse esforço de falar do que me aconteceu é muito bom, de*

lembrar algumas coisas". E assim, muito lentamente, com prolongados silêncios e muita vergonha, fomos chegando à sua história...

Com uma amiga, fora raptada por três homens armados, na porta de uma boate famosa em Salvador nos anos 90, e levada para as imediações da Estrada Velha do Aeroporto onde foi violentada. Seus sofrimentos começaram com um doloroso sentimento de culpa que, como vimos, é tão comum entre pessoas agredidas sexualmente. Mas em seu caso parecia se revestir de um componente adicional: seus pais insistiram e chegaram a proibir que ela saísse na noite em que foi violentada. Dessa forma, a culpa se redobrava quando lembrava das palavras de seu pai, pedindo para que ela não saísse de casa naquela noite: a violência teria vindo, então, como uma punição merecida por seu comportamento desobediente. Outro reforço dessa culpa vinha de ter "tido a oportunidade" de apanhar a arma do agressor enquanto era violentada, mas ter preferido ficar quieta e esperar passar. Quanto às sensações corporais vivenciadas as descreve como se "naquela hora" houvesse perdido o domínio de si, e "*outra pessoa estivesse comandando a minha vontade, não era eu, não era eu, eu fiz esforço para não sentir nada, pedia a Deus, orava na hora para ficar indiferente*".

Por essa culpa, se impôs uma série de punições: pensou que não merecia uma paixão verdadeira e se casou com o primeiro pretendente que surgiu em sua vida após a agressão: um homem que sabia claramente não amar. Mas que tinha uma "certa vantagem": não ser sexualmente ameaçador, não gostar de sexo. Vantagem porque as relações sexuais passaram a ser insuportáveis para ela que, por essa ocasião, começou a sofrer de espasmos vaginais que impediam a penetração - distúrbio que na clínica médica é conhecido como *vaginismo*. Jamais conseguiu se curar inteiramente desse distúrbio que desaparece e retorna de forma 'aparentemente' espontânea ao longo de quinze anos. Só 'aparentemente' porque pelo menos uma conexão ela percebe: situações de estresse e preocupação, como desentendimentos com o marido e no trabalho, são fatores que o fazem retornar. Ao longo de todas as entrevistas demonstrou a mesma descrença quanto às suas possibilidades de cura: "*Uma mulher que vive uma coisa dessas não fica boa nunca mais*". Essa certeza, associada aos seus sentimentos de culpa ainda não superados, a levavam a pensar frequentemente em suicídio, tendo inclusive tentado por duas vezes com a ingestão de várias caixas de tranquilizantes. Atualmente leva uma vida muito limitada. Sente medo de andar à noite, ainda que acompanhada. Não gerencia, em praticamente nada, o seu cotidiano que fica sobre a responsabilidade do marido e de seu idoso pai. Nenhum deles conhecedor da agressão. Não consegue dirigir desde o tempo em que

foi agredida. “*Para mim não tem mais jeito, não*”. Era a certeza anunciada ao final de cada entrevista... Após alguns meses de atendimento psicoterápico, Ruth abandonou o serviço e não respondeu às tentativas de contato feitas por mim e pela equipe do VIVER.

O que as histórias de Tamar e Ruth nos revelam sobre o lugar do corpo nos processos de ruptura e normalização que podem ter lugar nas situações de violência? Antes de tentar algumas respostas para estas questões é preciso comentar uma dimensão muito relevante nas duas narrativas: a temporalidade. O já tão consolidado saber do senso comum sobre o poder curativo do tempo não parece ter sustentação, não é possível insistir, à luz das duas histórias, que o simples transcorrer do tempo garanta às mulheres agredidas a recondução da vida a uma continuidade ritmada dentro de uma estabilidade mínima. Se há um poder curativo no tempo não parece ser no tempo cronológico pura e simplesmente, pois as experiências descritas parecem ter se mantido em uma espécie de suspensão temporal, numa atemporalidade. Mesmo passados 25 e 15 anos nas trajetórias descritas, as experiências preservam a vivacidade mnemônica e afetiva refletida na recrudescência dos sintomas e das angústias, sendo um núcleo a que sempre se retorna numa repetição sem fim. Um núcleo que, às vezes aparentemente fechado, reabre em situações de estresse, ou em outras, ainda que remotamente, ligadas à lembrança das agressões. Uma resposta consistente a estas indagações requer que estabeleçamos algumas comparações com as trajetórias de pessoas para quem a violência, se representou alguma estagnação inicial, pôde cair em “esquecimento”, ou ser reabsorvida à dinâmica existencial. Assim, retomaremos estes questionamentos, em momento oportuno quando as referidas trajetórias estarão em consideração. Por ora, voltemos ao corpo enquanto ativamente engajado nas experiências de Tamar e Ruth.

O CORPO QUE SE RETRAI DOS ENVOLVIMENTOS

A primeira dimensão corporal a se destacar nos relatos, talvez por ser a mais imediatamente visível, diz respeito às marcas físicas deixadas pelas agressões. A sua análise se revela um meio precioso para avançarmos em direção a dimensões mais originárias e explicitadoras da implicação corporal nas situações de violência. As cicatrizes ancoram a memória do crime no corpo. Tais sinais, às vezes duradouros, são restos que resistem ao esquecimento, são também sinais de que a espacialidade corporal sofreu uma intromissão dolorosa, foi invadida por um “outro”, um corpo estranho. O “*casulo protetor*”, representado pela superfície corporal, base da segurança ontológica (Giddens, 2002), foi rompido e a

vivência subsequente é a de que este ser entranho é ainda uma presença na corporeidade. Mesmo na corporeidade enquanto percepção sensorial da pessoa agredida: a voz do agressor que continua a ecoar e impede o sono; presença do “estranho” no corpo que também o faz parecer repugnante e num movimento convulsivo vomitar. Fenômenos corporais que podem ser lidos não como uma simples expressão dos sentimentos de repugnância, mas como expressão do envolvimento do próprio corpo em seu restabelecimento, em expulsar o que nele se imiscuiu e continua virtualmente ativo. O corpo enquanto “espacialidade de situação” se engaja numa recusa da violência, mesmo sem uma deliberação consciente, ou uma estratégia reflexivamente construída. Se havia uma reflexão aí, ela seguia na direção de uma retomada rápida da situação existencial, o que tornaria os vômitos um claro obstáculo, uma péssima estratégia, portanto.

Para elucidar mais profundamente o que aqui parece estar em jogo, podemos nos remeter à análise merleau-pontiana da afonia realizada em *A Fenomenologia da Percepção*, precisamente no capítulo em que aborda o corpo como ser sexuado. Merleau-Ponty revê um caso clínico do psicanalista existencial Binswanger, no qual se relata a história de uma jovem que, tendo os seus contatos com o homem que amava proibidos, perde a voz após uma sucessão sintomática que envolveu perda de sono e do apetite. Haveria duas interpretações possíveis para essa sintomatologia. Uma diria que a afonia expressa simbolicamente a revolta da jovem contra a ordem recebida, a afonia como uma metáfora, uma substituição de outro sentido, este sim o verdadeiro. Outra interpretação nos levaria a ver neste caso um bom exemplo de como uma parte do corpo pode ser utilizada estrategicamente para resistir às imposições sociais. Se formos atentos às duas vias interpretativas veremos que elas têm um ponto comum ao tomar o corpo como anteparo ou tela de projeção de uma “outra realidade”, esta sim a verdadeira. Merleau-Ponty nos propõe uma outra via de compreensão do engajamento corporal nesta situação. Reproduzimos alguns de seus principais excertos por sua importância na elucidação das vivências corporais nas situações de violência:

“Se a emoção escolhe exprimir-se pela afonia, é porque a fala é dentre todas as funções do corpo, a mais estritamente ligada à existência em comum, ou como diremos, à coexistência... Mas se a cada momento o corpo exprime as modalidades da existência, veremos que não é como os galões significam a graduação, ou como um número designa uma casa: aqui, o signo não indica apenas a sua significação, ele é habitado por ela, de certa maneira, ele é aquilo que significa, assim como um retrato é a quase presença de Pedro ausente, ou como as figuras de cera na magia são

aquilo que representam. A doente não imita com o seu corpo um drama que se passaria “em sua consciência”. Perdendo a voz ela não traduz no exterior um estado interior, ela não faz uma manifestação como o chefe de estado que aperta a mão do maquinista de uma locomotiva ou que abraça um camponês, ou como um amigo aborrecido que não mais me dirige a palavra. Estar afônico não é calar-se: só nos calamos quando podemos falar ... mas a afonia também não é um silêncio preparado ou desejado” (Merleau-Ponty, 1999 pp. 122,123)

Dessa forma, nos vômitos de Tamar podemos identificar um corpo que, ativamente engajado em uma retomada de sua unidade, se revolve para reorganizar-se. Condição próxima ao vaginismo descrito por Ruth em que a relação sexualidade - prazer - culpa se condensam em um corpo que não permite a penetração. Em ambas as situações, é possível verificar a irremediável imbricação entre o corporal, o carnal e o psíquico.

A radicalidade da desorganização do esquema corporal pode se verificar na despersonalização que a segue, nos momentos em que a imagem refletida no espelho, por breves instantes, deixa de remeter à identidade, ao senso de quem se é. O corpo do agressor, ainda presente nas marcas corporais deixadas na vítima faz sombra ao auto-reconhecimento. Morder-se, esse ato de auto-flagelação, comporta uma dupla direção: morder o agressor e/ou recompor o senso de que este ainda é o corpo próprio. Assim, podemos notar como os chamados “efeitos corporais” da agressão sexual não podem ser reduzidos apenas ao seu aspecto patológico como ampla literatura contemporânea insiste em afirmar, deixando-se com isso de lado a compreensão do que seria um potencial curativo ativamente mobilizado pela corporeidade.

Vimos que o processo de construção da *autonomia corporal* se dá *pari passu* à constituição da *segurança ontológica* e depende de uma certa rotinização da vida social e do cotidiano que parece se desestruturar, nas situações críticas, como as vividas nos estupros. Mas é preciso dar um passo adicional e ver não só a desestruturação corporal, mas o corpo também como a via de retomada de um cotidiano minimamente rotinizado. Por exemplo, as quedas frequentes e inexplicáveis de Tamar, evidentemente não podem ser vistas apenas como uma patologia nascida das agressões, é possível vê-las também à luz de uma demanda corporal por novos envolvimento. Envolvimentos demandados corporalmente, enquanto Tamar permanece num contexto de reclusão, silêncio e suspensão dos vínculos sociais. Por conseguinte, o corpo que cambaleia e cai não é meramente um corpo doente é também um corpo em busca de novos equilíbrios. Talvez possamos ver aí uma provocação por novos

sentidos, novos laços sociais dos quais o corpo foi violentamente excluído. Do mesmo modo, em um sintoma como a infecção urinária, aparentemente uma prova contra o argumento que apresentamos e que facilmente poderia ser interpretado pelo olhar patologizante, podemos verificar como no corpo se reúnem as múltiplas dimensões da vida. Pois de acordo com o relato de Tamar a infecção urinária aparece pela primeira vez quando se encontra inesperadamente com o agressor na rua. Numa situação em que há alusão ao seu segredo, o corpo se engaja num adoecimento, mas também no que pode vir a ser uma saída do seu silêncio paralisante. Afinal, não é a infecção urinária que a leva a percorrer os mais variados médicos, a buscar uma primeira psicoterapia, a resolver falar a alguém o que guardou por 25 anos? Assim os sintomas podem, também ser lidos como uma tentativa de cura. Ou um insistente movimento de (re)inscrição por um corpo que ainda se dirige ao mundo social, mesmo quando dele e de seus projetos foi radicalmente amputado. Essa compreensão, apesar de não profundamente explorada, pode ser intuída de muitas considerações de Merleau-Ponty na *Fenomenologia da Percepção*, sendo a mais sugestiva delas a que se encontra em sua análise do “corpo como ser sexuado”, que vale a pena ser retomada aqui. Ele nos diz:

“Para o doente não acontece mais nada, nada adquire sentido e forma em sua vida – ou, mais exatamente, ocorrem apenas “agoras” sempre semelhantes, a vida reflui sobre si mesma e a história se dissolve no tempo natural. Mesmo normal, mesmo envolvido em situações inter-humanas, o sujeito, enquanto tem um corpo, conserva, a cada instante, o poder de escapar disso. ... Mas justamente, porque pode fechar-se ao mundo, meu corpo é aquilo que me abre ao mundo e nele me põe em situação. O movimento da existência em direção ao outro, em direção ao futuro, em direção ao mundo pode recomeçar assim como o rio degela. Mesmo se me absorvo na experiência de meu corpo e na solidão das sensações, não chego a suprimir toda a referência de minha vida a um mundo...” (Merleau-Ponty, 1999, pp. 227, 228)

Rico momento ilustrativo dessas análises ocorre nas “dores de cabeça” repentinas quando Tamar ouve a palavra “estupro”, ou seja, toda vez que há alusão ao problema silenciado, ao problema em suspenso. Os sintomas corporais podem ser vistos, neste sentido, como a participação ativa do corpo em um drama existencial, do qual não se exclui a busca de uma recomposição.

Todavia, um “problema em suspenso”, uma solicitação corporal por novos engajamentos sociais deixada sem resposta, pode ela mesmo se tornar uma resposta. O envolvimento por 15 ou 25 anos em uma situação ou estilo existencial. A ausência, por longos anos, de uma nova configuração ou reorientação no mundo, pode terminar por envolver

também uma apropriação do corpo, num certo sentido, ‘um aprendizado’ corporal. O que inicialmente surge como um apelo corporal por uma reorganização e é vivido como uma fonte de incômodos e sofrimento pode ser incorporado a um estilo existencial e ser acionado em outras situações de crise ou de ameaças de ruptura ao longo de uma trajetória. Dessa forma, o vaginismo retorna em situações de conflito, nos momentos de dissabores conjugais como no caso de Ruth. No caso de Tamar, a queda sem razão ressurge quando ela se depara com novos desafios a serem enfrentados. Dessa forma, a certeza de se encontrar numa vida sem saída é também informada pelo corpo, modulado ao longo de uma trajetória que terminou por privilegiar um determinado modo de estar no mundo. A partir daí se configurando um certo estilo. Mas, tal estilo que é reforçado ou constituído a partir das agressões pode não ser totalmente novo, mas apontar para uma história de vida marcada por soluções de retraimento e soluções solitárias para os problemas da vida. Como no caso de Tamar, por exemplo, que tem uma história de vida marcada por “soluções silenciosas” dos seus dilemas: suportava em silêncio as surras de sua mãe sem informar a outros familiares; tomou para si sozinha a criação da irmã mais nova; sozinha veio morar em Salvador e sozinha se engajou na resolução da violência sofrida.

Essas análises podem ser mais profundamente elucidadas se nos voltarmos mais uma vez à célebre análise do ‘membro fantasma’, pois este, como vimos, é a indicação de um sujeito encarnado, um sujeito não-cindido em corpo e mente, uma vez que o mental se enraíza no corporal. Perceber, sentir um membro que já não está aí é possível porque o corpo continua aberto a todas as ações para as quais seu membro se dirigia anteriormente, o que revela a ligação visceral do ser humano com o seu mundo. Ligação que insiste em se presentificar, também, quando se dá esta “*amputação*” trazida pela violência seguida pela “decisão” de guardar um segredo. O que é construído às custas da perda de toda uma vida social e seus projetos: casar, se apaixonar, estudar, sair à noite, sentir prazer, partilhar com outros a dor.

Percebe-se, então, que estas análises não nos conduzem ao campo do subjetivismo ou do psicologismo, pois a consciência corporal não é pura interioridade, sendo mais adequado compreendê-la através do reconhecimento da dimensão de hibridização em que estão co-reunidos pelo corpo, enquanto gênio para a ambigüidade: individual e social, psicológico e sociológico. Por conseguinte, se após o estupro há um corte visível dos vínculos sociais e dos projetos nos quais o corpo se engajava ativamente, como se constata nas narrativas de Tamar e Ruth, tal corte não se deu por simples razões psicológicas. Deu-se em um mundo social que

faz chacota de mulheres agredidas, sociedade que por seus rígidos ideais de normalidade e sucesso, já foi chamada de sociedade do “imperativo da boa performance” (Birman, 1997). É também o mundo social que pelas mais diversas vias responsabiliza as mulheres pelas agressões sofridas e que, como bem descrito por Vigarello (1998), tornou a violência sexual um problema do “sujeito”, um dilema “individual”.

Neste sentido, o caráter compulsivo, repetitivo de certos sintomas, como a compulsão sexual e as fobias de rua, parecem dever seu nascimento e muito de sua força a um universo social que não acolhe experiências como as agressões sexuais, bloqueando as possibilidades de seu partilhamento e conseqüente dissolução (Giddens, 2002). Silenciar sobre as agressões é um posicionamento que se estrutura de forma tributária a uma “gramática social do silêncio” em que, numa hierarquia entre o máximo de publicização e o mínimo, a violência sexual parece ocupar este último espaço. Assim, o poder patogênico de um acontecimento se conecta à dimensão social mais ampla. Refletir sobre o efeito patogênico da violência sexual requer que levemos também em conta o espaço socialmente viabilizado para a sua localização na “gramática social do silêncio”. Pois esta se reflete com vivacidade na gramática individual, como podemos verificar nas expressões ambíguas utilizadas para descrever o estupro: “aquilo que me aconteceu”, “aquilo”, “essa coisa”, “isso que aconteceu”. Expressões que não se devem a uma “incapacidade de simbolização individual”, mas remetem ao lugar do “estupro” no mundo público e ao lugar social da mulher. É por esta razão que, se há um potencial traumático na experiência do estupro ele se desenvolve também devido a uma “construção social”. Buscaremos demonstrar a pertinência deste argumento pela análise mais detalhada da história de vida de três mulheres: Mabel Lazaroto, Mordecai e Jael. Em tais narrativas veremos que a experiência da agressão, se envolveu dor e também a produção de sintomas, não significou uma paralisação duradoura da existência. Esta análise nos permitirá também aprofundar outras facetas do processo de normalização ainda não plenamente abordados até aqui: a temporalidade e a construção de sentidos que se dá a partir dos rebatimentos da agressão sobre o passado. Então será possível estabelecer alguns dos traços essenciais da estrutura da experiência de recomposição existencial após as agressões. E talvez possamos também compreender um pouco melhor quando a dor não paralisa.

CAPÍTULO VII

QUANDO A DOR NÃO PARALISA

Crônica do encontro não desejado

<p>Como se debatia no peito o coração, feito passarinho, peito lânguido, peito flácido. Coração de carne e medo.</p> <p>Como se debatia Passarinho indefeso. Voz de soluço e desespero. Voz molhada em lágrimas. Mãos de sangue e sêmen, Semente do que não deveria ser e não será jamais.</p> <p>Oh sono! Por favor deixe-me dormir que minha carne está cansada de viver! Que cantem os galos! Que amanheça o dia! Fuja algoz! A luz chegou!</p>	<p>Por favor, vá embora moço! Por piedade não me roube a ilusão de ser dona de mim, não me arrebate a alegria que mora em meus olhos. E o sorriso que minha boca conhece tão bem. Por favor, vá embora, tenha piedade desta carne inútil!</p> <p>Amanhã, quando o sol sair (e ele sempre sai), como se fosse a primeira vez enxergar tudo o que não enxerguei antes e no misto de alegria e ingênua contemplação, descobrir que vale a pena estar no exato lugar em que se está, depois de tudo acontecido, depois do grito sufocado, depois do nojo e da repulsa por não poder sair estrada afora, agitando os ensangüentados bambus do desespero.</p>
--	---

Mabel Lazaroto

CRÔNICA DO ENCONTRO NÃO DESEJADO – A HISTÓRIA DE MABEL LAZAROTO

Com essa poesia e o pseudônimo de Mabel Lazaroto, uma professora de 45 anos, culta, intelectualizada, com domínio de três idiomas e uma experiência de vida muito diversificada que incluiu residir 17 anos no exterior, trouxe a público sua vivência com a agressão sexual. O final perturbador de um longo e conflituoso casamento no exterior a fez retornar ao Brasil com seus três filhos que pouco a pouco saíram de casa, o que a deixou morando sozinha. Especializando-se logo em seguida no ensino de Língua Inglesa, deu início a uma dura jornada de trabalho, única maneira de manter “um pouco do nível de vida que tinha no exterior”. Seu próprio apartamento se tornou um local de aulas e, logo em seguida, com uma maior proximidade de seus alunos, também o lugar de reuniões de um ativo grupo de estudos de poesia. Sobre esse tempo, assim se refere:

“Porque eu morava sozinha, minha casa era muito freqüentada, várias pessoas vinham muito na minha casa. Até ao ponto — eu morava num apartamento térreo — quando eu chegava de noite do trabalho, às vezes eu não acendia a luz para que as pessoas fora não vissem que eu estava em casa; porque era eu acender a luz e começar a chegar amigos, amigos. Pessoas pra conversar, gente que toca violão. Eu reunia grupo de estudantes em casa no final de semana pra discutir poesia. Escolhíamos um autor, Cecília Meirelles, e durante um mês todo mundo lia e depois nos reuníamos para falar. Era muito gostoso. Era muito legal”.

Este ritmo de vida marcava o fim de muitos anos difíceis com o casamento, a doença mental do marido e a solidão na criação de seus filhos, e o início de um tempo de tranquilidade produtiva. Chegava ao fim uma vida marcada por muitas reviravoltas e angústias no estrangeiro, onde sofrera também uma difícil adaptação.

Contudo, bruscamente, este ciclo de alegrias foi interrompido. Numa noite, um de seus alunos, um estudante universitário, foi até seu apartamento afirmando ter sofrido um assalto e não ter como retornar para casa, precisando de algum dinheiro para o transporte de retorno. Ao escutar a descrição desse cenário, Mabel abriu a porta. Este foi o passo que permitiu ao estudante violentá-la diversas vezes durante o restante da noite, deixando seu apartamento tarde, na manhã seguinte. Muito machucada, procurou a polícia que tentou dissuadi-la de prestar queixa, pois se tratava de um estudante universitário que poderia ter a

“vida destruída” por uma acusação infundada. Ainda assim, a queixa foi registrada por insistência de Mabel.

É a partir da cena de violência que Mabel percebe uma virada em sua vida: mudou de apartamento por se sentir insegura onde morava. Já havia sido alvo de várias pressões e visitas de familiares do estudante que com ela insistiam para que não desse seqüência à queixa policial. Mudar de apartamento significou o rompimento com todo o seu ciclo de amizades do bairro e também o fim de seu tão apreciado grupo de estudos poéticos. Começaram os problemas: fobia de dar aulas; desmaios em diversos encontros sociais – não explicados pelos médicos a que recorreu; repugnância seguida de vômitos quando sentia o cheiro de perfumes assemelhados ao que o estudante usara quando a agredira, além de um profundo e inexplicável sentimento de culpa.

Foi neste ponto de sua trajetória que entrei em contato com Mabel que facilmente havia consentido com as entrevistas. Nesta época, uma notícia em um jornal de ampla circulação local, permitiu que amigos, vizinhos e colegas de trabalho a identificassem, mesmo que ela não tivesse relatado sua agressão a ninguém. A divulgação pública do estupro, de forma a tornar muito fácil o seu reconhecimento por amigos e vizinhos, a expôs a muitos questionamentos indesejados que iam da curiosidade ao sentimento de pena. Mas preferiu não relatar a mais pessoas. Entre as razões para esta decisão se destacavam os comentários preconceituosos que estava acostumada a escutar sobre pessoas agredidas. Além disso, as pessoas que a identificaram no jornal tampouco teriam sabido apoiá-la, pois haviam formado uma visão pessimista sobre o futuro de quem é agredido sexualmente.

Mas Mabel iniciara um amplo movimento de recomposição de sua vida: buscou o VIVER e iniciou um tratamento psicoterápico, experiência que ela já vivenciara quando tentava conseguir por um fim a seu tumultuoso casamento. Os resultados preliminares com a polícia e a justiça eram negativos devido à dificuldade de constituir provas contra o acusado. A situação do seu processo judicial caminhava para o arquivamento. Porém ela se empenhava simultaneamente em outras direções, a mais importante delas era encontrar um companheiro, pois a agressão abalara o seu senso de segurança e autonomia, o que tornava insuportável a idéia de continuar a morar sozinha:

“Essa sensação de não precisar de ninguém — que era o que eu tinha — é como se eu tivesse criado um couraça, com muitos amigos, muita gente, mas não havia na minha vida realmente quem compartilhasse os meus momentos. Aí de repente eu me

deparo com isso{o estupro}, foi muito ruim, eu me senti muito frágil. Foi uma situação horrível. Não que eu seja uma pessoa controladora, não é isso, mas eu sempre achei que tinha tudo sobre controle e de repente eu vi que não era assim. Eu tive que recomeçar a pensar o quanto outra pessoa seria importante, eu não seria só. “Ah, não é mais uma mulher sozinha, tem uma pessoa”. Não entraria uma pessoa, eu acho que um homem pensaria duas vezes antes de tentar entrar na minha casa porque tenho uma pessoa”.

A Internet foi um ponto de partida. Uma série de encontros foram marcados, mas nenhum deles exitoso, até o encontro casual, no Aeroporto de Salvador, com um jovem senhor que lhe fez rir bastante. Característica masculina que ela achava fundamental e que logo a cativou. Um ano e meio depois, estavam morando juntos. Decisão repentina tomada após um grave ferimento no pé impedi-la de cuidar-se sozinha.

Finalmente o prazer de ser cuidada por um homem e dele receber todas as atenções. Período de contentamento que lhe foi fundamental, apesar de logo em seguida se desfazer em meio às crises de ciúmes do seu namorado que passa a espancá-la violentamente. Em uma ocasião o namorado provoca-lhe um grave ferimento na cabeça, que a obriga a se hospitalizar. Após sua recuperação, novas agressões. O namorado quebra seu braço com um golpe e tem início uma série de outras ações ameaçadoras: destrói seus objetos pessoais como estojo de maquiagem e aparelho celular; esconde seus documentos e pertences do dia-a-dia; esconde seus óculos sem os quais não consegue desenvolver suas atividades devido à grave miopia; destrói a mobília que havia levado para a casa dele. Às tentativas de superação da agressão sexual soma-se agora a busca de uma saída para a “armadilha” em que se envolveu:

“Eu acho que no momento o meu conflito maior é a pessoa com quem estou morando, a impressão que eu tenho é como se fosse uma armadilha, porque pra fugir de uma coisa que eu achava que era... Porque eu podia ter feito o meu processo em casa, só, me feito. Não foi imediato também, eu não fui morar logo, foi mais de um ano depois. Porque eu tinha essa idéia, né: “Poxa, eu não posso mais ficar sozinha”, e não é isso, não é por aí”.

Estava vivendo a ansiosa impossibilidade de um imediato fim desse relacionamento, pois temia que as ameaças de seu namorado se concretizassem e viesse a ser assassinada. As ameaças que sofria ganharam plausibilidade quando ela descobriu que o seu namorado é um praticante de delitos, entre os quais o tráfico de drogas. As ameaças agora lhe parecem bem concretas. Adota uma série de mudanças em que se misturam a busca da superação da agressão sexual e das frustrações amorosas: raspa os cabelos, ficando careca; destrói todos os

vestidos e roupas sensuais que poderiam torná-la objeto do desejo masculino, seu sentimento de culpa atinge agora o ponto máximo. Considera-se culpada de atrair as atenções do seu agressor sexual, da mesma forma que atraiu para si a desgraça de um relacionamento agressivo. Outros recursos são acionados: faz uma ampla mudança na nova casa de forma a que os móveis não fiquem na mesma posição em que estavam quando foi agredida; volta a escrever poesia, sem intenção de publicar, mas apenas para ‘falar consigo mesma’, é dessa época o poema, “*Crônica de um encontro não desejado*”. Retoma sua religiosidade, volta a ser batista. A leitura da Carta de Paulo aos Colossenses, dedicada ao amor entre irmãos, passa a ser uma atividade diária. Reinicia o antigo hábito de ler e descobre o autor mais importante em toda essa trajetória de recuperação: Harold Kushner, em especial os livros: “*Quando tudo não é o bastante*” e “*Quando coisas ruins acontecem às pessoas boas*”:

“Mabel: Tenho na minha casa literatura de poetas judeus, poetas chilenos, dos poetas uruguaios. Eu tenho muita coisa assim. Tenho livros italianos, que eu estudo italiano também, tenho muita coisa. Aí quando aconteceu isso{o estupro} eu falei: “Eu preciso ler alguma coisa que me ajude a botar no eixo tudo, né? Eu gosto muito de um escritor chamado Kushner que é um rabino, mesmo ele não compartilhando algumas idéias do cristianismo que eu compartilho, né, mas ele tem uma visão assim de Deus, da vida, do ser humano, belíssima! Aí eu li o que eu lhe dei aqui: Quando tudo não é suficiente... Suficiente ou bastante? Em português qual seria? Quando tudo não é o bastante. Ele é muito bom, muito bom. Ele é baseado no livro de Eclesiastes que é um livro muito polêmico da Bíblia, né?”

ENTREVISTADOR: É. Que é um livro pessimista.

Mabel: Não, hoje ninguém mais imagina. Mas, olhe, você lê o livro sobre o Eclesiastes e você vê que o Eclesiastes é fantástico porque te coloca que por mais que você seja fraca, você está aqui pra isso, pra viver e pra desfrutar do que a vida te oferece. Desfrutar das pessoas e de... é muito legal. O livro dele é muito bom, porque ele coloca também essa crise que a pessoa tem de chegar aos 40, aos 45 anos e achar que não fez nada da vida, e ver os filhos e você se sentir responsável.... Porque na verdade, eu me senti responsável por tudo que acontece na minha vida e na vida de meus filhos. Engraçado, Gessé, que eu não tinha nem idéia do que o livro ia me apresentar. Eu precisava ler. Eu tive um sonho, alguém me falando umas coisas, e como eu tinha começado a ler o livro nessa noite, eu abri numa página e o que a pessoa me falou no sonho estava escrito ali. Foi muito legal, eu me emocionei muito. Olha, é isso que eu tô precisando! Eu sonhei alguém me dizendo isso: “Deus quer que você seja feliz.”

Mabel já se submetia à psicoterapia há um ano, quando temos o nosso segundo encontro e ela me relata sua mais nova conquista, talvez a mais decisiva: havia superado

finalmente o seu atormentador sentimento de culpa, com uma combinação de Kushner e sua psicoterapeuta:

“Quer dizer, então tudo isso era realmente assim na minha cabeça muito complicado. “Poxa, será que eu fui realmente culpada? Meu Deus! Alguém teve lá em casa pedindo ajuda, dizendo que foi assaltado e quando eu abro a porta vem e me machuca tanto e a culpada sou eu? Mas hoje eu sei que eu não tive culpa. Lógico, que eu não deveria ter aberto a porta, mas eu não abri a porta pra um desconhecido, eu abri a porta pra uma pessoa que já tinha estado em minha casa. É isso. Ah, eu comecei a achar que minha roupa era muito curta... No começo, realmente, eu pensei muito no que é que eu tinha feito, onde eu tinha errado pra passar por aquilo {estupro}. Mas nessa época eu já estava fazendo terapia e aí eu comecei a ver que não... É como eu digo pra você. A partir do momento que eu entendi que eu não tinha causado... Porque nós fomos criados assim: sempre educados assim a achar que temos culpa, culpa, culpa... Não sei por que. Então, a partir do momento que eu entendi que eu não tinha provocado, que não era eu que tinha o problema, mas era ele... Ele{o agressor} é que tem o problema, não fui eu que provoquei, isso me ajudou muito. Eu voltei a usar as roupas que eu usava antes. Até deixei o meu cabelo crescer já... de repente eu fui vítima de uma violência, aconteceu isso... de repente eu fui vítima de uma violência, aconteceu isso. Vou organizar minha vida, tentei voltar às minhas atividades normais, dou aula, saio pra qualquer lugar, chego em casa a qualquer hora, vou a festas e tudo, não me sinto ameaçada, já entendi que o problema era ele e não eu.

E sobre Kushner:

“O último livro dele agora é “Que tipo de pessoa você quer ser?”, trata da ética. É muito legal. Como ser uma pessoa ética na nossa atualidade. É muito bonito. Não são livros religiosos, ele não te empurra nenhum tipo de religião. Ele analisa os personagens da história, a atitude deles como seres éticos e como isso pode se aplicar... É muito bom os livros de Kushner . Eu tenho um relacionamento, meu conhecimento de Deus e o que ele é em minha vida. Eu não me sinto abandonada por Deus. Eu entendi que não há condições no meu comportamento pra poder gostar de mim, que Ele é um Ser Superior e por ser Superior gosta de mim, é importante pra mim e o mais importante é que eu sei que ele não espera que eu seja perfeita, porque Ele é especial. Isso me ajudou muito. Quer dizer, tudo isso partiu... desencadeou. Então hoje eu já não me cobro mais {com relação à violência sexual}”.

Alguns meses depois, nos encontramos novamente e ela conta como considera que conseguiu sair de sua grave crise, continuando em suspenso o seu violento relacionamento do qual não conseguira ainda se libertar:

“Ah, com certeza eu acho que isso... que nunca na minha vida entrei em desespero foi justamente porque acredito em Deus, sei que Deus me ama. Por me sentir uma pessoa muito sensível nessas coisas espirituais, por me sentir muito abençoada por

Deus, eu já passei momentos na minha vida assim, de você... e agora? Eu orava, pedia a Deus, de repente vê, então eu me considero até hoje... nunca me considereei abandonada por Deus nem nada. Então essas coisas que estão acontecendo, por exemplo, que eu tive, agradeço pela vida, pelo aprendizado que eu passei, porque estou aprendendo com ele, realmente eu estava chateada, mas eu tenho aprendido muita coisa com ele. Eu me considero uma pessoa feliz. Eu sou agradecida a Deus de viver, de ter meus olhos, sabe? De tanta coisa que eu tenho na minha vida e que pra mim são valiosas.”

Apesar de se considerar curada, sentia que às vezes tinha “recaídas”. Recentemente, estava em um ônibus e sentira o perfume do jovem que a agredira, isso a obrigou a descer imediatamente antes de seu ponto e a vivenciar instantes de grave ansiedade. Mas diferente das outras vezes, essas recaídas eram agora de duração mais curta mais breves, após as quais conseguia continuar suas atividades. Assim me despedi de Mabel Lazaroto. Ela havia abandonado a terapia. Em um percurso que durou dois anos ela pôde se ver livre de seus principais sintomas. Sua terapeuta, apesar de considerar que Mabel se precipitou, via nessa história clínica um “sucesso”.

Esse relato sintético de um fragmento da vida de Mabel Lazaroto é suficiente para ilustrar um percurso de recomposição em que ganha relevância a mobilização de anteriores vias de equacionamento de crises. Vias que no passado se mostraram eficazes e que compunham o seu horizonte biográfico, entram novamente em cena para lidar com a situação radicalmente nova de ser violentada: a religiosidade, a psicoterapia, o universo intelectual, a poesia. Apesar de a corporeidade não se presentificar explicitamente foi possível verificar uma ativação da corporeidade: o corte dos cabelos, a mudança nas formas de se vestir. O corpo também continua implicado na memória do crime como pudemos verificar em suas reações ao perfume do agressor. Lidar com os desdobramentos da agressão parece envolver em algum nível a aquisição de modos de tratar a memória corporal. Ademais, indicaremos com maior clareza o lugar do corpo nos processos de recomposição existencial através da história de Mordecai.

A MOBILIZAÇÃO DO CORPO NOS CAMINHOS DA NORMALIZAÇÃO – A HISTÓRIA DE MORDECAI

Na base das ações dos indivíduos no mundo social está a perspectiva da manutenção e da estabilidade (Schutz, 1979 e 1980). Diversos eventos podem abalar, pôr em questão esse

fundamento, desde que não possam ser explicados pelos “conhecimentos à mão”, os códigos de interpretação fundados nas experiências individuais e coletivas passadas. Nesse caso, instala-se uma situação de dúvida, que pode levar a uma paralisação da ação, ou à sua redefinição. Essa experiência de dúvida pode ser entendida como uma *ruptura*, na medida em que há um descompasso entre o que é esperado socialmente e o que de fato ocorre, ficando o indivíduo, momentaneamente ou não, incapaz de reagir ao inesperado. Essa situação é precisamente o que outros autores denominam de experiência de crise (Bragança de Miranda, 1994; Becker, 1997; Salem, 1980 e Gadamer, 1997), para as quais não se dispõe dos fundamentos que guiaram as ações e nortearam os julgamentos e decisões. Gadamer (1997) nomeia esta situação de *experiência hermenêutica* e chama a atenção para a frustração que surge quando a experiência não corresponde às expectativas. Segundo ele, essas experiências são verdadeiras no pleno sentido da palavra, na medida em que possibilitam a reelaboração de expectativas e o reposicionamento na vida. Contudo, isso só seria possível quando a experiência frustrante pudesse ser incorporada a outras experiências, recebendo, com isso, novas significações. Desse modo, uma experiência totalmente estranha, ou que não pudesse ser compartilhada socialmente, apresentaria dificuldades de superação. Assim, essas formas de compreender a ruptura levam em conta as características específicas de determinadas experiências, mas pensadas à luz de um todo sociocultural, e dos processos sociais que se estabelecem em seu desenrolar. Está-se assim distante das conceituações mais comuns sobre o trauma.

Dessa forma, seria o descompasso entre as expectativas sociais e culturais e certas vivências concretas dos sujeitos, ou seja, “a disparidade entre noções culturais de como as coisas deveriam ser e como são” (Becker, 1997:10) o que geraria uma situação de ruptura. Becker (1997) demonstrou isso ao estudar uma série de momentos ou acontecimentos em que ocorrem rupturas na vida das pessoas, a exemplo da emigração, da morte de um ente querido, da infertilidade, de doenças graves ou degenerativas, entre outros. Segundo ela, a vivência dessas situações expressa a não-realização de expectativas sociais com relação ao curso da vida, havendo um sentimento de caos, de perda do futuro e mesmo da organização corporal. Este último aspecto envolve uma compreensão da dimensão do corpo nas relações sociais. Becker (1997) demonstra, a partir de uma perspectiva fenomenológica, como o corpo é o primeiro mediador das experiências do indivíduo no mundo e como, por isso mesmo, tanto as doenças podem gerar uma desorientação social, na medida em que rompem com os hábitos

sociais ‘encarnados’, como experiências sociais podem ter efeitos sobre o corpo, rompendo sua consistência. Do mesmo modo, Schutz (1962) insiste que o corpo é a origem das coordenadas que delimitam as relações interpessoais, sendo o que possibilita a existência de qualquer reciprocidade. Dessa forma, o corpo carrega as marcas da dimensão social, sendo o lugar de um saber socialmente “encarnado”. Vejamos, na história de Mordecai, como estas dimensões vêm à luz.

Mordecai é uma senhora de 52 anos, obesa, pesando cerca de cem quilos, adquiridos após sofrer séria violência sexual. Microempresária especializada em doces e salgados para festas, gerencia também seu lar com dois filhos adolescentes, além de ter de responder às constantes demandas de um idoso e doente pai de 85 anos. Essas responsabilidades lhe cabem sozinha, pois é divorciada e não conta com o ex-marido, alcoólatra e desempregado, para a solução de nenhum de seus problemas, sejam os mais sérios sejam os exigidos habitualmente pelo cotidiano. Para a “libertação desse casamento” passaram-se 15 anos: era constantemente agredida verbal e fisicamente e, na sua percepção, em decorrência disso não conseguia desenvolver-se bem em nenhuma de suas atividades. Também devido a esse ambiente de constante violência e incertezas, não conseguia se estabelecer economicamente. Diante dos riscos que seus pequenos filhos começaram a correr, decidiu se separar. Desde então mora sozinha. Nestes últimos quatorze anos, período que é descrito como de muita luta: educar filhos, cuidar da saúde do pai, suportar a perda dolorosa de sua jovem mãe e enfrentar, em seus relacionamentos amorosos breves e malsucedidos, homens inadequados: aproveitadores, um impotente sexual que se recusava terminantemente a buscar tratamento e um outro portador de distúrbio bipolar de humor. Histórico que a leva a dizer que ‘nunca teve sorte com homens’.

Foi nessa lide que entrou em contato com o homem que a iria violentar. Seu pai lhe telefona no meio da madrugada afirmando estar morrendo ao que ela reage acionando um importante serviço de ambulância com atendimento médico de emergência em domicílio. Ao chegar na casa do pai é informada que este sofre apenas de solidão, e o enfermeiro passa a lhe falar o quanto estes tipos de chamadas são comuns em pessoas que moram sozinhas com essa idade. O próprio enfermeiro, descrito como um homem extremamente simpático de dois metros de altura e olhos verdes, se interessa pelo caso e se coloca à disposição para qualquer ajuda.

Algumas semanas se passam e, por um acaso, o enfermeiro se encontra com Mordecai em uma sinaleira da cidade e diz estar pensando constantemente nela, pois algo ‘muito forte’ foi despertado. Com muita insistência, consegue o telefone dela. Começam então as ligações repetidas e os pedidos para uma saída juntos. Essa insistência era sempre recusada por Mordecai uma vez que não sentira nenhuma simpatia especial por ele, além de estar sempre muito atarefada nos afazeres de sua pequena empresa. Mas quando este a convida para um almoço no último dia do ano de 2004, resolve aceitar. A intenção era se permitir conhecer alguém, sair um pouco da sua reclusão e desapontamento com os homens. No caminho para o almoço, o enfermeiro a obriga a entregar o próprio carro, a raptar e a violentar em um motel degradado do subúrbio. A agressão foi extremamente grave envolvendo lesões corporais variadas: do sexo anal resultou um prolapso retal e o sexo oral lesionou gravemente sua boca. Deixada em uma das avenidas mais movimentadas de Salvador, chegou em casa em estado grave, recolheu-se e só pôde voltar a andar sem apoiar-se depois de quatro dias. Foi quando resolveu ir à delegacia: na presença da delegada, minutos antes de formalizar a denúncia, desistiu. Informou à polícia um nome fictício e inventou um número de placa falsa para o carro do agressor. Desistiu de envolver a polícia por medo de sofrer uma vingança: o enfermeiro agressor sabia seu endereço, conhecia seus filhos. Que garantia ela teria?

Passados quatro dias da agressão, quando chega ao VIVER, não pode mais utilizar o coquetel anti-aids cuja eficácia é de até 72 horas após o contato sexual de risco. Desiste da psicoterapia oferecida pelo VIVER, pois *“não suportava ver aquelas mulheres todas na sala de espera, principalmente as crianças. Quando eu dei carona a uma mãe com a filhinha de colo que foi violentada pelo padrasto, eu disse: ‘lá eu não volto’”*. Com isso, havia abandonado todos os amparos institucionais do Estado: o VIVER, a Polícia e a Justiça.

Na família ninguém soube de sua agressão. O que ela reconhecia como o mais difícil de tudo: *“não poder dividir”*. O sofrimento psíquico e corporal que começou no mesmo dia da agressão perdurou e adquiriu novas formas em seu cotidiano nos dias seguintes: crises incontroláveis de choro, desmaios na rua durante a realização de suas tarefas. Começa também a ganhar peso e passa dos seus 68 quilos anteriores à agressão para os 100 quilos atuais. O corpo avolumado não a preocupa, pois queria mesmo *“não chamar a atenção de nenhum homem”*. Em uma ocasião corriqueira, realizando suas compras habituais no supermercado, começam suas crises de pânico: taquicardia, suor frio e vontade incontrolável de sair do ambiente. Ao mesmo tempo em que vivia uma espécie de medo das pessoas no supermercado

se interrogava sobre ‘o que se passava na cabeça das pessoas, o que as pessoas teriam por detrás das máscaras’. Passa a duvidar da consistência da realidade social e uma névoa de incertezas começa a recobrir seus contatos interpessoais. Apesar de não haver registrado uma queixa legítima, diariamente teme uma vingança do agressor, que continua a ver nas suas idas ao centro da cidade e que já lhe havia telefonado. O temor de uma vingança altera completamente seu cotidiano: passa a levar seus filhos todos os dias à escola e a controlar rigidamente seus horários, o que se torna uma fonte de muitos conflitos familiares. Os filhos não entendem o seu inesperado rigor. Fecha-se completamente para os encontros amorosos e as paqueras de pretendentes. Um novo temor surge: estar contaminada pela AIDS. O sentimento de culpa começa a lhe atormentar: por que ela, que é tão “maliciosa” e atenta, se deixou levar pelo agressor?

Essa história me narrou Mordecai em nosso primeiro contato, três meses após sua agressão, em sua casa, pois não freqüentava mais o VIVER. Seis meses depois tivemos nosso segundo contato. Coisas novas haviam ocorrido em sua vida. Estava fazendo alguns movimentos para tentar resolver os seus sentimentos dolorosos e seus sintomas corporais. Com relação ao sentimento de culpa, uma nova agressão sexual ocorrida na família a fez rever a culpabilidade em seu próprio estupro:

“Eu tenho uma tia que tem oitenta e poucos anos e foi também violentada. Ela pegou um táxi e o taxista levou ela pro final de linha, estuprou, violentou! Oitenta e dois anos! Ela chamou pra pegar um táxi... e o pior é que não era uma pessoa assim nova, não é uma pessoa bonita, é uma pessoa que tem diabete, cega de um olho, gorda, enorme e diz que o menino tinha vinte e poucos anos. Na verdade, eu não tive culpa nenhuma disso.. Então o problema não tá em mim, o problema tá nele{no agressor}”.

Os relatos de Mordecai em nosso segundo encontro demonstravam assim o seu engajamento em uma série de novas situações sociais. Não se tratava certamente de um processo linear e contínuo rumo a uma retomada do cotidiano. As emoções dilacerantes retornavam com freqüência, principalmente em certos encontros sociais, nos momentos de solidão, ou quando precisava percorrer os trajetos da cidade em que estivera antes e após as agressões. Essas circunstâncias despertavam angústias e lembranças que acreditava já terem sido esquecidas. Mas em meio a avanços, recuos e repetições do mesmo, algo de novo começava a se delinear em sua vida:

“Mas eu estou me sentindo muito bem, diante de tudo que eu passei, os momentos, eu estou superando. Eu acho que estou superando legal, estou buscando também esse trabalho de voluntariado, fico com os meninos da creche e ocupo muito meu tempo. Procuro assim orar muito, sabe, entregar esse homem a Deus, porque não é possível que um dia ele não vá se tocar. Eu não sei se ele tá fazendo isso, se ele continua fazendo isso, se foi um momento dele, eu não sei! Eu não sei o que foi, não sei! É uma coisa assim que eu ainda choro muito, mas bem menos. Tem horas que eu ainda choro. Que eu me questiono, porque tudo isso aconteceu, porque a pessoa agiu dessa forma”.

Nova também era sua forma atual de compreender a agressão. Agora o seu reingresso na experiência religiosa a fazia ver na violência talvez uma mensagem divina, um ensinamento:

“Eu vou dizer uma coisa a você, na vida da gente tem momentos maravilhosos, mas tem momentos também extremamente difícil. Então tudo isso eu acho que Deus coloca na nossa vida, como ensinamento, pra que a gente possa despertar. Alguma coisa, na verdade, Deus quis me mostrar com isso tudo. Eu acho que Deus quis me mostrar pra eu abrir mais os olhos com relação às pessoas, conhecer melhor as pessoas. Eu não sei, eu não sei o porquê disso tudo. Tem horas que eu paro até pra me questionar ainda”.

O final desta fala, ao mesmo tempo sugere que se a sua nova compreensão do crime sofrido dizia respeito a um redirecionamento em relação à sua experiência, esta não possuía a solidez de uma conclusão definitiva como é perceptível nessa fala:

“Hoje eu sou muito mais madura. Muito mais! Realmente foi uma experiência terrível aonde eu digo a você, digo a todo mundo que a gente conversa, eu digo: “Olha, é difícil quando a gente tem a alma ferida, sabe?”. Porque é uma cicatriz assim que ela não vai sarar nunca”.

Mas tem-se aqui um reposicionamento da violência em sua vida. Sua experiência começa a assumir novos significados quando progressivamente é também recolocada à luz de sua trajetória biográfica. Sob essa ótica, o estupro podia agora ser visto como mais uma das suas muitas dificuldades, que aliás remontam à vida intra-uterina. Essa trajetória de infortúnios a teria também preparado para, sozinha, enfrentar crises:

“Então vem acontecendo situação de minha vida que eu mesmo procuro dominar. Desde a vida uterina, desde quando eu nasci... Quando eu nasci meu irmão tinha um ano e três meses e então, estava naquela idade... minha mãe estava sem empregada, então eu fui criada no berço. Eu com três meses de idade — minha

contava isso como se fosse a coisa mais fantástica do mundo — eu tomava aquela mamadeira de vidro grossa e ela só via a mamadeira bater no berço e então ela ia... Ela só me pegava pra dar banho, me trocar, botava uns brinquedinhos... Eu fiquei em pé no berço, eu ficava sentada... Então eu criei aquela independência em mim. Assim, eu sei que tenho que ir no mercado comprar alguma coisa, eu não sei ficar esperando fulano pra poder ir. Se tem que ir, eu vou. Eu acho que isso é uma forma de me despertar pra correr atrás dos objetivos, de superação também. Talvez se eu fosse aquela pessoa muito mimada, né, cheio de dengo eu não tivesse essa condição de superar e de encarar assim minha vida de frente. Eu não abaixo minha cabeça”.

Em nosso terceiro e último encontro já passado um ano e meio de sua agressão, Mordecai me relata uma aquisição decisiva em seu caminho de superação. Havia visto, por uma mera coincidência, uma cadela Basset, que a fez lembrar do seu agressor: a cadela tinha a mesma cor dos olhos dele: verde. Num rompante que ela mesma não sabia explicar, decidira comprá-la mesmo não tendo nenhuma experiência prévia com a criação de cachorros ou afeição especial por estes animais. Estabelece-se assim uma nova relação:

“Esse cachorrinho {apontando para o animal que estava em seu sofá}, eu tinha pavor a cachorrinho! Porque meu pai me criou assim: “Cachorro é raça que morde e não sei o quê...”. Então eu tinha pânico. Olha, eu tava com R\$ 150,00 na mão, aí como a menina que eu encontrei tava com um cachorrinho desses de olhos verdes (a cor dos olhos dele, olhe que incrível) e me deu o telefone da moça que vendia, de lá mesmo eu liguei. Perguntei se ela tinha um dos olhos verdes e ela disse que tinha. “Você pode buscar quando?”, “Daqui a pouco eu estou aí”. Aí cheguei em casa e quando cheguei em casa pra meus filhos foi a maior felicidade do mundo. “Comprei uma caminha de cachorro, comprei ração, vamos comigo lá na Praia de Flamengo comprar um cachorro?”. E minha filha: “O que, minha mãe?”, “Um cachorro daquela raça, me deu vontade de ter um cachorro”. Então ele tem me ensinado tanta coisa! Da fidelidade, da amizade. Se eu sair aí e entrar... Às vezes eu vou jogar o lixo aí fora, quando eu entro, parece que passei o dia todo fora de casa. Então não resta a menor dúvida que esse animal tem trazido assim tanta lição de vida, né, dorme comigo todas as noites, me lambe, fica no meu colo...”.

A cadelinha adquirida em si mesma já continha um elemento de superação, pois significava deixar de lado um antigo medo de cachorros. A chegada da mascote também impôs a incorporação de novos hábitos: sair para passear, pelo menos duas vezes ao dia, idas a veterinários, adaptações do apartamento para comportar adequadamente a nova moradora. Uma série de atividades que tinham sido abandonadas, agora, pela saúde do pequeno animal, tinham que ser retomadas: saídas, idas a lojas para compras, proximidade com vizinhos, pois a alimentação da pequena precisava ser cuidada pelos próximos quando se ausentava por muito

tempo de casa. Mas, indubitavelmente, uma contribuição decisiva da aquisição inesperada foi a nova vivência afetivo-corporal. Como se vê na parte final da fala citada: se a agressão a levava a duvidar da bondade humana e, sobretudo dos homens, a cadelinha de olhos verdes – um traço do agressor – voltou a lhe inspirar alguma crença em poder ser amada verdadeiramente. Seu corpo também é tocado, afagado e desafiado a incorporar novas modalidades de vivências como, por exemplo, dividir o espaço na cama todas as noites. Quando finalizamos as nossas entrevistas era evidente que o percurso de recomposição de seu fluxo existencial estava em pleno curso. Ainda que num horizonte de indefinição, era visível que sua vida não se tinha paralisado:

“Superar vou, apagar é uma coisa que não apaga, porque foi uma coisa que marcou muito a minha vida. Claro que eu tô vivendo novamente, eu tô superando tudo isso. Eu acho até que eu estou sendo muito forte, eu fui muito forte e eu acho que eu estou bem”.

Se há uma indefinição, há também os significativos traços de um movimento de engajamento no mundo, um corpo no qual dores não se cristalizaram e um contínuo envolvimento em novos projetos estava em curso. Por outro lado, algumas mudanças não eram alvo de atenção, não se buscava superá-las, pois se referiam ao que havia ficado de “positivo” da experiência: desconfiança das pessoas, cuidados ansiosamente redobrados com os filhos e seu aumento de peso como um bloqueio ao desejo masculino. Estas alterações pareciam ter um caráter mais duradouro na vida de Mordecai. Os caminhos da normalização parecem assim ter um duplo movimento: o surgimento de novas relações e envolvimento em projetos e a conservação do que é caracterizado como uma aprendizagem, amadurecimento, um marco do fim da inocência.

Foi possível indicar através das histórias de Mordecai e Mabel Lazaroto como o horizonte das experiências passadas é convocado na superação da violência sexual. Em um nível, como a fonte de significados para reincorporar a experiência problemática ao curso inteligível da vida e em outro nível é do passado que provém um estilo já experimentado para lidar com situações de crise e que é reatualizado. Mas a história de vida, o passado biográfico já possuidor de dimensões incertas e problemáticas também comparece na interpretação da violência como veremos pelo relato singular de Jael.

UM RELATO SINGULAR

Jael é uma jovem de 27 anos, muito bonita e elegante. Narrou a sua história a sua terapeuta e a mim de forma verdadeiramente reveladora. Havia sofrido uma agressão sexual. Em uma noite quando seu marido saiu em um de seus muitos compromissos de negócio, seu apartamento foi invadido, havendo o intruso escalado três andares, situados à frente de uma movimentada rua do bairro. Encapuzado, o agressor dizia sentir por ela fortes sentimentos e já a observar durante muito tempo, sabendo inclusive da ausência de seu marido. Com uma faca, a despertou no meio da noite e passou a ameaçá-la todo o tempo, inclusive ao seu pequeno filho de três anos que dormia no quarto ao lado. Jael resolveu por isso não reagir, o que provavelmente a poupou de outras agressões físicas. Após ser violentada em seu apartamento, foi arrastada para um matagal nas imediações de sua casa, com a ponta da faca lhe espetando e ferindo durante todo o trajeto. Neste matagal sofreu novas agressões vindo a ser liberada após muitas horas. Completamente desorientada, retorna à sua casa e telefona para o marido, relata-lhe toda a história e decidem ir à delegacia. Os primeiros sentimentos que vivenciou foram de medo, raiva e vergonha. Principalmente o relato repetitivo de toda a história – na delegacia, no VIVER e no IML – a deixavam profundamente triste, sentia que nunca mais seria feliz na vida. Sua terapeuta descreve Jael, nesse primeiro momento, como uma pessoa completamente “transtornada e muito ansiosa”.

Quando tivemos nosso segundo encontro, seis meses depois, Jael estava mais calma, falava pouco e de modo envergonhado, como se estivesse prestes a contar algo muito inusitado, mas apenas me relatou uma parte de sua história de vida: era proveniente de uma família extremamente religiosa e “repressora com relação à sexualidade”:

“Nós nunca falávamos sobre sexo lá em casa, nem eu nem minhas quatro irmãs podíamos falar nada, ou fazer perguntas...era tudo como se diz, tabu, e eu acho que isso era uma coisa que já vinha da criação de minha mãe também, porque ela não tocava nesse assunto, até mesmo a gente só via o sexo para ter filho.”

Foi ainda com essa compreensão que veio a se casar com um jovem, seu atual marido, de quem gostava muito e com quem tem uma “vida boa”, tranqüila: sem reviravoltas financeiras, um filho saudável e uma família ampla muito acolhedora. O único ponto problemático em sua vida de casada era o seu completo desinteresse pela sexualidade, o que deixava seu marido exasperado:

Jael: “Ele reclamava muito, mas eu olhava para ele nu e era a mesma coisa de eu estar olhando uma cadeira, um irmão, era tudo a mesma coisa, mas eu sinto que alguma coisa está mudando...”

ENTREVISTADOR: “O que está mudando?”

Jael: “Depois do estupro eu passei a sentir vontade de fazer sexo com meu marido. Outro dia ele estava trocando de roupa no quarto e pela primeira vez na vida eu olhei para o meu marido com outros olhos e quis ter sexo com ele, pra mim sexo era importante porque a gente engravidava, eu tive meu filho, que foi uma coisa maravilhosa, só para isso, minha educação me fez pensar assim, que o sexo é uma coisa sem importância, era assim na minha vida. Eu acho que eu tinha um bom casamento, mas essa coisa de sexo era muito fria, meu marido se incomodava com isso, e agora nós estamos muito bem”.

De forma surpreendente para Jael, a confusão e os sentimentos de ódio e medo estavam cedendo lugar à percepção de que sua vida sexual estava melhorando a partir da agressão. Quando lhe questionei o que exatamente na violência sexual havia feito com que sua sexualidade adquirisse um novo ritmo, ela elaborou esta resposta:

“Eu fiquei pensando que o sexo deve ser uma coisa muito especial e importante mesmo, porque fez um homem colocar a vida em risco para ficar comigo: ele escalou três andares, podia ter caído, o meu apartamento fica de frente para a rua principal, ele podia ter sido pego pela polícia... se uma pessoa corre todo esse risco por causa do sexo então deve ser uma coisa muito importante... isso me marcou muito, o sexo não pode ser sem importância.”

Com esse “ganho”, que parece ter se consolidado lentamente após a agressão, Jael não via mais sentido em continuar a freqüentar a psicóloga do VIVER a quem viu apenas quatro vezes e não retornou. O que nas primeiras entrevistas era apenas sugerido, de forma envergonhada, pois sabia que sua reação ao estupro não havia sido nada convencional, foi se consolidando na certeza de Jael de que a violência significou a possibilidade de “libertação”, de quebra com um passado de opressão e de dessexualização do corpo. Seu corpo retomava um sentido erótico.

Este relato singular, **que nem sequer remotamente é representativo das vivências das mulheres agredidas sexualmente**, nos faz pensar em como não parece ser pertinente analisar os “efeitos da agressão sexual” de maneira desconectada dos seus rebatimentos sobre as experiências passadas, inclusive em suas dimensões problemáticas, e o que delas perdura no

presente. A relação passado-presente-futuro precisa ser descrita mais minuciosamente para que possamos compreender a temporalidade da experiência da agressão, assim como de sua transposição. Estamos assim mais uma vez no campo do tempo – de que tempo se trata aqui?

QUE TEMPO PARA A SUPERAÇÃO?

Com as análises dos dois conjuntos de narrativas, de um lado as histórias de Tamar e Ruth e de outro as de Mabel Lazaroto, Mordecai e Jael, podemos agora retornar a uma questão que nos fazíamos no Capítulo IV sobre uma compreensão da temporalidade nos processos de normalização de rupturas. A concepção usual do senso comum já nos fala do poder curativo do tempo: “o tempo leva tudo”, “só o tempo vai curar a minha dor” são expressões veiculadas em nosso cotidiano, afirmadas nos conselhos mais usuais dados aos que vivenciam dores e perdas e também muito difundidas pelas nossas músicas populares, nas quais aparece o “tempo do relógio”, por si mesmo, como curativo. Mas estas falas do senso comum tratam apenas de uma dimensão temporal, que a iguala a uma simples sucessão de acontecimentos. Tem-se aqui uma apreciação do tempo que não nos permite compreender como certas experiências podem se solidificar numa trajetória de vida ao longo dos anos, não sendo reabsorvidas, ‘levadas pelo tempo’. Voltemos mais uma vez à fenomenologia do tempo e vejamos de que forma ela pode nos ajudar numa tentativa compreensiva desta questão.

Com a sociologia de Nobert Elias (1999), aprendemos que o tempo é uma via privilegiada para trazer à luz dimensões humanas que não seríamos capazes de discernir de outro modo e que passam despercebidas pelas teorias da natureza dominantes, sistematizadas em fórmulas matemáticas que quantificam o tempo. A análise sociológica da temporalidade representa tal via privilegiada porque através dela temos acesso não a um fenômeno natural do mundo objetivo, mas ao efeito da “coexistência dos homens” ainda que para estes trate-se, em seu cotidiano, de um enigma ou mistério. Compreendida assim, a temporalidade não pode ser enquadrada em nenhuma das duas correntes mais difundidas e hegemônicas na tradição ocidental: de um lado a postura objetivista, para quem o tempo é mais um dado objetivo do mundo como outros tantos objetos da natureza e que destes se distinguiria apenas por não ser perceptível; no outro campo, o que poderíamos chamar de postura subjetivista que remonta a Descartes, mas que tem em Kant sua versão mais elaborada quando este afirma que o tempo se assenta em uma capacidade da consciência humana para captar o desdobrar dos

acontecimentos, mais que isso, se assenta numa forma sintética *a priori* e inata de experiência. Elias (1999) argumenta que esta última perspectiva teria prevalecido, ainda que de forma menos sistemática que a anterior. Mas a diferença entre estas duas correntes é apenas aparente na medida em que ambas terminam por estabelecer a temporalidade como um dado natural, seja como elemento do mundo, seja como característica da natureza humana. É somente o olhar sociológico que nos permite ir além destas concepções fortemente enraizadas nas teorias do conhecimento tradicional. Mas aonde nos leva o olhar sociológico?

Nos leva a compreender o tempo não como um “decalque” abstrato de um fluxo objetivamente existente, tampouco como uma forma de experiência comum à totalidade dos homens, anterior a qualquer contato com o mundo. Nos leva ao âmago do tempo como realidade humana resultado de processos e necessidades sociais, como ordenar a experiência e coordenar ações em meio ao ambiente natural. Desta maneira, a sociologia do tempo nos desvela a impossibilidade das separações tradicionais entre natureza e realidade humana e nos remete a olhar na experiência do tempo uma imbricação mútua entre natureza, sociedade e indivíduo. Não é sem razão que as formas de viver o tempo têm variado ao longo da história, entre sociedades e grupos, assumindo uma rica dimensão simbólica. Obstáculo a uma tal compreensão advém da forma substantivada que utilizamos para falar sobre o tempo que termina por reificá-lo. Hábitos lingüísticos presentes também em expressões como ‘contar o tempo’, ‘medir o tempo’. Todavia uma compreensão mais adequada da temporalidade exigiria o emprego de alguma forma verbal como “temporar”, por tratar-se de uma dimensão da condição humana ligada à ação e não de algo fixo e terminado. O que se explicita também em idéias como “no correr do tempo”, “rio do tempo”, que transmitem uma concepção do tempo como um fenômeno natural que manteria com o ser humano uma relação de exterioridade. Mas o que parece óbvio, natural e inquestionável em nossas vivências cotidianas da duração, condensa na verdade um longo processo de aprendizagem ao longo de muitas gerações.

Tal exigência de superar o entendimento da relação entre temporalidade e experiência humana como uma relação entre exterioridades é levada à radicalidade pela fenomenologia que instaura uma nova forma de pensar a conexão da experiência humana com as dimensões temporais: presente, passado e futuro. Encontramos em Heidegger na obra *Ser e Tempo* (1997) a descrição da estrutura do *dasein* como um “ser-no-mundo”. Os hífen não são casuais, pois refletem uma forma de destacar a unidade fundamental que existe entre o ser humano e seu mundo, rompendo-se dessa forma, como também propunha Elias (1999), com

qualquer possibilidade de prioridade ou separação na relação homem-mundo, sujeito-objeto, homem-natureza. Encontramos também nesta obra a afirmação-chave de que a temporalidade é uma dimensão essencial do *dasein*, seu ser está ligado à temporalidade de maneira essencial, interna e não fortuita ou acidental, o que nos permite afirmar com mais propriedade que a temporalidade é o ser do *dasein*.

A temporalidade aparece na argumentação final de “*Ser e Tempo*” (1997) o que levou Ricouer (1995) a falar de um adiamento da temporalidade na estrutura desta obra³⁶. Seria desnecessário e irrealizável avançarmos nas múltiplas implicações que estas análises preliminares ensejam. Mais pertinente para a questão que nos propomos a discutir aqui é irmos diretamente às principais conclusões heideggerianas sobre a temporalidade. Assim, a conclusão preliminar a que chega Heidegger (1997) sobre o tempo é explicitada em seu famoso parágrafo 65: “*Esse fenômeno unitário de um futuro que, tendo sido, torna-se presente, chamamo-lo a temporalidade*”. A primeira constatação que ressalta nesta afirmação é a temporalidade como um fenômeno unitário. Em segundo lugar, uma dinâmica temporal que se desdobra num contínuo entrelaçar-se dos três tempos ou como diria Heidegger, das três *ek-stases*. Mas Heidegger vai além ao estabelecer que a unidade temporal se articula com o Cuidado como dimensão estrutural do ser-no-mundo, referindo-se ao envolvimento e ao lançar-se do *dasein* em seus projetos. O Cuidado é definido por Heidegger como o ser da existência num sentido originário. Nossos envoltimentos em situações concretas do cotidiano, em nossas tarefas, só são possíveis porque o nosso ser é antes disso, ontologicamente, preocupado, dirigido para realizar-se no envolvimento com o mundo. Podemos nos questionar, neste sentido, como se estruturaria uma dimensão humana que se retraísse de um engajamento, de um projetar-se em suas realizações.

Ao mesmo tempo o projetar e as suas realizações carregam em si uma antecipação, uma vez que todo projetar-se, toda ação traz consigo uma antecipação uma abertura ao futuro, ou, nos termos heideggerianos, um *ser-em-frente-a-si* que está sempre em aberto, nunca

³⁶ De fato, antes de se deter na questão da temporalidade especificamente, Heidegger realiza um complexo percurso que ele chama de preparatório durante o qual trata de temas como o *dasein*, como o ser que coloca em questão o seu próprio ser diferentemente dos outros entes intramundanos, a mundanidade do mundo que configura a espacialidade do *dasein* como ser em situação inserido numa rede referencial e de circunvisão engajada em suas ações e a disposição que sinaliza também como um modo de ser do *dasein* o estar afetado “emocionalmente” em sua relação com o mundo, não como simples produto de uma subjetividade, mas da estrutura unitária ser-no-mundo. Heidegger analisa assim um a um os componentes da unidade ser-no-mundo: o *ser*, o *em* e o *mundo*.

fechado. Esta noção do Cuidado como base da temporalização é retomada por Merleau-Ponty (1999) nos seguintes termos:

“É no meu “campo de presença” no sentido amplo – neste momento em que passo a trabalhar tendo, atrás dele, o horizonte da jornada transcorrida e diante dele o horizonte da tarde e da noite – que tomo contato com o tempo, que aprendo a conhecer o curso do tempo”. (p.557).

O tempo não brota assim de uma exterioridade ou de uma abstração, mas de um mundo vivido, de uma inserção atuante em um mundo.

Se é o Cuidado que temporaliza, pluralizando o tempo, portanto possibilitando a existência, a dimensão que ganha relevância como articuladora do tempo deixa de ser o presente, como se consolidou no pensamento da tradição filosófica ocidental, e passa a ser o futuro que implica o passado e institui o presente dinamicamente. Isto que leva Heidegger a renomear estes três momentos da temporalização, recusando o tradicional emprego dos substantivos e adotando as formas verbais: o porvir, o ter sido e o tornar-se presente. Em palavras heideggerianas: “O fenômeno que oferece tal unidade de um porvir que torna presente no processo de ter sido, chamamo-lo temporalidade”. É em cada situação que se oferece a uma resolução, no Cuidado, que podemos verificar como se articulam tais momentos temporais. Assim, não faz mais nenhum sentido se falar de um passado como encerrado e concluído fora do movimento de *temporalizar*, apartado do presente nos engajamentos existenciais. Cai por terra também a chamada “compreensão vulgar do tempo” que o vê como uma sucessão de ‘agoras’ presentes e desconectados. ‘Agoras’ pontuais cujos intervalos podem ser captados por nossos relógios: da mesma forma que a agulha corre em seu percurso, o tempo também seguiria de um agora para outro.

Em oposição a tal concepção Heidegger estabelece que: “A temporalização não é uma sucessão de *ek-stases*. O porvir não é posterior ao passado e este não é anterior ao presente. A temporalidade se temporaliza como porvir-que-vai-para-o-passado-vindo-para-o-presente”. O que significa dizer, como analisado por Merleau-Ponty (1999), que cada presente reafirma a presença de todo passado, que por sua vez como que expulsa e antevê a presença de todo o porvir. Ou seja, nenhum presente está preso em si mesmo, mas se comunica de forma essencial com um passado e um futuro.

O que nos faz conceber o tempo, de forma contrária, como um ente autônomo e não como um movimento de temporalizar pela ação no mundo, pelo Cuidado e a preocupação, é a tomada das coisas do mundo, junto às quais sempre estamos e a datação que delas deriva, como o nosso parâmetro. Assim podemos falar em um tempo que escoar, em um tempo que perdemos, ou de um tempo que concedemos às tarefas, esquecendo-se que é o nosso projetar que temporaliza. “Nosso” também porque não se trata aqui de um tempo psicológico ou subjetivo, na medida em que *somos com outros* e os projetos se articulam a uma vida em comum. A temporalidade é também a retomada pelo porvir de um passado comum, partilhado. O que leva Heidegger a falar da herança como esse ter sido que sempre é retomado em nossos posicionamentos existenciais e que não são um produto individual, uma criação subjetiva. Ao contrário, com relação a esta herança retomada no movimento de temporalização, a nossa relação como indivíduos não pode ser outra que não a de dívida. Uma dívida a que a temporalidade sempre remete, mesmo na sua retomada criativa e instauradora do “novo”.

Por conseguinte a temporalidade não pode ser pensada, tomando-se como modelo as coisas dadas, o que faria com que o tempo se aproximasse de uma concepção reificada, interpretado como uma coisa ou um acontecimento natural independente ou preexistente à experiência humana. Não se trata, portanto, de falar “do tempo”, mas do “temporalizar” ou da “temporalização”. Disso decorre que o essencial no tempo é o seu fazer-se e nunca o estar completamente constituído, sendo apenas a nossa apreensão reflexiva e conceitual que podem tomá-lo como concluído. Do mesmo modo, o que temporaliza, não é o tempo em si como fenômeno natural, mas é o movimento de uma vida envolvida em seus projetos, sempre à frente de si mesma, instituindo um presente, um passado que foge, mas não se abole e um porvir, à luz do qual, mesmo o passado pode ser modificado. O tempo só pode ser efetuado, ou melhor, a sua síntese só se dá no movimento de uma vida que se desdobra e por isso não há possibilidade de experienciar o mundo como significativo fora desse movimento. O tempo, o humano, só é à medida que sai de si, se abre para um outro (Barbosa, 2003). Tal dinâmica temporalizadora não pode ser compreendida sem recolocarmos aí o lugar do corpo, não o corpo objetivado das ciências biológicas, mas o corpo como fenomenal, voltado para o mundo, desde sempre em abertura e engajado no que ainda não é, em seu porvir.

Retomemos à nossa questão. Como, a partir desse esboço geral de uma compreensão fenomenológica do tempo, podemos lançar luz sobre os fenômenos de estagnação e repetição,

de aparente *suspensão no tempo*, que caracterizam os graves sintomas vivenciados por mulheres agredidas como Tamar e Ruth? Então, que tempo para a superação?

À luz das contribuições da fenomenologia podemos dar um primeiro passo: se há um poder curativo no tempo não é no tempo dos relógios ou nos anos do calendário. A temporalidade entendida como fenômeno unitário, o temporalizar fundado no Cuidado, o corpo como campo da temporalidade enquanto projeto, nos permite arriscar uma compreensão da temporalidade envolvida nas experiências descritas nas histórias de vida de Tamar e Ruth em que sintomas dolorosos se incrustam em um corpo, infensos à passagem dos anos. Nestes casos, de fato os anos se passaram, mas a experiência da agressão não se temporalizou, reteve-se em uma espécie de presente distendido ou de um passado sempre recente que pode ser verificado na vivacidade das lembranças que parecem se referir a um evento que ‘ocorreu ontem’. A não-temporalização da experiência pode ser vista também na força das sensações corporais: “*eu ainda escuto a voz dele*”, “*eu ainda me vejo naquela poça de sangue de manhã cedo*”; bem como nas emoções ligadas à experiência: “*eu ainda me sinto culpada*”, “*o meu ódio é o mesmo*”.

O corpo “cortado” de seus projetos, a agressão retirada do circuito do Cuidado, como que desconectam a dor da dimensão relativizadora do porvir. O temporalizar que nasce fundamentalmente do *ser com* se fechou no silêncio de Ruth e Tamar e na sua renúncia aos projetos, ao passo em que se abriu nos incessantes e criativos envolvimento de Mabel Lazaroto e Mordecai. Para ser mais preciso, nos casos de paralisação existencial, os projetos que aí têm lugar passam a ter na “fuga do estupro” o seu fim exclusivo, o que certamente possibilita reavivá-lo incessantemente. Ouçamos Merleau-Ponty mais uma vez:

“Para o doente não acontece mais nada, nada adquire sentido e forma em sua vida – ou, mais exatamente, ocorrem apenas “agoras” sempre semelhantes, a vida reflui sobre si mesma e a história se dissolve no tempo natural. Mesmo normal, mesmo envolvido em situações inter-humanas, o sujeito, enquanto tem um corpo, conserva, a cada instante, o poder de escapar disso. ... Mas justamente, porque pode fechar-se ao mundo, meu corpo é aquilo que me abre ao mundo e nele me põe em situação. O movimento da existência em direção ao outro, em direção ao futuro, em direção ao mundo pode recomeçar assim como o rio degela. Mesmo se me absorvo na experiência de meu corpo e na solidão das sensações, não chego a suprimir toda a referência de minha vida a um mundo...” (Merleau-Ponty, 1999, pp. 227, 228)

Esse trecho nos lembra que se assenta no corpo a possibilidade de uma “retirada” da temporalidade como vimos nas histórias de Ruth e Tamar, mas uma “retirada” que não se trata de um “homicídio do sujeito” ou de um “assassinato da alma”, pois é também da corporeidade que vem o apelo para “recomeçar como o rio degela”.

“Recomeçar como o rio degela”. Essa potencialidade ficou evidenciada nas histórias de Mabel Lazaroto e Mordecai. Vimos que sintomas semelhantes aos de Ruth e Tamar também tiveram lugar em suas vidas: os desmaios, o sentimento de culpa, o retraimento, o medo, as lembranças vívidas e invasivas das agressões etc. Mas, quanto às primeiras, estes sintomas foram acolhidos em um movimento temporalizador de retomada e ressignificação da experiência: as leituras, a terapia, as mudanças corporais, a aquisição do cachorrinho de olhos verdes, a escrita de poema etc. Novos envolvimento existenciais foram realizados inserindo as suas histórias na dinâmica temporalizadora, em um “porvir-que-vai-para-o-passado-vindo-para-o-presente”. E se a experiência da agressão poderá jamais ser esquecida, caso entendamos esquecimento como apagamento absoluto, e venha a formar um certo núcleo opaco do passado sempre passível de reabertura em momentos de instabilidade ou fracasso na vida, certamente deixou de ser uma referência estagnadora do fluxo existencial.

Essa análise nos leva quase que obrigatoriamente às questões: Com essas diferenças de trajetória estamos diante de diferenças psicológicas, de escolhas racionais por percursos diferenciados? Com o primeiro grupo de narrativas estaríamos frente a indivíduos psicologicamente mais habilitados ou nos termos do senso comum, “mulheres fortes”? Poderíamos falar que no segundo grupo de histórias estamos caracterizando indivíduos psicologicamente frágeis, subjetividades desprovidas de recursos simbólicos para recompor suas histórias, mulheres “traumatizadas”? Poderíamos procurar elucidar as diferenças de percursos nas histórias analisadas pela gravidade ou intensidade das “experiências traumáticas” em termos das lesões sofridas, número de agressores, tipo de violência praticada etc?

Sem pretender elaborar uma resposta definitiva para estas questões ou descartar a relevância das principais variáveis que elas apresentam, é preciso pôr em relevo alguns aspectos. Em primeiro lugar, os relatos analisados nos possibilitaram identificar alguns dos aspectos problemáticos que surgem da *própria* experiência do estupro: o corpo invadido, a “segurança ontológica” ameaçada, o fracasso do “acervo de conhecimentos” para impedir a violência. A superação desta vivência envolve o equacionamento de dilemas que nascem na

cena do estupro. Por outro lado, as nossas análises nos mostraram que “atravessar a experiência da agressão sexual” envolve uma remissão a diversas dimensões existenciais, um contínuo “diálogo” com a situação biográfica, com os valores sociais dominantes que instituem a sexualidade e o lugar do feminino, bem como estabelecem o lugar do que pode ser narrado publicamente. Em segundo lugar, os diversos sentidos da experiência vão sendo elaborados nas interações sociais das mulheres agredidas e no seu percurso pelas agências do Estado e/ou dos sistemas religiosos. Desse modo, parece inevitável o reconhecimento de que os “efeitos da agressão” comportam uma certa indeterminação, não sendo possível prevê-los ou determiná-los de antemão antes de seus desdobramentos nas interações sociais e das articulações de sentido possíveis em uma trajetória de vida. A história de Jael e de outras mulheres demonstram que a dimensão criativa, a instauração de saídas e posicionamentos originais e singulares, não está descartada das vivências com a agressão sexual e são elaboradas a partir de um acervo de experiências e de reformulações do cotidiano.

A partir dessas ponderações, surge a possibilidade de uma releitura da noção freudiana do “*trauma em dois tempos*”, segundo a qual o traumático só se consolida nos novos sentidos (a posteriori) que as experiências adquirem. Podemos ampliar esta intuição, saindo da versão circular em que usualmente é tomada e que tende a interpretar o traumático como a ressignificação do pré-traumático, acrescentando-lhe a intuição fenomenológica da experiência como originariamente aberta. Nesta perspectiva não é possível afirmar que os significados da experiência sejam da ordem da arbitrariedade ou do caos, uma vez que se enraízam em um mundo vivido, mas tampouco são da ordem da determinação, pois a experiência está sempre aberta a novos sentidos. Se os caminhos muitas vezes percorridos criam vias privilegiadas de existir (Merleau-Ponty, 1999), cristalizações existenciais, como identificamos nos casos de paralisação existencial de mulheres agredidas como Ruth e Tamar, não se abole daí a possibilidade de “recomeçar como o rio degela”. Tentaremos esclarecer outras dimensões desse processo no capítulo seguinte.

CAPÍTULO VIII

SOBREVIVER À VIOLÊNCIA: OS (DES)CAMINHOS DA NORMALIZAÇÃO

Só no primeiro momento acredito que o possuo, eis que, por uma inversão curiosa, ele me possui... Se um objeto que seguro nas mãos é sólido, posso soltá-lo quando quiser; sua inércia simboliza, para mim o meu poder total...Mas aqui está o viscoso invertendo os termos: {meu ego} é subitamente comprometido, abro as mãos, quero desfazer-me do viscoso e ele se cola em mim, me puxa, me chupa...Já não sou o senhor. O visgo é como um líquido visto num pesadelo, em que todas as suas partes são animadas por uma espécie de vida e volta-se contra mim... Se me deixo submergir no viscoso, sinto que vou perder-me nele...Tocar o viscoso é arriscar-se a ser dissolvido na viscosidade. Jean Paul-Sartre em *O ser e o nada*.

Só que um dia eu decidi: “Mainha, tenho que voltar para minha casa, tenho que retomar minha vida. *Ada, 40 anos, separada, acompanhante de idosos e vendedora autônoma. Violentada em sua própria residência.*

A reflexão fenomenológica de Alfred Schutz (1971 e 1973) pode nos fornecer importantes elementos para a compreensão dos processos de ruptura e normalização que ocorrem a partir das agressões sexuais. Um dos pontos de partida do autor é a análise da estrutura do mundo social que é englobado pelo pressuposto não reflexivo de estabilidade ou garantia. O mundo, cuja estrutura é tida como garantida, é, antes de tudo, uma realidade sociocultural que precede o nascimento dos seres humanos e lhes confere um lugar. É neste espaço que podem encontrar seus apoios. O mundo social é vivido como uma firme malha de relações, de sistemas de sinais e símbolos com sua particular estrutura de sentido e de formas de organização institucionalizada. O significado de todos estes elementos em sua diversidade e estratificação e

mesmo os padrões de sua “textura” são, para aqueles que aí vivem, tomados como garantidos. Neste sentido, os meios usuais aceitos como os melhores para lidar com situações e com outros são assumidos como certos porque sobreviveram à longa prova dos tempos e, por isso, dispensam explicação ou justificação. Há, portanto, nos esquemas de interpretação predominantes em um grupo social uma espécie de herança intergeracional que constitui o modo como o grupo define sua situação, vindo a ser um elemento da situação real. Assumir o mundo social como seguro, garantido e certo, e por isso inquestionável, significa conceber que até “segunda ordem” as coisas irão continuar substancialmente do mesmo modo e que qualquer um, nós ou outros, pode desempenhar com sucesso suas ações e solucionar problemas obtendo os mesmos resultados.

Schutz (1971 e 1973) chama esse pressuposto da vida cotidiana de “atitude natural” nesta atitude, insiste o fenomenólogo, experimentamos o mundo como aproblemático. Este horizonte aproblemático constitui o fundamento de tudo que se dá nas nossas experiências e o “marco pressuposto nos quais se colocam todos os problemas a serem resolvidos”. Por isso, pode-se entender o mundo da vida cotidiana como a “realidade humana por excelência”. Ademais, a pressuposição da atitude natural engloba as interações sociais, pois pressupomos simplesmente que os outros seres humano são dotados de uma consciência semelhante à nossa o que torna o mundo cotidiano, desde sempre, intersubjetivo. Assim, pressupomos: 1. a existência corpórea de outros, 2. que estes corpos estão dotados de uma consciência similar à nossa, 3. que as coisas do mundo têm o mesmo sentido para nós e para os outros, 4. que podemos entrar em ações e relações recíprocas com os outros e 5. que podemos ser entendidos pelos outros. Tais pressuposições são o pano de fundo das relações sociais e das ações cotidianas – a maioria delas posta em dúvida pelos desdobramentos da violência sexual.

Estas primeiras análises da vida cotidiana exigem a compreensão de que a atitude natural é determinada por um “motivo pragmático” e mesmo o pensamento, na vida cotidiana, é orientado para a necessidade de atuar e operar sobre o mundo. Nas situações cotidianas que demandam de nós uma solução, um enfrentamento, somos guiados por nosso “acervo de experiências prévias” que é formado tanto por nossas experiências imediatas como pelas que nos transmitem nossos semelhantes. Em conjunto, constituem uma espécie de “acervo de conhecimento” que é a base de referência para as ações e interpretações do mundo. Deste modo, todas as “explicitações”, ou seja, interpretações e resoluções pragmáticas de problemas que são realizadas no mundo da vida se processam em uma realidade que é fundamental e

tipicamente familiar. Confia-se que o mundo tal como conhecido até agora persistirá, continuará indefinidamente, de modo que o “acervo de conhecimentos” não perderá a sua validade. Disso resulta um outro pressuposto: que posso repetir meus atos exitosos anteriores. Mas é preciso ter em conta que o chamado “acervo de conhecimentos” não constitui um todo organizado e logicamente coerente e muito menos fechado, pois está sempre em aberto, sendo ampliado e revisto ao longo das experiências na vida cotidiana. A deficiente concordância entre os seus diferentes elementos componentes não compromete a sua validade. Pois no fluxo rotineiro de experiências a novidade é logo convertida em pressuposto e, assim, o que é questionável não é imediata e intrinsecamente problemático, podendo ser incorporado às evidências mais amplas estruturadas em experiências passadas.

Mas o que permaneceu além de questão, pode sempre ser colocado em dúvida: o que foi tomado como garantido pode tornar-se problemático. Isto se dará, por exemplo, se ocorrer na vida individual ou social um evento ou situação aos quais não podemos aplicar os padrões habituais seja de comportamentos ou de interpretação. Teríamos, então uma crise que pode ser *parcial*, se apenas alguns dos elementos componentes do mundo tomado como garantido é posto em questão ou *total*, se vem a invalidar todo o sistema de referência ou o esquema de interpretação em si mesmo. Mas como pode ser interrompida a sucessão não problemática de experiências cotidianas? É preciso ressaltar, antes de mais nada, que o caráter problemático de uma situação pode ser compreendido, em seu caráter intersubjetivo, como uma frustração de expectativas que formam as antecipações implícitas nas experiências, ocasionando a interrupção do fluxo socialmente pressuposto da vida. Desse modo, pode-se dizer que quando um aspecto da experiência atual é incongruente com a experiência anterior, os pressupostos da vida claudicam, o que pode acontecer, por exemplo, quando uma experiência atual não é classificável segundo esquemas de referência prévios. O caráter problemático de uma experiência exige que a ela se dirija atenção, bem como se realize uma retomada dos referenciais norteadores anteriormente implícitos, ou nos termos de Schutz, exige a “explicitação do horizonte” para reincorporar a discrepância entre meu acervo de experiências prévias e a experiência concreta. Através de readaptações, reordenamentos ou reacomodações é possível que a crise seja dissolvida com uma ampliação do acervo de conhecimentos e das tipificações que o estruturam, passando a formar uma nova base pressuposta, ou seja, resolve-se o problema colocado, “até segunda ordem”. Esse não é, portanto, um percurso apenas psicológico, mas intersubjetivo ou social.

Com estas noções em relevo, voltemos aos relatos da experiência das agressões sexuais.

DIMENSÕES PROBLEMÁTICAS

As narrativas das mulheres que sofreram a violência sexual frequentemente se referem a dimensões problemáticas de seu cotidiano que teriam resultado dessa experiência. Estas dimensões problemáticas passam a interferir ou modificar o seu cotidiano. O Quadro I agrupa as vivências que transformam um cotidiano anteriormente vivido como fluido, ritmado ou aproblemático num campo de indefinições e dilemas a serem enfrentados ou superados. Essa lide com diversos níveis de questões novas no dia-a-dia gera, em muitas mulheres, o sentimento de que as implicações sociais do estupro teriam sido mais difíceis do que o próprio crime em si.

QUADRO VIII

Principais Dificuldades Vivenciadas como Resultantes das Agressões

Dimensões Problemáticas
Perda de desejo sexual
Insônia
Memórias invasivas e repetitivas da agressão (podem envolver detalhes como voz e cheiro do agressor)
Perda do sentimento de autonomia
Necessidade de garantir segurança pessoal
Sentimento de ser uma mulher “diferente” das demais
Desconfiança com relação aos homens e vida social
Frustração de projetos/impossibilidade de realizá-los

Fonte: Pesquisa de Campo 2004-2006.

Essas dimensões problemáticas, nas quais estão envolvidas muitas das emoções que apresentamos no Quadro V e que passam a ter lugar na vida das mulheres agredidas implicam alterações significativas em seu cotidiano. Ademais, como creio ter ficado bastante demonstrado, tais dimensões não podem ser pensadas fora das interações e contextos sociais

que as elaboram e lhes dão significados. Do mesmo modo, os entraves ao fluxo cotidiano de atividades, expectativas e projetos ecoam na totalidade da vida das mulheres, sendo impossível a existência de problemas que não atualizem, intensifiquem ou remetam a outros tantos, presentes no horizonte de sua situação biográfica.

Assim, a perda do desejo sexual que é descrita por muitas mulheres como um dos sintomas resultantes das agressões pode levar à separação conjugal em casos em que é interpretada como uma evidência de que o amor pelo cônjuge se esgotou. Ou então, quando o evanescimento do desejo sexual é tomado como prova do fracasso de um casamento há muito difícil, mas agora insuportável.

Do mesmo modo, a forma como a agressão sexual rebate na história de vida, reabrindo ou colocando em questão antigos pontos problemáticos, é outro elemento indispensável à compreensão dos seus “efeitos”. Já analisamos detidamente este ponto quando discutimos a história de Jael. Aqui é importante destacar, pelo seu poder ilustrativo, apenas um dos casos acompanhados no VIVER. Trata-se de uma jovem que junto com sua amiga sofreu um estupro praticado por dois agressores que se revezariam nas agressões das duas. Mas no momento em que o agressor de sua amiga ia violentá-la ele ouviu do homem que acabara de agredi-la que não valeria a pena continuar, pois *“Essa aí não é boa, é sem graça”*. Ao narrar esta experiência, a jovem, que não sofreu a segunda agressão, descreveu a sua dor, pois o seu marido havia se separado dela poucos meses antes, justificando a separação empregando os mesmos termos do agressor: *“Você é muito sem graça”*. Para essa jovem a grande questão que passou a perturbá-la foi referente ao seu valor como mulher para os homens, à sua feminilidade. Era esse dilema que a atormentava e a levou à psicoterapia e não a violência propriamente. Ainda no que se refere à necessidade de atentar para como a violência sofrida se articula com a história de vida da mulher que vivenciou uma agressão, é preciso destacar as situações não raras em que a agressão presente ativa a recordação de outras violências sofridas, mas esquecidas. Em geral as recordações que estavam *“adormecidas”* antes do estupro se referem a abusos sexuais sofridos na infância e praticados por pais e padrastos. Independente da *“realidade”* destas recordações, elas representam a abertura de um novo pólo problemático a ser resolvido no processo de recomposição da normalidade. Estas situações exemplificam mais uma vez o fato de a agressão sexual poder reabrir dimensões problemáticas e incertas há muito silenciadas nas existências das mulheres. Com estas ponderações em

relevo, podemos descrever em mais detalhes outras dimensões cotidianas vividas como problemáticas após as agressões.

Para muitas mulheres os aspectos do cotidiano que mais imediatamente são bloqueados ou se tornam perturbadores dizem respeito aos que se ligam às agressões. Assim, se a agressão ocorreu à noite, com a casa invadida enquanto a vítima dormia, o sono pode passar a ser problemático, pois significa estar vulnerável a novas agressões. Daí a insônia, que inicialmente pode ser buscada conscientemente, na esperança de garantir a segurança e o alerta, poder posteriormente transformar-se em um quadro sobre o qual não se tem mais controle e que termina por comprometer o desempenho das atividades diárias e profissionais. O sono pode fugir também porque é à noite, quando se está sozinha na cama, que as recordações das agressões mais facilmente são evocadas. Para a agonia das mulheres, sem que elas desejem, as recordações retornam como se tivessem vida própria e uma dinâmica independente dos esforços do “eu” para simplesmente deitar e dormir.

Eu tento lembrar também, só que às vezes quando eu tento lembrar a voz dele {agressor}, eu não consigo, mas quando eu estou sem poder dormir a voz dele chega no meu ouvido. Só que aí, eu acho que é a agonia minha e não consigo quando quero realmente lembrar. Se eu ficar sem dormir a voz dele fica toda na minha cabeça. (Noemi, 30 anos, separada, empregada doméstica).

Esse sentimento de ultrapassamento, de ser incapaz de dominar memórias e sentimentos parece redobrar o estado de assujeitamento que foi vivido na agressão sexual e fomentar uma insegurança generalizada com relação à capacidade de dar conta das atividades cotidianas. As certezas com relação ao auto-controle, ao controle do corpo e da vida diária, anteriormente fundadas na previsibilidade e estabilidade do mundo da vida parecem ser postas em dúvida pela vivência da agressão e seus desdobramentos:

Isso desestrutura, porque eu era uma pessoa muito confiante, de chegar em minha casa a hora que fosse, sem problema nenhum, e hoje em dia, depois dessa, desestrutura, eu não tenho sono, eu tenho sono, mas eu fico dominando o sono porque eu não quero dormir. Isso já vai fazer seis meses e eu procuro ajuda para que eu volte ter uma vida normal, ou pelo menos chegue perto do que era. Porque é muito desagradável mesmo. Eu fico com medo de dormir pelo fato de ter sono leve e não ter ouvido quando ele entrou. Aí eu acho assim, que se eu relaxar para dormir e apagar geral, eu acho que posso... Eu mesma montei um esquema de segurança na casa, nas portas, nas janelas. Antes tinha grade, né, só que estava sem o cadeado e a

janela do meu quarto estava quebrada. (Ada, 40 anos, separada, acompanhante de idosos e vendedora autônoma).

Eu diria que minha vida mudou bastante, porque antes desse acontecido eu me considerava uma pessoa totalmente segura, na época que aconteceu, eu estava morando sozinha. Esse sentimento de desproteção, de achar que eu não sou uma pessoa tão forte. Essa sensação de não precisar de ninguém — que era o que eu tinha — é como se eu tivesse criado um couraça, com muitos amigos, muita gente, mas não havia na minha vida realmente quem compartilhasse os meus momentos. Aí de repente eu me deparo com isso, foi muito ruim, eu me senti muito frágil. Foi uma situação horrível. Não que eu seja uma pessoa controladora, não é isso, mas eu sempre achei que tinha tudo sobre controle e de repente eu vi que não era assim. (Mabel Lazaroto, 45anos, separada, professora de idiomas).

Estes sentimentos de pequenez e fragilidade frente à existência leva muitas mulheres a viver como urgente a necessidade de reforçar a segurança pessoal. Acontece que a necessidade de garantir a segurança pessoal se choca com as limitações econômicas da maioria das vítimas e assim a violência sexual é capaz de reanimar também esse âmbito problemático de suas vidas. Desse modo, a urgência angustiada de providenciar medidas de proteção, às vezes simples como gradear uma janela, consertar ou trocar uma porta por onde o agressor invadiu a residência, mudar-se de residência, permanece dolorosamente frustrada ou indefinidamente adiada.

O sentimento de ser uma mulher diferente das demais, em um sentido negativo, é outro componente muito comum das vivências problemáticas para a condução do cotidiano. Nos casos estudados, foi um sentimento dos mais duradouros ligados à experiência da agressão. Esse sentimento, que pode assumir a forma de uma certeza inabalável, muitas vezes retorna insistentemente nos muitos encontros sociais: trabalho, relações de amizade, lazer e outros. Sentir-se excluída do universo das mulheres é descrito como algo que sempre retorna, gerando dificuldades de se envolver inteiramente nas tarefas e encontros sociais. A tão comum referência à falta de concentração, talvez encontre aqui um dos seus móveis mais poderosos. A experiência de retorno desse sentimento de exclusão é usualmente identificada a uma espécie de advertência ou chamado de uma voz interior que aponta para a cena do estupro como uma marca, um defeito que, de agora em diante, consome a identidade feminina. As conexões deste sentimento são muitas e remetem, como vimos, à questão do estigma. Mas é importante destacar também como “se sentir excluída” se vincula a posicionamentos das mulheres que ampliam mais e mais os bloqueios e limitações do seu cotidiano como, por exemplo, a

suspensão dos vínculos sociais seja com outras mulheres, seja com amigos e mesmo com os homens que as cortejam. Comparar-se com outras mulheres, que se supõe não sofreram violência, pode assumir formas compulsivas e que torna a companhia feminina muito difícil. É fácil deduzir o quanto conduzir o cotidiano no isolamento pessoal pode ser problemático, sobretudo para as mulheres de classes trabalhadoras cujas vidas se sustentam de maneira marcante em suas redes sociais de apoio.

Ser agredida sexualmente representa também um momento de atualização das anteriores e difíceis relações com os homens. Todas as mulheres entrevistadas descreveram uma trajetória de relacionamentos conturbados nos quais as figuras masculinas aparecem como autores de deslealdades, agressões físicas, abandono dos filhos, infidelidades e desilusões pela frustração de projetos em comum. A violência sexual torna-se assim, à luz desse passado, uma confirmação do caráter maldoso e “animalesco” da masculinidade. Essa constatação leva muitas mulheres a desistir da possibilidade de encontros amorosos futuros ou a se comprometerem com um período longo de abstinência que deverá ser seguido por um escrutínio mais rigoroso dos homens antes de com eles se envolverem:

Sobre isso que aconteceu. Porque pode até dizer que não, mas a pessoa fica traumatizada com isso. Fica mesmo. Eu já não tinha boa coisa sobre os homens, que eu já tinha tido experiência de marido, imagine depois do que aconteceu. Aí fica difícil. Então não tenho nenhum namorado. Só que eu disse a ele {pretendente} que por agora não dá. Eu já conversei até com ele sobre o que aconteceu comigo, ele disse: “mas eu vou lhe ajudar a superar isso”. Mas não é questão de superar, é por que, sei lá, está muito recente ainda, pra mim, não dá pra ter um relacionamento agora. Assim, porque eu pensei logo assim, homem é tipo um animal pra mim, ia querer logo ter sexo, não sei o quê. E eu não quero homem pra sair, eu quero um namoro, assim, pra conversar mais, ter mais amizade, assim. Porque homem vai querer logo sexo e eu não estou preparada para isso. O corpo pede, mas minha mente não está...(Dalila, 33 anos, separada, desempregada).

Medo, muito medo também. Qualquer pessoa, agora não tanto, entendeu, mas todo homem que eu via eu sentia medo. Meu pai, que nunca forçou, nunca me deu um tapa, até meu pai, eu mudei com meu pai, meus irmãos, eu sou outra pessoa. Medo, sabe, de acontecer alguma coisa comigo, de um dia acontecer isso comigo. (Léia, 23 anos, solteira, vendedora autônoma e empregada doméstica).

Mas a desconfiança, a suspeita com relação à veracidade das posturas e atitudes masculinas se liga a uma dúvida mais ampla e profunda quanto à veracidade do próprio mundo social. Para

muitas mulheres, ser agredida sexualmente significou que o mundo social, seus papéis, normas e valores não passaram no teste da veracidade. A violência é vivida como uma negação de todos eles: a certeza da punição da maldade, a garantia da felicidade dos justos, o tão prezado valor cristão de que as boas ações são recompensadas, a sexualidade como expressão do amor e mesmo o pressuposto, até então inquestionado e não tematizado, de que o outro se pauta por valores comuns. Por essa via, as bases da reciprocidade, estabilidade e previsibilidade das relações sociais se desorganizam. A experiência da agressão, entendida aqui em sua totalidade, envolvendo, portanto, os seus desdobramentos sociais, é uma experiência de desenraizamento. É a estrutura que dá consistência à realidade social que é posta em dúvida. Não é sem razão que, para muitas mulheres, os encontros sociais mais diversos e sem conexão direta com a violência sejam também os momentos propícios para a eclosão das lembranças da violência, dos desmaios e das dúvidas. Tais momentos podem ser vividos como uma vertigem, pois a ameaça às bases da coerência social é também a ameaça da consistência do indivíduo. As falas a seguir retratam estas vivências:

Tipo assim, logo no início que aconteceu, eu tinha crises de choro. Eu tava aqui sozinha, ou se eu fosse no mercado, eu chorava. Teve uma vez que eu estava no Extra fazendo compras e me senti mal, fiquei mal! O gerente chamou pessoas pra tirarem minha pressão. Eu entrei em pânico e comecei a chorar assim. Eu olhava pras pessoas e pensava: “Meu Deus do céu! O que é que tem detrás dessa máscara! O que é que essa pessoa é capaz de fazer com o ser humano?”, aí eu ficava me questionando. Meu irmão me chamou pra trabalhar no camarote do Folia no carnaval. Imagina! Ele não sabia de nada que tinha me acontecido. Eu disse: “Eu vou”. Eu fui. Eu trabalhei o carnaval inteiro no camarote do Folia. Mas tinha hora que me dava um pânico quando eu olhava tanta gente! O que é capaz essa mulher de fazer, esse homem? O ser humano, o que ele é capaz de fazer? Será que essa coisa que ele está demonstrando é a verdade? A gente se questiona e fica assim, sabe? Eu fiquei um tempo grande assim. (Mordecai, 52 anos, separada, microempresária).

Esta mesma entrevistada foi questionada sobre se existiam momentos propícios à recordação do estupro e assim respondeu:

Que desperte mais, é tipo assim — por incrível que pareça — quando eu estou sozinha não me desperta isso, assim na hora de dormir também não. Ou se estou com meus filhos dentro de casa, não me desperto não. Desperta mais assim quando eu vejo um casal muito grudado. Ali me desperta e eu fico assim questionando, eu fico olhando: “Meu Deus, será que é aquilo mesmo? Ou será que vai fazer a mesma coisa que fez comigo?” É um momento que me vem assim muito questionamento,

quando eu vejo assim... No início, logo quando aconteceu, era quando eu via... quando eu me batia assim em supermercado, quando eu via muita gente, eu me questionava muito o que cada um era capaz de fazer. Hoje, às vezes bate assim, nesse momento. Aí vem aquele questionamento.

Outra entrevistada afirmou os momentos de suas dúvidas nestes termos:

Poxa, tô na sala de aula... imagine, eu trabalho com curso pré-vestibular, você tá dando aula e pensando: “Será que tem alguém aqui?”. Porque esse rapaz que entrou na minha casa, ele tinha sido meu aluno de uma ONG que eu trabalhei aqui, então isso no começo me assustou muito. Eu ia dar aula e ficava olhando: “Meu Deus! Quem é quem aqui?”. Isso me assustou bastante. (Mabel Lazaroto, 45anos, separada, professora de idiomas).

A descrença na veracidade do mundo se assenta também na interrupção de muitos projetos após as agressões. Os projetos são nossos elos com o futuro. Projetar não se reduz a planos estabelecidos e programados conscientemente, mas a todas as antecipações que estão implícitas nas ações cotidianas nas quais se está engajado pré-reflexivamente. Muitas expectativas que guiam projetos em uma trajetória de vida são assumidas tacitamente como garantidas, como, por exemplo, dispor da sexualidade segundo os próprios desejos. Mas, novamente, a agressão sexual desfaz ou põe em séria dúvida tais pressupostos. A virgindade perdida em desconexão com os projetos de vida de muitas jovens põe em xeque a viabilidade de um dia terem um futuro feliz. O sentimento de frustração vivenciado por estas jovens pode significar uma fonte de paralisação e renúncia de novos projetos. Apesar de o valor da virgindade como dignificador da mulher e, sobretudo, da honra familiar estar em franco processo de desaparecimento, a virgindade ainda guarda, no imaginário de muitas mulheres, um sentido romântico. Deve ser preservada para o homem amado em um encontro desejado. Por conseguinte, perder a virgindade de forma violenta e indesejada repercute na vida de muitas jovens como uma frustração de um importante projeto e a impossibilidade de sua realização.

Mas, ainda outros projetos terminam por ser abandonados ou redefinidos a depender de como o estilo de vida precisa se adaptar às novas exigências trazidas pelos cuidados médicos necessários e pela urgência de proteção contra novas agressões. Por exemplo, os medicamentos que são utilizados: os contraceptivos de emergência, o coquetel anti-AIDS, significam o adiamento da possibilidade de engravidar e a auto-proteção pode exigir o abandono do trabalho para se distanciar do agressor que continua livre:

Mas, o trabalho mesmo, tinha desistido de trabalhar, por isso mesmo, e, difícil para encontrar um trabalho também. Sempre assim, acaba ficando difícil para mim, que eu fico com medo de quando eu estiver trabalhando e acontecer outro caso como aconteceu.(Léia, 23 anos, solteira, vendedora autônoma e empregada doméstica).

Na época que isso me aconteceu eu já estava me preparando para ter um bebê, uma coisa que eu sempre quis, mais aí me explicaram {médicos do VIVER} que era melhor eu me prevenir da AIDS e de uma gravidez indesejada e deixar para depois o meu plano de ter um bebê, foi muito difícil porque eu ficava me perguntando e se eu já estiver grávida de meu marido e tomar esses remédios...e se eu não puder mais ter filho... (Eva,39 anos, casada, comerciante).

Renúncias de projetos como estas podem ser vividas como mais uma injustiça a que se tem de se submeter, mais uma “vitória” do agressor sobre o corpo da mulher. Contudo, as derrotas, ou as “recaídas”, não representam uma abdicação do empenho para recuperar-se.

LIDANDO COM OS ECOS DA EXPERIÊNCIA: RESTOS PROBLEMÁTICOS

A experiência e os processos que envolvem a busca por uma recomposição existencial após as agressões são descritos como um embate. O elemento contra o qual se luta possui uma espécie de viscosidade. As emoções, as inibições e as memórias recorrentes das quais as mulheres buscam ansiosamente se libertar como condição essencial para “voltar a viver”, para retomar os seus projetos e cotidiano, parecem assumir “vida própria”. Como que por ondas, delas se apossam com um grau significativo de imprevisibilidade. Assim, o medo, o ódio, as imagens da agressão, a tristeza que se acreditava terem sido deixadas para trás podem retornar subitamente com grande intensidade e levar longos dias até que delas seja possível livrar-se novamente sem saber quando voltarão. Tais retornos, descritos por muitas mulheres como “recaídas”, podem ocorrer às vezes sem razão identificável, ou em situações que apresentam umnexo, ainda que insignificante, com a cena do crime: o cheiro do perfume do agressor, a chuva durante a noite, os traços físicos de um homem casualmente visto no caminho para casa, o timbre de uma voz masculina ouvida no transporte coletivo... Também é possível uma “recaída” nos momentos em que se enfrentam as dificuldades ligadas à solução do crime: voltar ao VIVER, tomar as medicações preventivas adequadas, ir à psicoterapia,

freqüentar a delegacia...Tais situações, que envolveriam o próprio equacionamento da violência sofrida, podem ser vividos como a exposição a um sofrimento que não teria lugar não fosse a violência sexual. Esta percepção pode envolver as mulheres agredidas em verdadeiros ‘becos sem saídas’, labirintos em que as próprias vias de superação remetem insistentemente ao crime. Assim, retomar o cotidiano, seus projetos e atividades pode exigir um esforço significativo das mulheres agredidas, esforço que precisa ser renovado constantemente até que os vislumbres de uma recuperação possam ser sentidos. Tal empenho pela recomposição, o esforço às vezes extenuante nele envolvido, não pode ser pensado sem se levar em conta o fracasso das mediações institucionais e das redes de relações em que a violência é apreendida e conseqüentemente ressignificada, como tentamos explicitar nos Capítulos IV e V. Mas este fracasso não levou a maioria das mulheres entrevistadas a desistir de buscar a retomada de suas vidas num fluxo de continuidade. Por outro lado, parece torná-lo mais doloroso e vivido como uma tarefa solitária a cargo das forças e habilidades pessoais.

Para sermos mais exatos em nossa descrição dos processos de normalização, é preciso destacar que os traços da busca por uma recomposição existencial podem ser encontrados ainda no momento do crime quando as mulheres agem de modo a ter elementos para futuramente lidar com a violência como, por exemplo, focalizar a atenção em sinais corporais do agressor que permitam reconhecê-lo posteriormente na delegacia, ou então, agir de acordo com as imposições deste de modo a evitar lesões corporais que posteriormente poderiam comprometer a própria vida. Esta busca continua nos momentos imediatamente seguintes à agressão e tem como um dos seus móveis mais imediatos escapar do agressor; em seguida, aliviar as dores e lesões corporais, retornar para casa e esquecer.

A intensa mobilização para trazer a vida à estabilidade parece envolver todo o ser das mulheres agredidas, como podemos deduzir dos muitos sonhos em que figuram enredos de reparação. A vingança contra o agressor é tema comum nas cenas oníricas e pode envolver o seu assassinato, a sua prisão ou dizer-lhe o que ficou em suspenso durante o estupro, ameaçá-lo. Nos sonhos também é representada a defesa e a vitória sobre o agressor que é derrotado pela força física da mulher e duramente humilhado. Os sonhos podem ter uma estrutura cambiante à medida que mudam os desafios do mundo desperto. Por exemplo, ao invés da vingança podem começar a retratar o impedimento de novas agressões, a viagem para um lugar distante fora do alcance do agressor ou testemunhar o arrependimento humilhante deste. Assim, como a Psicanálise nos ensina, os sonhos parecem representar aqui a realização de

desejos e demonstrar que mesmo fora da vigília, do mundo desperto, a tarefa de superação continua ativa. Mas o despertar pode ser bastante amargo na medida em que os dias seguem e a experiência é partilhada e precisa submeter-se às várias instâncias sociais. A partir daí, como tivemos oportunidade de analisar nos capítulos precedentes, outros atores e instituições irão atuar, interferir, participar na definição e redefinição dos caminhos e descaminhos da normalização: a polícia, a justiça, o VIVER, os peritos médicos, os amigos, a família, os vizinhos, o próprio agressor, a comunidade e outros mais que estarão entre os poucos e raros a saber das agressões. Boa parte deste percurso pôde ser analisada anteriormente quando tentamos apontar como uma possível recomposição se estrutura tendo por base a corporeidade e um diálogo incessante com a própria trajetória de vida, com o passado e com os valores predominantes em nossa sociedade que situam a sexualidade e o feminino. Como vimos nas histórias de Ruth e Tamar, de tal percurso não está descartada a possibilidade do descaminho que pode levar as mulheres agredidas a um abandono de projetos, a uma paralisação ou à manutenção de um sofrimento prolongado e solitário. Contudo, vivenciar a violência sexual, ainda que solitariamente, quando esta é cuidadosamente guardada em segredo, significa viver uma experiência na qual se entrecruzam muitas forças sociais e culturais e que se desenvolve intersubjetivamente.

Neste capítulo, analisaremos mais detalhadamente outras modalidades de superação da violência e seus ecos na vida das mulheres agredidas. Tal processo não pode ser descrito como um contínuo ou como envolvendo a passagem por etapas (Burgess & Holmstrom, 1974) predeterminadas, sendo bem melhor caracterizado como se desenvolvendo por avanços e recuos, os quais são descritos como ‘levantar-se’ e ‘recair’. Interrupções e retomadas em que é preciso lidar também com os efeitos negativos ou indesejados de muitas das vias de superação acionadas. Daremos uma ênfase especial, neste capítulo, aos recursos acionados individualmente, uma vez que já abordamos os demais ao longo dos capítulos anteriores. Discutiremos alguns destes recursos e em seguida aprofundaremos nossa análise com a descrição de três histórias de vida que nos permitirão ampliar a compreensão de alguns aspectos do lugar da corporeidade nos processos de recomposição existencial. Tentaremos elucidar, nas discussões que seguem, as nuances do árduo embate pela recuperação do senso de “segurança ontológica”, pela retomada do cotidiano e a libertação do “viscoso”.

Iniciemos com o Quadro IX que sintetiza os diversos recursos acionados para a recomposição do cotidiano, bem como a avaliação de sua relevância pelas mulheres agredidas:

QUADRO IX

Recursos Mobilizados pelas Mulheres Agredidas para Recompôr o Cotidiano após as Agressões e Avaliação de sua Eficácia

Recursos institucionais	Significado na Recuperação
Polícia	Negativo
Justiça	
VIVER	Positivo
Sistemas Religiosos	
Recurso a Redes Sociais	
Amigos	Ambíguo
Parentes	
Vizinhos	
Companheiros	
Iniciar relacionamento amoroso	
Recursos Mobilizados Individualmente	
Reformular atividades cotidianas	Positivo
Escrever sobre a experiência	
Leitura de livros de auto-ajuda	
Diálogo secreto com seres não-humanos e com Deus	

Fonte: Pesquisa de Campo 2004-2006

Como é possível verificar numa primeira análise do Quadro IX, os sujeitos se engajam em uma ampla variedade de vias de mediação num esforço para trazer as suas vidas de volta a um ritmo conhecido e controlável. Essa busca se expressa em muitas narrativas como o desejo de que a vida ‘volte a ser como antes’ das agressões. ‘Voltar a viver como antes das agressões’ em grande medida significa livrar-se de sentimentos e sintomas paralisantes como a angústia, a culpa, o medo, o ódio, a vergonha e as lembranças recorrentes da violência. É esta expectativa, de ‘ter a própria vida de volta’, que mobiliza muitas mulheres agredidas e as leva a uma série de ações e engajamentos, nem sempre imediata e conscientemente percebidos como tendo esta finalidade. As ações apresentadas no Quadro IX não descrevem uma ordem ou hierarquia em que as diversas vias de mediação ou recursos são mobilizados, apesar de ser possível afirmar que é no aparato do Estado que inicialmente foram depositadas algumas das mais significativas esperanças de recomposição pela aplicação da justiça e punição do agressor. Tampouco os recursos acionados se enquadram em uma coerência lógica.

Por exemplo, a mesma mulher que busca a Justiça ou a psicoterapia oferecida no VIVER, pode também recorrer a tratamentos espirituais oferecidos pelos diversos sistemas religiosos.

Quanto ao significado de tais mediações no sentido de favorecer ou bloquear os processos de recomposição existencial, pudemos identificar três tipos de percepções esboçadas: *positiva*, quando a ação adotada foi interpretada como plenamente favorável na superação de dificuldades; *negativa*, quando claramente veio a interromper, dificultar e mesmo bloquear o caminho rumo a uma recomposição do cotidiano e *ambígua* quando promoveu algum auxílio, mas ao mesmo tempo resultou em dificuldades. Esta última situação pôde ser verificada principalmente no que se refere às redes sociais envolvendo amigos, parentes, vizinhos e companheiros. Como vimos, a busca de apoios neste nível de relações foi vivido por muitas mulheres como paradoxal, pois significou uma série de novos problemas e fonte de decepções.

Por outro lado, as diversas ações mobilizadas individualmente foram vistas como inteiramente positivas. É a elas que dedicaremos a nossa atenção a seguir. Veremos que se recompor das agressões pode não significar, como tantas mulheres vividamente esperavam, um *apagamento total*, um *esquecimento* como se a experiência dolorosa nunca tivesse sido vivida e fosse possível “voltar a viver como antes”. Mas um processo que envolve superação e conservação, permanecendo indefinidas as novas significações que a experiência poderá adquirir ao longo da vida, no curso do “tempo”.

AS REFORMULAÇÕES DO COTIDIANO

Mobilizadas pelo medo de que a agressão sexual se repita, as mulheres desenvolvem uma série de medidas para assegurar sua proteção o que pode ser interpretado também como um dos primeiros passos para recompor um certo senso de coerência e estabilidade em suas vidas após viverem uma experiência que parece negar a ordem do mundo. Reformular variadas dimensões do cotidiano representa uma via para retomar o controle da vida e de si que foram solapados pela agressão. Além de constituir uma recusa do acaso e do acidental como possibilidades, tais medidas de reordenamento do dia-a-dia deixam transparecer também uma compreensão auto-culpabilizante, pois se sustentam na premissa de que as agressões poderiam ter sido evitadas por ações das próprias mulheres ou de que seria possível prevenir-se, o que não aconteceu por alguma desatenção seja com a segurança pessoal, seja com a segurança da casa, mas que não pode se repetir. Se as sombras da culpa acompanham muitos

dos desdobramentos da agressão, reorganizar o cotidiano, freqüentemente, parece adquirir o sentido de uma expiação.

Ao mesmo tempo, o esquecimento da experiência é buscado quando, por exemplo, se muda de residência, de Estado ou quando a mobília da casa invadida é rearrumada de modo a que todos os sinais que poderiam remeter ao momento da agressão sejam apagados. Ademais, os ajustes, modificações e reordenamentos na moradia adquirem um significado especial para as mulheres que tiveram sua residência invadida, sendo violentadas em seu próprio quarto, em sua própria cama. Através deles é possível recompor um senso de autonomia. Mas nestes casos, o desejo mais premente de se mudar de residência e de bairro pode terminar por ser abandonado devido às limitações econômicas, restando então a opção mais viável de modificar a posição de móveis, sobretudo no local do crime providenciar trancas para portas e janelas, colocar obstáculos em entradas mais vulneráveis. A fala a seguir é exemplar de algumas destas situações:

Eu mesma montei um esquema de segurança na casa, nas portas, nas janelas. Antes tinha grade, né, só que estava sem o cadeado e a janela do meu quarto estava quebrada. Tirei o guarda-roupa e cama de onde estavam, porque do jeito que estava a cena vinha à tona, né, mas depois que eu re-arrumei ficou praticamente uma nova casa. Eu tenho uma janela na lateral também, são duas janelas no meu quarto e essa daqui tem grade. {Desenhando}Essa daqui não tem, porque essa janela dá para um avarandado que passa para a sala, e esse avarandado é todo gradeado, por isso que essa janela não tem grade, e nem a janela da sala, e ia ficar muito sufocante também se tivesse a grade. E na janela eu fiz o quê? Mandei fazer umas barrinhas de ferro para colocar no travessão, nas duas janelas e na porta. E já estão lá prontas, porque eu ainda não tirei o guarda-roupa do lugar para colocar nessa janela aqui. Só que nessa janela eu estou pensando em colocar grade, nessa do quarto, por onde ele entrou. (Ada, 40 anos, separada, acompanhante de idosos e vendedora autônoma).

Outras reformulações podem ocorrer envolvendo a mudança de antigos hábitos cotidianos como passar a dormir com as luzes da casa acesas, trazer um familiar do Interior para a residência temporária ou permanentemente. Além do mais, a impossibilidade de se mudar de casa pode ser compensada com mudanças ou viagens temporárias para a casa de familiares e amigos. Sobre essas questões, assim se expressou a mesma entrevistada citada anteriormente:

Eu sou muito independente, eu há muito tempo morava sozinha, e, no entanto, agora eu estou tipo agregada, passo um tempo na casa de minha mãe, geralmente durmo na casa de meu irmão. (Ada, 40 anos, separada, acompanhante de idosos e vendedora autônoma).

Além disso, a reformulação do cotidiano pode envolver providenciar uma companhia constante e com isso assegurar a não-interrupção do sono e das atividades diárias:

Eu não saio sozinha mais, eu não posso sentir que estou sozinha, se sentir que estou com alguém, me sinto mais protegida. Eu sempre acho que tem alguém me observando. Eu faço o máximo pra não ficar só, não saio sozinha. Como agora mesmo saio pro trabalho e volto pra casa, nem em casa de vizinho eu paro pra ficar conversando, eu vou pra minha casa. Faço o máximo também pra sair com alguém quando vou trabalhar porque saio cedo, não quero andar sozinha, sempre estar com alguma pessoa por perto. (Noemi, 30 anos, separada, empregada doméstica).

Na minha casa? Se eu tiver com meu irmão ou com meu namorado eu durmo. Ele {namorado} ficou lá mais ou menos uns dois meses direto. No dia que ele não podia ir eu ligava para minha mãe ir. Ele dizia, “olha, hoje eu não posso ir, fale com sua mãe, ou então vá dormir na casa de sua mãe”. Ele ficava sempre assim nessa preocupação. (Ada, 40 anos, separada, acompanhante de idosos e vendedora autônoma).

O trabalho, para as mulheres que o possuem e que a violência não manteve com este uma relação direta, pode também constituir um caminho importante para a superação dos principais dilemas vividos após as agressões, sobretudo as recordações recorrentes do crime e a insegurança. Assim, muitas mulheres se referem ao papel relevante em sua recomposição que as atividades profissionais desempenharam. O trabalho permite “manter a mente ocupada” e não ter “tempo para ficar lembrando” e o envolvimento com muitos compromissos ou a intensificação do ritmo de atividades foram descritos como fundamentais na retomada do cotidiano:

Eu sou autônoma, né. Às vezes quando arranjo trabalho para olhar idosos eu vou, fico assim uma temporada, eu vou fazer extra uma, duas noites, e eu também faço perfume. Então eu sempre estou buscando, mas isso sempre veio bem antes, mas eu sempre estou buscando e aprendendo a fazer uma coisa e outra. Então eu trabalho muito com a mente em relação a isso, porque eu sempre estou buscando, estou sempre aprendendo qualquer coisa. Eu acho que aprender sempre é bom, então eu ocupo muito minha mente. E quando eu não estou saindo para vender, estou saindo pra cobrar, estou na casa de alguém trabalhando, agora mesmo eu estou fazendo

uma relação de cursos que eu poderia tomar, estava olhando ali umas revistas para ver os cursos que tem e eu poder fazer. Eu só paro para pensar nesse assunto {estupro} quando chega de noite, porque a rua fica em silêncio e vem tudo assim à tona. Quando chove {como na noite em que foi agredida} também eu não durmo em casa. (Ada, 40 anos, separada, acompanhante de idosos e vendedora autônoma).

Estas modificações, alterações e readaptações, que passam a se inserir no cotidiano, compõem um novo posicionamento, uma espécie de aprendizado que passa a orientar a vida: seja para se defender de novas agressões, seja para lidar com outros. Este aprendizado freqüentemente inclui um maior grau de desconfiança no trato social e pode ser percebido pelas mulheres como o aspecto “positivo” extraído ou resultante da agressão sexual: o fim da ingenuidade. Assim, as reformulações do cotidiano são acompanhadas pela elaboração de novos significados para a violência sofrida que passa a ser vista como um momento de crescimento pessoal, a passagem de uma condição de imaturidade para a maturidade. Significados como estes, com os quais as agressões passam a se revestir, parecem estar entre os elementos de transformação mais duradouros na trajetória de vida de mulheres agredidas que não se paralisaram em seu percurso de recuperação. Essa transformação do “eu”, como um traço de auto-valorização, ainda que portador de vestígios da culpa, pareceu ser um elemento de grande força na superação de angústias:

Olhe, mudou, o que eu tenho notado que mudou é porque eu amadureci. Não é qualquer pessoa que chega para mim pra me oferecer qualquer proposta que eu vou de qualquer maneira, sem eu notar, sem observar a pessoa antes. Amadurecer é primeiro tentar conhecer a pessoa, entendeu, primeiro conhecer, mesmo que não conheça totalmente, mas procurar ver como é a pessoa, entendeu, se ela é uma pessoa, se é uma pessoa que está mesmo a fim de ajudar ou de prejudicar. Eu procuro olhar essas coisas, esse lado, que eu não olhava antes, se a pessoa está a fim de ajudar mesmo ou de prejudicar, porque dá para perceber. (Léia, 23 anos, solteira, vendedora autônoma e empregada doméstica).

Não posso me fechar no meu mundinho e ficar sofrendo, porque isso não é vida pra ninguém ficar sofrendo dentro de casa. Eu saio de casa, eu fiquei com muito medo de viver aquilo de novo por muito, muito tempo, até hoje eu tenho comigo isso, sabe, chega uma pessoa e vem me abordar, não dou bobeira à noite, só saio à noite lá perto de casa com meus cachorros. Claro que às vezes eu vou e volto mais tarde um pouquinho, mas eu vou com muito medo e cuidado. Não vacilo assim de jeito nenhum e quando vejo pessoas andando sozinhas assim à noite em lugares que eu acho que é ermo, eu paro e aquela pessoa e digo pra ela não fazer isso, eu fico assim ligada, sabe? (Raquel, 45 anos, solteira, professora e personal trainer).

Dentre as transformações que se operam no cotidiano após as agressões e que têm um objetivo explicitamente vinculado à superação, é preciso destacar o lugar da aquisição de *animais de estimação*. Gatos, cachorros e pássaros estão entre os seres descritos como *os mais importantes* na recuperação das dificuldades vivenciadas. As mulheres que já possuíam *pets* os descreveram como fundamentais. Presenças sempre asseguradas, certas, nos momentos mais difíceis. Para outras mulheres, começar a criar um animal de estimação representou a descoberta de um amor incondicional, capaz de continuar fiel, mesmo frente aos humores e tristezas mais mórbidos. A existência de uma cumplicidade sem palavras, de uma atenção com afagos e mesmo de uma antecipação seguida de proximidade reparadora são descritos como qualidades do companheirismo que nenhum ser humano seria capaz. Neste sentido foram muitos os relatos de como os pequenos animais de estimação amenizaram a solidão, sendo capazes de se sintonizarem com os estados de ânimo das mulheres agredidas. Um exemplo destas dimensões pode ser verificado na história de Sara, uma senhora de 56 anos que sofreu severa violência sexual praticada por seu ex-marido repetidas vezes e cujas complicações resultantes a envolveram numa profunda depressão e exigiram um longo tratamento médico, psiquiátrico e psicoterapêutico. Após três anos se considera plenamente curada, podendo inclusive sair do Brasil e dar início a novas atividades profissionais. Questionada sobre a que atribuía a sua cura, forneceu esta resposta surpreendente:

Olhe, eu posso lhe dizer que foi um time, minha psicóloga, minha psiquiatra e Pepe, essa aí que está no seu colo. Essa gata já tem vinte anos comigo e eu vou lhe dizer uma coisa ninguém me ajudou tanto como ela, sabe... de ficar perto, quando eu chorava sozinha no banheiro ela estava lá, de miar para mim quando eu tava deprimida como se ela quisesse que eu andasse, me levantasse daquela tristeza... foi uma coisa incrível porque também psiquiatra e psicóloga, que foram maravilhosas comigo, a gente só vê meia hora por semana... mas Pepe, não, foi companheira o tempo todo.

Como os animais de estimação, o cuidado com as plantas é apontado como uma das vias importantes de reparação na complexa trajetória que se segue após as agressões. Cuidar de um ser vivo, preocupar-se com o seu desenvolvimento, responsabilizar-se por ele, parece assegurar a continuidade do envolvimento com os assuntos do mundo, quando todas as experiências e vivências sociais (os estigmas, a culpabilização, a frustração com a justiça, a vergonha e o sentimento de culpa) levariam ao isolamento e à suspensão dos vínculos sociais.

Adquirir plantas, animais de estimação, bonecas, iniciar relacionamento amoroso bem-sucedido, cuidados renovados dos filhos pequenos, a psicoterapia³⁷ parecem ser posicionamentos que têm em comum a capacidade de assegurar novos envolvimento existenciais. Como nos ensina a fenomenologia (Ponty, 1999), novos envolvimento são elementos essenciais da liberdade, da possibilidade de abandonar antigas posições, além de constituírem parte vital da temporalização no sentido da estruturação de um passado, um presente e um futuro. Estruturação temporalizante que permite olhar as experiências da vida em perspectiva com o abrandamento da coalescência viscosa de certas vivências. Esta possibilidade existencial humana é insuficientemente desenvolvida nos debates sobre o *Trauma* e o *Transtorno do Estresse Pós-Traumático* sempre que é reafirmado o “assassinato da alma”, o “homicídio do sujeito”, a “objetificação do sujeito” que ocorreria nas agressões sexuais. O mesmo ocorrendo na constituição de uma *Síndrome do Trauma do Estupro* com fases e sintomas bem definidos (Burgess e Holmstrom, 1979) e na insistência de vários pesquisadores sobre o poder que os “eventos estressores” *em si mesmos* teriam de paralisar a existência. Os recortes de narrativas apresentados a seguir exemplificam outras possibilidades de entendermos os processos de superação nas experiências de violência sexual que se dão a partir de novos envolvimento:

Porque eu converso com elas, com as plantas com a terra, eu gosto de, pra mim o contato com a natureza, ele revigora as energias, sabe. Então as minhas plantas elas me escutam, elas me compreendem, então pra mim é ótimo. Se eu tava triste eu ia pra lá pra ponta do Humaitá...e ficava... pra mim o mar é como se eu recebesse muita energia positiva, pra mim era ótimo, então estar em contato com a natureza pra mim... É como se você tivesse cheia de coisas negativas dentro de você e você ao lidar com aquilo, com a terra, com a planta, com a água, é como se aquilo te purificasse, fosse um processo de purificação. E tudo que tava ruim, saísse, e você ficasse mais calma, mais tranqüila, mais aberta a lidar com que você ta passando, sabe. Então é mais ou menos isso, pra mim acontece assim. Na laje da minha casa tem espaço, tem vários tipos de plantas, eu estou sempre mudando terra, afofando com elas, então isso é um trabalho que realmente tranqüiliza a pessoa. Você começa a lidar com aquilo, vai fazendo, sem se preocupar com nenhum problema, você vai

³⁷ Merleau-Ponty (1999 p.610) nos fornece uma observação preciosa para compreender o poder curativo da psicoterapia em uma perspectiva diferente da tradicional ênfase no papel da interpretação do analista e da simbolização: “Assumindo um presente, retomo e transformo o meu passado, mudo o seu sentido, libero-me dele, desembaraço-me dele. Mas só o faço envolvendo-me alhures. O tratamento psicanalítico não cura provocando uma tomada de consciência do passado, mas em primeiro lugar ligando o paciente a seu médico por novas relações de existência. {...} O complexo não é dissolvido por uma liberdade sem instrumentos, mas antes deslocado por uma nova pulsação do tempo que tem seus apoios e seus motivos. Ocorre o mesmo em todas as tomadas de consciência: elas só são efetivas se produzidas por um novo envolvimento”.

fazendo, vai se acalmado mais, até, nesse momento que você se acalma você acaba arranjando uma solução pro seus problemas. Porque quando você tá nervosa você não consegue, às vezes a solução pros seus problemas tá ali, mas você não enxerga, você precisa de um momento pra descansar, pra pensar, pra pôr as idéias, sabe, em ordem, pra você achar a solução pro seu problema. Então eu faço assim e tem dado certo. (Maria, 29 anos, separada, desempregada).

Depois de Henrique {namorado na época do estupro e que abandonou a entrevistada logo em seguida} eu tive um outro namorado, um namorico assim, sabe, mas que era muito legal comigo, ele queria ter uma relação estável comigo e eu terminei com ele e comecei a namorar um amigo meu, antes da gente começar a namorar eu contei o que tinha acontecido comigo. Eu tinha terminado com esse cara que não era sensível, mas esse me dava todo apoio, eu sentia que ele me dava o apoio que eu não tive do outro. Eu me lembro que quando eu contei pra ele, ele me deu aquele aperto de mão, sabe, quando eu contei pra ele. Aquilo foi tudo pra mim. Eu estou apaixonada. Tem um ano e três meses que a gente está junto. E tem dois anos que a gente se conhece. Mas tudo que eu queria receber, ele me dá. Ele me dá carinho, me dá afeto, o relacionamento da gente é tranqüilo, não tenho trauma nenhum, nenhum, nenhum. (Raquel, 45 anos, solteira, professora e personal trainer).

Débora: Eu tive mais apoio com a boneca que a vizinha me deu.

ENTREVISTADOR: Com a boneca? Como?

Débora: Porque era uma bonecazinha de pano, grande, aí eu botei o nome dela de Vitória.

ENTREVISTADOR: Vitória.

Débora: É, porque eu venci. É isso aí, eu botei o nome dela de Vitória. Aí eu abraçava ela, chorava com ela, aí eu acho que ela me deu apoio.

ENTREVISTADOR: Você conversava com ela?

Débora: Até hoje eu converso com ela.

(Débora, 19 anos, solteira, estudante).

Olhe, no momento foi muito difícil pra mim, pra superar, porque eu lembrava sempre, não tinha como eu esquecer. Eu lembrava, a todo momento eu lembrava do que aconteceu comigo, me batia uma tristeza, eu sentia medo de mim mesma, entendeu. Chega me dava um calafrio, uma coisa como se eu nunca fosse superar. Um pensamento negativo, e aí era sempre assim, uma tristeza, nunca consegui esquecer. Mas, depois foram passando os dias, eu também comecei a vir pra psicóloga, foi passando os tempos, eu fui vendo que, aquilo poderia passar, entendeu. Que o importante é que eu sobrevivi. (Léia, 23 anos, solteira, vendedora autônoma e empregada doméstica).

É evidente que deste percurso não está descartada a possibilidade de fracasso ou ser preciso lidar com conseqüências indesejadas resultantes da vinculação a novos envolvimento, como fica exemplificado nos casos em que os novos relacionamentos amorosos buscados expõem as mulheres a novas violências.

A RELIGIOSIDADE E OS NOVOS SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA

Não entenderemos adequadamente o processo de superação das rupturas vivenciadas a partir das agressões sexuais se o pensarmos como apoiado em um único elemento existencial, ou mesmo como fruto de uma estratégia racionalmente concebida e, portanto, possuidora de uma coerência interna. Assim, como observamos anteriormente, diversos recursos, pertencentes a diferentes e contraditórias esferas de sentido, são acionados: a religiosidade, a justiça, as redes de relações entre outros. Contudo, a religiosidade aparece entre os poucos recursos avaliados como inteiramente positivos. Para esclarecer este ponto, podemos voltar a Geertz (1989) e sua já clássica definição dos sistemas religiosos:

“Um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem geral e vestindo essas concepções com uma tal áurea de factualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas” (p.52).

Com essa definição, Geertz destaca o fato de a religião funcionar como um sistema de símbolos que orienta os sujeitos no mundo, dando consistência a um ordenamento da vida, sobretudo quando esse ordenamento se vê ameaçado de ruir, devido a potenciais experiências de ruptura tais como: doenças, acidentes, injustiça e morte. Geertz destaca também que o problema do sofrimento constitui um desafio existencial porque em sua presença o sentido de um determinado padrão de vida corre o risco de se dissolver num caos de “nomes sem coisas” e “coisas sem nomes”. Ainda no que diz respeito ao problema do sofrimento como tratado pelos sistemas religiosos, o objetivo não seria propriamente evitá-lo, mas indicar como sofrer. Como tornar a dor, a perda pessoal, a derrota física ou a contemplação impotente da agonia de outros, suportável, “sofrível”. Nas próprias palavras de Geertz (1989): “... os símbolos religiosos fornecem uma garantia cósmica não apenas para a sua capacidade de compreender o mundo, mas também para que, compreendendo-o, dêem precisão a seu sentimento, uma definição às suas emoções que lhes permita suportá-lo...” (p.57).

No que diz respeito à violência sexual, enfrentar as suas dores e desdobramentos sociais só foi possível, para muitas mulheres, através do recurso à religiosidade. Aliás, é preciso lembrar como a religiosidade já se fazia presente mesmo no momento da agressão tanto pelas orações em voz alta quanto pelo *diálogo interior* com Deus. Nos diversos momentos posteriores, a religiosidade é constantemente retomada, fornecendo importantes elementos para a construção de novos sentidos para a experiência aflitiva. O envolvimento com a religião assumiu as seguintes formas nos casos estudados: 1. o ingresso ou conversão a um sistema religioso pela primeira vez, 2. o retorno a modalidades de espiritualidade anteriormente abandonadas, 3. a intensificação de práticas religiosas e 4. a manutenção de uma religiosidade difusa e não vinculada a uma prática institucional. As interações nestas quatro modalidades permitiu às mulheres agredidas ressignificar a violência sofrida de diversas formas e assim suportá-la.

Todavia, diversas foram as práticas religiosas acionadas com a finalidade de se libertar do sofrimento vivenciado e seus sintomas: as lembranças recorrentes do crime, o corrosivo ódio sentido pelo agressor, o sentimento de culpa, o medo e a angústia. A leitura diária de textos bíblicos assumiu importante lugar entre as práticas espirituais, destacando-se o livro de Salmos e do Apocalipse, o primeiro lido como um consolo pela reafirmação constante da presença de Deus na vida humana, e o segundo pela explicação que fornece para a presença da maldade na terra, além de sua promessa de um fim da iniquidade. As orações representaram outra prática muito importante, sobretudo nos momentos de solidão, à noite, quando as lembranças retornam em toda a sua virulência. Os trechos de entrevistas selecionados a seguir ilustram o papel de tais práticas nos processos de recuperação:

ENTREVISTADOR: E você acha que tomou uma outra atitude para lidar com essa situação?

Ada: Tomei sim, apesar de não ter assim uma religião definida, eu tenho assim muita fé em Deus e gosto muito de ler salmos.

ENTREVISTADOR: E você começou a ler depois da agressão?

Ada: Não, eu sempre lia, aquela coisa, né, quando a gente está em desespero, alguma coisa e outra. É tipo assim, eu estou precisando de um alimento pro espírito, estou com um problema, uma preocupação, então eu sempre ia lá. Lia um salmo e tal, para aliviar, deixar minha cabeça mais tranqüila, sempre gostei de salmos.

ENTREVISTADOR: Tem te ajudado também.

Ada: É, com certeza.

ENTREVISTADOR: Você lembra algum salmo assim que...?

Ada: Só o 23.

ENTREVISTADOR: E ele fala de quê?

Ada: Ele fala, é, fala o Senhor é meu Pastor e nada me faltará. Aí eu entendo que Deus é o pai, que ele está sempre por perto me protegendo. (Ada, 40 anos, separada, acompanhante de idosos e vendedora autônoma).

Assim, eu rezo... eu já rezava normalmente, mas passou de uns dias pra cá assim, eu rezo muito mais do que eu já rezava. Eu sempre rezei, se eu puder rezar, eu rezo. Eu penso... quando eu não quero ficar pensando, eu vou mais é rezar, leio a Bíblia... (Noemi, 30 anos, separada, empregada doméstica).

Ajuda, que minha mãe sempre conversa, me mostra os textos, lê a Bíblia, aí ajuda também. A Bíblia fala da humanidade, né, que está escrito, né, que essas coisas seriam assim. Que isso que aconteceu comigo mesmo, falta de amor, muita falta de amor entre os irmãos, que nós todos somos irmãos diante de Deus. Então isso me ajudou muito. Está escrito, há muitos anos até. Que tem a guerra entre deus e o diabo, então o que o diabo puder fazer, as pessoas dá lugar pra ele agir, praticar. (Dalila, 33 anos, separada, desempregada).

De maneira muito peculiar, como é possível depreender já a partir de tais relatos, a participação formal num sistema religioso não significou que a violência sofrida fosse comunicada e partilhada com os membros ou líderes das religiões buscadas. Ao contrário, permaneceu em segredo em todos os casos em que a religiosidade foi acionada como uma via de reparação. Assim, diferente das modalidades usuais de tratamentos espirituais que envolvem a tematização e, portanto, um compartilhar social da aflição, inclusive nos processos rituais que aí têm lugar, o tratamento religioso da violência sexual assumiu a forma de um percurso solitário, um diálogo interior e silencioso. Como decorrência disto, uma série de ações inusitadas e fora das prescrições institucionais foram desenvolvidas como, por exemplo, escrever cartas a Deus. Na solidão em que os valores morais vigentes, a vergonha, os riscos de estigmatização, o discurso social culpabilizante, a ausência de padrões de solução da violência sexual socialmente instituídos lançam as mulheres agredidas, são construídas práticas espirituais “privadas” para lidar com o sofrimento. Contudo se porção significativa da eficácia simbólica das práticas curativas religiosas se deve à sua sustentação social, pode-se conceber que as modalidades de tratamento religioso “privado” estão desprovidos de importante fator curativo. Contudo, isto não significa que a religiosidade fracassou em fornecer elementos para a normalização do cotidiano de mulheres sexualmente agredidas. Muitos foram os significados, os sentidos que puderam ser construídos tendo como base o universo dos símbolos religiosos. A este respeito, as falas a seguir são muito ilustrativas:

O que aconteceu, aconteceu. Então a maior forma que eu achei de lidar com os meus problemas foi Deus, porque eu acredito muito em Deus, então eu sei que nada acontece que não seja da vontade Dele, e muitas vezes as coisas acontecem na vida da gente tem um propósito, então eu procurei ver dessa forma, se Deus fez com que isso acontecesse comigo é porque ele tinha um propósito e esse propósito era que eu fosse, pronunciasse {denunciar à polícia} para as pessoas pra que não tornasse acontecer com outras, da mesma forma que eu não quero que aconteça comigo eu não quero que aconteça com meu próximo. Orava de noite. Eu pedia muito a Deus que me fizesse superar. Que viesse superar tudo aquilo e que se foi da vontade dele ter acontecido isso comigo, eu ia fazer o que eu pudesse pra, pra tentar, como é que se diz? Tentar cumprir a missão que ele tava me dando. Porque eu encarei isso como uma missão, deu uma missão pra que Jesus viesse aqui na Terra pra salvar a humanidade, Deus, o pai dele deu uma missão a Ele, Ele morreu na cruz, Ele foi crucificado. Então Deus tem uma pessoa escolhida pra ter uma missão, é andar, mandar isso adiante pra que isso não acontecesse mais com outras pessoas. Se no caso, se ele me deu essa missão, que eu pudesse realizar ela da maneira que ele quisesse, da maneira que ele quis. (Maria, 29 anos, separada, desempregada).

Por incrível que pareça... olha só as coisas como são. Aquele dia {em que foi violentada}, eu estava fragilizada por isso, eu estava na Assembléia Legislativa e um amiga que é messiânica, ela percebeu que eu estava muito agitada. “Deixa eu fazer um jorey em você”. Ela fez um bocado de jorey em mim, sabe? Então eu acredito que graças àqueles jorey que ela fez em mim, eu fui protegida, eu não morri. Eu acredito que a minha morte não aconteceu, porque eu estava protegida de alguma forma. Eu estava tão desprotegida, a ponto de uma desproteção tão grande, que mesmo com o jorey a coisa {o estupro} não deixou de acontecer. Aquela violência, ela aconteceu. Ela poderia ter sido pior, eu acredito... se não tivesse a proteção do jorey. Ou o jorey como se fosse uma purificação, tava depurando as coisas ruins dentro de mim e aquilo {o estupro} foi uma consequência da depuração, estava depurando, sabe? Aconteceu isso pra dar uma chacoalhada na pessoa pra ela começar a enxergar a vida mesmo. Uma coisa assim. Eu vejo assim, entendeu? (Raquel, 45 anos, solteira, professora e personal trainer).

Como se pode verificar em trechos como estes, muitos dos novos sentidos construídos para a experiência inicialmente absurda, incompreensível e, por isso, dificilmente incorporável ao conjunto das experiências de uma trajetória de vida, foram plasmados a partir dos contextos místico-religiosos. Não se pode deixar de considerar que o recurso à simbologia religiosa em muitos casos representou a retomada de um recurso que já havia se mostrado eficaz em outras circunstâncias de tribulação.

As práticas religiosas fornecem também o contexto para que muitas mulheres agredidas superem um dos sentimentos mais problemáticos trazidos da experiência da agressão: o profundo e insistente ódio do agressor. O ódio é descrito como uma das emoções

aflitivas que congelam o fluxo cotidiano, pois como que arrancam as mulheres de uma inserção plena nas atividades cotidianas e de trabalho. Assim, o ódio é associado à incapacidade de se concentrar nos diversos encontros sociais e neles se envolver com inteireza. É muito comum que as mulheres agredidas se refiram a uma sensação de alheamento, de distanciamento, de estarem presentes apenas em corpo nas suas interações sociais, pois estas são freqüentemente interrompidas pelo ódio e o desejo de vingança. A impossibilidade de dizer a outros os seus pensamentos e a “necessidade” de preservar o segredo parecem agravar essa condição. Assim, libertar-se do ódio com relação ao agressor significa ver-se livre de um obstáculo poderoso para o retorno a um cotidiano ritmado. O que pode ser conseguido pelo *perdão cristão*. A superação do ódio, conseguida por esta via é experimentada como um dos mais importantes alívios e um poderoso sinal de que se está no rumo de uma volta para a normalidade. O caminho para o perdão do agressor, que a partir de então passa a ser visto como “um sofredor”, “um doente”, uma “alma perdida”, um ser “digno de pena”, alguém que sofrerá a “justiça divina” foi assim descrito:

Aí, tem muitas passagens na Bíblia, eu não sou muito de gravar, mas, mas tem várias, principalmente as passagens desses momentos que Jesus teve aqui na Terra, eu me identifico muito com aquilo, me identifico, assim, os momentos que eu passei triste, depois Ele, o maior momento é quando Ele na cruz, Ele chega pro pai dele e fala, “Pai, perdoai porque eles não sabem o que fazem”. Então essa pra mim foi muito importante porque eu não tenho raiva, na verdade, eu perdoei as pessoas {os agressores} que fizeram isso comigo, são pessoas de, de mente fraca, que não têm um apoio, então eu pedi a Deus que perdoasse eles, que tivesse misericórdia deles, né. Isso pra mim é uma forma de me aliviar, não ter raiva, não ter ódio no coração, isso pra mim é tudo. (Maria, 29 anos, separada, desempregada).

E através dela {da Bíblia} você pode perdoar, às vezes você passa por um problema e ela pode te ajudar, só precisa saber, às vezes entender o que ela quer te dizer, né. Como você ser uma pessoa melhor, saber ter paciência com as pessoas, entender, sabe, saber perdoar é uma coisa assim importante, porque na Bíblia sempre tem, tem escrito isso, que a pessoa tem que saber perdoar, por mais, por mais chato que seja o assunto, por mais doloroso que seja, a gente tem que saber perdoar. (Mordecai, 52 anos, separada, microempresária).

Uma vez eu sonhei com Jesus Cristo, vi a imagem dele de frente assim, a cabeça lá e o pé pra cá. Aí fiquei olhando, normalmente é, ao contrário, né? Aí eu olhei pra ele, ele levantou a cabeça pra mim e fez assim: “Reze o Pai-Nosso”, eu comecei a rezar e quando eu cheguei na parte “perdoai as nossas ofensas” ele levantou a cabeça e falou: “Pare aí! Continue de novo essa parte...”, “perdoai as nossas ofensas”. O que ele queria dizer pra mim? Perdoar, né? Então o recado dele pra mim era esse:

“Perdoa”. Então foi quando eu comecei a perdoar, perdoar o homem que fez isso comigo. Aí logo depois conheci a Seicho-no-ye que fala em perdoar coisas e pessoas, amar, perdoar, são três princípios básicos da Seicho-no-ye: amor, perdão e gratidão. (Raquel, 45 anos, solteira, professora e personal trainer).

OUTROS CAMINHOS, OUTROS SENTIDOS

O percurso “solitário” pela religiosidade é compatível com o acionamento de outros recursos, como a consulta aos livros de auto-ajuda, por exemplo, que se assentam numa perspectiva de autoterapia e assim legitimam a percepção do processo de normalização como um trabalho individual. Os livros de auto-ajuda com temáticas direta ou indiretamente relacionadas à superação de violência sexual aparecem em alguns dos casos estudados com função semelhante à desempenhada pelos textos bíblicos de construir sentidos e ressignificar a violência vivida. Mas se os textos bíblicos remetem a um diálogo com Deus e, ainda que indiretamente, com outros fiéis, os livros de auto-ajuda radicalizam e hiperestásiam a subjetividade ao colocar exclusivamente sobre o sujeito a responsabilidade pelo seu adoecimento e cura. É possível interpretar a aceitação pelas mulheres das medidas curativas subjetivistas sugeridas por essa literatura a partir do contexto de desamparo institucional em que se encontram, bem como de inexistência de mediações sociais consolidadas e acessíveis. É nesta ambiência de desamparo, que se estabelece no fracasso da Polícia e da Justiça de punirem os culpados ou de agências do Estado em proverem uma compensação econômica que viabilize o acesso a outras vias de tratamento, que os livros de auto-ajuda podem encontrar sua ampla aceitação.

Mas, é possível também complementar esta primeira interpretação com a colocação em evidência do vazio de padrões pré-estabelecidos para o enfrentamento da experiência da violência sexual e seus ecos. Nos termos de Schutz (2001 e 1971), a ausência de formas usuais e sancionadas e de “soluções tradicionais socialmente transmitidas” para lidar com a situação de sofrer uma violência sexual. Com isso, um amplo campo de possibilidades se abre à construção de soluções pelos sujeitos que atuarão em um constante diálogo com vias sociais para a resolução de problemas semelhantes já estabelecidos e com suas experiências sedimentadas de lidar com situações problemáticas. Neste diálogo, evidentemente, é possível a paralisação e a conseqüente fixação na experiência aflitiva, mas se instaura também a possibilidade de elaboração de saídas criativas e originais. Exemplo desta última condição foi

mencionado anteriormente quando nos referimos a um dos casos em que o diálogo com Deus se deu através de cartas escritas por uma mulher várias vezes violentada por seu ex-marido. Mas outros casos podem ser mencionados para ilustrar a dimensão criativa na elaboração de saídas para situações de aflição.

Por exemplo, Maria, uma jovem de 29 anos que foi raptada e violentada, juntamente com sua irmã de treze anos e uma amiga. Participaram do crime quatro homens que as dominaram enquanto passeavam na Ilha de Itaparica. Maria descreveu o quanto foi importante em sua recuperação o retorno ao local do crime, ação que não encontramos em nenhum dos casos de agressão ocorrida fora da residência. Essa atitude de Maria, que foge ao enquadre usual da *Síndrome do Trauma do Estupro* e do *Transtorno do Estresse Pós-Traumático* que nos levaria a esperar uma “evitação fóbica” de qualquer situação que se relacione com o Trauma. Este relato exemplifica como são possíveis posicionamentos com uma certa medida de originalidade e criatividade que parecem tornar inadequada a tendência vigente em vários ramos da Psicologia e da Psiquiatria de padronizar as respostas, emoções ou comportamentos possíveis frente às chamadas ‘situações traumáticas’. Inadequação tanto mais comprometedora quanto levar ao fechamento das vias de compreensão de tais experiências em suas conexões com a trajetória de vida, as interações sociais, as redes de apoio e à ambiência social que as configuram. Desse modo, retomando o caso de Maria, a volta ao local onde foi agredida parece ter significado a possibilidade de reaver sua autonomia, uma vez que evitar o local do crime implicaria abandonar um de seus lugares favoritos e com isso romper todo um círculo de relações, o que representaria mais um triunfo dos agressores sobre sua vontade. Maria assim se expressou sobre sua decisão:

Não, eu perdi a vontade de ir pra Ilha, né. Eu já fui lá duas vezes, mas agora eu não saio muito, eu fiquei mais em casa, e da outra vez eu andei pela areia. Aí eu resolvi ir no lugar onde houve a agressão. Foi muito triste. É um sentimento de angústia, medo, fiquei assustada, ficava, mas, pra mim foi bom que eu tinha que enfrentar. Porque se eu não fizesse aquilo eu ia ficar o tempo todo com medo de ir pra lá, voltar pra lá de novo, e eu não quero isso. Eu gosto tanto de ir pra Ilha, me divertia tanto lá, eu não quero ter aquela imagem triste dum lugar que eu gostava tanto de ir. Então, assim, pra não ficar com aquele medo eu tinha que enfrentar ele, e a melhor forma de enfrentar foi voltando de novo ao local.

Para muitas mulheres agredidas sexualmente as suas vidas assumiram a forma de uma espécie de *estado de limbo* (Becker 1997), no qual se viram em suspenso, enquanto

tentavam reorganizar suas vidas e criar um senso de continuidade. Para tal, precisaram incorporar a ruptura ao curso da vida, buscando compreendê-la de uma nova maneira, o que envolveu a busca da causalidade e a criação de metáforas que traduzissem suas experiências aflitivas. Nesse processo, algumas chegaram a redefinir a si mesmas e à própria vida. Entre os recursos mais significativos para tal tarefa aparecem os novos envolvimento existenciais corporalmente encarnados e suas conseqüentes reformulações do cotidiano. Estas permitiram organizar a vida dentro de uma ordem e que se estruturaram, na maioria dos casos, em solidão interior ou num diálogo com o divino e *não-humanos* como, por exemplo, plantas, bonecas e animais de estimação. E, apesar de as respostas à ruptura parecerem variar em função de elementos como a idade, etnia, gênero, classe social e o tipo de ruptura, o que houve de comum a elas foi o recurso a valores sociais como os de normalidade, melhoramento ou progresso, bem como à experiência biográfica para ressignificá-la. Com isso abriu-se para muitas mulheres a possibilidade de perceber o estupro sob um novo ângulo, restituindo, portanto, a si mesmas, um senso de continuidade. Entretanto, nem sempre é possível concluir uma normalização da vida após uma agressão sexual, mesmo que transcorram muitos anos, uma vez que ela depende dos valores culturais e das relações sociais. Nesses casos, o *estado de limbo* parece permanecer.

Assim, os caminhos percorridos nos processos de retomada do cotidiano após as agressões podem assumir variadas feições e a ‘criatividade’, sempre enraizada em um determinado modo de vida e no que nele é passível de reordenamento, abre caminhos insuspeitos de normalização. Essas constatações nos levam a admitir um certo grau de indeterminação nos rumos a serem tomados pelas mulheres agredidas em sua trajetória de tentar voltar a “viver como antes”.

EPÍLOGO

Que há neste rosto, menos claro e mais claro
O pulso no braço, menos forte e mais forte
– Dado ou emprestado? Mais distante que as estrelas e mais
Próximo que os olhos.
T.S.Eliot no poema *Marina*.

A cada semana no Brasil, centenas de pessoas vivenciam a violência sexual na forma de estupros e atentados violentos ao pudor. Os números sobre a incidência da violência sexual no Brasil nos permitem constatar a sua grave difusão. Os dados disponíveis se referem às pessoas que denunciam ou tornam pública a agressão por alguma via institucional. A partir deles podemos traçar um perfil das principais vítimas: crianças, adolescentes e jovens pobres de até 24 anos do sexo feminino estão. Ao mesmo tempo, trata-se de um tema difícil de ser pesquisado empiricamente (obter depoimentos com descrições precisas dos acontecimentos) e complexo quanto à elaboração intelectual. O “silêncio” de muitas das vítimas, freqüentemente dificulta o acesso a informações vitais para a pesquisa. No caso do Brasil, o “silêncio” das vítimas parece “ecoar” também na escassez de pesquisas sobre o tema, sobretudo as voltadas para a compreensão da experiência das pessoas envolvidas.

Assim, esta pesquisa tratou de um tema insuficientemente investigado nas Ciências Sociais. As investigações empíricas estão muito desenvolvidas com relação a certas dimensões do problema como, por exemplo, no que diz respeito à violência doméstica contra mulheres crianças e adolescentes, o papel das diferenças de gênero, bem como sobre a sua incidência em certos grupos. Contudo, as pesquisas ainda são pouco desenvolvidas no que se refere à compreensão da experiência concreta das pessoas. Dessa forma, pouco se conhece sobre as vivências de mulheres agredidas sexualmente nos espaços urbanos. Ao longo deste trabalho, tentamos compreender tal aspecto, traçando o percurso institucional e pessoal de mulheres sexualmente agredidas em busca de uma recomposição da existência.

Como vimos, atravessar essa experiência é freqüentemente uma tarefa “solitária”, ou marcada por uma “solidão interior”, pois as instituições do Estado tendem a não atingir os anseios de quem sofre a violência. Além do mais, o apoio buscado nas redes de relações tendem a converter a vítima em “suspeita”, consolidando um discurso culpabilizante. A

referida “solidão interior” não significa que se trata de uma vivência exclusivamente psicológica, pois entram em cena na sua construção, valores, estigmas, e elementos macrosociais elaborados e reelaborados nas interações sociais das mulheres. Com relação ao contexto social do mundo contemporâneo ou da Modernidade, vimos que diversos dos seus elementos configuram a trajetória das mulheres. Muitos dos sentidos para a experiência são plasmados nessa ambiência caracterizada por: a) um movimento de radicalização do individualismo e da subjetividade em que as ações individuais passam a ser compreendidas em desarticulação com os processos sociais que as formam; b) desorganização dos padrões tradicionais de orientação da existência; c) a consolidação de um discurso social que legitima a culpa do indivíduo pelos rumos que sua vida pode tomar e d) o desenvolvimento crescente da *indiferença moral*. O conhecido “silêncio” que envolve as diversas modalidades de crimes sexuais precisa ser compreendido também à luz desses fatores. Portanto, dessa atmosfera contemporânea provêm importantes fatores que podem bloquear a elaboração e superação de experiências dolorosas como a da violência sexual, entre outras razões, por dificultar o seu compartilhamento social e sua inserção em redes de apoio.

Freqüentemente as análises sobre a agressão sexual a associam com a temática do *trauma*. Em âmbitos de práticas e discursos como os psicoterapêuticos, os psiquiátricos, os de auto-ajuda e mesmo no senso comum há uma pressuposição de que as pessoas agredidas sexualmente são *traumatizadas*, ou seja, suas vidas se paralisam devido ao crime sofrido. As teorias que nascem dessas concepções explicam o trauma em três vertentes: 1. partindo da análise das fragilidades dos indivíduos que nestes casos careceriam de “recursos psicológicos” e “simbólicos” para lidar com a agressão e superá-la; 2. partindo da “intensidade do evento” traumático que por si mesmo seria capaz de imobilizar, às vezes definitivamente, a vida dos que o vivenciam e 3. partindo de uma mesclagem das duas concepções anteriores, atribuindo o trauma a uma combinação entre “intensidade do evento” e “fragilidades psicológicas” dos indivíduos. Em nenhuma dessas três formas de compreensão, em que o estupro aparece entre os eventos *traumatogênicos* por excelência, se leva em devida consideração o lugar das interações sociais na construção dos sentidos das experiências em geral e da agressão sexual em particular. Dessa forma, deixa-se de considerar que se há um “trauma”, no sentido de uma interrupção do fluxo existencial que se manifesta por sintomas psicológicos e a incapacidade de esquecer a experiência aflitiva, ele é construído socialmente.

A “construção social do trauma” desenvolve-se nas diversas interações das mulheres agredidas nos âmbitos institucionais que percorrem – polícia, perícias e justiça – assim como nas suas redes de relações – família, maridos, o próprio agressor, a comunidade etc. Peças chave dessa construção são o *discurso culpabilizante das vítimas* e os estigmas que pairam sobre elas. *Em termos mais precisos, o “trauma” não pode ser pensado em si mesmo, mas a partir das relações com outros e instituições, o que o configura como um fenômeno social que mobiliza valores, redes de relações e situação biográfica.* Com esta perspectiva, não se afirma que a agressão sexual seja uma experiência neutra e que só depois apresentará seus aspectos problemáticos. O caráter de surpresa, o risco de morte, a invasão e ruptura da corporeidade e a conseqüente ameaça da *segurança ontológica* são dimensões problemáticas que estão presentes na violência sexual. Contudo, os sentidos que podem ser elaborados a partir daí, na direção de uma superação ou no bloqueio de uma recomposição existencial, são socialmente construídos. Por outro lado, a análise do momento da agressão nos permite concluir que não há uma *experiência de agressão sexual em si* desconectada dos valores e discursos que circulam no contexto social mais amplo. Assim, mesmo no *momento da agressão* se presentifica a dimensão social: nas estratégias do agressor para dominar a vítima, nas atitudes e posicionamentos da vítima para se opor ao agressor e para lidar com a agressão inevitável. Em um sentido mais preciso, nunca se está “só” no momento da agressão, pois nele há uma remissão a todo um campo da sociabilidade das vítimas: suas crenças, suas relações, seu passado, seu presente e seu futuro. Tal remissão apresenta ao menos dois direcionamentos: lidar com o agressor e retomar a normalidade.

Por outro lado, a *construção da normalidade* se dá também pelos envolvimento sociais, principalmente os que inauguram novos projetos ou os retomam. A trajetória “solitária” das vítimas de maneira alguma implica que apenas seus “recursos psicológicos” sejam acionados. Mas sim que, em seus novos envolvimento sociais, o “segredo” é freqüentemente guardado mesmo em espaços tradicionalmente propícios à partilha de experiências aflitivas, como os sistemas religiosos. A recomposição existencial envolve a mobilização do corpo engajado em novas modalidades de relações, nas reformulações do cotidiano e na adoção de saídas criativas para a crise. Assim, o que ao longo de nossas análises chamamos de processo de *normalização* não pode ser compreendido sem se pôr em relevo dimensões como: a situação biográfica, a temporalidade, a criatividade e as diversas interações com outros. As “estratégias” para a reconstrução da normalidade relatadas pelos nossos

informantes, tais como ingressar na religiosidade, adquirir animais de estimação, dialogar com seres inanimados e escrever sobre a experiência, todas demonstram o caráter eminentemente intersubjetivo do processo de “recomposição existencial”. *O processo de normalização é, portanto, intersubjetivo e, à luz de algumas entrevistas, o conceito de intersubjetividade precisa ser ampliado para incluir não-humanos como os animais de estimação e objetos com os quais se mantém um diálogo reparador. A partir da constatação dos elementos sociais e intersubjetivos presentes no “trauma” e em sua superação é preciso aceitar uma certa indeterminação quanto aos resultados finais e/ou aos novos sentidos que a experiência adquirirá ao longo da trajetória das mulheres agredidas.*

Acredita-se que este trabalho contribuiu para o conhecimento sobre o tema, através do delineamento de um complexo mapa de estudo e análise sobre a ação/reação dos indivíduos em situações de extremas rupturas. Se, por um lado, algumas questões permanecem em aberto, relevantes conclusões foram formuladas em relação aos objetivos traçados. Essas conclusões não apenas buscam mapear, de forma adequada, o problema tratado, no âmbito de uma organização estatal que age junto com outros organismos públicos voltados para a questão. Mas, sobretudo, as análises apontam para algumas direções sobre como melhorar a abordagem do problema, tanto no âmbito teórico como no da intervenção. A este respeito, é possível apresentar algumas indicações para o aprimoramento das ações das instituições estatais – que englobam os procedimentos da justiça, polícia, e profissionais de saúde como médicos e psicólogos – que lidam com pessoas em situação de violência sexual:

- Promoção de capacitação ou formação continuada dos profissionais que atuam direta ou indiretamente com mulheres sexualmente agredidas. O objetivo central de tal proposta seria viabilizar o acesso destes profissionais às principais conclusões das pesquisas sobre a violência em geral e contra a mulher, o que poderia fornecer uma base para superar os arraigados preconceitos da prática jurídico-policial. Um outro foco deve ser o questionamento e a possível superação da culpabilização das vítimas.
- A inclusão de **propostas mais globais** na atenção às mulheres agredidas uma vez que os dilemas existências por elas enfrentados não podem ser atendidos de forma compartimentalizada com foco apenas em dimensões isoladas de

suas vidas. A inadequação dessas alternativas pode ser verificada nas dificuldades das mulheres a elas aderirem. Como exemplos de ações mais globais, poder-se-ia citar: a inclusão dos familiares e pessoas próximas da vítima, e a atenção aos fatores econômicos e de habitação.

- No que se refere às propostas psicoterapêuticas para pessoas que viveram a violência sexual, parece ser importante a inclusão de práticas que levem em conta a corporeidade nos processos de tratamento, para além das modalidades ortodoxas e tradicionais que se centram na elaboração e ressignificação simbólica das experiências pela fala.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. S. de. Violência urbana e constituição de sujeitos políticos In: PEREIRA, C. A. M. et al. (Org.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2000.

ARDAILLON, D. & DEBERT, G.G. *Quando a vítima e mulher: análise de crimes de estupro, espancamento e homicídio*. Brasília: Conselho Nacional de Direitos da Mulher, 1987.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987.

_____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1994

_____. *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

BALLONE, G.J. *Transtorno por estresse pós-traumático* – In: Psiq Web, Internet, disponível em <http://gballone.sites.br/voce/postrauma.html>. Revisto em 2002.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999A.

_____. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999B.

_____. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998A.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998B.

_____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BECKER, G. *Disrupted lives: how people create meanings in a chaotic world*. Califórnia: ED, University of California Press, 1997.

BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: ED, HUCITEC, 1993.

BESTEMAN, C (Ed.). *Violence: a reader*. Main trends of the modern world. New York: New York University Press, 2002.

Birman, J. *Por uma estilística da existência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

_____. *Estilo e Modernidade em psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

_____. *Mal-estar na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BOURDIEU, P. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *La Distinction : Critique Sociale Du Jugement*. Paris : Les Editions de Minuit, 2006.

BRAGANÇA DE MIRANDA, J. A. *Analítica da atualidade*. Lisboa: ED, Veja, 1994.

BRASIL. *Código penal*. Vade Mecum Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Instituto Nacional do Câncer. Coordenação de Prevenção e Vigilância. *Estimativa de incidência de câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA, 2006.

BRAUN, S. *A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo*. Porto Alegre: AGE, 2002.

BRETONNIÈRE-FRYSSE et al. *De la violence conjugale à la violence parentale: femmes em détresse, enfants em souffrance*. Paris: Éditions Érès, 2001.

BRITTO, E.M.A.C. *Caracterização e distribuição espacial da violência sexual no Município de Salvador: casos atendidos no serviço VIVER*. 2005. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas 2) Universidade do Salvador, Salvador, 2005.

BURGESS, A. W.; HOLMSTROM, A.L.L. Rape trauma Syndrome. *American Journal of Psychiatry*. 131:9, Sept., 1974.

_____. _____. Adaptive strategies and recovery from rape. *American Journal of Psychiatry*.136:10, Apr., 1979.

_____. _____. Coping behavior of the rape victim. *American Journal of Psychiatry*.133:4, Apr., 1976.

_____. _____. *The victim of rape: institutional reactions*. Boston: Transaction Publishers, 1983.

CAMPBELL, C. *Ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CARMO, P. S. do. *Merleau-Ponty: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 2000.

CASEY, E. S. The ghost of embodiment. In: *The Incorporated self: interdisciplinary perspectives on embodiment*. Londres: Rowan & Littlefield Publishers Inc. 1996.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1980.

CHALHOUB, S. *Cidade Febril*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.

COHIM, D.; SILVA, G. de S. (Org.). *A violência sexual: discursos e práticas*. Salvador: Corrupio, 2006.

COSTA, M. L. *Lévinas: uma introdução*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.

DAS, V. *Critical Events: An anthropological perspective on contemporary India*. Nova Dheli, Oxford University Press, 1995.

DATASEG. *Dados da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em <http://www.ciosp.rs.gov.br>. Acesso em 30 de dezembro de 2006.

DE BORD, G. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1997.

DELA COLETA, J. A. *Atribuição de causalidade: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1982.

_____. *Atribuição de causalidade em presos, amputados e cegos – aceitação e luta contra o infortúnio*. Tese (Doutorado em Psicologia). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

DOLTO, F. *Entrevista à revista Choisir*. 1979. Disponível em: [http:// www.c-e-r-f.org/psy-dolto](http://www.c-e-r-f.org/psy-dolto).

DSM-IV. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. American Psychiatric Association. São Paulo: Artmed, 2002.

ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESPINHEIRA, G. *Imagem da cidade feia e desumana: Salvador vista do Subúrbio Ferroviário*. Salvador: mimeo, 1999.

ESPINHEIRA, G. Violência: reflexões sociológicas sobre os assombros de uma época. In: SILVA, G de S.; COHIM, D. M.(Org.). *A violência sexual: discursos e práticas*. Salvador: Corrupio, 2006.

FERRARI, D.C.A.; VECINA, T.C.C (Orgs). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002.

FILHO, M. T. *Código de processo penal comentado*. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 1998.

FRANCO, A. S. et al. *Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial*. v. 2. São Paulo: 2001.

FREUD, S. *Comunicación preliminar*. In: *Obras Completas*. Madri: Editorial Biblioteca Nueva, 1981.

_____. *Historia del movimiento psicoanalítico*. In: *Obras Completas*. v.2. Madri: Editorial Biblioteca Nueva, 1981d.

_____. *La etiologia da histeria*. In: *Obras Completas*. v.1. Madri: Editorial Biblioteca Nueva, 1981g.

_____. *Las neuropsicosis de defensa*. In: Obras Completas. v.1. Madri: Editorial Biblioteca Nueva, 1981b.

_____. *Leciones introductorias al psicoanálisis*. In: Obras Completas. v.3. Madri: Editorial Biblioteca Nueva, 1981f.

_____. *Mas alla del principio del placer*. In: Obras Completas. v.3. Madri: Editorial Biblioteca Nueva, 1981e.

_____. *Nuevas observaciones sobre las neuropsicosis de defensa*. In: Obras Completas. v.1. Madri: Editorial Biblioteca Nueva, 1981c.

GADAMER, H-G. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp, 1993.

_____. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOLEMAN, D. *Wounds that never heal*. In: Psychology Today. v. 25. Issue 1.1992.

GROSSI, P.P.K.; WERBA, G. *Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

HABEAS CORPUS 9289/São Paulo.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. v. 1 e 2. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

HÉRTIER, F. et al. *O incesto*. Cascais – Portugal: Pergaminho, 2000.

_____. *Masculino/feminino*. In: Enciclopédia Enaudi. v..20. Lisboa: Imprensa Nacional,1989.v.20.

HUXLEY, A. *Admirável mundo novo*. São Paulo: Ed. Globo, 2001.

JESUS, D. E. de. *Direito penal*. São Paulo: Saraiva, 1999.

LACAN, J. *Seminário: Livro v. As formações do inconsciente*. Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LASCH, C. *The culture of narcissism*. Nova York: WW Norton, 1991

LEAL, J. J. *Crimes Hediondos. A Lei 8.072/90 como Expressão do Direito Penal da Severidade*. Curitiba: Juruá, 2003.

LEJARRAGA, A.L. *O trauma e seus destinos*. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.

LÉVINAS, E. *Novas interpretações talmúdicas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Entre nós*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LEVINE, P. A. *O despertar do tigre: curando o trauma*. São Paulo: Summus, 1999.

LOPES, I.M.R.S. et al. *Caracterização da violência sexual em mulheres atendidas no projeto Maria-Maria em Teresina-PI*. RBGO, v.26, n.2, p.111-116, jan.2004. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 20 novembro 2005.

MACHADO, R.H.B. *Vozes e silêncios de meninos de rua: o que os meninos de rua pensam de nossas instituições*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MADISON, G. B. *The phenomenology of Merleau-Ponty: a search for the limits of consciousness*. Series in continental thought. Ohio: Ohio University Press, 1990.

MARTINS, P. C. *Maus-tratos a crianças: o perfil de um problema*. Portugal: Universidade do Minho, 2002.

MEES, L.A. *Abuso sexual: trauma infantil e fantasias femininas*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MEZAN, R. *Freud: a trama dos conceitos*. São Paulo: Editora perspectiva, 1991.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: ED, HUCITEC: ABRASCO, 1996.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; PINTO, Andréia Soares & LAGE, Lana
Dossiê Mulher 2 Arquivo disponível em www.isp.rj.gov.br, Rio de Janeiro: ISP, 2007

MORRISON A.R. & BIHEL, M.L.(Ed). *A família ameaçada: violência doméstica nas Américas*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

NETO, O.V.; VIEIRA, C.M.S. (Org) *Transtorno de Estresse Pós-Traumático: uma neurose de guerra em tempos de paz*. São Paulo: Vetor, 2005.

NORONHA, C. et al. *Projeto Activa: atitudes e normas culturais frente a violência na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: Ed. OPAS, UFBA, UNEB, 1997.

Organização Mundial de saúde. CID - 10. *Classificação de transtornos mentais*. São Paulo: Artmed, 1993.

ORWELL, G. *1984*. São Paulo: Ed. IBEP Nacional, 2003.

PAES-MACHADO, E.; TAPPARELLI, G. Violência juvenil infração e morte nas quadrilhas de Salvador. *Caderno do CEAS*, n.165, p.63-81, set./out.,1996.

PANDOLFI, D. C.; CARVALHO, J. M. de et al. *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PASSETTI, E (Coord). *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.

PEREIRA, C. A. M. et al. (Org). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2000.

PIMENTEL, S. et al. *Estupro: crime ou “cortesia”? Abordagem sócio-jurídica de gênero*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.

POMMIER, G. *A exceção feminina: os impasses do gozo*. Rio de Janeiro, 1987.

RABELO, M.C.M et al. *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

RICOUER, P. *Tempo e narrativa*. Campinas, São Paulo, 1995.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ROURE, G.Q. de. *Vidas silenciadas: a violência com crianças e adolescentes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

RUDGE, A.M. *Traumas*. São Paulo: Escuta, 2006.

SADIGURSKY, C.A. *Vitimização sexual em crianças e adolescentes: os profissionais e os aspectos legais*. Salvador: EDUBA, 1999.

SAFFIOTI, H.I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (Coleção Brasil Urgente), 2004.

SAGAN, C. *O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

SALEM, T. *Um estudo de papéis e conflitos familiares*. Rio de Janeiro: ED, Vozes, 1980.

SARTRE, J-P. O corpo como ser-para-si: a facticidade. In: *O ser e o nada*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SCHESTATSKY, S. et al. *A evolução histórica do conceito de estresse pós-traumático*. Rev.Bras.Psiquiatria. São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462003000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Fev 2003. Pré-publicação. doi: 10.1590/S1516-44462003000500003

SCHRAIBER, L. B. et al. *Violência contra a mulher: estudo em unidade de atenção primária à saúde*. Revista Saúde Pública, v.36, n.4, p. 470-477, mai.2002. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 20 novembro 2005.

_____. *Violência e saúde: estudos científicos recentes*. Revista Saúde Pública, v.40, n.esp, p. 112-120, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 20 novembro 2005.

SCHRITZMEYER, A. L. P. *Das queixas de agressões sexuais às sentenças: um fluxo contínuo de disputas através da linguagem*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 16, n.46, 2001. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttxt&pid=S0102-9092001000200015&lng=en: &nrm=iso>. Access on: 21 Dec 2006. doi: 10.1590/S0102-69092001000200015.

SCHUTZ, A & LUCKMANN, T. *Las estructuras del mundo de la vida*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

SCHUTZ, A. *The social world as taken for granted and its structurization*. In: *Collected papers: studies in social theory*. Holanda: Martinus Nijhoff – The Hague, 1973.

_____. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires: ED, Amorrortu Editores, 1980.

_____. Fenomenologia e Relações Sociais. In: *Textos Escolhidos de Alfred Schutz*. Helmut R. Wagner (Org). Rio de Janeiro: ED, Jorge Zahar, 1979.

SENNET, R. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo: Record, 2004.

SODRÉ, M. *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Ed. Cortez, 1992. Série Estudos da Linguagem.

SSP SÃO PAULO. *Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo. Estatísticas trimestrais*. Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br/estatísticas/> Acesso em 23 de outubro de 2006.

SUDÁRIO, S. *Mulheres vítimas de estupro: contexto e enfrentamento dessa realidade*. Revista Psicologia & Sociedade, v.17, n.3, p.73-79, set/dez 2005. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 20 novembro 2005.

SUMMERFIELD, D. *The invention of post-traumatic stress disorder and the social usefulness of a psychiatric category*. British Medical Journal. Londres. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>

VARGAS, J. D. *Crimes sexuais e sistema de justiça*. São Paulo, IBCCRIM, 2000.

_____. *Familiares ou desconhecidos? A relação entre os protagonistas do estupro no fluxo do sistema de justiça criminal*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.14, n.40, p.63-82, jun,1999. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 20 novembro 2005.

VIGARELLO, G. *História do estupro: violência sexual no Séc. XVI – XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

WACQUANT L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WEATPHAL, M. F (Org). *Violência e criança*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*. As Organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. A. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. Violência: pobreza ou fraqueza institucional? *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz v.10, n. 1. p. 213-7,1994.

ZÜICK, A. M. *O corpo violado*. In: GROSSI, P.K.;WERBA,G.C. (Org.). *Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber*.Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

APÊNDICE A – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa desenvolvida teve um caráter qualitativo, sem se propor, portanto a estabelecer generalizações quantitativas ou estatísticas, apesar de alguns dados apresentados discutirem aspectos estatísticos da questão de pesquisa e de se utilizar a técnica de amostragem sistemática para analisar os prontuários disponíveis no VIVER. Uma vez que já apresentamos uma caracterização da instituição na qual a pesquisa foi realizada (Capítulo V), passamos agora à apresentação do trabalho de campo.

O TRABALHO DE CAMPO

Os **primeiros contatos** realizados com o VIVER visaram à avaliação das possibilidades de realização da pesquisa. Como viabilizar a presença de um pesquisador num ambiente de espaço físico limitado, com uma movimentação intensa de técnicos e pessoas da comunidade, sem causar transtornos? Assim, fazia parte da autorização para a realização desta pesquisa o esclarecimento de inúmeros aspectos relacionados aos objetivos do trabalho e à presença do pesquisador, a serem compatibilizados com as atividades do Serviço. Nas visitas iniciais, foram feitas as apresentações à equipe técnica – psicólogos, assistentes sociais, médicos, advogados e pessoal de apoio – que se mostrou disposta a colaborar. Foi, então, concedida a autorização para o pesquisador freqüentar o VIVER, utilizar a sala no auditório ou as salas de atendimentos psicológicos disponíveis para realizar os estudos necessários, os contatos e as entrevistas com os indivíduos selecionados. Ser o pesquisador psicólogo e servidor público estadual que também atua na Secretaria da Segurança Pública à qual o VIVER está vinculado, havendo inclusive participado na elaboração do projeto de criação do Serviço, facilitou os diálogos e a autorização para a realização da pesquisa.

Ao todo, foram realizadas **oito visitas preliminares** à instituição. Além do que já foi descrito, essas visitas criaram a oportunidade de se estabelecer uma visão geral das características das pessoas que procuram o apoio do Serviço: pessoas carentes de recursos financeiros e em estado de desespero perante a situação em que se encontravam. Nesses momentos, era comum verificar a expressão de constrangimento e vergonha das pessoas atendidas. Estas impressões iniciais foram muito importantes para a inserção do pesquisador no trabalho de campo e influenciaram a condução das demais etapas da pesquisa.

Os contatos mantidos com alguns dos advogados do VIVER merecem destaque especial, já que o atendimento jurídico constitui um dos serviços mais recentes oferecidos aos que procuram a instituição. A observação do trabalho dos técnicos desse setor permitiu perceber as dificuldades enfrentadas, pois a comunidade tem muitas expectativas com relação à capacidade do Serviço em solucionar as suas dificuldades, o que nem sempre ocorre, pela dependência de toda a rede do sistema judiciário para um desfecho satisfatório dos casos de agressão sexual. Um outro problema diz respeito a como tratar os casos nos quais nada é possível fazer do ponto de vista jurídico, a exemplo daqueles em que o agressor não pode ser identificado pela vítima ou através de investigação policial. Os técnicos do setor jurídico relataram, nessas visitas iniciais, a dificuldade de se explicar essa situação a pais, familiares e vítimas ansiosos por justiça, e convencê-los da impossibilidade de solução.

Em resumo, as visitas iniciais possibilitaram uma visão geral do funcionamento da instituição, um conhecimento preliminar dos indivíduos e, em alguns casos, uma aproximação com alguns dos futuros entrevistados, o que forneceu a base para a programação das demais etapas da pesquisa de campo.

Com a autorização para a realização da pesquisa, foi feito um levantamento detalhado dos **dados disponíveis**, que poderiam ser utilizados na reavaliação do enfoque proposto para a pesquisa, verificando-se sua distribuição. Tais dados, relativos aos casos atendidos – disponíveis nos prontuários de atendimento – incluíam informações como: idade, sexo, renda familiar, relação com o agressor, local da agressão, horário da agressão, número de agressores envolvidos, número de vezes em que uma mesma vítima fora agredida etc. Estas informações foram levantadas com o procedimento de *amostragem sistemática* em 581 dos 4.537 prontuários existentes. Estas informações são apresentadas nos gráficos do Capítulo I. Outro levantamento foi realizado em todos os prontuários de pessoas a partir dos 18 anos, atendidas no ano de 2005, o resultado aparece no Mapa II no Capítulo I.

A instituição dispõe de cópias dos inquéritos policiais e de sentenças judiciais dos casos com detalhes sobre as circunstâncias dos crimes, tais como: (a) características do agressor: idade, sexo, residência, relação com a vítima, como ocorreu a agressão; (b) informações sobre a vítima: idade, sexo, residência, relação com o agressor e tipo de agressão; (c) dados familiares: nome dos pais ou responsáveis, residência etc. Dispõe também de relatórios detalhados do Serviço Social, que incluem dados sobre a violência sofrida, a quem

os sujeitos recorreram inicialmente em busca de ajuda, escolaridade dos pais ou responsáveis pela criança e um histórico geral da família: origem, número de membros e situação econômica. Estas informações foram consultadas e dão consistência às análises realizadas ao longo do trabalho, em especial às discussões do Capítulo V.

REALIZANDO A PESQUISA

Como forma de ordenar a pesquisa, além de registrar dados importantes durante o processo de trabalho de campo, foi mantido um **diário de campo**, organizado em duas partes: *a instituição e os sujeitos*.

Sobre a *instituição*, foram registrados todos os acontecimentos presenciados que se relacionavam diretamente com o VIVER: as aparições na mídia; os contatos com órgãos governamentais ou não-governamentais; o desempenho de suas funções; as questões financeiras e de pessoal; os conflitos com outras organizações; os dilemas vividos para solucionar os casos sob sua responsabilidade, além de dados relevantes para o entendimento de como a instituição se relaciona com a comunidade.

Os registros sobre os *sujeitos* se referem, de forma abrangente, a todos os contatos feitos tanto com a equipe técnica do VIVER quanto com a clientela atendida pela instituição, fossem potenciais entrevistados ou não. Foi dada atenção especial para questões relacionadas ao tema da pesquisa, no que diz respeito a como as mulheres vivenciam os desdobramentos da violência. Os registros tornaram possível a obtenção de riqueza de detalhes, uma vez que foram feitos muitos contatos com a equipe técnica, sobretudo do setor psicossocial, através do qual foram viabilizadas as aproximações com pessoas atendidas pela instituição, inclusive com os novos casos. É importante destacar que, nessa parte do diário de campo, foram registradas também as observações do pesquisador feitas durante as visitas domiciliares para a realização de algumas entrevistas, anotações sobre os aspectos do dia-a-dia dos entrevistados.

Desse modo, o diário de campo permitiu o registro das próprias atividades de observação participante, realizadas durante a pesquisa. A observação participante é um elemento crucial do trabalho de campo, chegando a ser, para muitos autores (Minayo, 1996), um método em si mesmo, capaz de possibilitar a compreensão da realidade social através dos diversos momentos da pesquisa. As informações desse diário constituíram uma fonte

importante para a construção de uma caracterização geral do problema investigado e um apoio para a interpretação dos dados da pesquisa, fornecendo esclarecimentos e complementando o entendimento do funcionamento institucional.

A ENTREVISTA: PRODUÇÃO DE DADOS PARA O ESTUDO DO TEMA

A entrevista aberta, não-estruturada, foi escolhida como a principal forma de coleta de dados primários desta pesquisa, porque ela permite uma visão abrangente do tema investigado, guiando o pesquisador e, ao mesmo tempo, deixando-o livre de enquadramentos rígidos, com prioridade para a fala e a estrutura de expressão do entrevistado na construção do conteúdo e dos significados mais imediatos dos elementos temáticos. Além disso, a entrevista não-estruturada valoriza os aspectos qualitativos da pesquisa social, ao explicitar as características dos casos individuais, as peculiaridades dos contextos e a distinção entre as semelhanças e diferenças dos diversos elementos constitutivos de categorias e variáveis.

As perguntas das entrevistas foram alvo de muita atenção e cuidado, tendo em vista a indicação de Minayo (1996) de que:

“Cada sugestão de tema que se introduz na entrevista, ou cada questão que se levanta, faz parte de uma interação diferenciada com o entrevistado na medida em que estes itens são uma teoria em ato e trazem implícitos uma hipótese, um pressuposto ou um conceito teórico. Portanto, o impacto resultante da abordagem de determinado assunto no interior da entrevista deve ser visto como diverso do efeito da entrevista como um todo.” (Minayo, 1996:130)

Isso significa que as perguntas, de uma forma geral, têm um impacto intrínseco na interação entre o entrevistador e o entrevistado, o que deve ser levado em conta na sua construção. Essas observações são muito mais pertinentes quando a pesquisa investiga um tema considerado tabu ou constrangedor para ser abordado de forma direta. Temas como sexualidade, morte, marginalidade, entre outros, devem ser abordados de forma adequada, para não inviabilizar a própria investigação científica (Becker, 1993). Logo, é preciso reduzir ao máximo os impactos negativos que possam ocasionar aos entrevistados, diminuindo o seu controle sobre as informações de que dispõem e as suas resistências para falar. A entrevista jamais será uma mera coleta de dados, pois constitui uma situação de interação, na qual as informações podem ser afetadas pela relação entrevistado/entrevistador. Na elaboração das perguntas para as

entrevistas, tentou-se levar em consideração que os temas em torno das quais giravam eram mobilizadores de emoções e sentimentos, como o medo, a vergonha, a insegurança. Buscou-se durante as entrevistas considerar uma seqüência que favorecesse o ritmo de uma conversação e que não despertasse repentinamente fortes emoções.

Os detalhes sobre como e onde ocorreram as agressões foram obtidos através de consulta aos arquivos da instituição e deixando as entrevistadas livres para comentá-los ou não. Esses cuidados na realização de entrevistas, entretanto, não neutralizam totalmente a sensibilidade emocional envolvida na narrativa de experiências tão graves. Por isso, realizá-las foi também uma aprendizagem para o pesquisador, demandando habilidade para, em alguns momentos, sair da mera condução da pesquisa e dizer certas palavras de consolo e de incentivo. Ou então, nos casos das entrevistadas que estavam em psicoterapia, indicar aos seus terapeutas o nível de mobilização despertado durante as entrevistas, para que estes pudessem dar alguma atenção maior a estas pacientes. Por outro lado, para algumas, a entrevista era o primeiro momento em que puderam falar com alguém, de forma individualizada e não formal, sobre a violência sofrida, o que era expresso, no final de algumas entrevistas, com frases como: “Obrigado você, por me ouvir...” “Eu acho que eu falei até demais, mas eu estava precisando”. De alguma forma, diante do contexto de desamparo institucional e social, as entrevistadas utilizaram a situação de entrevista como um momento de elaboração de suas experiências.

A entrevista foi conduzida em torno de cinco tópicos gerais que eram propostos às entrevistadas como pontos de partida para suas falas, todos eles relacionados à violência sofrida e à história de vida. Entre os principais tópicos pode-se citar: (a) Mudanças ocorridas com a entrevistada e seu cotidiano após a agressão sexual; (b) Emoções; (c) Reações de outros ao relato da violência; (d) Percurso nas instituições: religião, polícia, justiça e o VIVER; (e) Recursos mobilizados para lidar com as rupturas e/ou para superá-las; (f) A afetação da corporeidade na experiência da agressão sexual e seus desdobramentos. Os resultados das entrevistas foram também agrupados em torno destes seis temas.

SELEÇÃO DAS ENTREVISTADAS

A seleção das entrevistadas foi feita a partir dos contatos com os terapeutas do VIVER. Foram eles que, após um encontro informativo com o pesquisador para obter informações sobre as condições da pesquisa, contataram os prováveis informantes e destes obtinha um consentimento para participar da pesquisa. Uma pesquisa envolvendo a temática da violência sexual depara-se com algumas complexidades. A mobilização emocional que pode envolver as entrevistadas é tal, que, às vezes, elas não puderam falar sobre certos temas relevantes para a pesquisa em uma única entrevista, mas apenas ao longo de alguns contatos com o entrevistador e quando com este se estabeleceu uma relação de confiança. Apesar dos contatos feitos para selecionar as entrevistadas envolverem a mediação dos terapeutas do VIVER, muitos deles se recusaram a participar. A recusa foi muitas vezes justificada com a afirmação de que o que foi vivido era algo para ser esquecido e não para se ficar comentando, pois isso envolvia muito sofrimento.

Uma outra razão alegada, quando da recusa, era o sentimento de “revolta” em relação ao acontecido, pois o que elas desejavam mesmo era uma ajuda concreta ou uma solução para suas dificuldades. Mas nem sempre a recusa assumiu esta forma direta, em alguns casos, era dado o consentimento, marcado um horário para a entrevista, mas a entrevistada não comparecia. Quando era feita uma segunda marcação o mesmo se repetia: afirmação de interesse em participar, seguida pelo não comparecimento sem qualquer justificativa. Assim ficou estabelecido que apenas um novo contato se realizaria após uma ausência não justificada à entrevista. Tentou-se incluir alguns casos de homens agredidos na pesquisa, mas todos se recusaram a participar. Segundo os terapeutas, os homens agredidos, em sua totalidade, abandonam o VIVER após os contatos iniciais.

A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

A realização das entrevistas ocorreu em duas fases. Na primeira, após uma breve apresentação do entrevistador, eram explicados os objetivos da pesquisa, a razão de o indivíduo ter sido escolhido, a garantia do sigilo e a reafirmação de que a pesquisa não era parte dos atendimentos do VIVER e por isso poderia ser suspensa a qualquer momento que o entrevistado desejasse. Essa conversa visava a uma aproximação e à obtenção de alguns dados

gerais sobre a entrevistada (situação atual, condições financeiras, atividades profissionais desenvolvidas, condições gerais de saúde etc.). Era, então, marcado um segundo encontro para a entrevista propriamente dita, que poderia ser na casa da entrevistada, embora, na maioria das vezes, estas pedissem para que o encontro fosse no próprio VIVER, por ser muito difícil falar e outros familiares terminarem escutando o que vinha sendo mantido em segredo. Além disso, no VIVER, aproveitariam o momento em que viriam realizar outros atendimentos e, com isso, economizariam o dinheiro do transporte. No segundo contato, era usado o gravador e a entrevista buscava aprofundar as diferentes questões da pesquisa. Foi estabelecido, como mais pertinente aos objetivos da pesquisa, que as informantes seriam entrevistadas três vezes, com um espaço temporal de dois a seis meses entre cada entrevista. Contudo, em alguns casos foram realizadas mais entrevistas visando aprofundar algumas temáticas. Ao todo, foram realizadas 14 entrevistas (ver Apêndice B, com o perfil e a síntese dos casos entrevistados) com mulheres agredidas sexualmente no período de 2004 a 2006. Além disso, entrevistou-se duas terapeutas do VIVER e o advogado responsável pelo setor jurídico. Incluímos também um delegado de polícia que atua junto a casos de estupro. Estas **entrevistas adicionais** foram fundamentais para compor uma compreensão geral de diversas dimensões da questão de pesquisa, além de sugerir importantes indicações a serem aprofundadas com as mulheres, nas entrevistas. Em especial forneceu-nos importantes indicações relacionadas ao ambiente jurídico-policial.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE PESQUISA

Em paralelo à realização das entrevistas, foram desenvolvidas algumas atividades que compuseram a observação participante. Em primeiro lugar é importante mencionar que como psicólogo que atua na Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia, no Serviço Médico da Polícia Civil há 10 anos e em diversas atividades em parceria com o VIVER há 6 anos, o pesquisador possui uma visão abrangente e cotidiana das questões ligadas à atividade policial e do atendimento de vítimas de violência sexual. Esta inserção do pesquisador lhe permitiu transitar com relativa facilidade em diversos âmbitos institucionais, bem como obter informações cruciais para a pesquisa. Assim, uma importante fonte para a obtenção de dados foi a participação em diversas **reuniões técnicas do VIVER**. Nestas reuniões mensais das quais participam toda a equipe em atividade são discutidos pontos problemáticos do dia-a-dia

do Serviço, questões técnicas de funcionamento, relacionamento entre técnicos, casos clínicos, adesão dos pacientes às diversas modalidades de tratamento entre outras. A observação participante destes momentos ajudou a dimensionar vários níveis de questões pertinentes à pesquisa. A observação teve lugar também na **sala de espera do Serviço**, onde foi possível acompanhar diversos dilemas vividos pelas vítimas da violência sexual: dificuldades financeiras para dar continuidade aos atendimentos, os diversos obstáculos que precisam ser enfrentados para garantir a segurança da família, as inquietações quanto ao futuro, as incertezas quanto ao melhor forma de lidar com o agressor ainda em liberdade etc. Além disso, o pesquisador participou do **cotidiano do VIVER** em diversos outros momentos, formais e informais como festas de integração e reuniões setoriais. Nessas ocasiões ficou-se atento a todas as informações que poderiam enriquecer o entendimento do tema de pesquisa

APÊNDICE B – CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ENTREVISTADAS E RESUMO DOS CASOS

Tabela I – Identificação geral

Nome Fictício/ Identificação da Entrevistada	Resumo do Caso
<p>Ada 40 anos, separada, acompanhante de idosos e vendedora autônoma. Renda de um salário mínimo.</p>	<p>Ada foi entrevistada seis meses após sofrer estupro praticado por um estranho que invadiu a sua casa durante a madrugada. Apesar de não haver visualizado o agressor, nutria fortes suspeitas com relação a um vizinho que possui o mesmo perfil físico do agressor, que estava nas redondezas de sua residência na madrugada após as agressões e que desde então a observa em suas atividades cotidianas no bairro. Abandonou a denúncia por temer uma possível vingança.</p>
<p>Dalila 33 anos, separada, desempregada. Sem renda.</p>	<p>Dalila foi entrevistada um ano após sofrer estupro e atentado violento ao pudor praticado por quatro homens: um amigo do bairro e três estranhos. A agressão ocorreu no bairro onde mora em um barracão abandonado, foi conduzida até aí pelo seu amigo de infância. Sofreu sérios ferimentos. Desistiu de acompanhar o inquérito policial após três anos de espera.</p>
<p>Débora 19 anos, solteira, estudante. Sem renda.</p>	<p>Débora foi entrevistada dez meses após sofrer um estupro, na casa do agressor, um conhecido e paquera do bairro onde residia. A agressão resultou em grave hemorragia e lesões que exigiram o seu internamento por quatro dias.</p>
<p>Eva 39 anos, casada, comerciante. Renda de um salário mínimo.</p>	<p>Eva foi entrevistada um ano após haver sofrido um estupro que foi praticado por dois marginais procurados pela polícia que já haviam atuado em diversos crimes em Salvador. A violência ocorreu quando retornava para casa após suas atividades. Pela sua descrição e circunstâncias do crime a polícia identificou e prendeu os acusados que estavam aguardando julgamento.</p>
<p>Jael 27 anos, casada, dona de casa. Renda familiar de quatro salários mínimos.</p>	<p>Jael foi entrevistada quatro meses após ser estuprada várias vezes por um estranho que invadiu o seu apartamento durante a madrugada. Sofreu vários ferimentos, alguns causados pela faca que o agressor utilizou para intimidá-la. Os resultados da investigação policial ainda eram inconclusos após dois anos da agressão.</p>

APÊNDICE B – CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ENTREVISTADAS E RESUMO DOS CASOS - CONTINUAÇÃO

Tabela I – Identificação geral - Continuação

Nome Fictício/ Identificação da Entrevistada	Resumo do Caso
<p>Léia</p> <p>23 anos, solteira, vendedora autônoma e empregada doméstica. Renda de um salário mínimo.</p>	<p>Léia foi entrevistada nove meses após ter sofrido estupro. A violência foi praticada por um conhecido de seu local de trabalho que a levou para Lauro de Freitas, prometendo-lhe um emprego melhor. Sofreu estupro diversas vezes ao longo de uma tarde e uma noite. Apesar de reconhecer o agressor e identificá-lo em sua denúncia à polícia, esta ainda não havia realizado nenhuma ação significativa, após dois anos da denúncia.</p>
<p>Mabel Lazaroto</p> <p>45 anos, separada, professora de idiomas. Renda de quatro salários mínimos.</p>	<p>Mabel Lazaroto foi entrevistada um ano após sofrer grave estupro que resultou em muitas lesões e uma séria hemorragia. A violência foi praticada por um de seus alunos, que também freqüentava um grupo de estudo em sua residência. O aluno conseguiu acesso à residência de Mabel ao dizer-se necessitado de ajuda após sofrer um assalto. O processo judicial permanecia inconcluso, após três anos.</p>
<p>Maria</p> <p>29 anos, separada, desempregada. Sem renda.</p>	<p>Maria foi agredida sexualmente na Ilha de Itaparica juntamente com uma amiga e uma irmã de 13 anos. A entrevista foi realizada oito meses após a agressão. A violência foi praticada por três agressores que portavam arma de fogo e envolveu, além do estupro, atentado violento ao pudor. As investigações policiais permaneciam inconclusas, após três anos.</p>
<p>Mordecai</p> <p>52 anos, separada, microempresária. Renda de 14 salários mínimos</p>	<p>Mordecai foi entrevistada um ano após ter sofrido grave violência sexual que envolveu estupro e atentado violento ao pudor. Crime praticado pelo enfermeiro de um importante serviço de ambulâncias de Salvador. O crime envolveu o seu raptó. Sofreu diversas lesões e sangramentos. Não realizou denúncia na polícia, por ter medo de sofrer uma retaliação do agressor.</p>
<p>Noemi</p> <p>30 anos, separada, empregada doméstica. Renda de um salário mínimo.</p>	<p>Noemi foi entrevistada dois meses após haver sofrido estupro praticado por um estranho que invadiu a sua casa durante a madrugada. A violência não ocasionou lesões graves. A impossibilidade de reconhecer o agressor, representa um obstáculo para o prosseguimento do inquérito policial.</p>

APÊNDICE B – CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ENTREVISTADAS E RESUMO DOS CASOS - CONTINUAÇÃO

Tabela I – Identificação geral - Continuação

Nome Fictício/ Identificação da Entrevistada	Resumo do Caso
<p>Raquel</p> <p>45 anos, solteira, professora e <i>personal trainer</i>. Renda de dois salários mínimos.</p>	<p>Raquel foi entrevistada seis meses após ser agredida sexualmente. A agressão foi praticada por um estranho em um matagal situado no Centro Administrativo da Bahia, quando ela percorria um atalho para o ponto de ônibus. A violência causou-lhe vários ferimentos. Até o momento em que a pesquisa foi concluída, três anos após a agressão, a polícia não havia identificado nenhum suspeito.</p>
<p>Ruth</p> <p>39 anos, casada, enfermeira. Renda de dez salários mínimos.</p>	<p>Ruth foi entrevistada quinze anos após ter sofrido um estupro. O crime envolveu o seu rapto e o de uma amiga, no estacionamento de uma boate, por dois homens armados. Não realizou denúncia à polícia por se sentir profundamente envergonhada e culpada.</p>
<p>Sara</p> <p>52 anos, separada, professora de educação física. Renda de cinco salários mínimos.</p>	<p>Sara foi entrevistada dois anos após sofrer várias agressões sexuais praticadas pelo ex-marido de quem havia se separado há cinco anos. Realizou diversas queixas à polícia, havendo abandonado várias delas. Dessas agressões resultaram muitos ferimentos, alguns dos quais exigiram o seu internamento. Por fim realizou e manteve uma queixa que resultou na prisão do agressor.</p>
<p>Tamar</p> <p>45 anos, casada, servidora pública. Renda de três salários mínimos e meio</p>	<p>Tamar foi entrevistada 25 anos após ter sido agredida sexualmente. A agressão foi praticada por um desconhecido que invadiu sua residência por duas vezes. As agressões resultaram em graves ferimentos corporais e profunda hemorragia. Não realizou denúncia à polícia, por se sentir culpada e duvidar da competência policial.</p>